

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES

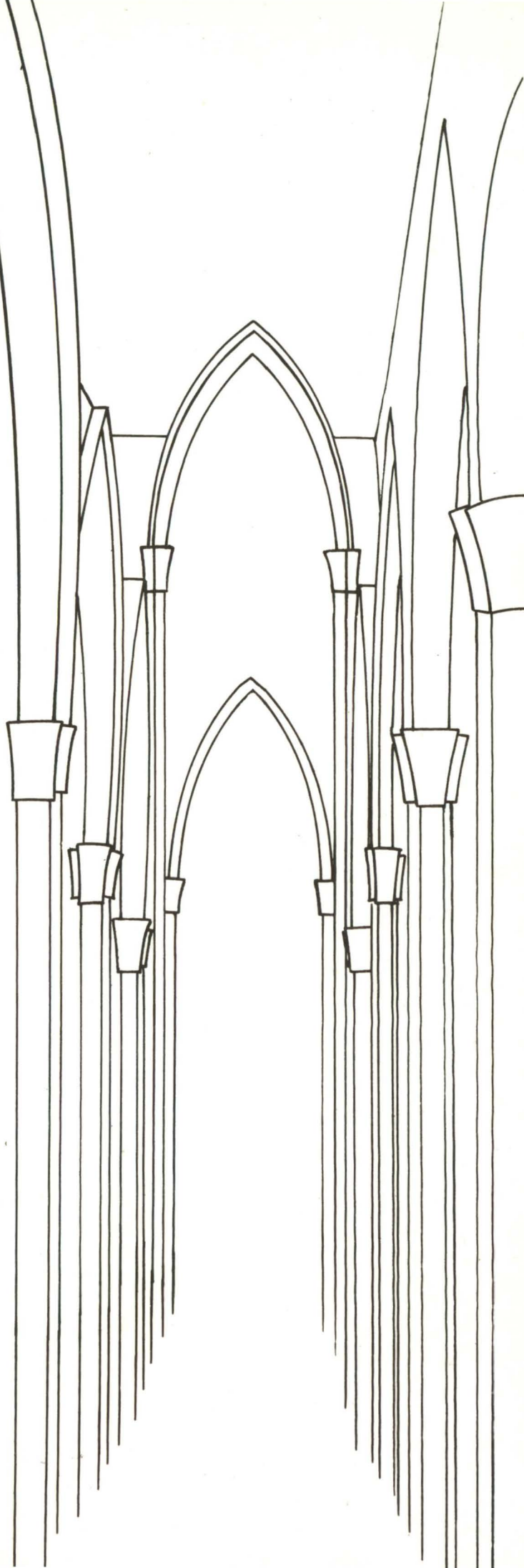
ARQUEOLOGIA E HISTÓRIA



VOLUME 51
1999
LISBOA



Edições Colibri



ARQVEOLOGIA
e
HISTÓRIA

Revista da Associação dos Arqueólogos Portugueses

Associação dos Arqueólogos Portugueses

ARQVEOLOGIA e HISTÓRIA



Volume 51

1999

Lisboa

Título ARQUEOLOGIA E HISTÓRIA
Volume 51
Edição Edições Colibri e Associação dos Arqueólogos Portugueses
Redacção Direcção da A.A.P.
Coordenação João Muralha
Paginação Albertino Calamote
Impressão Colibri Artes Gráficas
Tiragem 1 000 exemplares

© Associação dos Arqueólogos Portugueses
ISSN 972/9451-39-7
Depósito Legal 73 446/93
Preço 3 150\$00
(Inclui I.V.A. à taxa de 5%)

Solicita-se permuta

On prie l'échange

Exchanged wanted

Sollecitiamo scambio

Tauschverker Erwünscht

Os artigos publicados nesta Revista

são da exclusiva responsabilidade dos respectivos autores

Sumário

Prefácio	7
<i>José Arnaud</i>	
Colóquio Comemorativo do Centenário da Morte do Arquitecto Possidónio da Silva	
Palavras proferidas pelo Arq. Jorge Farelo Pinto na sessão inaugural do Colóquio	11
Palavras proferidas pelo Dr. José Morais Arnaud na sessão inaugural do Colóquio	13
A Maçonaria Irlandesa e Possidónio da Silva	15
<i>A. H. de Oliveira Marques</i>	
Possidónio, cidadão medalhado	19
<i>Francisco Simas Alves de Azevedo</i>	
O Albergue dos Inválidos do Trabalho	23
<i>Eunice Relvas</i>	
Possidónio, precursor do ensino e da investigação arqueológica em Portugal	31
<i>José Arnaud</i>	
Possidónio da Silva e as origens da salvaguarda e valorização do património histórico-artístico e monumental português	37
<i>Jorge Custódio</i>	
Possidónio da Silva e Lisboa	61
<i>Francisco Santana</i>	
“Hum Arquitecto Português” nos anos 30 a 80	67
<i>José Augusto França</i>	
Relatório	
Escavações Arqueológicas da Igreja do Convento do Carmo	73
<i>Fernando Rodrigues Ferreira</i>	
Vária	
Práticas funerárias da Pré-História Recente na Região Centro Norte Litoral	167
<i>Fernando A. Pereira da Silva</i>	
O Ensino da Epigrafia	197
<i>José D’Encarnação</i>	
Notas sobre alguns aspectos antropológicos dos restos humanos exumados da Igreja do Antigo Convento do Carmo de Lisboa	205
<i>Luís Lopes e Maria Cristina Neto</i>	

Histórico das Cédulas de Portugal e respectivo Inventário da Colecção da A. A. P.	221
<i>Nestor Fatia Vital</i>	
Deambulando com Possidónio	235
<i>Francisco Santana</i>	
A Praça de Touros da Horta da Cêra	239
<i>Francisco Santana</i>	
Lembrando o P. ^o Domingos Maurício Gomes dos Santos S.J. (1896-1978)	243
<i>Francisco Santana</i>	
Um exemplo raro e talvez único do “D. Quixote da La Mancha”	247
<i>Guilherme de Oliveira Santos</i>	
Algumas palavras sobre os Brasões da Província de Timor e da Cidade de Dili	257
<i>Francisco Simas Alves de Azevedo</i>	
Boletim	
Relatório da Direcção, das Secções de Pré-História, História, e das Comissões de Estudos Olisiponenses e de Heráldica, respeitante ao ano associativo de 1995/1996	261
Relatório da Direcção, das Secções de Pré-História, História, e das Comissões de Estudos Olisiponenses e de Heráldica, respeitante ao ano associativo de 1996/1997	273

Prefácio

Com este volume da revista *Arqueologia e História*, referente ao ano de 1996 e 1997, retoma-se a publicação, que se procurará manter com regularidade, do principal meio de comunicação entre esta Associação, os seus associados, e o mundo exterior. Na realidade por diversas circunstâncias, não tem sido possível publicar esta revista com a desejável regularidade, desde há já mais de 20 anos. Com efeito, embora nesse período tenham sido publicados vários números da *Arqueologia e História*, tratou-se sempre de números especiais, como o comemorativo dos 125 anos da Associação, ou o *in memoriam* do nosso saudoso Presidente, Prof. Doutor D. Fernando de Almeida.

Tem sido costume nesta Associação, mudar o número de série sempre que mudam as Direcções, mesmo que não tenha havido mudanças substanciais na sua orientação editorial, ou no seu formato. Daí resulta que, desde que a Associação publica, já houve onze séries, e apenas 50 volumes. Decidiu-se, assim, renumerar sequencialmente todos os volumes das anteriores séries. De que resultou a atribuição ao presente volume do número 51.

Tendo em consideração que a revista *Arqueologia e História* deverá ser um reflexo directo das actividades desta Associação, o presente volume refere-se aos anos de 1996 e 1997. Como em 1996 se comemorou o centenário do falecimento do seu fundador, Joaquim Possidónio Narciso da Silva, a primeira parte do volume é naturalmente dedicada à publicação dos textos apresentados ao Colóquio comemorativo, organizado pelo nosso estimado consócio e ilustre Presidente da Assembleia Geral, Dr. Francisco Santana, a quem a Direcção muito agradece a forma como se empenhou nessas comemorações.

A segunda parte é constituída pelo relatório das escavações de salvamento realizadas, com excelentes resultados, na antiga igreja do Convento de Nossa Senhora do Monte do Carmo, pelo nosso estimado consócio Dr. Fernando Rodrigues Ferreira, por ocasião das obras de consolidação das infra-estruturas, realizadas pelo consócio a quem foi adjudicada a construção das novas linhas do Metropolitano de Lisboa, as quais, como se sabe, atravessam o subsolo das Ruínas do Carmo.

Finalmente publicam-se ainda alguns textos apresentados às várias secções e comissões da nossa Associação, bem como os relatórios referentes ao ano associativo de 1995-96 e 1996-97.

**Colóquio Comemorativo do Centenário da Morte
do Arquitecto Possidónio da Silva**



«Joaquim Possidonio Narcizo da Silva, Paris Outubro 1895, tendo 90 anos.»
(Foto cedida pela Associação dos Arqueólogos Portugueses)

Colóquio comemorativo do Centenário da Morte do Arquitecto Possidónio da Silva

Exmo. Senhor Dr. José Morais Arnaud
Presidente da Direcção da Associação dos Arqueólogos Portugueses
Meus senhores e minhas senhoras

Cabe-me enquanto Presidente do Conselho Regional Sul dar-vos as boas vindas e expressar o imenso prazer que temos em receber nesta casa este Colóquio comemorativo do centenário da morte do Arquitecto Possidónio da Silva.

E porquê? Porque as duas AAP, ao organizarem este encontro estão sublinhando a natural complementaridade das Artes.

Julgo que tanto para vós Arqueólogos como para nós Arquitectos termos um patrono comum que em 1863 funda a *Real Associação dos Architectos e Archeologos Portugueses*, significa que as “pontes” existem desde as origens.

Aliás, o facto deste acontecimento ser aqui é a feliz materialização do desejo da AAP em estabelecer laços com outras disciplinas ou áreas do saber de modo a fomentar perspectivas complementares abrangentes.

E se alguns valores ressaltam desde logo da actuação profissional do Arquitecto Possidónio da Silva eles serão sobretudo os que dizem respeito à defesa do património e a um espírito de modernidade em sintonia com o seu tempo. Talvez fruto de posicionamentos mais globalizantes e integradores do que se vai passando no Mundo.

Mas os trabalhos que se irão desenrolar durante o dia de hoje, trarão seguramente contributos que enriquecerão o nosso conhecimento.

Termino enfatizando a satisfação de vos colher nesta casa que não é só dos Arquitectos, fazendo votos para que outras acções tenham lugar.

Aqui fica desde já o registo do nosso empenho e contributo em as concretizar e levar por diante os nossos projectos.

Arquitecto Jorge Farelo Pinto

Colóquio comemorativo do Centenário da Morte do Arquitecto Possidónio da Silva

Senhor Presidente da Comissão Organizadora das Comemorações do
Centenário da Morte de Possidónio da Silva
Senhor Presidente da Associação dos Arquitectos Portugueses
Minhas senhoras e meus senhores:

Ao abrir este Colóquio comemorativo do centenário da morte de Joaquim Narciso Possidónio da Silva, ilustre fundador da Real Associação dos Arquitectos Cívicos e Arqueólogos Portugueses, queria saudar muito especialmente os descendentes do homenageado, na pessoa da Ex.^a Senhora Dr.^a Ana Maria Rodrigues Lapa e agradecer a hospitalidade fraternal da Associação dos Arquitectos Portugueses, a qual é particularmente grata numa altura em que o edifício em que Possidónio da Silva instalou em 1864 a sede da Real Associação e o Museu Arqueológico do Carmo se encontra encerrado ao público devido às obras de consolidação necessárias para preparar as ruínas da antiga Igreja do Carmo para impacto das obras de construção das novas vias do metropolitano que atravessam o seu subsolo. Com efeito, apesar dos esforços desenvolvidos pela Direcção da Associação dos Arqueólogos Portugueses, a qual só teve conhecimento dessa decisão, em nosso entender insuficientemente ponderada, após o início dos trabalhos, fomos mais uma vez postos perante um facto consumado. Resta-nos assim esperar que sejam efectivamente cumpridas as promessas feitas pelo próprio Primeiro-Ministro, de que tudo será feito no sentido de evitar a destruição de uma das principais obras de Possidónio da Silva, a que este ilustre Arquitecto e Arqueólogo dedicou várias décadas da sua frutuosa existência.

Quero também agradecer ao Dr. Francisco Santana, ilustre Presidente da Comissão Organizadora das Comemorações do Centenário da Morte de Possidónio da Silva, todos os esforços desenvolvidos no sentido de dar a estas Comemorações a dignidade que a ocasião e a figura do homenageado justificam. Por um conjunto de circunstâncias adversas, o principal acto comemorativo acabou por ser este Colóquio. Com efeito, outras iniciativas, tais como a exposição bio-bibliográfica, e a reedição de algumas das suas obras mais marcantes, não chegaram a ser concretizadas, em grande parte devido ao facto de o Museu, a Biblioteca e o próprio Arquivo da Associação estarem neste momento inacessíveis, devido às obras em curso nas Ruínas do Carmo. Estou, porém, certo que o prestígio e a sabedoria dos investigadores convidados a apresentar comunicações neste Colóquio sobre a vida e a obra de Possidónio da Silva serão suficientes para honrar e para ajudar a perpetuar a sua memória. Cabendo-me a imerecida honra de Presidir à Direcção de uma Associação que Possidónio da Silva fundou, há 133 anos, e a cujos destinos presidiu até ao fim, resta-me esperar que o seu exemplo ajude a actual Direcção a superar uma das mais profundas crises da sua já longa existência, de modo a poder transmitir às Direcções e às Gerações vindouras uma Associação dinâmica e prestigiada, e um Museu moderno e atractivo, como decerto o teria desejado o próprio Possidónio da Silva, hoje de novo entre nós.

José Morais Arnaud

(Presidente da Direcção da Associação dos Arqueólogos Portugueses)

A Maçonaria irlandesa e Possidónio da Silva

A. H. DE OLIVEIRA MARQUES

A politização da Maçonaria no século XIX desagradou a muita gente. Maçons bem formados, ou simplesmente apolíticos, afastaram-se, desiludidos com o caminho que a Ordem ia trilhando. A cisão do Grande Oriente Lusitano, de Saldanha e da sua gente, agravada ainda pela autonomização dos maçons progressistas do Norte, levava a uma maçonaria tricéfala, pouco prestigiada como tal, quer dentro quer fora das fronteiras. É de supor que o ritual estivesse reduzido ao mínimo, apressadamente cumprido, e que os templos se mostrassem mal e escassamente decorados.

Foi nestas condições que, durante 1837, levedou o movimento que originaria a introdução do Rito Escocês Antigo e Aceite e a instalação de uma loja “nova”, sem obediência aos politizados Grandes Orientes nacionais. Um comerciante natural de Gibraltar e residente em Lisboa havia alguns anos em 19 de Setembro de 1837 com o nome sintomático de *Regeneração*. Os cronistas mencionam ainda um seu irmão de nome D. João Coelho, parece ter sido o impulsor principal da loja escocesa, instalada em Lisboa havia alguns anos, de nome D. Miguel João Coelho, como coadjuvante na iniciativa, mas omitem os nomes que mais nos interessariam, os dos maçons portugueses fundadores, descontentes com o estado dos três Grandes Orientes e dissidentes seus. Um deles, irmão do Visconde das Antas, terá sido Frederico Guilherme da Silva Pereira, *Voltaire*, magistrado, que viria a ser instalador e o primeiro Venerável da nova oficina.

João e Miguel João Coelho pertenciam a uma loja gibraltina do Rito Escocês Antigo e Aceite, dependente da Grande Loja irlandesa de Dublin. Foi também sob os auspícios desta Obediência estrangeira que se instalou em Lisboa a loja *Regeneração*, devidamente registada no quadro correspondente, onde recebeu o n.º 338. É possível que os membros fundadores fossem poucos, incluindo gibraltinos, ingleses e irlandeses, provavelmente todos católicos. Mas a loja teve em si mesma grande força expansiva, o que levou à multiplicação dos obreiros em poucos anos. Em 1842 eram já 120, o que correspondia a uma média de 24 entradas por ano.

Nesta última data, foi resolvido constituir em Portugal uma Grande Loja Provincial. Para o efeito a loja *Regeneração* n.º 338 desmembrou-se em quatro, criando-se, com o mesmo nome, as oficinas n.ºs. 339, 340 e 341, presumivelmente com uma média de 30 obreiros cada. Foi promulgada uma Constituição e a nova Obediência ganhou alguma autonomia relativamente a Dublin. Como Grão-Mestre Provincial, elegeu-se o padre Marcos Pinto Soares Vaz Preto, confessor da rainha e figura conhecida nas fileiras cartistas. A esta Maçonaria tinham, nesses quatro anos, aderido algumas personalidades de relevo nacional, como os irmãos Castilho (António, Alexandre e Augusto), o comerciante Guilherme Allen, o médico Guilherme Centazzi, o *arquitecto Possidónio da Silva*, o jornalista e escritor Mendes Leal, além de oficiais de Marinha, funcionários públicos, etc., convertendo-se em Obediência genuinamente portuguesa.

A maçonaria irlandesa em Portugal assentava nos três pilares característicos de toda a Maçonaria anglo-saxónica: “regularidade” – ou seja, subordinação à Grande Loja de Dublin, émula da Grande Loja de Londres – ritualismo e filantropia. Nos dois últimos, mostrou-se verdadeiramente inovadora, quer pela introdução de um novo rito e pela correcção e brilho com que o parece ter praticado quer pela criação de um fundo de pensões a familiares de obreiros falecidos e a prática de outros actos de benemerência.

As discussões de carácter político e religioso achavam-se expressamente proibidas. Por cima do pórtico da entrada para a sede da Grande Loja Provincial podia ler-se a seguinte quadra:

“De humanas crenças discutir princípios,
Neste recinto, Irmãos, nos é vedado;
Políticas, questões que o mundo ocupam
Não agiteis neste lugar sagrado.”

Pertencentes à loja *Regeneração n.º 338*, de Lisboa, conhecemos os seguintes nomes, todos colegas e amigos de Possidónio da Silva.

N.º de ordem	Nome Profano	Nome simbólico	Data ent.	Data nasc.	Natural.	Estado civil	Profissão	Cargo
1	Alexandre Magno de Castilho	Afonso de Albuquerque	1840	1803	Lisboa	Cas.	Comerc.	
2	António Feliciano de Castilho	Chénier	1839	1800	Lisboa	Cas.	Escritor	
3	Augusto Frederico de Castilho	Bossuet	1839	1803	Lisboa	solt.	Clérigo	
4	Carlos Manuel de Freitas Jácome	Marco António	1838-40	[...]	[...]	[...]	[...]	
5	Feliciano António Marques Pereira	Solon	1838-42	1803	Lisboa	[...]	Of. Mar.	
6	Frederico Guilherme da Silva Pereira	Voltaire	[...]	1806	Moção	Cas.	Magist.	Venc. 1837
7	Guilherme Allen	Scott	1838-42	[...]	[...]	[...]	Comerc.	
8	Guilherme Centazzi	Egas Moniz	1840	1808	Faro	[...]	Médico	
9	D. João Coelho	Porcena (?)	1837	[...]	Gibraltar	[...]	Comerc.	
10	João Pedro Freire da Fonseca	[...]	[...]	[...]	[...]	[...]	[...]	I.º V.
11	João Sanguinetti	Régulo	1838-42	[...]	[...]	[...]	[...]	
12	João Stott Howarth Junior (Howarth)	[...]	[...]	1829	Londres	Cas.	Comerc.	Ven.
13	Joaquim Possidónio Narciso da Silva	Vitrúvio	1838-42	1806	Lisboa	Cas.	Arquit.	Ven. 1841
14	Jorge César de Fianiére e Mourão	Hector	1838-42	1813	Rio Janº.	[...]	F. públ.	
15	José Aves da Cunha	Pompeu II	1838-42	[...]	[...]	[...]	F. públ.	
16	José Baptista de Andrade	Rómulo	[...]	1819	Lisboa	Cas.	Of. Mar.	
17	José Carlos de Freitas Jácome	Tito. J.	1838-42	1808	Tomar	[...]	F. públ.	
18	José da Silva Mendes Leal Junior	Ariosto	[...]	1820	Lisboa	[...]	F. públ.	
19	Marcos Pinto Soares Vaz Preto	Filemon Fabrício	1834-41	1782	Sesimbra	Solt.	Clérigo	Or. (1841)
20	Manuel Maria Jacobetti	Mário	1838-42	[...]	[...]	[...]	[...]	
21	D. Miguel João Coelho	Porcena (?)	1837	[...]	Gibraltar	[...]	Comerc.	
22	Pedro Júdice Bicker	Epicuro	1838-42	[...]	[...]	[...]	[...]	
23	Sebastião Peres Barroso	[...]	[...]	[...]	[...]	[...]	[...]	Venc.
24	[...] Cardoso	[...]	1838-41	[...]	[...]	[...]	[...]	
25	[...] Niveaux	[...]	1838-40	[...]	[...]	[...]	[...]	

Como se vê, o seu nome simbólico era Vitrúvio, tendo sido Venerável da loja em 1841.

Além da loja *Regeneração, n.º 338*, Possidónio da Silva pertenceu provavelmente ao *Supremo Conselho do Grau 33*, juntamente com as seguintes personalidades:

N.º de ordem	Nome Profano	Nome simbólico	Data ent.	Data nasc.	Natural.	Estado civil	Profissão	Cargo
1	António Gregório de Freitas	[...]	[...]	1791	Lisboa	[...]	Of. Mar.	
2	António José de Sampaio	[...]	1872	[...]	[...]	[...]	Comerc.	
3	Domíngos Chiappori de Ambrosi	[...]	1857	[...]	Génova	[...]	Comerc.	S.C.G.
4	Frederico Guilherme da Silva Pereira	Voltaire	[...]	1806	Moção	Cas.	Magistr.	S.C.G.
5	João António Brignoli Laureto	[...]	1857	1800	[...]	[...]	Médico	L.T.
6	João Maria de Seita e Sá	[...]	[...]	[...]	[...]	[...]	[...]	
7	Joaquim António da Silva Cordeiro	[...]	[...]	[...]	[...]	[...]	[...]	
8	Joaquim José Gonçalves Matos Correia	[...]	[...]	1801	Lisboa	[...]	Of. Mar.	Tes.
9	Joaquim Possidónio Narciso da Silva (?)	Vitrúvio	[...]	1806	Lisboa	Cas.	Arquit.	
10	Joaquim Romão Lobato Pires	[...]	[...]	1810	Lisboa	[...]	Of. Mar.	L.T.
11	Manuel Martins da Paz Guerreiro	[...]	[...]	[...]	[...]	[...]	[...]	

As receitas do Oriente irlandês eram proporcionalmente superiores às das outras Obediências, devido às elevadas contribuições exigidas aos membros. Em 1859, calculava Miguel Antó-

nio Dias, que “o Irmão Irlandês, desde a sua iniciação até ao grau 33, terá despendido nas jóias respectivas, exceptuando os diplomas, 2.257\$000 réis, conforme a tabela a que se refere o artigo 24.º da Concordata, que é o seguinte:

“O quantum de cada pensão regular-se-à em relação ao grau e idade maçónica do Irmão do nosso círculo, sendo o mínimo por mês 3000 rs., e o máximo 3 300 rs.”

Este facto permitiu ao Oriente Irlandês despendar verbas avultadas em pensões aos familiares dos obreiros falecidos e em outros actos benéficos e de assistência, bem como instalar-se condignamente e com ritual aperfeiçoado. À maneira de Monte-Pio, aquele Oriente criou, em 1853, a chamada “Coluna de Ouro”, para a qual tinham de contribuir todos os filiados, com avultadas contribuições. Destinava-se, sobretudo, a socorrer viúvas e órfãos de maçons. Os seus membros intitulavam-se “Cavaleiros da Coluna de Ouro”.

Conhece-se a sucessão de Grão-Mestres Provinciais, que foi a seguinte:

Marcos Pinto Soares Vaz Preto	1842-1851
Joaquim Possidónio Narciso da Silva	1851-1853
Frederico Guilherme da Silva Pereira	1853-1871

Ignora-se por que razão exerceu Possidónio da Silva as suas funções durante tão pouco tempo.

Como em todas as Obediências do tempo, as lojas da Maçonaria irlandesa trabalhavam em locais separados. Em 1859, contudo, trataram de ampliar um dos templos maçónicos e de albergar, na sede da Obediência, a actividade das quatro oficinas existentes. Essa sede era provavelmente na rua de S. Pedro de Alcântara, n.º 55, em Lisboa. Mas em 1872, quando o Oriente Irlandês se veio a fundir com o Grande Oriente Lusitano Unido, a sua sede (“Palácio Maçónico”), estava já na Rua do Salitre, onde se conservou a loja *Regeneração Irlandesa*.

Possidónio, cidadão medalhado

FRANCISCO DE SIMAS ALVES DE AZEVEDO

À memória de Manuel Patrício Alvares, meu trisavô, medalhado com a medalha das Campanhas da Liberdade e cavaleiro da Torre e Espada, tal como Joaquim Possidónio Narcizo da Silva, seu correligionário e presumível companheiro de armas, dedico este trabalho.

Senhor Presidente do Conselho Directivo Regional do Sul da Associação dos Architectos Portugueses, nosso hospedeiro,

Senhor Presidente da Associação dos Arqueólogos Portugueses, prezado e ilustre Consócio,

Senhora professora D.^a Ana Maria Pimenta de Sousa Lima Rodrigues Lapa, digníssima trineteta de Joaquim Possidónio, e seu marido senhor professor António Rodrigues Lapa,

Senhor Dr. Francisco Santana, activo presidente da Comissão organizadora destas comemorações, prezado e ilustre Consócio e Confrade.

Senhoras e Senhores,

Estimados Consócios,

A contribuição que honrosamente fui convidado a dar para a justa homenagem à memória do nosso Fundador, neste centenário do seu falecimento, consiste fundamentalmente, pelo que a esta comunicação diz respeito, na tentativa de identificação das insígnias representadas no retrato a óleo de Joaquim Possidónio Narcizo da Silva, existente na sede da Associação dos Arqueólogos.

Insígnias de condecorações instituídas para galardoar méritos de vária natureza, cuja atribuição a Joaquim Possidónio nos mostra claramente como tais méritos lhe foram reconhecidos, fora e dentro das fronteiras, pelas entidades dispensadoras de tais honras.

Reconhecimento que é índice não só do merecido prestígio do combatente da Liberdade, do artista, do homem de bem e de ciência, desaparecido há cem anos, mas também do respeito que, ao tempo, o nosso país, em civilizada e civilizadora monarquia constitucional, desfrutava internacionalmente.

As conclusões a que cheguei sobre a identificação das insígnias foram confirmadas pela existência de elementos biográficos, minuciosos, publicados, de Joaquim Possidónio, para alguns dos quais¹ me chamou à atenção, com a sua habitual fraternidade científica, o ilustre consócio e Exm.^o Amigo Dr. Francisco Santana, que aqui encontrará o registo do meu agradecimento sincero.

¹ *Biografia do sócio fundador, architecto e archeologo Joaquim Possidónio Narcizo da Silva* por Costa Goodolphim, lida em sessão solene de 17 de Junho de 1894, Lisboa, Typographia Universal (Imprensa da Casa Real), 1894, uma publicação da Real Associação dos architectos civis e archeologos portugueses.

"Faire-part" do falecimento de Joaquim Possidónio Narcizo da Silva, em francês, datado de Lisboa, Sete Rios, 26 de Março de 1896.

Preciosos elementos iconográficos e medalhísticos, conservados na família do nosso Fundador, de que foi permitido, e muito amavelmente facilitado, o estudo – que realizei cuidadosa e piedosamente – pela Exm.^a Senhora professora D.^a Ana Maria Pimenta de Sousa Lima, trineta de Joaquim Possidónio, possibilitaram comparações esclarecedoras.

Joaquim Possidónio Narciso da Silva nascido em 1806, falecido em 1896, vive na época do triunfo das revoluções liberais, da institucionalização dos sistemas delas decorrentes, baseados no princípio da igualdade perante a lei, e do crescer do individualismo.

Igualdade perante a lei com a qual se relaciona o fenómeno contemporâneo do aparecimento e multiplicação das ordens de mérito. Ordens cuja concessão galardoa a actuação do indivíduo, em que se honra um cidadão pelo que ele realizou, independentemente dos seus antecedentes familiares e sociais, que não são tomados em conta².

Época em que tanto mais se valorizam e ambicionam esses galardoados quanto se sabe que são exclusivamente motivados pelo procedimento individual. A condecoração será só para o condecorado, não é transmissível à sua descendência, como a antiga nobilitação.

Época romântica e sã em que muitos cobiçavam mais as honras do que os proveitos, e em que, sem tortuosidades de falsa modéstia, o condecorado se mostrava, a contemporâneos e vindouros, com todas as suas condecorações... E Possidónio Narciso da Silva, no seu retrato – de certeza posterior a 1882, creio até que a 1891 – olha-nos, serenamente ostentando *onze* insígnias condecorativas.

Militar no exército do Rei-Soldado (Batalhão de Voluntários do Comércio) depois arquitecto da Casa Real portuguesa, foi Joaquim Possidónio autor de numerosas obras da sua especialidade, construídas ou planeadas, em Portugal e no Estrangeiro, empreendeu várias escavações arqueológicas, não só no território nacional, tomou parte em exposições e congressos científicos internacionais, intervenções premiadas em várias ocasiões com medalhas de bronze, prata e prata dourada, assinou não poucos estudos de tema artístico ou arqueológico, preleccionou sobre história da arquitectura, foi sócio honorário, de mérito, ou correspondente de academias – algumas de grande prestígio – de vários países europeus e dos Estados Unidos, e até, teve a nomeação de “conselheiro arquitecto” do imperador da Alemanha.

Tudo isto explicará que não só o Estado português, mas também o espanhol, o francês, o italiano, o prussiano, o romeno e o brasileiro – agindo em correcto e louvável critério – tivessem distinguido o nosso Fundador com graus de suas ordens de mérito, e diga-se, desde já, das de mais prestígio.

Mas tempo é, de convosco, me debruçar sobre o retrato desse “intelectual português de cultura europeia” na feliz expressão da Comissão organizadora das comemorações do centenário que assinalamos.

O dito retrato a óleo mostra-nos Joaquim Possidónio Narciso da Silva já muito idoso, com pouco e encanecido cabelo, mas aparentando indiscutível vivacidade, olhar penetrante, sem deixar de ser meditativo, a boca com expressão de bondade, com os cantos caídos, pois a idade não perdoa e desilusões até um ilustre cidadão medalhado as terá tido. Traja casaca preta e colete branco.

Referirei as insígnias na ordem e disposição na qual as terá Possidónio agrafado à sua casaca, antes de se sentar perante o pintor, ordem e disposição não obedecendo à cronologia das concessões, mas provavelmente a critério pessoal do condecorado.

Colocou em primeiro lugar no peito a muito prestigiosa Ordem portuguesa da Torre e Espada (no pescoço, deu precedência em relação a esta, a algo que julgo tenha recebido desta Associação); em seguida a Legião de Honra, de enorme e bem conhecido prestígio em França, e depois as restantes, por sinal algumas estrangeiras, antes de outra portuguesa, o que, creio, posteriormente não se faria.

Eis as conclusões a que cheguei.

² Manda a justiça dizer que já no período do Despotismo esclarecido surge uma ou outra ordem com estas características.

Ao pescoço, de dentro para fora: A) uma fita azul com um medalhão de ouro, que julgo ser a *medalha especial em ouro*, conferida pela então Real Associação dos Architectos e Archeologos Portuguezes, em 1891, *pelos serviços prestados à Arte e à Ciência*³, digna homenagem ao seu fundador e várias vezes presidente, B) o colar da Torre e Espada (conferida em 1834).

Ao peito, de cima para baixo e do centro para a periferia, em três filas, cada de três insígnias, que são as respeitantes aos seguintes graus e ordens.

A) Cavaleiro da Torre e Espada (esta condecoração apresenta a característica de que todos os graus, independentemente da sua insígnia própria, dão direito ao uso do colar); B) Oficial da Legião de Honra de França (conferida em 1882); C) Oficial da Instrução Pública de França conferida em 1882, uma das classes das Palmas Académicas⁴.

D) O que parece ser, muito mal representada, a insígnia de cavaleiro da Ordem da Coroa de Itália (conferida em 1871); E) medalha das Campanhas da Liberdade (também chamada medalha militar de D. Pedro e D. Maria) algarismo 2 (conferida em 1835); F) cavaleiro da Rosa, do Brasil (conferida em 1872).

G) Cavaleiro de São Maurício e São Lázaro, de Itália (conferida em 1872); H) comendador de Carlos III de Espanha (conferida em 1879); I) oficial da Águia Vermelha, da Prússia (conferida em 1874).

Antes de prosseguir, uma interrogação.

Pergunto por que é que Joaquim Possidónio, durante todo o reinado de El Rei D. Luís, arquitecto da Casa Real, não foi condecorado com a Ordem de Santiago. É uma circunstância de estranhar pois foi precisamente D. Luís quem – desenvolvendo decisões de sua antepassada D. Maria I – determinou que esta ordem seria destinada a galardoar o mérito científico, literário e artístico.

Seja qual for a resposta, deve, porém lembrar-se que D. Luís integrou Joaquim Possidónio na nobreza portuguesa, atribuindo-lhe, em 1866, o grau de fidalgo cavaleiro da Casa Real, dignidade, esta, transmissível à descendência do beneficiário, o que, claro, não aconteceria em relação a qualquer grau de Santiago, por muito elevado que fosse.

Os elementos iconográficos conservados na família de Joaquim Possidónio (cinco retratos) mostram, pelo que a condecorações e insígnias diz respeito, mais ou menos o mesmo que o retrato a óleo pertencente à Associação.

Não encontrei nesses elementos, tal como no retrato a óleo, a insígnia da medalha de ouro de Mérito de 1.^a Classe da Roménia, o que surpreende, pois o respectivo agraciamento terá sido em 1879⁵ e, como a seguir referirei, um dos retratos que a Exm.^a trineteta de Joaquim permitiu e facilitou o estudo, está datado de 1895.

Referirei que numa dessas imagens o nosso Fundador ostenta, ao pescoço, a insígnia desta sociedade científica que fundou. Também valerá a pena referir que em três desses retrato (dois dos quais são fotografias tiradas em Paris, em Outubro de 1895⁶) o retratado enverga farda (presumivelmente) de fidalgo, segurando até, numa delas, o respectivo espadim.

Espero não abusar da vossa benevolente atenção, acrescentando uma palavras sobre algumas circunstâncias das ordens de mérito de que o nosso Fundador recebeu graus.

Circunstâncias que permitirão avaliar um pouco mais em pormenor o significado da respectiva concessão a Joaquim Possidónio Narciso da Silva.

³ Obra citada em primeiro lugar na nota (1), p. 25.

⁴ Com Possidónio não se passava, como se vê, o mesmo que com o personagem contemporâneo imaginado por Anatole France, o professor Bergeret, cujo uso das Palmas Académicas em público fazia reparar que o portador *não* tinha a Legião de Honra...

⁵ Obra citada em primeiro lugar na nota (1), p. 25.

⁶ Uma dessas fotografias tem a assinatura de Joaquim Possidónio, datada de Lisboa, 12 de Fevereiro de 1896, e, no verso, um autógrafa de que seu filho Ernesto da Silva dizendo ter-lhe sido oferecida pelo pai quando este regressou de Paris, em Novembro de 1895.

A Ordem da Torre e Espada, originariamente destinada pelo príncipe regente D. João, seu fundador (ou restaurador, como alguns pretendem) a galardoar militares não católicos, receberá novos estatutos de D. Pedro, duque de Bragança, regente na menoridade de D. Maria II, o qual a destinará a assinalar merecimento pessoal excepcional, principalmente na profissão militar.

A Legião de Honra, por expressa determinação do seu fundador, o então Primeiro Cônsul Bonaparte, desde a instituição que se destinou a galardoar o mérito militar e o mérito civil. Logo no período napoleónico, homens de ciência, escritores e artistas receberão esta condecoração, mantida, aliás, prestigiada, e com o mesmo critério distribuída por todos os regimes franceses – mesmo pelos ferozmente anti-bonapartistas – até aos nossos dias.

As Palmas Académicas, também criação napoleónica, eram originariamente não um galardamento em si, mas o emblema de títulos honoríficos atribuídos a professores universitários. Com Napoleão III torna-se uma condecoração, independentemente de funções e graus universitários, destinada não só ao Corpo Docente, mas também a quem, pela sua actividade cultural, o ajudasse na sua tarefa.

A Ordem de São Maurício e São Lázaro, originariamente saboiana, ordem de corte destinada à nobreza católica, tornar-se-á posteriormente italiana e ordem de mérito, em processo de democratização, que é o da dinastia sua instituidora.

A Ordem da Coroa de Itália, cuja instituição assinalará a unificação italiana será, desde o início, uma das ordens de mérito do novo estado.

A Ordem da Águia Vermelha, segunda ordem do Estado prussiano, destinava-se ao mérito civil e militar.

A Ordem de Carlos III será, desde meados do século XIX, a mais categorizada ordem de mérito espanhola.

Quanto à Ordem da Rosa, é uma das ordens de mérito instituídas por D. Pedro I, imperador do Brasil, integrando-se tais criações em manifestações da recém adquirida soberania completa.

Permitam-me que conclua parafraseando Camões.

Se lá no assento etéreo aonde subiu a alma imortal de Joaquim Possidónio Narciso da Silva conhecimento desta vida se consente, rejubilará ela neste momento, não devido ao meu insignificante trabalho de identificador de insígnias, mas por todas estas comemorações em que o seu labor terreno foi dignamente lembrado e minuciosamente estudado.

Tenho dito.

O Albergue dos Inválidos do Trabalho, ideia pioneira de Possidónio (1864-1896)

EUNICE RELVAS

“Que reformas para os artistas quando cansados ou privados das fadigas de um penoso, aturado e em geral mesquinamente retribuído trabalho, a fim de não esmolarem de porta em porta? Nenhunas reformas. Meios nenhuns”¹

Este texto revela-nos a dura realidade a que estava sujeito o operariado de Oitocentos; foi neste tempo de total inexistência de protecção social, na doença e/ou na velhice, que Joaquim Possidónio da Silva teve a genial e filantrópica ideia (para muitos utópica) de criar, em homenagem a D. Pedro V, uma instituição de acolhimento para os operários cuja idade ou moléstias os impossibilitassem de trabalhar. Esta iniciativa humanitária, segundo palavras do arquitecto real, correspondia a duas aspirações “honrar a memória do rei – honrando também a classe operária na sua velhice e invalidez”.²

A ideia de criar um monumento em memória de D. Pedro V foi exposta por Possidónio, a 24 de Novembro de 1861, no Centro Promotor das Classes Laboriosas, verdadeiro centro das associações operárias, perante uma assembleia de 1 200 pessoas, sendo por todos aplaudida. O que suscitou discussão foi o tipo de instituição que se deveria fundar, sendo eleita uma comissão para analisar as diferentes propostas. Depois de analisar os sete projectos apresentados a comissão pronunciou-se a favor da fundação do hospital infantil, aproveitando as obras já iniciadas do hospital D. Estefânia, abandonando a ideia de fundar um asilo para os inválidos do trabalho, tida como irrealizável.

Contudo, Possidónio não desistiu do projecto e numa nova reunião no Centro Promotor, a 18 de Março de 1862, na presença dos representantes de quarenta e nove associações de todo o país³ discutiram-se as suas bases e orgânica. Da reunião de 21 de Junho de 1863, após longa discussão, resultou a aprovação dos estatutos do albergue e a constituição de uma comissão

¹ *Relatório e Contas da Direcção do Albergue...*, Lisboa, Imp. Nac., 1876, p.4.

² Carta de Possidónio citada por seu filho aquando do 30.º Aniversário do Albergue, *Relatório e Contas... ano económico de 1893-1894*, Lisboa, Imp. Nac., 1894, p. 14.

³ Associações que nomearam delegados: Associação Artístico-Comercial Portuense; Associação de Auxílio Mútuos; Associação de Beneficência Popular; Associação de Beneficência da Universidade de Coimbra; Associação Beneficente em memória de El-Rei o Senhor D. Pedro V; Associação dos Empregados no Comércio e Industria; Associação Fraternal dos Barbeiros, Amoladores e Cabeleireiros; Associação Fraternal dos Chapeleiros e Serigueiros; Associação Fraternal das Classes Laboriosas; Associação Fraternal dos Esteireiros; Associação Fraternal Lisbonense, Associação Fraternal dos Oleiros e Artes Correlativas; Associação Fraternal de S. Jorge; Associação dos Marceneiros, Entalhadores e Artes Correlativas; Associação do Montepio de N.ª Senhora das Dores, do Arsenal da Marinha; Associação dos Professores; Associação Promotora da Educação Popular; Associação Promotora da Industria Fabril; Associação Protectora de Infância Indigente; Associação Protectora dos Inválidos; Associação dos Sapateiros Lisbonenses; Associação de Socorros Mútuos dos Artistas Serpenses; Associação Teatral da Rua dos Condes; Associação do Trabalho para os Fabricantes de Seda; Associação Tipográfica Lisbonenses e Artes Correlativas; Associação Tipográfica Portuense; Banco de Capitalização; Caixa de Socorros da Imprensa Nacional; Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas; Crença Social; Grémio Nacional; Grémio Popular; Montepio Aliança; Montepio Artístico Elvense; Montepio da Corporação dos Alfaiates sob a invocação de N.ª Senhora da Purificação; Montepio Firmeza; Montepio da Irmandade de Santa Catarina do Monte Sinai da

responsável por reunir os meios necessários à sua instalação. A 10 de Julho na primeira reunião da comissão elegeu-se a direcção que ficou constituída por: Possidónio da Silva, presidente; padre Joaquim Vital da Cunha Sargedas, vice-presidente; José de Sousa Almeida Brandão, 1.º secretário; João Pedro Carreira Seixas, 2.º secretário; João José de Sousa Teles, tesoureiro; e pelos vogais Pedro Venceslau de Brito Aranha e Dr. Joaquim Eleutério Gaspar Gomes.

Para a instalação do Albergue era necessário angariar fontes de receita, pois esta instituição de iniciativa particular não contava com qualquer tipo de apoio estatal; realizaram-se benefícios e festas no Passeio Público, no teatro D. Maria II, no Circo Price e no Café Concerto e fizeram-se peditórios de porta em porta, nos quais participaram as filhas de Possidónio, o que lhe valeu o epíteto de *asilos dos cinco réis*.

Desde o início foi decidido pedir donativos às associações, mas o resultado foi decepcionante sendo frequentes os apelos da direcção à contribuição dos operários, na “materialização” da doutrina, (...), de que todos os operários no vigor da idade e da saúde, a que não falta o trabalho quotidiano, cumpre, mais do que ninguém, velarem por essas instituições; que velando por elas cuidam de si mesmos, providenciam pelo futuro provável que os espera”.⁴ Os pedidos de apoio e solidariedade partiam também da imprensa periódica, no *Jornal de Todos*, em 1870, incitava-se os trabalhadores a passarem em “fraternal visita por aquela casinha aonde se abriga o que às vezes foi seu mestre ou rude companheiro”.⁵

Mais frequentes são os donativos enviados pelos patrões, a partir de quotizações entre os seus empregados; é este o caso da dádiva enviada por Estevão de Sousa, produto da subscrição levantada entre os empregados dos seus estabelecimentos e ourivesaria, e pelo qual recebeu o diploma de benfeitor do albergue; também os operários das obras do palácio da Ajuda, a partir de Março de 1864, contribuía semanalmente para a instalação. Importa saber quantos destes donativos “espontâneos” dos trabalhadores não eram forçados, visto o peditório ser encabeçado pela entidade empregadora. Com efeito, o desinteresse da classe operária é patente no *Relatório* de 1870-1872, onde se afirma que após terem pedido aos mestres canteiros e de obras para “promoverem por meio dos seus operários um donativo qualquer em favor deste útil asilo; que lhe é inteiramente consagrado. Nenhum porém acudiu ao nosso chamamento; então deliberámos dirigir um manifesto às classes trabalhadoras; o resultado foi infrutífero”.⁶

Apesar disso, conseguiu-se angariar os fundos necessários para o aluguer da casa pertencente ao Duque de Palmela, na então rua da Fonte Santa, onde se instalaria o albergue. Para o seu equipamento contribuía os principais estabelecimentos comerciais e industriais com roupas, mobiliário e outros objectos necessários à inauguração.

Durante o período por nós estudado as finanças do albergue revelam-se com saldo bastante positivo. As receitas ordinárias provinham das quotizações mensais ou anuais de subscritores; as extraordinárias dos legados, donativos, acompanhamento de funerais, peditórios pela Semana Santa (que terminaram, em 1876, por serem desnecessários face às receitas avultadas) e dos diversos mealheiros que se achavam distribuídos por vários estabelecimentos da capital.⁷ Os mealheiros constituíram uma importante fonte de receita até 1890, a partir desta data, começaram a decrescer em número e na quantidade de dinheiro “devido à pouca aceitação” que tinham por parte dos industriais.⁸ A confirmar esta realidade o facto de em 1896, dos setenta e quatro mealheiros que tinham existido, após nova numeração, restarem vinte e dois.

Corporação dos Livreiros; Montepio dos Músicos, junto à Irmandade de Santa Cecília; Montepio dos Ofícios de Sapateiros e Anexos; Montepio União; Sociedade dos Artistas Lisbonenses; Sociedade Humanitária de S. Mamede; Sociedade Humanitária de S. Sebastião; Sociedade Marítima Lisbonense; Sociedade Filantrópica Academia de Coimbra; Sociedade Filarmónica Alunos de Minerva; Sociedade de Ciências Médicas de Lisboa; Sociedade dos Artistas Lagoenses e Sociedade dos Artistas de Faro – *Relatório e Contas a sua fundação...*, Lisboa, Imp. Nac., p. 21.

⁴ *Ibidem*, p.6.

⁵ *Ibidem*, p. 9.

⁶ *Relatório e Contas da Direcção do Albergue...*, Lisboa, Imp. Nac., 1873, p.4.

⁷ Ver em Apêndice Mapa dos Mealheiros que existiram em Lisboa.

⁸ *Relatório e Contas da Direcção do Albergue...*, Lisboa, Imp. Tip., 1892, p.5.

Os dois primeiros albergados foram admitidos no mês de abril de 1864, um era formador e outro alfaiate, se bem que a inauguração oficial só ocorresse a 1 de Julho; até ao final do ano foram admitidos mais oito albergados, segundo as normas consignadas nos estatutos do albergue. A aprovação dos estatutos causou algumas dificuldades; tendo sido entregues em 1863 o Conselho Geral de Beneficência levantou obstáculos à sua aprovação invocando que o albergue não possuía meios de manutenção, o que teria como consequência contribuir para uma má imagem dos asilos existentes em Lisboa; mais uma vez só a determinação de Possidónio originou a sua aprovação por decreto de 7 de Novembro de 1866.

Os estatutos definiam as condições de acesso ao albergue destinado aos inválidos, manifestamente pobres, que se houvessem inabilitado para o trabalho no exercício do mesmo, por incidente ou velhice. Eram preferidos os subscritores, sendo ainda motivos de preferência: a falta absoluta de família; o ter o inválido prestado bom serviço a qualquer associação; o maior grau de pobreza e a idade avançada. O requerimento de ingresso dirigido à direcção deveria ser acompanhado de atestado de bom comportamento passado pelo pároco da área de residência dos últimos três anos; e da certidão que atestava a incapacidade para o trabalho, passada por um médico. A aprovação de novos estatutos, por alvará de 15 de Junho de 1874, estabeleceu a quota mínima mensal de 100 réis; sendo motivo de preferência o ter sido subscritor pelo menos por três anos. O albergado que tivesse subsídio de qualquer associação cedia a favor do albergue metade desse subsídio.

Em 1864 o albergue acolheu dez pessoas; doze anos depois tinha vinte e quatro albergados, atingindo em 1896 o número recorde de cinquenta e oito indivíduos; privilegiados num universo onde os operários “depois de consumidos os anos na lida do trabalho, se vêem exauridos de meios, tendo por último recurso a indigência”⁹ ou “implorar ingresso nesta ou semelhante instituição de caridade”.¹⁰ Os pretendentes a albergados eram bastantes, mas a capacidade de resposta do albergue era restrita; chegando a direcção, em 1877, a pedir ao ministro do reino a concessão do extinto Convento dos Cardais, para aí estabelecer o albergue, para ampliação e maior bem estar dos albergados. No ano seguinte, fazem-se pequenas obras no edifício e recomenda-se a compra de nova casa por forma a aumentar o número de albergados, porque “para muitos operários (alguns até com serviços à pátria) a reforma é apelarem para a caridade pública, se não tem cabida em qualquer asilo, principalmente o albergue, que lhes merece preferência, porque os seus companheiros vivem e são tratados nele como família”.¹¹

Adquirida a casa da Fonte Santa, por deliberação da assembleia geral de 18 de Abril de 1881, fazem obras de remodelação e ampliação em 1889-90; cinco anos depois substituíram-se uns dormitórios antigos por uma extensa camarata com catorze lugares, passando o número de albergados de 1891 a 1896, de trinta para cinquenta e oito. O edifício era composto por camaratas, refeitório, cozinha, oratório, sala de lavagens, arrecadações e jardins.

Toda a organização da casa obedecia ao Regulamento, aprovado em 1875, existindo horários rígidos que todos deveriam cumprir. Era obrigatório ouvir missa na igreja mais próxima e rezar após as refeições. A tabela alimentar consistia em carne cinco vezes por semana, peixe duas vezes, vinho todos os domingos, dias santos e gala.¹² Eram permitidos “passeios higiénicos” nos dias e horas estabelecidos, ler livros e jornais, e aos que fumassem ou tomassem rapé davam-lhes 10 réis por dia.

Os albergados só se poderiam apresentar em público uniformizados. A farda compunha-se de jaquetão, calça, colete, boné, capote e gravata.¹³ Todos ostentavam ainda fitas douradas nos braços com a indicação do número de albergado, passando, em 1896, a ser em seda verde e estampadas a óleo.¹⁴ Através da uniformização da farda e no anonimato dos números esperava-se

⁹ *Relatório e Contas...*, Lisboa, Imp. Nac., 1878, p.4.

¹⁰ *Relatório e Contas da Direcção do Albergue...*, Lisboa, Imp. Nac., 1879, p.3.

¹¹ *Relatório e Contas da Direcção do Albergue...*, Lisboa, Imp. Nac., 1879, p. 18.

¹² *Relatório e Contas da Direcção do Albergue...*, Lisboa, Imp. Nac., 1869, pp. 5-6.

¹³ *Relatório e Contas da Direcção do Albergue...*, Lisboa, Imp. Nac., 1868, p. 29.

¹⁴ *Relatório e Contas da Direcção do Albergue...*, Lisboa, Imp. Libânio da Silva, 1896, p. 17.

impor mais facilmente a disciplina vigente no albergue, e marcar uma nova etapa na vida dos que eram acolhidos nesta instituição.¹⁵

Com efeito, uma nova vida esperava o indivíduo que era recolhido no albergue; em troca de cama, agasalho e comida este deveria submeter-se a uma rigorosa disciplina (horas de levantar, deitar e de comer); se fizesse algum trabalho no albergue, receberia uma pequena remuneração, por exemplo pelo acompanhamento dos funerais recebia 100 réis. A preocupação pela disciplina e a inserção de hábitos de higiene e de moral eram constante, sendo as infracções ao Regulamento severamente punidas: “Quando algum albergado desobedecer aos seus superiores, proceder mal fora do albergue, recolher além das horas que lhe forem marcadas pelo regente, promover conflitos entre os seus companheiros, descuidar-se enfim do seu asseio e da sua cama, incorre em penalidade”¹⁶ sendo advertido pelo regente, em casos mais graves era privado de sair, de vinho e sobremesa; a reincidência poderia levar à expulsão do albergue. Porém, as causas de saída dos albergados, são maioritariamente provocadas pela morte do mesmo, podendo existir outros motivos, não especificados nos Relatórios do Albergue.

Desde a fundação até 30 de Junho de 1896 foram recolhidos no albergue duzentos e sete homens, um número não elevado, mas que é justificado pelo facto da admissão, sobretudo nos primeiros anos, ser determinada pela mortalidade dos albergados. Quando à faixa etária dos albergados, situava-se acima dos 40 anos de idade, exceptuando-se três indivíduos, um com 31 anos, barbeiro, entrado em 1891; outro de 25 anos, ourives e outro de 36 anos, também barbeiro que entrou em 1896, que indiciam sem dúvida casos de invalidez por acidente. Predominavam os indivíduos com idades compreendidas entre os 71 e os 80 anos.

Uma análise das profissões destes 207 albergados revela-nos que em primeiro lugar estão os sapateiros com 40 representantes (19,3%); seguidos dos carpinteiros em número de 26 (12,5%); dos marceneiros 15 (7,2%); dos pedreiros 11 (5,31%); dos pintores e dos chapeleiros cada com 9 (4,5%); dos fabricantes 8 (3,8%); dos barbeiros com 6 (2,8%); dos funileiros, serralheiros e torneiros, cada um com 5 (2,4%), todas as outras profissões estão representadas abaixo dos 5 indivíduos.¹⁷

Esta instituição de assistência aos operários foi pioneira na Europa. Em 1868, o Imperador Napoleão escreveu a Possidónio da Silva por forma a obter informações sobre o albergue, pois a França iria criar uma instituição idêntica para oitocentos operários inválidos, cabendo desta forma aos portugueses darem “o exemplo fraternal, moralizador e patriótico”.¹⁸ A sua existência na Lisboa de Oitocentos era um verdadeiro abrigo para todos os que aí conseguiam ser admitidos escapando, deste modo, a um destino de indigência, fome e doença; tendo de recorrer à mendicidade como meio de sobrevivência.

Antes da sua fundação, e segundo testemunho de Ernesto da Silva, filho do ilustre fundador que aqui homenageamos, o velho operário depois de uma vida de trabalho incessante só poderia recorrer à esmola, ao Asilo de Mendicidade¹⁹ e ao hospital mas o operário “não sabe pedir esmola, envergonha-se de estender a mão à caridade pública; (...) e quantos preferem à humilhação de pedir inutilmente *morrer de fome. Recorrer ao Asilo de Mendicidade?* Mas esse estabelecimento, aliás utilíssimo, indica pela sua denominação ser para mendigos, e o operário vexe-se de se alistar nas fileiras dos que em geral vivem na ociosidade, (...). Restava-lhe apenas o Hospital, onde iria terminar a existência tão cheia de tristezas, amarguras e decepções”.²⁰

¹⁵ A direcção do albergue, elaborou, já no século XX, um álbum de fotografias dos albergados, com duas provas uma antes da entrada e outra depois do internamento; a diferença entre ambas era motivo de orgulho, sendo mostrado aos visitantes como testemunho a favor da instituição, “na primeira prova as expressões são tristes, as faces vincadas, um todo de sofrimento que compunhe. Na segunda reflecte-se a vida serena, a existência obscura, e por isso mesmo feliz” in Neves de Carvalho – *Flagrâncias Lisboaetas: alguns aspectos e várias impressões*, Livraria Clássica, 1919, p. 32.

¹⁶ *Regulamento do Asilo denominado Albergue dos Inválidos do Trabalho*, Lisboa, Imp. Nacional., 1875, p. 8.

¹⁷ Ver *Mapa das Profissões dos albergados (1864–1896)*.

¹⁸ *Relatório desde a sua fundação...*, p.3.

¹⁹ Sobre este asilo veja-se Eunice Relvas – “*Asilo de Mendicidade de Lisboa, Modelo da Assistência Oitocentista*” in *Olisipo*, Número Especial Comunicações ao Simpósio Lisboa em Discussão, Lisboa, (2) 1996, pp. 49–56.

²⁰ *Relatório...*, Lisboa, 1901, pp.14–15.

Em 1894, na comemoração do 30.^o aniversário da fundação do Albergue, altura em que foi inaugurado o busto de Possidónio da Silva, do escultor Marquet de Vasselot, a carta lida por Ernesto da Silva, exprime o regozijo do fundador pelo desenvolvimento da instituição e é elucida-tiva do seu carácter humanitário: “Se algum trabalho tive, tenho tido também a minha recom-pensa, por ver dia a dia melhorar e engrandecer, tornar-se grandioso esse monumento, cuja prosperidade vai melhorar a condição do velho e pobre operário, que, transido de frio e morto de fome, estende a mão à caridade pública.” ; na sua modéstia assina a carta “Um Inválido do Trabalho”.

Como escreveu o olisipógrafo Júlio de Castilho, a propósito de Possidónio, “como Arquitecto, como Arqueólogo, como Escritor, podem discuti-lo; a sua sombra merece e agradece a discussão; como homem de bem, e benéfico, ninguém o discutirá jamais”.²¹ Nós acrescentamos que o carácter de excepção do Filantropo revela-se na sobrevivência do Albergue, (actualmente pertence aos Inválidos do Comércio) de entre as muitas instituições beneficentes fundadas no século XIX-XX, até aos nossos dias.

²¹ Citado por Francisco Santana – “Possidónio da Silva e Francisco José de Almeida – dois amigos de Lisboa” in *Olisipo, Número Especial Comunicações ao Simpósio Lisboa em Discussão*, Lisboa, (2) 1996, p. 66.

Mapa das Profissões dos Albergados

(1864-1896)

Alfaiates	4
Barbeiros	6
Brochantes	3
Calafates	2
Canteiros	3
Cardador de lã	1
Carpinteiros	26
Chapeleiros	9
Charuteiros	2
Cigarreiro	1
Cocheiro	1
Confeiteiro	1
Cordoeiros	2
Cortadores	2
Cortidor	1
Cozinheiro	1
Entalhadores	2
Esparteiros	2
Estampadores	2
Fabricantes	8
Forradores	4
Ferreiro	3
Fundidor	1
Funileiros	5
Jardineiro	1
Impressor	1
Marceneiros	15
Moldador ornato	1
Moleiro	1
Oleiros	2
Ourives de Ouro	4
Palheiro	1
Pedreiros	11
Peneireiro	1
Penteeiros	3
Picheleiro	1
Pilotos	2
Pintores	9
Polidor	2
Sapateiros	40
Serrador	1
Serralheiros	5
Tamanqueiro	1
Tanoeiros	3
Tecelões	2
Torneiros	5
Tintureiro	1
Tipógrafo	1
Vidraceiro	1
Total	207

Mapa dos Mealheiros do Albergue que existiram em Lisboa

Nomes e Locais	Nomes e Locais
Casa do Albergue –Rua da Fonte Santa	Santos Junior – Rua do Chiado
Associação dos Arquitectos Civis – ao Carmo	João Baptista Boni – Rua dos Retroseiros
Manuel Jesus dos Santos – Campo das Cebolas	Companhia da iluminação a gás
Cordeiro & Irmãos – Fábrica de sedas ao Rato	Companhia de fiação e tecidos lisbonense – ao Calvário
Teodoro Maris dos Santos – Trav. do Cotovelo	Idem – ao Calvário
Augusto Severino de Castro – Poço Novo	Joaquim António da Silva – Rua do Salitre
A. C. da Encarnação & Irmãos – Rua dos Correiros	José Pinto Bandeira – Arco de St.º André
Tomás Quintino Antunes – Ruados Calafates	Possidónio Joaquim Ferreira – Rua da Prata
João António Pereira Martins – Rua das Pretas	Pedro de Alcântara Knotz – Rua do Arco
Fernandes & Filho – Rua das Pretas	José Duarte – Rua da Boavista
Silva & Borges – Rua da Madalena	Miguel da Silva Pombeiro – Rua do Terreiro do Trigo
José Pedro de Almeida – Trav. das Pedras Negras	José Maria de Castilho e Sá
José Xavier de Melo – Largo do Chão do Loureiro	Bastos & Irmão – Calçada do Carmo
José dos Santos e Sousa – Rua das Falésias	Mardel e Magalhães – Rua da Praia de Santos
Agostinho Roxo – Praça de D. Pedro	Domingos Baptista de A. Pontes – Rua do Livramento
Associação do Teatro do Ginásio – Rua da Trindade	André Vicente dos Santos – Rua Oriental do Passeio
Agostinho Roxo – Arco da Mouraria	Luís Gonçalves dos Santos – Rua Oriental do Passeio
Sociedade Alunos de Minerva – Rua da Atalaia	José António Frazão – Calçada dos Paulistas
Joaquim Miguel dos Reis – Rua do Chiado	José Loureiro – Calçada do Duque
José Maria Vierira & C.ª. – Trav. da Victória	Tomás Elias dos Santos – no Lazareto
Francisco L. da Silva e Almeida – Rua dos Retroseiros	António José Dinis – Rua dos Poços Negros
Viúva Stellpflug – Rua do Alecrim	Manuel Custódio Firmo – Rua do Vale
António Policarpo – Trav. de S. Nicolau	Sebastião Martinho dos Reis – Rua dos Caetanos
Centro Promotor – Largo de S. Domingos	Joaquim de Bastos – Rua dos Poais de S. Bento
José Baldo de Figueiredo – Rua da Ribeira Velha	Domingos RUA da Silva – Rua Direita do Livramento
Alexandre José Baptista – Fábrica Daupias	Quina & Companhia – Rua do Principe
Agostinho Roxo – Rua da Prata	José Agostinho de C. Seixas – Calçada da Estrela
Francisco Borges – Largo do Poço Novo	João Ferreira da Costa – Cruzes da Sé
José Alberto de Moraes – Rua do Arsenal	Alfredo Camilo R. Leite – Rua da Junqueira
António Nunes Freire – Rua da Fábrica das Sedas	Carlos Enes da Costa – Rua dos Cardais de Jesus
Manuel José Monteiro – ao Calvário	Victor Lisboa – Trav. de S. Nicolau
José Maria Pires – Largo da Mouraria	Joaquim Pedro de Oliveira – Rua Nova da Piedade
Luís Caetano dos Santos – Rua do Corpo Santo	João Baptista Calazans – Rua dos Poços Negros
Eduardo Vilarinho – Rua das Pretas	Júlio C. dos Santos & Companhia – Praça D. Pedro IV
António Moreira Rato & Filhos – Rua 24 de Julho	Companhia de Carris de Ferro de Lisboa – St.º Amaro
Tiago António da Silva – Calçada do Monte	António Tavares – Trav. de Santana
José J. das Neves Godinho – Rua do Terreirinho	Joaquim Antunes dos Santos – Rua de Cascais
Frederico Colares – Largo do Conde de Barão	José Inácio da Costa – Praça D. Pedro IV
Francisco L. da Silva Almeida – Regueirão dos Anjos	

Possidónio precursor do ensino e da investigação arqueológica em Portugal

JOSÉ ARNAUD

Embora Possidónio da Silva seja mais conhecido como arquitecto e defensor do património construído, não deixou de desempenhar também um papel de relevo no domínio do ensino e da investigação arqueológica, sobretudo nos últimos anos da sua vida.

Um dos aspectos mais interessantes da sua actividade como pedagogo foi a instituição em Portugal do primeiro curso de arqueologia pré-histórica, como salientou o arqueólogo francês Emile Travers, em artigo publicado no *Bulletin Monumental* de 1891. Esse “Curso elementar de Archeologia”, apoiado financeiramente pelo então príncipe herdeiro D. Carlos, foi inaugurado em 1885, e em 1890 teve 32 alunos, número muito considerável para uma época em que esta disciplina ainda dava os primeiros passos, tendo um número muito reduzido de praticantes (Silva 1890e). Esse curso abrangia já um leque muito vasto de tópicos, desde a formação do globo, até à Idade do Ferro, abrangendo todos os tipos de jazidas e de artefactos até então conhecidos. Um dos temas mais polémicos abordados era naturalmente a questão do Homem Terciário, levantada por Carlos Ribeiro pelo achado dos famosos eólitos da Ota, encontrados por Carlos Ribeiro em terrenos atribuídos ao período terciário, e considerados artefactos humanos. Essa questão havia já sido objecto de ampla discussão no Congresso Internacional de Ciências Pré e Proto-históricas, que teve lugar em Lisboa em 1880, tendo levado Gabriel de Mortillet, um dos mais ilustres pré-historiadores franceses, e acérrimo defensor das teses de Carlos Ribeiro, a propor o termo *Anthropithecus Ribeiroi*... (*Homo simius ribeiroi*, segundo outros autores) para o presumível autor desses presumíveis artefactos, os quais mais tarde viriam a ser considerados como produto da natureza.

A repercussão deste primeiro “Curso elementar de Archeologia”, para os melhores alunos do qual o próprio D. Carlos havia estabelecido prémios pecuniários avultados, foi de tal ordem que, nesse mesmo ano de 1885, o Parlamento votou a favor da criação na Universidade de Coimbra da 1.^a cátedra de Arqueologia, a qual, porém, cinco anos mais tarde, permanecia vaga. Esta disciplina já era objecto de estudo nos seminários de Faro e Beja, como nos relata Travers no seu artigo já citado. As preocupações didácticas de Possidónio manifestaram-se ainda através da publicação de vários manuais, como as *Noções elementares de Archeologia* (Silva 1878b), ou a *Archeologia Christã* (Silva 1887a), além da série de artigos intitulada “Architectura dos povos da Antiguidade”, publicada no *Boletim da Real Associação dos Arquitectos Cívicos e Arqueólogos Portugueses* (Silva 1878-1885).

No domínio da investigação arqueológica a obra de Possidónio da Silva abrange uma grande diversidade de temas e assuntos, desde o Paleolítico até à Idade Média. A maior parte da sua bibliografia arqueológica é constituída por numerosos relatórios, artigos e notas dispersas pelo *Boletim da Real Associação dos Arquitectos Cívicos e Arqueólogos*, de que foi fundador e principal redactor durante mais de 30 anos. No que respeita a trabalhos de campo, merecem especial relevo as escavações que lavou a cabo em 1877 na citânia de Santa Luzia e nos castros de Afife e de S. Roque (Silva 1877a; 1877b; 1877c). Embora não se conheçam quaisquer levantamentos referentes a estas escavações Possidónio da Silva descreve-as com bastante precisão para a época, indicando as respectivas formas e dimensões, bem como a natureza e espessura dos vários estratos encontrados, e os principais objetos recolhidos, tendo publicado os desenhos dos mais representativos, acompanhados de uma descrição minuciosa dos mesmos. Para se ter uma ideia da

forma como se processavam, nessa época, as escavações arqueológicas, apresenta-se aqui uma breve transcrição do relatório apresentado por Possidónio da Silva à Associação dos Arqueólogos:

“Procurei obter logo licença da Câmara Municipal para fazer algumas escavações; e seguido de trabalhadores, e coadjuvado por dois cavalheiros d’aquella cidade, os senhores Francisco Camacho e Miguel de Sousa, principiei, com parte do pessoal, a operação de desentulho das ruas que separam as construcções. Tanto estas ruas, como as ruínas das casas, estavam obstruídas de terra vegetal, na profundidade de 62 centímetros. Em quanto outros trabalhadores executavam igual trabalho dentro dos recintos circulares, ficando um dos cavalheiros que me acompanhavam a vigial-os, e observar o que se acharia; procurava eu mais attentamente examinar o numero das casas, medir-lhes os diametros, a espessura das paredes, a extensão e grossura das muralhas, e o espaço que correspondia aos fossos... Achei casas circulares, uma com o diametro de 5m,25, outras com o de 8m,82; a grossura das paredes de 0m,38 formadas por duas ordens de pedras, quasi cubicas, de 0m,21, sem nenhuma argamassa. As casas ovaes são em menor numero, com 32m a 40m de comprimento. As tresordens de muralhas formam tres lados, norte, nascente e sul, com a grossura de 1m,84, e são fabricadas com alvenaria de pequenas dimensões, visiveis de 1m,84, e são fabricadas com alvenaria de pequenas dimensões, visiveis ainda em algumas partes na altura de mais de metro, sobre o actual terreno.” (Silva 1877c, p.28).

Merece ainda destaque, em relação a Santa Luzia, a preocupação manifestada com a conservação das estruturas encontradas, tendo para esse efeito solicitado à Câmara Municipal a colocação de marcos com o brasão municipal, “para ser respeitado aquele terreno”, bem como de um guarda junto das mesmas, e a constituição de uma Comissão “para curar da conservação d’aquelas ruínas” (Silva 1877c, p.30).

A escavação de maior amplitude foi porém a realizada por Possidónio da Silva em 1881, nas ruínas romanas então situadas a cerca de 2 km da cidade de Tomar e a 1 km da margem esquerda do Rio Nabão, identificadas com a cidade romana de “Nabância”, mas que hoje se sabe corresponderem a *Sellum*, pois “Nabância” só existiu na imaginação de André de Resende. De acordo com o relatório apresentado à Real Associação, terá escavado nesse ano um total de 1 132 metros quadrados, só na zona que identificou com o *Forum*. No final do seu relatório manifesta intenção de prosseguir os trabalhos, de modo a achar os templos, o Teatro, as Termas, o Anfiteatro, etc. (Silva 1881 a; 1882). Porém, decerto por falta de tempo e de verba, não terá conseguido esse desiderato.

Por essa altura escavou também uma sepultura pré-histórica encontrada na Tapada da Ajuda, cuja plantas e alçados constituem um exemplo de rigor, ainda pouco vulgar em escavações dessa época (fig.1) (Silva 1879c).

Deve-se ainda a Possidónio da Silva o primeiro estudo sistemático dos utensílios da Idade do Bronze, apresentados em 1880 ao congresso Internacional de Ciências Pré e Proto-históricas (Silva 1880a; 1883e), e muitos outros trabalhos, sobre os mais diversos aspectos e achados arqueológicos, desde a Pré-História (Silva 1881-1885; 1883a; 1884b; 1885a; 1885c) até à Idade Média, merecendo especial destaque um dos primeiros estudos sobre as siglas de canteiro encontradas nas igrejas medievais (Silva 1868).

Tendo viajado bastante pela Europa e apresentado comunicações sobre as pesquisas por si realizadas em Portugal em diversos congressos internacionais, não deixou de divulgar entre nós as mais importantes descobertas realizadas nesses países, com especial relevo para a Itália, onde também realizou algumas escavações (Silva 1872; 1878a; 1886b; 1886c).

Em conclusão, Possidónio da Silva, através da criação de instituições como a Real Associação dos Architectos Civis e Arqueólogos Portugueses e o Museu do Carmo, um dos primeiros museus arqueológicos do país, da instituição do primeiro curso de Arqueologia, da publicação regular do Boletim da Real Associação e dos primeiros manuais de Arqueologia, e da realização de algumas das primeiras escavações arqueológicas com carácter sistemático que se fizeram em Portugal, teve papel decisivo na implantação em Portugal do interesse pela preservação e investigação do património arqueológico nacional, preparando, juntamente com alguns dos seus contemporâneos, como Carlos Ribeiro, Nery Delgado, Augusto Philippe Simões, Gabriel Pereira, Martins Sarmiento, e Estácio da Veiga, o terreno para o reconhecimento, em finais do século passado, da Arqueologia como disciplina científica, e para a sua plena aceitação pela Universidade e pela Sociedade.

Bibliografia arqueológica de Joaquim Possidónio Narciso da Silva

- (1868) – *Mémoire de l'archéologie sur le véritable signification des signes qu'on voit gravés sur les anciens monuments de Portugal*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1868, 11 p. + 20 grav.
- (1870) – «Descrição da lápida que tem uma inscrição romana, a qual está exposta na sala de visitas da biblioteca nacional, n'este mez de novembro». *Diario Popular*, Lisboa, 29 Nov. 1870. Publicada também em folheto pela Biblioteca Nacional em 1870.
- (1872) – *Souvenirs du congrés international de l'anthropologie et d'archéologie préhistorique et les excursions faites à Modène, Marzabatto, Ravene et à la Nècropole de l'antique Felsina, la Cortosa de Bologna au mois d'octobre 1871*. Lisboa, Imprensa Portuguesa, 1872, 61 p. + 4 grav.
- (1874a) – «Descoberta rara feita no Algarve». *Boletim Architectónico e de Archeologia*, Lisboa, 2.^a série, 1 (3), 1874, pp. 44-45, il.
- (1874b) – «Sarcófago romano descoberto na Estremadura». *Boletim Architectónico e de Archeologia*, Lisboa, 2.^a série, 1 (1), 1874, pp. 8-10.
- (1876a) – «Escultura romana. Conhecida pelo nome de Pedra Formosa, achada em Portugal, e o que ella representa». *Boletim Architectónico e de Archeologia*, Lisboa, 2.^a série, 1 (9), 1876, pp. 136-138.
- (1876b) – «Inscrição antiga árabe (Descoberta em Mértola)». *Boletim Architectónico e de Archeologia*, Lisboa, 2.^a série, 1 (11), 1876, p. 174 + 1 grav.; 1 (12), 1876, p.192.
- (1876c) – «Máscara romana. Descoberta na necrópole de Alcácer do Sal em 1874». *Boletim Architectónico e de Archeologia*, Lisboa, 2.^a série, 1 (9), 1876, p. 131 + 1 est.
- (1877a) – «Monte de Santa Luzia (Vianna do Castello)». *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeólogos Portuguezes*, Lisboa, 2.^a série, 2 (4), 1877, p. 52 + 1 est.
- (1877b) – «Relatório acerca das novas investigações archeológicas. Praticadas na província do Minho no mez de Junho do corrente anno nos montes de Afife e S. Roque». *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeólogos Portuguezes*, Lisboa, 2.^a série, 2 (3), 1877, pp. 40-43.
- (1877c) – «Relatório apresentado na sessão de 14 de Maio da assembleia geral da Real Associação dos Architectos Civis e Archeólogos Portuguezes, acerca do descobrimento feito no monte de Sancta Luzia em Vianna do Castelo, no mez de abril de 1877». *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeólogos Portuguezes*, Lisboa, 2.^a série, 2 (2), 1877, pp. 27-30.
- (1877d) – «Os templos romanos (Capítulo de um livro inédito)». *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeólogos Portuguezes*, Lisboa, 2.^a série, 2 (1), 1877, pp. 5-6.
- (1878a) – «Archeologia prehistórica. Palafitas de Itália, Suíssa, Aústria e França». *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeólogos Portuguezes*, Lisboa, 2.^a série, 2 (5), 1878, pp. 75-77.
- (1878b) – *Noções elementares de Archeologia*. Lisboa, Lallement Frères, 1878, 317 p.
- (1878c) – «Novos monumentos megalíticos em Portugal». *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeólogos Portuguezes*, Lisboa, 2.^a série, 2 (6), 1878, pp. 90-91 + 1 est.
- (1878-1885) – «Architectura dos povos da antiguidade». *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeólogos Portuguezes*, Lisboa, 2.^a série, 2 (6), 1878, pp. 82-86; 2 (7), 1878, pp. 97-102; 2 (8), 1878, pp. 113-118; 2 (9), 1879, pp. 129-132; 2 (11), 1879, pp. 168-171; 3 (2), 1880, pp. 18-21; 3 (3), 1880, pp. 33-37; 3 (9), 1881, pp. 140-144; 3 (12), 1882, pp. 181-184; 4 (1), 1883, pp. 2-6; 4 (9), 1885, pp. 134-136.
- (1879a) – *Notice sur les monuments megalithiques du Portugal*. Paris, Imp. Central du chemin de fer, 1879, 5 p.

- (1879b) – «Relatório apresentado pelo Sr. Joaquim Possidónio Narciso da Silva na sessão solenne da Real Associação dos Architectos Civis e Archeólogos Portuguezes. Em 2 de Maio de 1879». *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeólogos Portuguezes*, Lisboa, 2.^a série, 2 (10), 1879, pp. 153-155.
- (1879c) – «Túmulo da idade da pedra (descoberto na Tapada da Ajuda)». *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeólogos Portuguezes*, Lisboa, 2.^a série, 2 (11), 1879, p. 177 + 1 est.
- (1880a) – «Machados de Bronze descobertos em Portugal». *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeólogos Portuguezes*, Lisboa, 2.^a série, 3 (3), 1880, p. 45 + 2est.
- (1880b) – «Museu do Carmo em Lisboa». *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeólogos Portuguezes*, Lisboa, 2.^a série, 3 (2), 1880, pp. 25-27.
- (1881a) – «Descobrimto da Cidade Romana “Nabância” em Portugal». *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeólogos Portuguezes*, Lisboa, 2.^a série, 3 (10), 1881, pp. 152-154.
- (1881b) – «Explicação da estampa pertencente a este boletim». *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeólogos Portuguezes*, Lisboa, 2.^a série, 3 (7), 1881, pp. 111-112.
- (1881c) – «Relatório apresentado na sessão solenne da Real Associação dos Architectos Civis e Archeólogos Portuguezes. Em 22 de Novembro de 1881». *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeólogos Portuguezes*, Lisboa, 2.^a série, 3 (8), 1881, pp. 118-120.
- (1881-1885) – «Archeologia Prehistórica». *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeólogos Portuguezes*, Lisboa, 2.^a série, 3 (4), 1881 pp. 58-62; 3 (5), 1881, pp. 69-74; 3 (7), 1881, pp. 103-108; 4 (9), 1885, pp. 136-142; 4 (12), 1885, pp. 191-192.
- (1882) – «Découverte d’une villa romaine en Portugal, en 1882». *Association Française pour l’Avancement des Sciences-Congrès de La Rochelle 1882*, Paris, 1882, 6p.
- (1883a) – «Architectura dos tempos préhistóricos». *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeólogos Portuguezes*, Lisboa, 2.^a série, 4 (4), 1883, pp. 59-62.
- (1883b) – «Explicação da estampa deste número (Argola de ouro achada em Penela em 1883)». *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeólogos Portuguezes*, Lisboa, 2.^a série, 4 (4), 1883, pp. 62-63 + 1 est.
- (1883c) – «Explicação da estampa n.º 47 (Inscrição romana de Argel)». *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeólogos Portuguezes*, Lisboa, 2.^a série, 4 (3), 1883, pp.40-41.
- (1883d) – «Necrologia. Augusto Filipe Simões». *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeólogos Portuguezes*, Lisboa, 2.^a série, 4(5), 1883, p.79-80.
- (1883e) – «Sur les haches en bronze trouvées en Portugal». In: *Congrès International d’Anthropologie et d’Archéologie Préhistorique*, 9^o, Lisboa, 1880-Compte rendue. Lisboa, 1884, pp. 358-366 + 1grav. Republicado no *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeólogos Portuguezes*, Lisboa, 2.^a série, 4 (1), 1883, pp.12-14 + 1 est.
- (1884a) – «Arte Monumental da América. Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeólogos Portuguezes», Lisboa, 2.^a série, 4 (6), 1884, pp. 84-94.
- (1884b) – «Explicação da estampa n.º 49 (Objectos prehistóricos)». *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeólogos Portuguezes*, Lisboa, 2.^a série, 4 (6), 1884, pp.94-95 + 1 est.
- (1885a) – «Explicação da estampa n.º 56 (objectos paleolíticos)». *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeólogos Portuguezes*, Lisboa, 2.^a série, 4 (11), 1885, p.174 +1 est.
- (1885b) – «Monumentos Nacionais». *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeólogos Portuguezes*, Lisboa, 2.^a série, 4 (10), 1885, pp.153-158; (411), 1885, pp. 166-174.

- (1885c) – «Nova classificação das idades da pedra». *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeólogos Portuguezes*, Lisboa, 2.^a série, 4 (10), 1885, p.158 + 1 est.
- (1885d) – «Relatório da Real Associação dos Architectos Civis e Archeólogos Portuguezes. Apresentado na sessão solemne de 20 de Setembro de 1885». *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeólogos Portuguezes*, Lisboa, 2.^a série, 4 (12), 1885, pp.178-179, Sep.
- (1886a) – «Architectura Monumental. Na Grécia». *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeólogos Portuguezes*, Lisboa, 2.^a série, 5 (3), 1886, pp. 33-39.
- (1886b) – «Necrópole da Certoza de Villanova (Itália). Próximo da Cidade de Bolonha». *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeólogos Portuguezes*, Lisboa, 2.^a série, 5 (2), 1886, pp. 22-25.
- (1886c) – «Necrópole de Marzabotto». *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeólogos Portuguezes*, Lisboa, 2.^a série, 5 (2), 1886, pp. 25-26.
- (1887a) – *Archeologia Christã*. Lisboa, Lallement Frères, 1887, 418 p.
- (1887b) – «Architectura Monumental. Templos romanos». *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeólogos Portuguezes*, Lisboa, 2.^a série, 5 (8), 1887, pp.113-117; 5 (9), 1887, pp. 81-84.
- (1887c) – «Architectura monumental. Templos da Grécia». *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeólogos Portuguezes*, Lisboa, 2.^a série, 5 (5), 1887, pp. 65-70; 5 (6), 1887, pp. 81-84.
- (1887d) – «Descobertas recentes de monumentos megalíticos na Rússia Meridional». *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeólogos Portuguezes*, Lisboa, 2.^a série, 5 (6), 1887, pp. 93-94.
- (1887e) – «Explicação da estampa n.º 77 (Gravuras rupestres de Linares, Carrazeda de Anciães)». *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeólogos Portuguezes*, Lisboa, 2.^a série, 5 (5), 1887, pp. 78-80.
- (1887f) – «Explicação da estampa n.º 79 (Objectos provenientes da necrópole romana de Alcácer do Sal)». *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeólogos Portuguezes*, Lisboa, 2.^a série, 5 (6), 1887, pp. 92-93.
- (1887g) – «Explicação da estampa n.º 80 (Museu Artístico e Archeológico d'El-Rei D. Fernando no Palácio das Necessidades)». *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeólogos Portuguezes*, Lisboa, 2.^a série, 5 (7), 188,7 pp. 108-110.
- (1888a) – «Monumentos célticos». *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeólogos Portuguezes*, Lisboa, 2.^a série, 6 (1), 1888, pp. 23-26.
- (1888b) – «Origem da architectura e da influência que teve sobre as outras artes». *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeólogos Portuguezes*, Lisboa, 2.^a série, 5 (11), 1888, pp. 161-169.
- (1888c) – *Relatório da Real Associação dos Architectos Civis e Archeólogos Portuguezes. Apresentado na sessão solemne de 18 de Novembro de 1888*. Lisboa, Typ. Franco Portuguesa, 1888, 7p.
- (1889a) – «Explicação da estampa n.º 85 (placas de xisto da Serra de Ossa)». *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeólogos Portuguezes*, Lisboa, 2.^a série, 6 (3), 1889 pp. 46-47.
- (1889-1890) – «Arte monumental dos povos da antiguidade». *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeólogos Portuguezes*, Lisboa, 2.^a série, 6 (5), 1889, pp. 72-75; 6 (6), 1890, pp. 84-89.
- (1890a) – «Análise sobre a composição da ordem jónica». *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeólogos Portuguezes*, Lisboa, 2.^a série, 6 (9), 1890, pp.129-132.

- (1890b) – «Descrição da antiga e monumental cidade de Roma». *Boletim da Real Associação dos Architectos Cívicos e Archeólogos Portuguezes*, Lisboa, 2.^a série, 6 (11), 1890, pp.163-169; 6 (12), 1890, pp. 181-182.
- (1890c) – «Explicação da estampa n.º 87. Gravadores e esculptores prehistóricos». *Boletim da Real Associação dos Architectos Cívicos e Archeólogos Portuguezes*, Lisboa, 2.^a série, 6 (6), 1890, p. 93-95.
- (1890d) – «Explicação da estampa n.º 88. Capitel Coríntio Primitivo Itálico». *Boletim da Real Associação dos Architectos Cívicos e Archeólogos Portuguezes*, Lisboa, 2.^a série, 6 (7), 1890, p. 108-109.
- (1890e) – «Explicação da estampa n.º 90. Grupo de alumnos examinados no Curso de Archeologia no anno de 1885, em Lisboa, no Museu do Carmo». *Boletim da Real Associação dos Architectos Cívicos e Archeólogos Portuguezes*, Lisboa, 2.^a série, 6 (8), 1890, pp. 126-127.
- (1890f) – «Explicação da estampa n.º 91. Maneira de se encavar na época prehistórica as hachas de pedra e de bronze». *Boletim da Real Associação dos Architectos Cívicos e Archeólogos Portuguezes*, Lisboa, 2.^a série, 6 (9), 1890, pp. 135-136.
- (1890g) – «Explicação da estampa n.º 93. Grutas prehistóricas de Palmella próximo de Lisboa». *Boletim da Real Associação dos Architectos Cívicos e Archeólogos Portuguezes*, Lisboa, 2.^a série, 6 (11), 1890, pp. 167-168.
- (1890h) – «Singular descoberta e útil advertência». *Boletim da Real Associação dos Architectos Cívicos e Archeólogos Portuguezes*, Lisboa, 2.^a série, 6 (12), 1890, pp. 184-185.
- (1918) – «Correspondência de Possidónio da Silva, respeitante a Tomar». *Anais da União dos Amigos dos Monumentos da Ordem de Cristo*, Tomar, 1 (1), 1918, pp. 161-170.

Possidónio da Silva e as origens da salvaguarda e valorização do património histórico-artístico e monumental português

JORGE CUSTÓDIO*

Durante o século XIX assiste-se a um importante período de mudança de valores culturais em Portugal. As transformações políticas e sociais do liberalismo reflectem-se nos fundamentos culturais da nova sociedade. Implicam a rejeição dos valores religiosos e artístico-literários do Portugal absolutista. Submetem-se os padrões do passado a uma demolição sem paralelos, na esteira do jacobinismo revolucionário francês.

Em contraponto, o radicalismo motivou, na esteira do exemplo de Chateaubriand, um amplo movimento de sensibilização em relação aos monumentos pátrios herdados da Antiguidade e da Idade Média. Entre comportamentos de desespero e de protecção, assiste-se à formação de um escol de intelectuais, já distante dos antiquários de Setecentos, interessados na salvaguarda e conservação dos “monumentos nacionais” e para quem, a defesa dos valores históricos, artísticos, arquivísticos e patrimoniais, significava aceder aos próprios fundamentos da moderna civilização burguesa e industrial. Nesse escol integravam-se indivíduos de formação europeia e universalista, como Alexandre Herculano (1810-1877), Frederico Adolpho Varnhagem (1816-1872), Luís da Silva Mousinho de Albuquerque (1792-1846), Luciano Cordeiro (1844-1900), Marquês de Sousa Holstein (1838-1878). Entre essas personalidades encontrava-se o arquitecto da Casa Real, Joaquim Possidónio Narciso da Silva (1806-1896).

A presente comunicação pretende estudar o contributo do homenageado para a problemática da salvaguarda e conservação dos monumentos nacionais em Portugal e das perspectivas que se desenvolveram para o seu estudo e protecção, atendendo ao interesse histórico e artístico posto em evidência pelos seus contemporâneos. Na medida em que o problema da protecção dos monumentos nacionais extravasava a escala nacional (enquanto problema de uma só nação e similar a outras nacionalidades), iremos observar a correlação entre esse movimento (bem como a interpretação que dele faz o escol português) e a experiência europeia e internacional.

Nos finais do séc. XIX, a compreensão do significado cultural do património (enquanto expressão equivalente a monumentos nacionais) atingira uma nova maturação e afirmara-se à escala internacional, como uma primeira tentativa de se universalizar. No confronto das diferentes perspectivas de inventariação, de classificação, de legislação, de investigação e de valorização, prosseguidas pelas diferentes nações, verificavam-se pontos de convergência que aconselhavam a noções e metodologias comuns. Estimulavam a comparação de experiências. Exigiam considerações de maior amplitude do que a escala pátria. Obrigavam à uniformização da protecção do património, concorrendo para a realização dos primeiros congressos internacionais especificamente orientados para a valorização do património artístico, cultural e monumental da herança comum.

É neste contexto que importa estudar Possidónio da Silva, pois encontra-se no limiar desta mudança, contribuindo de alguma forma para a ultrapassagem da fase estritamente nacional da defesa dos “monumentos pátrios”, no seguimento dos apelos proféticos de Herculano e para a construção de uma comunidade internacional de discussão e valorização dos bens arquitectónicos e arqueológicos, independentemente de cada origem nacional. Por esta razão, torna-se fundamental conhecer a sua actividade não apenas no nosso país, mas sobretudo no exterior, em primeiro lugar na Europa civilizada da sua época e depois, também um pouco, noutras partes

(*) Técnico Superior do IPPAR. Director do Projecto Municipal – “Santarém a Património Mundial”.

do mundo, tanto a Oriente, como a Ocidente. A sua ligação à comunidade cultural e científica internacional, sobretudo na esfera da arquitectura e da arqueologia, ainda que por vezes superficial, não deixa de ter significado, se atendermos aos primeiros passos que começavam a ser dados. Mas se essa sua actividade contém uma ponderação de superficialidade, isso não significa que a própria comunidade não lhe atribua, sobretudo no estrangeiro, um peso específico. Possidónio da Silva “dava a cara”, mostrava-se, participava. Era um dos poucos portugueses que representava o país em certames científicos, quase sempre por sua iniciativa ou através da associação que liderava.

Estudar Possidónio da Silva nesta perspectiva é perscrutar a sua biblioteca e o seu arquivo de correspondência. A *Possidónia* constitui um caso de unidade bibliográfica, à disposição do leitor na Biblioteca do Palácio de Maфра. O arquivo da correspondência, depositado na Torre do Tombo, rasga-nos os horizontes culturais e sociais de uma personalidade que não se limitou à mediocridade de certos meios intelectuais portugueses, mas ousou afirmar-se como um divulgador dos valores culturais do país, onde nasceu, dois anos antes da primeira invasão napoleónica.

I. Aspectos da formação intelectual de Possidónio

A experiência da formação intelectual europeia de Possidónio da Silva foi já suficientemente abordada pelos comunicantes deste colóquio. Saliente-se a sua formação artística com Domingos António Sequeira e com Charles Percier (1764-1838), Fontaine e Louis-Pierre Baltard (1764-1846), em França, na *École Impériale et Spéciale de Beaux-Arts* de Paris (mais tarde conhecida por *École Royale de Beaux-Arts*), por altura dos seus estudos académicos. Se a amizade com notáveis arquitectos pode significar alguma coisa, refiram-se os contactos com Vitor Baltard (1806-1875) e com Charles Lucas (1811-1889 ?).

Vitor Baltard, porém, significa muito mais, constitui um exemplo de primeiro plano na concepção da obra arquitectónica, tanto na pesquisa dos seus fundamentos, como de tratamento artístico e de desenho, como ainda no projecto – isto é, no sentido da afirmação projectual no interior da sociedade liberal e industrial oitocentista. Vitor Baltard fora, aliás, o arquitecto inovador do ferro e do projecto dos *Halles Centrales* e da igreja de *Saint Augustin*, em Paris, por duas vezes presidente da Sociedade Central de Arquitectos de França¹.

Charles Lucas, autor que lhe dedicou um capítulo da obra *L'Architecture en Portugal. Mélanges Historiques et Archéologiques*², representou um tipo de arquitecto-modelar, a personalidade culturalmente interessada no movimento geral da arquitectura, observada como criadora de “monumentos nacionais” e como expressão das transformações artísticas das cidades. Algo semelhante ao património do futuro, das nossas actuais concepções. Lucas contribuiu para a valorização europeia dos arquitectos, no período mais conturbado da sua história recente, quando a arquitectura e a engenharia se separaram da amalgama inicial de saberes e técnicas. Deve-se-lhe uma *Biographie Universelle des Architectes*, obra na qual o próprio Possidónio colaborou e uma defesa intransigente da obra de arquitectura assinada e datada, fundamento essencial das primitivas associações de arquitectos à escala europeia. Arquitectura em ambiente urbano, como se afirmara no contexto da história das civilizações³.

¹ Ver, F. Deconchy, “Victor Baltard” in Société Centrale des Architectes, Annales, 1.º Volume – Année 1874, Paris, Librairie Générale de l'Architecture & des Travaux Publics, Ducher et Cie, 1875, pp. 235-246.

² Editada em Paris, Ernest Thorin, 1870, 3.ª Parte, capítulo III, pp. 52-55. Através deste pequeno estudo de Charles Lucas ficamos a saber que Possidónio da Silva colaborou na principal obra deste arquitecto francês, a *Biographie universelle des architectes célèbres*.

³ Um dos objectivos da Associação dos Arquitectos Civis Portugueses, fundada por Possidónio e outros confrades do Ministério de Obras Públicas consistiu na dignificação do trabalho dos arquitectos, pressionando o Governo a determinar a obrigatoriedade da assinatura das suas obras, como condição essencial de autorização de construção. Possidónio interessara-se pela recolha histórica das obras de arquitectos notáveis, incluindo os portugueses, publi-

As suas relações com Victor Baltard prendem-se com a camaradagem escolar. Ambos pertenceram à segunda geração da Escola de Percier, percorrendo um itinerário académico bastante semelhante como colegas e arquitectos. A grande diferença entre eles reside sobretudo na consagração de Baltard como arquitecto principal de Paris, com um currículo de grande envergadura, contra uma actividade pública de Possidónio, mais difusa e sem a notoriedade do primeiro.

No entanto, tanto a formação artística, como a científica, de um e de outro, foram sólidas. Ambos se tornaram membros do Instituto de França, organismo da época do Diretório, instituído em 1795, uma espécie de reservatório de arquitectos formados na mesma escola.

A Escola de Percier, fundada por Charles Percier, Fontaine e Louis David, em 1780, caracterizou-se por uma reacção contra a arte maneirista e barroca dos séculos XVII e XVIII e por uma revolução na pesquisa da arte antiga, nomeadamente das suas filiações helénicas. Este novo renascimento alicerçou-se no estudo sistemático das obras que escaparam ao “naufrágio da civilização antiga”, assumindo uma postura de “regresso rigoroso às formas de arquitectura” desse período. Apoiando-se na tratadística, a Escola delineou os conceitos estéticos do neo-classicismo, deixando obras de restauro integrativo, na linhagem dos valores artísticos da Grécia, de Roma e de Itália. Charles Percier exigia dos alunos um controle máximo do desenho e orientando-os para a observação quase arqueológica da obra arquitectónica, infundindo-lhes ao mesmo tempo o “amor e o respeito pela antiguidade”⁴. O estudo sistemático, de concepção científica e o desenho minucioso anotado, catalizou a recolha dos primeiros “arquivos” dos monumentos da antiguidade⁵, no fundo trabalhos de estágio dos alunos da escola, futuros arquitectos da França e da Europa pós-revolucionária. Na bagagem e na estratégia da Escola formara-se a noção de missão, determinante para justificar a exploração e o estágio noutras paragens, principalmente na Itália. Aquela tarefa, sem perder o apego à civilização greco-romana, orientou-se depois para outras arquitecturas antigas (o Egipto) e para o gótico medieval.

Mas a formação de Possidónio da Silva não se resumiu à arquitectura. O arquitecto da Casa Real relacionou-se em França com Arcisse Caumont (1801-1874), um pioneiro da arqueologia e fundador da *Société Française d'Archeologie pour la Conservation des Monuments* (1831), com quem colaborou. Este contacto abriu-lhe os horizontes para a arqueologia e a história de arte e estimulou-o a acreditar no papel das sociedades científicas ligadas à arquitectura, à arqueologia, à conservação artística e à museologia. A leitura do *Abécédairé ou Rudiment de l'Archeologie. Architecture Religieuse*⁶, do seu amigo Caumont, permitiu-lhe antever a edição de um livro com funções idênticas para Portugal, obra editada em 1878, que é simultaneamente um tradução livre, com uso autorizado de desenhos impressos, intitulada *Noções Elementares de Archeologia*⁷. Também os sucessivos contactos que fez com arqueólogos europeus – como Giovanni Gozzadini (1810-1888) – permitiram-lhe actualizar-se sobre o desenvolvimento da arqueologia na cultura oitocentista e compreender a sua contribuição para o estudo, conservação e divulgação do património, não só arqueológico, como, sobretudo, o monumental.

Tal como outros arquitectos contemporâneos Possidónio compreendeu a importância do contacto cultural. As excursões científicas – visitas orientadas com a finalidade de conhecer, estudar e comparar as obras de arte e os monumentos de diferentes regiões e culturas – exerce-

cando algumas achegas, uns anos antes de Sousa Viterbo. Cf. Possidónio da Silva, “Notícia dos nomes e das obras dos architectos civis mais notáveis da antiguidade e dos tempos modernos, pertencentes a diversas nações”, in *Boletim de Architectura e de Archeologia da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portugueses*, vol. I, pp. 125-126, 141-143, 173-174, 192.

⁴ Cf. Victor Baltard, *L'École de Percier*, Paris, Typographie de Firmin Didot Frères et Cie, 1873, 11 e passim.

⁵ Os trabalhos que constituem esses arquivos encontram-se compendiados no “Recueil des calques des études des élèves architectes de l'Académie de France à Rome”, in Ernest Vinet, *Catalogue méthodique de la Bibliothèque de l'école nationale des Beaux-Arts*, Paris, 1873. Possidónio da Silva dispunha de muitos albuns dos seus professores e colegas, impressos com excelentes desenhos, na sua biblioteca pessoal. Consultar Possidónia, na Biblioteca do Palácio de Mafra, da qual existe catálogo antigo e um outro, mais recente, em vias de publicação.

⁶ Obra editada em Caen, em 1869. Ver também, S. P. M. Estácio da Veiga, *Duas Palavras em memória do Príncipe dos Archeólogos A. de Caumont*, Lisboa, Lallement Frères, 1875.

⁷ Editada pela Lallement Frères, Lisboa, 1878, dedicado ao “illustre archeologo Mr. A. de Caumont”.

ram especial relevância na sua formação e reciclagem intelectual. Sabe-se que Possidónio partiu para a Itália, no período chave da sua formação pedagógica, para participar em estágios, preparando-se para exercer a actividade de arquitecto no nosso país. Este aspecto garantiu-lhe um contacto estreito com colegas e especialistas internacionais, com quem se equiparava e correspondia. As relações facilitaram a troca de experiências, a multiplicidade de visitas em outas ocasiões e a participação de Possidónio em congressos internacionais e em exposições universais, tanto individualmente, como em representação dos arquitectos e arqueólogos portugueses.

Com o seu regresso a Portugal, Possidónio esforça-se pela modernização da arquitectura portuguesa, especialmente na decoração de interiores, e dedica-se a estudos histórico-artísticos e arqueológicos, a tal ponto que, em 1870, já era considerado como um intelectual que se esforçava pela ligação de “Portugal ao movimento arquitectónico e arqueológico da Europa moderna”⁸.

A sua obra reflecte e aprofunda a formação escolar e intelectual e as suas preocupações artísticas, culturais e histórico-arqueológicas. Se numa primeira fase a sua orientação se dirige para o labor de arquitecto, em breve verifica o estádio em que a própria arquitectura se encontrava em Portugal. As tendências estéticas não se tinham renovado suficientemente, os arquitectos não eram considerados e a arquitectura histórica sofria os efeitos da alteração de regime. Impunha-se mudar a situação. Para além da actividade constante do arquitecto na sociedade – e em especial na nova sociedade que nascia – haveria que emergir um estatuto profissional diferente e uma valorização do seu papel na esfera do social e do cultural. Mas a sua obra não podia estabelecer-se, na correspondência e eficácia das novas construções, sem que se restabelecesse a ligação com a actividade dos arquitectos do passado. Este movimento consistia na valorização da história da arquitectura e dos monumentos históricos.

A escola de Percier indicou-lhe o caminho a seguir. Possidónio balisou a actividade do arquitecto entre a criatividade das soluções construtivas para o presente e a capacidade técnica de restaurar os edifícios notáveis do passado. No presente as orientações deveriam dirigir-se para a modernização e embelezamento dos edifícios funcionais, o projecto de novos edifícios (lojas comerciais, bairros operários), a criação de novos gostos decorativos, o planeamento urbano (veja-se os seus projectos para o bairro do Calvário), o tecnicismo das soluções adaptadas à sociedade industrial emergente. Quanto ao projecto de restauro, Possidónio pensava que os arquitectos necessitavam de uma formação artística tão ampla como aquela que ele recebera, assente na história da arte, no conhecimento da tratadística, na observação dos casos concretos e na aplicação de “metodologias” arqueológicas.

Consciente da incipiência dos conceitos e dos conhecimentos adquiridos no seu tempo, Possidónio prefere uma formação contínua – se assim se pode dizer – ao monolitismo da orientação escolar. A estrutura base da sua aprendizagem facilitava esse novo tipo de formação, que viabilizou a troca de saberes entre especialistas e a humildade de renovar e actualizar o que anteriormente parecia certo. Por esta razão, vemos durante toda a sua vida um intelectual ávido de saber mais e melhor, aspectos que o contacto com toda a sua obra revela constantemente.

A permanente actualização fez de Possidónio um arquitecto cada vez mais interessado pela história da arquitectura e pela arqueologia, assumindo a postura de um arqueólogo não apenas dos monumentos, mas um pioneiro da escavação arqueológica intencional em Portugal.

II. Monumentos históricos: estratégias para o conhecimento, protecção e recuperação

No horizonte temporal da biografia de Possidónio, o estudo e o conhecimento dos monumentos nacionais ocupou um lugar de relevo. Estudo e conhecimento enquanto arquitecto, mas igualmente portador de conceitos e fórmulas para a identidade, inventário, conservação e valorização cultural de bens imóveis e móveis que a história do território e do país legou ao futuro.

Possidónio da Silva não se remete para uma posição cómoda, essencialmente virada ou para o desespero ou para a protecção pontual, com toda a panóplia de acções concretas, própria dos

⁸ Ch. Lucas, *ob. cit.*, p. 52.

intelectuais já então conscientes da importância dos monumentos históricos. Até ao período mais consequente da sua actividade, balizado entre 1858 e 1884, as atitudes desses percussores resumiam-se a escritos na imprensa periódica, a discursos no parlamento, a contactos com os políticos para a obtenção de uma insignificante verba do orçamento de estado destinada a um restauro eventual. Podem resumir-se a meia dúzia de casos, as acções empreendidas de salvaguarda do acervo monumental português de Oitocentos. Havia um sentimento crescente da necessidade de se encontrarem soluções, mas os problemas do país e as lutas civis e políticas da instauração do liberalismo, relegavam para um plano secundário as medidas que deveriam ser tomadas para obviar o desaparecimento dos valores culturais edificados e dos bens móveis das igrejas e conventos extintos.

No contexto da sociedade portuguesa da 2.^a metade do século XIX, Possidónio da Silva introduz importantes inovações no âmbito da metodologia de salvaguarda do património edificado, das quais sobressaiem o registo fotográfico, o cadastro dos “Monumentos Nacionais” e a sua cartografia, a utilização de modelos tridimensionais, o recurso à análise arqueológica e a periodização das construções e obras de arte através do método comparativo tendo como base paralelos artísticos. A observação cuidada destas metodologias remetem-nos, tanto para a formação cultural e profissional de Possidónio da Silva, quanto para a experiência europeia então em desenvolvimento. Põem igualmente em evidência a rede de contactos a nível internacional de deste arquitecto da Casa Real. Possidónio cultivou as relações culturais internacionais e autóctones, aliás uma das suas principais preocupações, excelentemente documentada na correspondência arquivada na Torre do Tombo. Ora que inovações foram, pois, introduzidas pela sua actividade neste domínio e como se materializaram em resultados?

1. Registo Fotográfico

Desde o aparecimento da fotografia reconheceu-se as virtualidades da nova arte, na representação fiel da realidade. Os edifícios foram desde logo reconhecidos, pela sua estaticidade, como bons modelos para fixação da imagem, sobre daguerrotipos e chapas, quaisquer que elas fossem.

No estrangeiro o registo fotográfico de monumentos parece arrancar na década de 50. Os estudos da fotografia em Portugal não nos permitem concluir que, antes de Possidónio, houvesse algum fotógrafo intencionalmente preocupado no registo sistemático dos monumentos ou de paisagens com intuítos patrimoniais⁹.

Possidónio da Silva interessou-se, desde cedo pela fotografia. Deverá datar dos anos finais da década de 40 e dos anos 50 a aquisição de obras técnicas sobre fotografia¹⁰, obras que constam da sua biblioteca. Através delas sente-se a actualização e a preparação do arquitecto para a execução futura de chapas. Este projecto concretiza-se logo após a sua nomeação para a direcção do cadastro dos monumentos, em 1858.

Entre 1861-1863 veio a público a sua *Revista Pittoresca e Descritiva de Portugal*¹¹, uma interessante obra patrocinada pela Casa Real (D. Fernando II, D. Luís I e Rainha “a Senhora Duqueza

⁹ Branquart-Evrard foi quem teve, originalmente, a ideia de aplicar a fotografia, como fonte de documentação dos monumentos nacionais, em 1852, de forma sistemática. Todas as imagens anteriores a este projecto são ocasionais. Fotografias de monumentos portugueses mais antigas do que as de Possidónio foram obtidas por José Maria Baptista Coelho (?) – Paço da Ajuda –, José Nunes da Silveira – Fotógrafo em frente à Torre de Belém. Também alguns estrangeiros retrataram monumentos portugueses entre 1861 e 1863, como Charles Clifford (cerca de 1860) e J. Laurent (a partir de 1861). Cf. António Sena, *História da Imagem Fotográfica em Portugal – 1839-1997*, Porto, Porto Editora, 1998 (obra publicada já depois da apresentação desta comunicação na Associação dos Arquitectos Portugueses).

¹⁰ Na sua biblioteca constam as obras de Daguerre, *Historique et Description des procédés de Daguerrotypie et de Diorama*, nouvelle edition, Paris, Giroux et Cie, ed., 1837; de D. von Monckhoven, *Nouveau Procédé sur Plaques de fer et Notice sur les vernis Photographique et le collodium*, Paris, 1858; A. Marion, *Pratique de la Photographie sur papier simplifiés par l'emploi conservateur des papiers sensibilisés et des préservateurs Marion, à l'usage de tout le monde*, nova ed., Paris, 1862 e Ch. Fabre, *Renseignements Photographiques*, Paris, 1878.

¹¹ Conhecemos três colecções completas da *Revista*, duas na Biblioteca Nacional (Iconografia – Cota EA 6 R) e uma na

de Bragança”) e produzida em parceria entre o editor Ernesto Augusto da Silva, com casa na Rua de Santo António à Estrela, n.º 33 e a Imprensa Nacional. As séries eram vendidas noutros locais.

A obra consta de dois grupos doze fotografias cada uma, inseridas numa primeira série e coladas sobre cartão e mostrando monumentos históricos e vistas de Lisboa, Belém, Porto, Coimbra, Santarém, Almada e Sintra todas acompanhadas de uma análise histórico-artística e quiçá arqueológica de Possidónio da Silva, que foi igualmente responsável pelo *cliché* em papel salgado.

Embora não se conheçam documentos comprovativos, penso que o patrocínio da Casa Real veio premiar os esforços de Possidónio da Silva em prol do estudo e defesa do património arquitectónico português, que se iniciara a pedido do rei D. Pedro V. Na realidade, D. Pedro V encarregara-o, uns anos antes, do estudo sistemático dos principais edifícios do país. A fotografia, em vez da litografia ou da gravura, constituía uma preciosa inovação na identificação visual do monumento e era uma primeira tentativa do seu registo, com funções de cadastro. O facto de terem sido executados os clichés pelo próprio arquitecto confere-lhe o pioneirismo e a prioridade nesta matéria, tanto no âmbito da documentação, como no da divulgação. Atendendo a data dos documentos pode inferir-se que alguns senão todos foram batidos aquando das missões de medição e registo cartográfico das primeiras plantas dos monumentos (entre 1859 e 1863).

Nos anos seguintes Possidónio da Silva continuou a servir-se da fotografia para o registo do património e é este facto que enriquece sobremaneira quer o *Archivo de Architectura Civil* (1865-67), quer o *Boletim de Architectura e de Archeologia da Real Associação dos Architectos Cívicos e Archeologos Portugueses* (desde o seu primeiro número, em 1874, até à morte do investigador, em 1896). No entanto, nestas duas obras, se há algumas imagens registadas por Possidónio, a maior parte foram executadas por outros fotógrafos, como Henrique Nunes, fotógrafo da Casa Real, Carlos Munró (um associado da mesma agremiação) e Francisco Rocchini, por exemplo.

O papel que desempenhou como pioneiro da fotografia em Portugal levou-o a manter contacto com Augusto Mendes Simões de Castro, de Coimbra e a colaborar no *Panorama Photographico de Portugal*, em 1869-74. Um outro aspecto do papel que conferia à fotografia na consciência do arquitecto e do arqueólogo pode comprovar-se pelo arquivo fotográfico da Associação dos Arqueólogos Portugueses e pela sua correspondência depositada no Arquivo Nacional/Torre do Tombo. As fotografias de eminentes arquitectos e arqueólogos vieram a decorrar as paredes das salas e constituíram um acervo arquivístico, hoje de grande relevo, apesar das perdas sofridas ao longo de várias gerências da Associação. Aí se encontram também parte das fotos da missão científica e artística, com inventário sistemático de Hubert Vaffier, realizada em Espanha e Portugal, entre 1886 e 1890, ainda Possidónio era vivo e presidente dos arquitectos e arqueólogos portugueses.

2. Cadastro dos Monumentos Nacionais

A necessidade de protecção dos monumentos nacionais foi acarinhada pelo esclarecido rei D. Pedro V, que compreendendo a necessidade da acção da Casa Real, encarregou o seu arquitecto mais notável da medição e execução de desenhos e plantas dos principais edifícios do país, em 1858 (Portaria de 27 de Outubro).

A ideia era antiga. Em 1852, Possidónio da Silva obtivera licença para entrar em todos os conventos de modo a recolher elementos para as suas “investigações arqueológicas”. A iniciativa estava em esboço, pois nessa altura fez o balanço do estado dos edifícios históricos, participando aqui e ali em iniciativas, fazendo propostas ao governo, para a protecção deste e daquele edifício, para a criação de um determinado museu, como o da tumulária artística no Convento

Biblioteca da Ajuda (cota 234 – X – 151-165). As folhas da Revista foram também vendidas em separado e quando esgotaram tiveram de ser repetidas, pelo que as vistas fotográficas não são sempre as mesmas. Este simples facto valoriza ainda mais as colecções. Apresentamos no final uma inventariação geral das folhas e respectivas vistas (anexo I). Algumas fotografias destas séries encontram-se dispersas por colecções particulares.

de S. Domingos de Santarém, em 1857. Subjacente às suas observações e conclusões encontrava-se a ideia de cadastro dos monumentos nacionais, atitude que deveria corresponder, na esfera do Estado e do Governo, à criação de uma instituição que zelasse pela protecção do património monumental da nação.

Este aspecto é de extrema importância. Revela o nascimento de uma nova função distribuída pela Casa Real aos seus arquitectos. Até esta missão incumbida a Possidónio da Silva, o arquitecto da Casa Real exercia sobretudo, funções relacionadas com o projecto e o acompanhamento das obras. Com D. Fernando II, preocupações de novo tipo lhe foram incorporadas, relacionadas com o restauro dos monumentos. Restauro segundo as novas ideias do século, com respeito pelos estilos. A acção da Casa Real inicialmente dirigia-se aos monumentos fundamentais, na idiossincracia da coroa. Mas, as transformações liberais fizeram emergir valores arquitectónicos relacionados com a nacionalização dos bens das ordens religiosas, que urgia atender, para evitar o seu desaparecimento.

Inocência Francisco da Silva captou as mudanças que estavam a decorrer na esfera das preocupações patrimoniais. “Em 1858 – diz o autor do *Diccionario Bibliographico Portuguez*, a propósito de Possidónio da Silva – concebeu o projecto de medir e desenhar todos os edifícios antigos e notáveis de Portugal; e de classificá-los no género de arquitectura a que cada um pertence, comparando-os com outros dos países estranhos, etc. Esta descrição abrange não só as construções civis, mas também as militares e as religiosas. Tendo solicitado para esse fim licença particular de Sua Magestade, a qual lhe foi concedida, achou-se passado algum tempo incumbido oficialmente pelo governo de levar ávante o seu projecto, por uma honrosa portaria de 27 de Outubro do referido ano”¹². A estratégia de Possidónio assentava nas suas relações privilegiadas com a Casa Real, nomeadamente com D. Fernando II e com o novo rei, D. Pedro V, seu filho. Não era uma iniciativa directamente relacionada com o projecto e a obra de arquitectura, fosse esta nova ou de restauro. Conferia-lhe um lugar de coordenador do conhecimento e da preservação do património monumental, com vista a uma mudança de atitude em relação futura conservação da identidade patrimonial da nação.

Mas o projecto era mais audacioso. Extravasava as competências da realeza para assumir uma abrangência nacional. O governo pressionado pela coroa sancionou o projecto e autorizou os trabalhos. Um relatório circunstanciado foi publicado em 14 de Abril de 1860¹³.

Estas ideias acabaram, mais tarde, por ser debatidas na âmbito dos arquitectos das Obras Públicas, muitos dos quais se organizaram à volta de Possidónio da Silva, na Associação dos Arquitectos Civis, em 1863. Mas nessa altura, já o projecto soçobrara, por motivos ainda por esclarecer. Recorde-se que, em 1861, morrera D. Pedro V, um dos reis liberais mais esclarecidos do nosso país, uma esperança da nação e da sua *intelligentzia*, inscrevendo no seu vasto *curriculum* de interesses a protecção do património arquitectónico

Ora até que ponto Possidónio da Silva correspondeu a esta iniciativa da Coroa e do Governo? Costa Goodolphim descreve as plantas dos setenta e sete monumentos religiosos, civis e militares que o arquitecto-arqueólogo executou durante a sua vida¹⁴. São igualmente conhecidas algumas plantas executadas, nomeadamente as dos Mosteiro da Batalha e Alcobaça, das Sés de Braga, Porto e Lisboa, todavia nada que se pareça com a quantidade de registos referido por Goodolphim.

Não nos admira que este seu biógrafo quisesse sobrevalorizar a actividade de Possidónio da Silva, ainda por cima em vida do arquitecto-investigador, mormente no que respeita à missão da coroa. Provavelmente muitas destas plantas perderam-se na voragem das Comissões dos

¹² Cf. Inocência Francisco da Silva, “Joaquim Possidonio Narciso da Silva”, in *Diccionario Bibliographico Portuguez*, tomo IV, Lisboa, Imprensa Nacional, 1860, p. 149. O autor serviu-se de “uma extensa nota auto-biographica”, que tinha em seu poder para referir esta fase da vida de Possidónio. Ver também ampliação de Brito Aranha, vol. XII, Lisboa, Na Imprensa Nacional, 1884, pp. 136-138.

¹³ Possidónio da Silva, “Archeologia nacional”, in *Parlamento*, n.º 595, Lisboa, 14 de Abril de 1860.

¹⁴ Costa Goodolphim, *Biografia de Joaquim Possidónio Narciso da Silva*, Lisboa, Typographia Universal, 1894, p. 21.

Monumentos Nacionais, onde naturalmente foram entregues, conhecendo-se apenas um original em papel tela e várias plantas impressas. Este facto, sendo de enorme gravidade, pois põe a nú a ausência de continuidade na história da salvaguarda e conservação do património edificado em Portugal, assume, a nosso ver, outro aspecto relevante. Impedem-nos de confirmar o método seguido pelo autor na organização do cadastro e a sequência das etapas de registo.

Confirmando-se esta missão e iniciativa (independentemente do tempo real que gastou para a execução da obra), estamos na presença de um primeiro cadastro sistemático dos monumentos nacionais, realizado no nosso país com um método fundamental de informação documental e artístico. Inocêncio da Silva dizia isso mesmo, em 1860, afirmando que ele prosseguia “com diligência na empresa e para ela tem já preparados muitos e importantes subsídios, continuando a reunir os elementos necessários”. E acrescenta que sentia “a índole e natureza desta obra”, embora não podendo “relatar miudadamente os trabalhos artísticos do nosso ilustre arquitecto”¹⁵. Através de outros biógrafos sabe-se que não se limitou aos edifícios religiosos (igrejas e conventos), foi mais além preocupando-se com a arquitectura civil e militar.

Organizada a excursão artística, Possidónio partia para o local onde procedia a registos e estudos. Fixava em fotografia e procedia a medições do monumento. As medições serviam-lhe para mandar executar a planta, muito embora não se saiba, se nesta fase Possidónio se deslocava com desenhadores especializados e contratados para o efeito ou se trabalhava por sua conta. A observação do edificado caracterizava-se, essencialmente, pelo estilo, data de construção, aspectos construtivos e organização interna do edifício. Tudo isso passaria para um curta memória descritiva. Conhecem as memórias descritivas insertas na *Revista Pittoresca e Descritiva de Portugal*, as que o arquitecto levou às Exposições Universais de Paris de 1867 e de Viena de 1873 e outras dispersas pela sua vasta obra.

Os elementos recolhidos destinavam-se à publicação de um “Arquivo Arqueológico” ou a um “Arquivo dos Monumentos Nacionais”, obra que não concluiu, embora fosse anunciada¹⁶. Para podermos visionar o interesse científico dessa obra cabe-nos, na ausência dos manuscritos e dos elementos cartográficos acima referidos, reconstituir em síntese os seus trabalhos de cadastro, incluindo os resultantes da fase operativa, que à frente se falará, de 1881 a 1895¹⁷. O próprio Possidónio falava frequentemente nessa obra que compendearia o seu esforço de arquitecto e arqueólogo e que seria uma das suas obras principais. Refere, a propósito de estudos parcelares, as datas em que realizou alguns dos levantamentos e medições para as plantas dos edifícios. Por várias ocasiões chega a publicar as medidas, adoptando desde logo as unidades de medida da reforma metrológica, que entretanto fora aprovada em Portugal sob a égide científica de Fradesso da Silveira.

A morte repentina de D. Pedro V acabou por se reflectir na obra de cadastro, de cartografia e de direcção do projecto real. A frustração de Possidónio da Silva parece datar dessa altura. A resposta a esta situação nova foi dada nos anos seguintes e talvez possa nela radicar o interesse manifestado por Possidónio na organização e institucionalização de uma associação profissional e cívica que pudesse representar esse desiderato fora da Casa Real. Os tempos eram outros e o Estado liberal tendia, cada vez mais, a substituir as iniciativas reais pelas governativas e parlamentares, mesmo que elas fossem de âmbito cultural. O conhecimento da realidade patrimonial fez dele uma personalidade activa e presente nas nomeações governativas para diversas comissões de monumentos nacionais. O estatuto público de especialista ocorreu ainda durante a vida e depois da sua morte. Alfredo Keil chama-lhe “benemerito e dedicado apóstolo da arte architectonica”¹⁸.

¹⁵ Inocêncio da Silva, *ob. cit.*, p. 149.

¹⁶ Como referem Inocêncio da Silva, Costa Goodolphim e ele próprio.

¹⁷ Ver Anexo II, no final.

¹⁸ Alfredo Keil, *Collecções e Museus de Arte em Lisboa*, Lisboa, Livraria Ferreira & Oliveira, Ld.ª, 1905, p. 37. Sobre as relações de Alfredo Keil com os problemas patrimoniais, ver Jorge Custódio, “Alfredo Keil ou o elogio dos Museus” (no prelo).

O seu conhecimento da realidade patrimonial portuguesa permitiu-lhe colaborar, em conjunto com outros colegas da Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólogos Portugueses, na primeira listagem ou inventário de monumentos para servir de objecto à sua classificação oficial. O reconhecimento da sua actividade na obra cadastal de 1858-1863 e de 1880-1881 determinou a sua escolha para uma nova comissão dos monumentos nacionais, a equipa nomeada pelo Ministro das Obras Públicas, Saraiva de Carvalho, em 1881, na qual exerceu o lugar de presidente¹⁹.

No Relatório da referida Comissão, a estratégia de conhecimento da realidade patrimonial mantém-se, executando-se novas plantas, sendo acompanhado por desenhadores. Procede ao desenho da nova planta da Sé de Lisboa, datada de 1882, à escala de 1:200 metros, com seus alçados e cortes, mandada executar sobre a sua direcção pelos seus colaboradores Francisco Maria Pereira Heitor de Macedo, Francisco Correia Leote Junior, Francisco Soares O'Sullivan e João Lino de Carvalho. Foi coadjuvado também pelo artista Júlio Carlos Mardel de Arriaga²⁰.

A publicação do "Relatório e Mappas acerca dos Edifícios que devem ser classificados Monumentos Nacionais", no *Diário do Governo* de 19 de Março de 1881 veio revestir-se de um enorme significado a nível cultural. A ideia de inventário provinha das primeiras comissões dos monumentos, mas ficara-se sempre pela intenção. Em 1880, o Ministro de Obras Públicas, solicitou à Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólogos Portugueses a apresentação de uma lista dos edifícios a considerar num processo de eventual classificação. Presidia a Associação, Possidónio da Silva. No entanto, a comissão saída da Assembleia Geral desta instituição era presidida por José Silvestre Ribeiro, tendo como redactor Inácio Vilhena Barbosa. Desde a data da eleição desta comissão até à sua apresentação ao ministro, mediaram apenas dois meses, pelo que a experiência adquirida pela associação e os seus notáveis membros foi indispensável para a aceleração do processo. Não restam quaisquer dúvidas acerca do papel desempenhado por Possidónio da Silva, que pôs toda a sua craveira de conhecedor do património ao serviço da causa, facto que esclarece a sua indigitação para o cargo de presidente da nova Comissão dos Monumentos Nacionais.

Com setenta e cinco anos, Possidónio realiza ainda excursões aos principais monumentos para analisar a sua situação, extrair notas para a sua futura conservação. Manda executar plantas, alçados e cortes de alguns monumentos, interessa-se pelo desenho de pormenores e manda extrair as epígrafes de alguns túmulos. Elabora um questionário para ser preenchido pelos municípios, com a finalidade de obter informação complementar necessária ao cadastro²¹. A documentação é omissa sobre a sua actividade na referida comissão entre 1884 e 1895, pouco tempo antes da sua morte.

3. A utilização de modelos tridimensionais

Por duas vezes Possidónio da Silva foi chamada a intervir no restauro de monumentos, na Capela mortuária de D. João I, na Batalha²² e no Mosteiro dos Jerónimos, em Lisboa. Charles

¹⁹ A comissão mantém-se em actividade até 1884. Dez anos depois, como a situação se mantivesse, Possidónio publicou um interessante relatório sobre a sua acção entre 1881 e 1884. Cf. *Relatorio da Commissão dos Monumentos Nacionaes. Apresentado ao Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Ministro das Obras Publicas, Commercio e Industria pelo Presidente da Referida Commissão em 1884*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1894 [28 págs.].

²⁰ Possidónio da Silva mandou executar duas plantas da Sé de Lisboa. A primeira estava já concluída em 1873, porque foi mostrada na Exposição Universal de Viena de Áustria, ao lado das plantas das Sés de Braga e do Porto e das igrejas dos Conventos de Alcobaça e Batalha. A segunda, intitulada, *A Sé de Lisboa. Planta da Igreja de Santa Maria Maior*, tal como vêm na legenda, desenhada sobre papel-tela, encontra-se arquivada na DGEMN (Planta 46 A).

²¹ Apenas recebe resposta de trinta e três municípios para 138 circulares enviadas. Desconhece-se o paradeiro das respostas, que deveriam estar arquivadas no Ministério de Obras Públicas (AHMOP). Neste arquivo apenas se encontra um documento no seu processo individual. Trata-se de um pedido de autorização para participar no 1.º Centenário da fundação do Instituto de França, em Paris. O papel timbrado é da Comissão dos Monumentos Nacionais e a solicitação foi autorizada em 14 de Outubro de 1895 (anexo III).

²² No *Catalogo Official da Exposição de Archeologia e de Objectos Raros Naturaes Artisticos e Industriais realizada no Palacio de Cristal Portuense, em 1867* (Porto, Typ. do Jornal do Porto, 31 Rua Ferreira Borges, 1867, p. 19) é indicado, na rubrica de Possidónio da Silva, um "Modelo em madeira da Capela Sepulcral restaurada de D. João I, no mosteiro de

Lucas refere também o restauro do antigo castelo real de Vila Viçosa, os trabalhos de estilo manuelino para o Claustro do Mosteiro dos Jerónimos e o estudo para a campanha de recuperação do templo romano de Évora²³.

A experiência de restauro em Portugal era escassa. Os arquitectos não dispunham de preparação suficiente. Quando, em 1841, Luís da Silva Mousinho de Albuquerque foi chamado para proceder ao restauro do Mosteiro da Batalha, viu-se na necessidade de elaborar uma metodologia, que depois acabou por ser publicada postumamente pela sua mulher²⁴.

A frequência da escola de arquitectura de Paris permitiu a Possidónio da Silva contribuir para o contacto com os grandes arquitectos de França, eles mesmos com larga experiência no restauro artístico. A biblioteca de Possidónio da Silva depositada no Convento de Mafra é disso um exemplo, pois aí se encontram albuns das intervenções de restauro de alguns dos melhores arquitectos de então.

A metodologia que Possidónio da Silva utilizava era de alguma forma inovadora e atenta às grandes aquisições do romantismo, nomeadamente às teses de Viollet-le-Duc. Estudava a história do edifício em várias perspectivas (bibliografia, siglas de canteiro, aspectos artísticos, epigrafia, arquitectos envolvidos, bens móveis), registava-o em fotografia, mandava executar as plantas e alçados, fazia desenhos de pormenor e construía modelos tridimensionais para o domínio geral e global da arquitectura do edificado. Com base nestes elementos elaborava então uma memória descritiva e histórica e informava-a com fotografias do edifício e do modelo.

As suas propostas envolviam o respeito pela linguagem do edifício na sua composição original, o restauro do que fora demolido e alterado e a composição das partes que acabaram por não serem construídas. Este último aspecto era naturalmente o mais complicado, pois existiam dificuldades inerentes ao conhecimento efectivo das antigas propostas dos arquitectos da obra e óbices de natureza artística, face à harmonia estética e formal que se desejava incorporar.

Para os dois casos a que foi chamado a participar, Batalha e Jerónimos, Possidónio da Silva fez modelos tridimensionais, reconhecidos nacional e internacionalmente, pois levou-os a Exposições Universais.

Pouco se sabe acerca da sua proposta para a Capela de D. João I na Batalha, mas sobre a do Mosteiro dos Jerónimos estamos melhor informados, pois Possidónio deixou matéria suficiente para reflexão²⁵. Executa o modelo em onze meses e vinte dias, durante os quais se dedicou de alma e coração o estudo do monumento, revelando originalidade e capacidade técnica. Os seus estudos levaram-no a concluir do valor universal do monumento, extraído das relações proporcionais das medidas do edifício, atribuindo o risco ao arquitecto Boitaca, ao qual reconhece uma elevada categoria artística.

Reconhecendo as dificuldades de domínio científico dos modos de construção no passado, Possidónio defende intransigentemente o modelo de conservação patrimonial. A perenidade da obra arquitectónica exemplar do passado exigia, no entanto, substituição dos elementos degradados. Aproveita a criação de uma escola de canteiros na Casa Pia, obra do Duque de Loulé, para mandar executar silhares aparelhados e esculpidos de forma a substituir aqueles que no edifício se encontravam já derroídos ou destruídos.

Santa Maria da Victoria". Este mesmo modelo foi enviado à Exposição de Viena de 1873, onde se danificou na viagem. Tinha o valor de 900 francos. Cf. *Notice de la Exposition de Vienne de 1873*, pp. 192-197.

²³ Cf. Ch. Lucas, *ob. cit.*, pp. 54-55.

²⁴ Cf. *Memória Inédita Acerca do Edifício Monumental da Batalha*, Leiria, Typographia Leiriense, 1854. A morte prematura de Mousinho de Albuquerque na guerra civil, impediu a formação de um escol português relacionado com o restauro monumental.

²⁵ Cf. Possidónio da Silva, *Mémoire Descriptive du Project d'une restauration pour l'église monumentale de Belem á Lisbonne bâtie en 1500 en souvenir de la découvert de l'Inde par les navigateurs portugais. Modèle fait pour l'Exposition de Paris 1867*, Lisbonne, Typ. de Gazette de Portugal, 1867. BN – BA 283/3 P

4. A análise arqueológica

Do ponto de vista do arquitecto Possidónio da Silva, uma obra edificada necessitava de ser entendida nas suas diferentes vertentes, sendo necessário recorrer à sua compreensão arqueológica. Arqueologia e arquitectura eram, pois, dos conceitos que se encontravam profundamente associados e cuja complementariedade era indispensável no sentido das certezas científicas de uma inegável necessidade. A relação entre ambas era fundamental na evolução do conhecimento e na formação da sensibilização das gerações, com vista à “conservação da arte e das nossas preciosidades arqueológicas”²⁶.

Neste sentido, Possidónio inscreve no estudo dos monumentos métodos de natureza arqueológica, como o estudo das siglas de canteiro, o levantamento epigráfico, a heráldica e mesmo a “demolição” das paredes das igrejas – numa atitude de arqueólogo de edifícios – para encontrar preciosidades que esclareçam a natureza e origem dos monumentos.

Entendendo o papel relevante da arqueologia, o fundador do Museu do Carmo, prevê o seu significado nos trabalhos artísticos dos arquitectos portugueses, a tal ponto que referências à necessidade da arqueologia se encontram patentes nos Estatutos da Associação dos Arquitectos Portugueses, datados de 1864²⁷.

O estudo dos sinais de canteiro foi objecto de uma comunicação durante as comemorações do 1.º centenário da sua morte, todavia a sua *Mémoire de l'Archéologie sur la véritable signification des signes qu'on voit gravés sur les anciens monuments du Portugal, appartenant à l'Architecture du Moyen-Âge* foi o resultado de todo um trabalho de compilação de materiais que pudessem contribuir para uma melhor caracterização da arquitectura medieval portuguesa e sua periodização, na qual a informação arqueológica pudesse servir de referência.

À data da publicação desta memória, Possidónio da Silva considerava ter estudados quarenta e quatro monumentos donde extrairia 544 sinais de canteiros. Eram razões de desconhecimento dos monumentos no nosso país que estiveram na origem desta atitude científica sem paralelos entre nós e muito pouco utilizada ainda hoje.

A análise dos aspectos construtivos permitiu-lhe inovar no âmbito da arqueologia do edificado, uma ciência hoje em franca progressão, mas que na altura dava apenas os primeiros passos. As suas descobertas levaram-no a publicar uma obra que foi acontecimento no seu tempo, merecendo os elogios de Victor Hugo²⁸. Tratava-se de identificar e caracterizar as siglas de canteiros em exercício no território português, durante a Idade Média. Procurou proceder à sua ordenação cronológica para determinar as datas de edificação, por comparação das siglas entre si. Corroborando os testemunhos materiais com os documentos escritos disponíveis estabeleceu as diferenças entre sinais de uma época e de outra, no mesmo edifício, contribuindo para a determinação das remodelações e restauros impressas nas paredes dos monumentos. As suas verificações assentavam na hipótese, hoje confirmada, de que as pedras eram marcadas durante a organização do trabalho nos estaleiros medievais e quinhentistas. Cada canteiro assinava a obra realizada por si, como forma de registo do trabalho que deveria ser pago, no decurso da empreitada. Afastou-se assim das teses que consideravam os sinais como forma de comunicação de pedreiros-livres entre si. Estabeleceu também diferenças de forma entre canteiros letrados e iletrados e entre mestres de um obra completa e os operários de parceria. Reconheceu a continuidade de oficiais canteiros, na perpetuação dos nomes de família. Demonstrou ainda a perenidade dessa forma de pagamento no trabalho de cantaria, verificando que tal método ainda foi utilizado no Aqueduto das Águas Livres, em Lisboa, em 1738.

²⁶ Noções Elementares de Archeologia, ob. cit., p. V.

²⁷ Estatutos da Associação dos Architectos Civis Portuguezes, Lisboa, Typ. da Sociedade Typographica Franco-Portugueza, 1864.

²⁸ Joaquim Possidónio Narciso da Silva, *Mémoire de l'Archéologie sur la véritable signification des signes qu'on voit gravés sur les Anciens Monuments du Portugal, appartenant à l'architecture du moyen-âge*, Lisbonne, Imprimerie Nationale, 1868. O autor de Notre-Dame de Paris escreveu-lhe, para lhe comunicar que “... je suis très frappé monsieur de votre ingénieux travail”, Carta de Vitor Hugo, fotografia do fac-simile no início da obra existente na Biblioteca Nacional, Reservados.

5. Paralelos artísticos e periodização

A quantidade de edifícios visitados na primeira fase da sua missão de reconhecimento da realidade patrimonial portuguesa permitiram-lhe compará-los e antever uma obra, já por si grandiosa, no âmbito da história da arte e arquitectura portuguesa. Na realidade faltava em Portugal um estudo comparado dos monumentos, não só entre si, mas de alguma forma relacionados com obras similares europeias. Esse estudo designava-se então por “paralelos artísticos” e estava relativamente divulgado na França, desde os inícios do século XIX.

Deve-se a Arcisse Caumont uma tentativa de aplicação desse método, potencialmente de cariz arqueológico, à história da arte. Se se estabelecem as semelhanças e as diferenças entre edifícios construídos no passado e se essas semelhanças e diferenças se estendessem à escultura, à ourivesaria, à pintura poder-se-iam obter critérios de periodização artísticos, que classificariam as manifestações artísticas de forma global.

Possidónio da Silva ao tentar esta análise em paralelos artísticos contribuiu assim, pela novidade introduzida na décadas de 60 e 70, para a fundamentação científica da história de arte e da arqueologia medieval em Portugal, aspecto que lhe não é reconhecido pelos actuais historiadores de arte.

Esta sua obra inicia-se com a publicação das *Noções Elementares de Archeologia*, em 1878 e desenvolve-se com os estudos sobre os paralelos portugueses. No entanto, já em 1864 e em 1873, se preocupara com esta nova metodologia, quando escreveu *Dissertation Artistique sur l'Architecture en Portugal depuis XII^{ème} au XVIII^{ème} siècle*²⁹ e *Notice Historique et Artistique des Principaux Édifices Religieux du Portugal avec la description des Plans de leurs églises et du Projet d'un Musée des Beaux-Arts et d'Antiquités pour la Ville de Lisbonne*³⁰ Nestes trabalhos tem presente as plantas mandadas levantar durante a missão decretada por D. Pedro V, considerando a “da igreja abacial do extinto mosteiro de Alcobaça”, como que a planta modelar das igrejas medievais portuguesas. Foi então que concebeu escrever uma obra intitulada – “*O Parallelo das principais igrejas de Portugal*”, composta com quarenta e cinco plantas retiradas dos 45 monumentos religiosos do paiz, obra que ficou inédita, embora parcialmente publicada em pequenos artigos e opúsculos do autor³¹.

Também em 1880, envia algumas notas sobre monumentos portugueses para os seus amigos Charles Lucas e Paul Sedille, permitindo-lhes escrever uma nova *Notícia sobre alguns Monumentos Portugueses*³².

Em todos esses trabalhos se nota o particular interesse na história artística do país, assim como um certo cuidado em definir parâmetros para a categorização e tipologia dos monumentos nacionais, de modo a integrá-los em conjuntos artísticos coerentes. Muitas das suas conclusões são erróneas e derivadas do atraso dos estudos de história de arte em Portugal, no terceiro e inícios do quarto quartel do Oitocentos liberal, mas julgo que se pode afirmar ser Possidónio da Silva um precursor, com alguma notariade, nas origens da historiografia científica da arte em Portugal.

²⁹ Lue dans le Congrès Internationale des Architectes à Paris dans Séance de 29 Juillet 1867, par le Chevalier J. P. N. da Silva, Lisbonne, Imprimerie Franco-Portugaise, 1869, [23 pp. mais cinco fotografias] Biblioteca da AAP.

³⁰ par le Chevalier J. P. N. da Silva, Lisbonne, Exposition Universelle de Vienne, Imprimerie Nationale, 1873, [31 pp.]. Idem.

³¹ Cf. Boletim, *ob. cit.*, II, 9, pp. 137-138 e vários outros números do Boletim, com estudos sobre a História da Arquitectura, em vários períodos artísticos (Românico, Gótico, etc.). Os primeiros estudos neste sentido datam de 1887 e intitulam-se “Segundo Período da Arquitectura da Idade Media. Arquitectura Roman”, Boletim, *ob. cit.*, Tomo V.

³² *Étude sur quelques monuments portugais d'après les notes de M. le C.r da Silva*, par MM. Paul Sedille et Charles Lucas, Paris, 1881. Biblioteca de Mafra, Cota 6.4.8.198.

III. Formação da consciência social e cultural em prol da salvaguarda do património

Mas Possidónio da Silva não se quedou por estas cinco grandes inovações. Preocupando-se com o significado social da defesa do património, Possidónio da Silva recorre ao associativismo profissional e amador – a Sociedade Civil, que hoje tanto se fala –, para agir sobre a opinião pública, a sensibilização, a mudança de atitudes do Estado e da colectividade em geral, na conservação do património. Obtem o apoio e a solidariedade dos arquitectos do Ministério das Obras Públicas, onde também estava inscrito, dos professores arquitectos da Academia Real de Belas Artes e dos arquitectos da Câmara de Lisboa, do Porto e do Mosteiro da Batalha para fundar a Associação dos Arquitectos Civis Portugueses. Já afirmei num estudo que realizei em 1994, que não se encontram publicados, ainda, estudos suficientes sobre a associação fundada por Possidónio da Silva, para se poder fazer uma ideia correcta da sua acção cívica em prol da defesa e salvaguarda do património cultural. Todavia, os poucos que se conhecem permitem ter uma ideia sobre a extensão e a profundidade dos trabalhos realizados, “desde a representação pública às entidades governativas expressas em centenas de documentos, às excursões arqueológicas para visita e reconhecimento do estado dos monumentos, ao estudo histórico e artístico de muitos deles, para além da sensibilização da opinião pública e a valorização de diversos aspectos arqueológicos e artísticos”³³.

Muitas são os exemplos das acções de salvaguarda e valorização de bens imóveis e móveis realizadas em Portugal sob a direcção de Possidónio da Silva, suportadas pela Associação dos Arquitectos e Arqueólogos Portugueses. Refira-se a título de exemplo, os casos de Santarém, os túmulos de D. Fernando I e de Fernão Sanches; em Tomar, o Túmulo de Frei Gonçalo de Sousa; em Alcobaça, um túmulo Romano; em Alenquer, o Portal Manuelino do Convento de S. Francisco; o Mosteiro de Paço de Sousa; o Sarcófago da Sé do Porto e, em Coimbra, a divulgação do pórtico de uma casa nobre, situado em Sub-Ripas. Em todos os casos publicou-se informação acompanhada de fotografia no *Boletim* da associação. Aliás tanto o *Arquivo de Arquitectura*, como o *Boletim*, com um nível aliás surpreendente no universo editorial da especialidade, foram órgãos fundamentais na criação de uma consciência patrimonial em Portugal, devendo-se muito, não só à gestão de Possidónio da Silva, como também à pleiade de colaboradores, entre os quais se destacam, Vilhena Barbosa, Gabriel Pereira, Augusto Simões, Joaquim de Vasconcelos, entre outros.

A criação do Museu Arqueológico do Carmo, museu privado, pertencente à Real Associação dos Arquitectos e Arqueólogos Portugueses, permitiu criar um arquivo de bens móveis, que podiam ser estudados e trabalhados do ponto de vista arqueológico e arquitectónico, tornando-se, pelo pioneirismo da sua acção em Portugal, modelo de outras instituições museológicas similares.

Sob a sua égide elaborar-se-á a primeira lista portuguesa de monumentos a classificar, facto que motivou a sua presidência numa das mais empenhadas Comissões dos Monumentos Nacionais, instituídas em Portugal, no séc. XIX, como vimos atrás. Em Portugal não fora publicada, até então, qualquer lei referente à salvaguarda do património monumental, com excepção das portarias para o restauro de alguns monumentos notáveis, como os casos dos Mosteiros da Batalha e dos Jerónimos. As sucessivas comissões que o Estado havia criado, desde 1870, apenas haviam tocado ao de leve neste problema, para o qual urgia encontrar soluções adequadas. A comissão mais operante fora a de 1875, liderada por Sousa Holstein, mas a sua acção reflectiu-se mais no âmbito da museologia, criando condições para a instalação do Museu de Belas Artes. A resposta da Associação à portaria de 24 de Outubro de 1880, com importante relatório preambular, permitiu antever uma primeira classificação dos monumentos nacionais. Condensando toda a informação recolhida pelos obreiros do movimento patrimonialista de oitocentos, a Lista da Associação, apadrinhada por Possidónio da Silva, constituiu um marco notável na história do

³³ Jorge Custódio, “De Alexandre Herculano à Carta de Veneza”, em *Dar Futuro ao Passado*, Lisboa, IPPAR, 1994. Ver sobre os primórdios da associação, Francisco Santana, *A Associação dos Arqueólogos Portugueses e Lisboa*, separata de *Arqueologia e História*, série X, Vol. III, Lisboa, 1993.

património cultural em Portugal. Todavia, as críticas que lhe foram feitas (nomeadamente do arqueólogo Estácio da Veiga) e a metodologia utilizada não viabilizaram a sua aceitação por parte do Estado, sobretudo depois de 1884. As suas sucessivas revisões levariam a novas listas mais concensuais, quanto às categorias e ao método utilizado, evoluindo para a proposta apresentada em 1909, que foi finalmente aprovada oficialmente nas vésperas da implantação da República, em 1910.

O papel da Real Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólogos Portugueses demonstrase, pois, através das suas acções cívicas em prol da defesa dos bens culturais, do nível das suas contribuições científicas, da rede nacional e internacional de defensores dos valores patrimoniais e das excursões artísticas que promoveu no país. Mas, durante os primeiros trinta anos da sua existência, o prestígio do arquitecto Joaquim Narciso Possidónio da Silva marcou-lhe a actividade, deu-lhe o prestígio que lhe foi sucessivamente reconhecido e criou-lhe uma sustentação de acções que foram, por sua vez o garante da sua projecção futura.

Anexo I

Revista Pittoresca e Descritiva de Portugal com vistas Photographicas, Publicação feita sob os auspícios de Suas Magestades El-Rei o Senhor Dom Luiz I e El-Rei o Senhor Dom Fernando II, de suas altezas e de sua Magestade Imperial a Senhora Duquesa de Bragança, Lisboa, Imprensa Nacional; Editor Ernesto Augusto da Silva, Rua de Santo António n.º 33 à Estrela, 1862 [48 págs + 48 fotografias].

- 1.ª Série
- N.º 1 – Lisboa: As Igrejas da Sé e de Santo António (1861)
 - N.º 2 – Santarem. Vista Geral da Villa do Lado Poente (1861)
 - N.º 3 – Porto. Igreja e Torre dos Clérigos (1861)
 - N.º 4 – Belem. Igreja da Memoria (1862)
 - N.º 5 – Coimbra. Fachada da Antiga Cathedral (1862)
 - N.º 6 – Lisboa. Torre de S. Vicente de Belem (1862)
 - N.º 7 – Lisboa. Estufas da Quinta das Laranjeiras (1862)
 - N.º 8 – Coimbra. Vista do Claustro do Convento de Santa Cruz (1862)
 - N.º 8 (bis) – Cintra. Vista Geral * (1863)
 - N.º 9 – Coimbra. Convento de Santa Clara a Nova** (1863)
 - N.º 10 – Coimbra. Vista Principal (1863)
 - N.º 11 – Coimbra. Vista do Aqueduto de el-rei D. Sebastião (1863)
 - N.º 12 – Lisboa. Vista da Escola do Exército (1863)
- 2.ª Série
- N.º 1 – Coimbra. O Edifício da Universidade (1861)
 - N.º 2 – Lisboa. Reservatorio e Aqueduto das Aguas Livres (1861)
 - N.º 3 – Coimbra. Fronstispício da Igreja de Santa Clara de Coimbra (1861)
 - N.º 4 – Santarem. Claustro do Convento de S. Francisco (1861)
 - N.º 5 – Lisboa. Largo do Pelourinho e Banco de Portugal (1862)
 - N.º 6 – Santarem. Seminario Patriarchal de Santarem (1862)
 - N.º 7 – Lisboa. Vista do Paço das Necessidades *** (1862)
 - N.º 8 – Coimbra. Vista do Claustro do Convento de Santa Cruz (1862)
 - N.º 9 – Lisboa. Igreja dos Paulistas e Correio Geral (1863)
 - N.º 10 – Porto. Vista do Convento da Serra do Pilar (1863)
 - N.º 11 – Almada. Vista do Castelo em frente de Lisboa (1863)
 - N.º 12 – Belem. Igreja do Antigo Convento dos Jerónimos**** (1863)

* São quatro as fotografias conhecidas. Para além da indicada fotografou também, para a mesma série Cintra. Palácio da Pena, Cintra. Castelo dos Mouros, Cintra. Panorâmica Geral da Serra.

** Na mesma série, com o mesmo número e texto, o autor publicou também uma vista de Santa Clara-a-Velha, com o título de Igreja de Santa Clara em ruínas. Em Santa Clara-a-Nova apresenta fotografia do claustro.

*** Na mesma série fotos com coche e sem coche.

**** Duas fotografias, uma com fachada e outro com claustro.

Anexo II

Arquivo arqueológico dos principais edifícios de Portugal (1856-1884)

Distrito de Beja

Concelho de Beja

- Igreja do Convento de N.ª S.ª da Conceição de Beja
- Torre de menagem do Castelo de Beja

Distrito de Braga

Concelho de Braga

Sé de Braga

- Planta e medições – 1859
- Estudo de siglas de canteiro sobre as paredes – 1868 [Estampa IV]
- Memória descritiva – 1873
- Visita oficial e excursão artística – 1884

Concelho de Guimarães

“Catedral” ou “Sé” de Guimarães

- Estudo de siglas de canteiro no interior – 1868 [Estampa I]

Distrito de Coimbra

Concelho de Coimbra

Aqueduto de D. Sebastião

- Registo fotográfico – 1863
- Medições e memória descritiva – 1863

Igreja de Santa Cruz

- Registo fotográfico da fachada e do claustro – 1861
- Medições – 1861
- Memória descritiva – 1861
- Estudo de siglas de canteiro no exterior – 1868 [Estampa XXI]
- Desenhos do retábulo do altar do túmulo de D. Sancho I – 1884

Colégio Novo (seminário de frades cruzios)

- Registo fotográfico – 1861

Convento de Santa Clara, a Velha

- Registo fotográfico – 1863
- Memória histórica – 1861
- Estudo de siglas de canteiro no interior – 1868 [Estampa XXIV]

Convento de Santa Clara, a Nova

- Medições e planta – 1860
- Registo fotográfico – 1863
- Pequena memória histórica e do túmulo de Isabel de Aragão – 1863

Quinta e Fonte dos Amores

Sé Velha

- Fotografia do portal – 1861
- Registo fotográfico – 1862
- Medições e memória descritiva – 1862
- Siglas da Igreja. Fora e no interior da torre – 1868 (Estampa II e III)
- Visita oficial e excursão científica – 1882

Sé Nova

Universidade

Registo fotográfico – 1861
Memória descritiva – 1861

Distrito da Guarda

Concelho da Guarda

Sé

Distrito de Évora

Concelho de Évora

Sé Catedral

Estudo de siglas de canteiro no interior – 1868 [Estampa XIX]
Templo de Diana
Edifício Público
Antiga Universidade de Évora
Ruínas do Palácio Real
Igreja de S. Francisco
Dois dolmens – escavações nas proximidades de Évora (1882)

Distrito de Leiria

Concelho de Alcobaça

Convento de Alcobaça

Visita – 1836
Estudo de siglas de canteiro no exterior, no refeitório e no claustro – 1868 [Estampas XVI, XVIII e XX]
Planta e medições – 1861
Fotografia –
Memória descritiva – 1873
Visita oficial e excursão científica – 1883

Concelho da Batalha

Mosteiro de Santa Maria da Vitória

Fotografia
Modelo em madeira da Capela sepulcral de D. João I³⁴ – 1867
Estudo de siglas de canteiro no exterior, interior, no claustro real, no interior da Capela do Fundador, na capela inacabada e no último claustro construído – 1868 [Estampas XXVIII, XXIX, XXX, XXXV, XXXVI e XXXVII]
Planta³⁵ e medições – 1873
Memória descritiva – 1873

Concelho de Caldas da Rainha

Igreja das Caldas da Rainha

Concelho de Ferreira do Zêzere

Igreja de Ferreira do Zêzere

Concelho de Leiria

Castelo de Leiria e Capela

Estudo de siglas de canteiro sobre as muralhas e na capela – 1868 [Estampa VI]

Sé

Concelho de Óbidos

Igreja de Óbidos

Distrito de Lisboa

Concelho de Alenquer

Convento de S. Francisco

³⁴ Cf. *Catálogo Oficial da Exposição de Archeologia e de Objectos raros naturaes e industriais realisada no Palacio de Cristal Portuense em 1867*, Porto, Typographia do Jornal do Porto, 1867, n.º 546, p. 20

³⁵ É muito provável que Possidónio retirasse a sua planta de outras anteriores, alterando-lhe a escala.

Igreja da Várzea

Modelo do busto de Damião de Góis – 1883

Casa onde morara Damião de Góis

Lápide – 1884

Concelho de Lisboa

Aqueduto da Mãe de Água

Registo fotográfico – 1861

Medições e memória descritiva – 1861

Estudo de siglas de canteiro no exterior – 1868 [Estampa XLV]

Escola do Exército

Registo fotográfico – 1863

Medições e memória descritiva – 1863

Convento da Esperança

Convento da Madre de Deus

Convento das Comendadeiras de Santos

Convento de Arroios

Convento de Belém (Mosteiro dos Jerónimos)

Estudo académico da abóbada principal – 1828 (?)

Medalhão do presumível arquitecto do mosteiro, do claustro – 1847

Direcção de obras de 1852 a 1856

Desenhos do portal principal – cerca de 1860

Registos fotográficos da fachada e claustro – 1863

Medições e memória descritiva – 1863

Modelo em madeira para apoio ao restauro do referido Convento³⁶ – 1867

Estudo de siglas de canteiro no exterior e no claustro – 1868 [Estampa XXXIX e XLII]

Convento de Chelas

Convento de S. Bento

Convento de S. Vicente de Fora

Planta geral e dos claustros; medições – 1882. Lino

Alçado da frente da Igreja – 1882. Lino

Corte longitudinal – 1882 (incompleto). Lino

Corte transversal – 1884

Corte longitudinal da Sacristia – 1884

Esculturas de ornamentação da fachada. O'Sullivan

Estátuas do baldaquino da Calpela-mor – 1884. O'Sullivan

Convento do Bom Sucesso

Convento do Carmo

Estudo de siglas de canteiro exterior e interior – 1868 [Estampa XXXI e XXXII]

Convento do Rato

Convento dos Paulistas

Igreja do Coração de Jesus (Basílica da Estrela)

Planta geral do convento e medições – 1883. O'Sullivan

Igreja da Encarnação

Igreja da Graça

Igreja da Madalena

Igreja da Memória

Registo fotográfico – 1861

Memória descritiva – 1861

Igreja das Chagas

Igreja de Santa Isabel

³⁶ Cf. *Catalogo Official da Exposição de Archeologia e de Objectos raros naturaes e industriais realisada no Palacio de Cristal Portuense em 1867*, Porto, Typographia do Jornal do Porto, 1867, n.º 550, p. 21. Este modelo fotografado por Henrique Nunes estará presente na Exposição Universal de Paris desse ano. Possidónio ofereceu-o à Galeria de Belas-Artes de Paris, cf. *Catalogue Spécial de la Section Portugaise a L'Exposition Universelle de Paris en 1867*, Paris; Librairie Administrative de Paul Dupont, 1867, pp. 9-10.

Igreja de Santo António

Registo fotográfico – 1861
Medições e memória descritiva – 1861

Igreja de S. Domingos

Igreja de S. Paulo

Registo fotográfico – 1863
Memória descritiva – 1863

Igreja do Loreto

Igreja dos Mártires

Palácio das Necessidades

Registo fotográfico – 1862
Memória descritiva incluindo o museu real – 1862

Palácio de Belém

Pelourinho

Registo fotográfico – 1861
Memória histórica – 1861

Sé Catedral

Registo fotográfico – 1861
Medições e memória descritiva – 1861
Estudo de siglas de canteiro no interior e sobre os arcos botantes – 1868 [Estampas IX e X]
Primeira planta, com medições e memória descritiva – 1873
Planta e medições – 3 de Fevereiro de 1882. Lino
Desenho da fachada (desenho incompleto). Leote
Corte longitudinal – 5 de novembro de 1882 a 19 de Maio de 1893. Francisco Soares O'Sulivand
Cópia dos epitáfios do interior da Sé. Leote

Teatro de S. Carlos

Planta Geral e medições – 1883. Lino
Alçado da frente principal – 1883. Lino
Corte longitudinal – 1883-84. Lino

Torre de S. Vicente de Belém

Registo fotográfico – 1862
Medições e memória descritiva – 1862

Banco de Portugal

Descrição Histórica

Estufas das laranjeiras

Registo fotográfico

Concelho de Loures

Convento de Odivelas

Estudo de siglas de canteiro no exterior – 1868 [Estampa XXIII]

Convento de Sacavém

Concelho de Mafra

Palácio de Mafra

Planta e medições – 1828
Memória descritiva – 1873

Concelho de Oeiras

Igreja de Carcavelos

Palácio de Queluz

Concelho de Sintra

Castelo dos mouros

Registo fotográfico – 1863

Castelo Real da Pena

Estudo de siglas de canteiro no interior – 1868 [Estampa XLIII]

Igreja de S. Martinho

Estudo de siglas de canteiro no exterior e interior – 1868 [Estampa XI]

Palácio Real de Sintra

Registos fotográficos – 1863

Estudo de siglas de canteiro no interior e exterior – 1868 [Estampas XXXIII, XL e XLI]

Distrito de Portalegre

Concelho do Crato

Dolmen

Concelho de Elvas

Sé de Elvas

Concelho de Portalegre

Igreja de Portalegre

Igreja de S. Vicente da Chã de Portalegre

Ermida de S. Sebastião de Portalegre

Concelho de Vila Viçosa

Palácio de Vila Viçosa

Concelho de Vendas Novas

Palácio de Vendas Novas

Distrito de Porto

Concelho de Penafiel

Igreja do Salvador de Paço de Sousa

Modelo dos capitéis do portal principal – 1883

Concelho do Porto

Convento de Monchique

Igreja de Águas Santas

Igreja de Cedofeita

Planta e medições – 1862

Descoberta de dois túmulos – 1862

Visita oficial e excursão científica – Maio de 1882

Igreja de S. Francisco

Estudo de siglas de canteiro no interior – 1868 [Estampa XXXIV]

Igreja dos Clérigos

Registo fotográfico – 1861

Memória descritiva – 1861

Palácio de Águas Santas

Porta de Vandome

Sé

Planta e medições – 1852

Estudo de siglas de canteiro no interior – 1868 [Estampa V]

Memória descritiva – 1873

Concelho de Santo Tirso

Igreja matriz

Concelho de Vila Nova de Gaia

Convento da Serra do Pilar

Registo fotográfico – 1863

Medições e memória descritiva – 1863

Distrito de Santarém

Concelho de Salvaterra de Magos

Palácio de Salvaterra

Concelho de Santarém

Convento da Graça

Siglas da Igreja. Interior da Torre – 1868 [Estampa XXVII]

Convento da Trindade

Convento de Santa Clara

Convento de S. Francisco

Registo fotográfico – 1861

Medições da igreja e do claustro – 1861

Memória descritiva – 1861

Siglas da Igreja. Interior – 1868 [Estampa XXII]

Convento de Jesus (Ordem Terceira de S. Francisco)

Igreja de S. João de Alporão

Pequena memória histórica – 1861

Estudo de siglas de canteiro no exterior – 1868 [Estampa VIII]

Visita oficial e excursão científica – 1882

Seminário Patriarcal

Registo fotográfico – 1862

Memória histórica – 1862

Torre das Cabaças

Registo fotográfico inserido em paisagem urbana – 1861

Pequena memória histórica e medições – 1861

Concelho de Tomar

Igreja de Santa Maria do Olival

Estudo de siglas de canteiro no interior – 1868 [Estampa VII]

Planta e medições – 1883

Igreja de S. João Baptista

Estudo de siglas de canteiro no interior – 1868 [Estampa XVII]

Convento de Cristo

Planta e medições – 1866

Estudo de siglas de canteiro no interior e sobre a igreja – 1868 [Estampa XXV e XXVI]

Visita oficial e excursão científica – 1882

Ruínas romanas ditas de Nabância

Planta dos resultados da escavação. Área de 4.000 m²

Padrão de S. Lourenço

Distrito de Setúbal

Concelho de Almada

Castelo de Almada

Registo fotográfico (1863)

Concelho de Palmela

Castelo de Palmela

Visita oficial e excursão científica – 1884

Concelho de Setúbal

Convento de Jesus

Visita oficial – 1859

Visita oficial e excursão científica – 1884

Igreja do Bom Deus

Estudo de siglas de canteiro no exterior e interior – 1868 [Estampa XXXVIII]

Distrito de Viana do Castelo

Concelho de Viana

Igreja da Misericórdia

Convento de S. Clemente de Viana

Ruínas arqueológicas de Santa Luzia

Visita científica – 1876

Planta das ruínas – 1884

Antigo edifício do extinto convento de S. Cláudio

Distrito de Viseu

Concelho de Lamego

S. Domingos da Queimada

Estudo de siglas de canteiro no interior da Capela, da sacristia e sobre a cisterna – 1868 [Estampa XV]

Concelho de Viseu

Sé

COMISSÃO
dos
MONUMENTOS
NACIONAES



Ill.^{mo} Ex.^{mo} Sr.

Auctoridade - Paris 14 d' outubro
de 1895 - Campos Henriques.



-15-201-188-41-10-91

Tenho a honra de pedir a V.^{za} a
licença por vinte e cinco dias, por ser
obrigado a comparecer em Paris, no pro-
ximo mez, para tomar parte no
1.^o Centenario da fundação do Insti-
tuto de França para o que receti
concessão d'essa illustrada compa-
nhia pelo motivo de ter a honra
de ser membro associado: por tan-
to, confio que V.^{za} se dignará conce-
der o que respectivamente solicito.

Deus Guarde a V.^{za}

Luiza 13 d' Outubro de 1895

aproveço me
Ill. e Ex.^{mo} Sr. Conselhoiro Ministro
Secretario dos negocios das Obras Publicas

Presidente da Com.
missão dos Monumentos nacionaes
Joaquim Possidônio Noroiz da Silva

Possidónio da Silva e Lisboa

FRANCISCO SANTANA

De diversos modos se entrelaça a vida de alguém com a de uma localidade. Aí se pode ter nascido ou morrido, aí se trabalha e se habita, aí será possível assinalar locais de diversão ou convívio. Essa pequena pátria, tantas vezes adoptiva, pode também ser objecto de afecto, afecto tanto mais depurado e perfeito quanto não exige ser correspondido, afecto que normalmente se traduz também em vontade de conhecer, que é outra forma de amar. Em menos frequentes casos surge uma relação já um tanto demiúrgica, de criador e criatura, quando alguém faz abrir arruamentos, levantar edifícios ou nascer instituições. E é também possível projectar, propor, sonhar. Atentemos, com a brevidade que se impõe, em alguns destes aspectos da relação de Possidónio da Silva com a sua cidade. Façamo-lo com a prudente ressalva de que será impossível, aqui e ali, deixar de aflorar matérias que, melhor e mais detidamente, são tratadas pelos intervenientes que me antecederam e me sucedem.

Nasceu Joaquim Possidónio em 1806 no palácio das Necessidades e na capela do mesmo foi baptizado. Não muito longe, no cemitério do Prazeres, em jazigo por ele próprio mandado erigir, repousa desde 1896. Com pouco mais de um ano vai para o Brasil, de onde regressa, adolescente, em 1821. Talvez em finais deste mesmo ano solicita admissão na Aula de Desenho e Arquitectura; a afirmação não pode ser peremptória porque o requerimento não está datado e tem lançado um despacho, mandando informar, com data de 10.01.1822. É admitido em Março e a sua experiência como discente talvez justifique o azedume com que, muitas décadas volvidas e em texto destinado a contribuir para a reforma da Academia Real das Belas Artes, se refere à sua frequência da "Aula Regia do risco, estabelecida no convento dos Caetanos" e ao professor, que "desempenhava de manhã as funções de oficial de contabilidade no Erario, e de tarde ensinava a architectura civil". Talvez a busca de melhor preparação e de mais largos horizontes tenha sido o motivo que o impulsionou a partir para Paris. Durante uma ausência (talvez ininterrupta) de cerca de 9 anos, frequenta a Academia de Belas-Artes, estuda com professores particulares, estabelece contactos e amizades, é discípulo e colaborador de architectos de prestígio, desloca-se a Itália em viagem de estudo.

Regressa a Lisboa em 1833; tendo-se alistado no Batalhão de Voluntários do Comércio, aquartelado no convento da Boa-Hora, para celebrar a entrada de D. Maria II, em Setembro, faz erguer no terreno que defrontava a Rua de S. Nicolau um apreciável trabalho de arquitectura efémera. Em Novembro começa, "sem título ou vencimento", a exercer as funções de architecto da Casa Real; o vencimento só lhe será atribuído em Outubro de 1834, mas o título teve-o a partir de decreto de 29 de Abril deste mesmo ano. É, portanto, já investido neste seu cargo que vai desempenhar-se de tarefa que muito prestígio lhe merecerá: a construção da Câmara dos Deputados. A instalação das cortes em S. Bento se, no que respeita à Câmara dos Pares, só torna necessária a adaptação da antiga biblioteca conventual, exigiu, para a Câmara dos Deputados, construção quase que de raiz, aproveitando o espaço de um claustro inacabado. A qualidade da obra produzida e o tempo mínimo em que foi realizada (entre 23 de Junho e 15 de Agosto de 1834, dia de abertura das Cortes) mereceram-lhe a gratidão de D. Pedro, que lhe concedeu o hábito da Torre e Espada, e referências encomiásticas de todos os que lembram este episódio. Episódio que poderá considerar-se paradigmático e que talvez justifique alguma detenção para registar, em brevíssimos apontamentos, o que seria passível de mais séria e demorada reflexão. A Câmara dos Deputados era provisória, no entanto, essa provisoriedade arrastou-se por mais de sessenta anos, e quem sabe quanto mais tempo ela testemunharia dos talentos de Possidónio, a não ser destruída por um incêndio em 17.06.1895. Os cinquenta e poucos dias para a construir

como os quinze dentro dos quais teve Possidónio de remodelar a tribuna de S. Carlos, exemplificam um certo modo de trabalhar e, sobretudo, de condicionar o alheio trabalho. Outro condicionalismo, e de modo nenhum menos ponderável, vêmo-lo apontado por Júlio de Castilho no póstumo elogio que dedica a Possidónio da Silva quando refere que muitas das tarefas de que foi encarregado as levou a cabo “vencendo o tempo, que era escaço, vencendo as angustias do Thesoiro, mais escaço ainda”. Esta escassês conduz-nos a outro problema, inevitavelmente juguador do trabalho do jovem arquitecto. Lembremos o facto, isolado mas significativo, de que Possidónio nunca conseguiu, ao longo de décadas de insistência, que lhe fosse pago o trabalho para instalar as Cortes em S. Bento. Mas lembremos, sobretudo, as circunstâncias de fundo. É óbvio que a implantação do Estado Liberal significou, em vários domínios, um surto de inovação; e é óbvio também que com ele estava Possidónio em franca sintonia. Parece igualmente indesmentível que alguma retracção na procura, devida ao exílio ou à diminuição de capacidade económica de muitos adeptos miguelistas, poderia ser amplamente compensada pelos simétricos retorno e aumento de disponibilidades por parte da aristocracia pedrista e, sobretudo, pelas oportunidades criadas por uma ampla remodelação administrativa, potencialmente impulsivadora da construção de edifícios para instalação de novos serviços. Mas aconteceu que, para remediar as destruições da guerra civil, melhor ou pior satisfazer as leoninas condições do grupo financeiro cujo rosto mais visível era o de Mendizábal, e entreter o sólido apetite das clientelas libertadoras se buscou expedita solução na extinção imediata das ordens religiosas masculinas e, claro, no confisco do seu ponderável património. No que respeita à instalação dos novos ou remodelados serviços públicos encontrou-se o Estado Liberal na posse de numerosos e amplos edifícios que superabundantemente satisfaziam todas as possíveis necessidades. Mas esta solução (e seria possível outra?) teve efeitos perversos de que um arquitecto, como Possidónio da Silva, não podia deixar de ter consciência. É na decorrência desta situação que vemos o arquitecto da Casa Real intervir no convento da Trindade, tendo em vista a instalação da Prefeitura da Província da Estremadura, antes de decidida a venda e conseqüente demolição do edifício, como também no palácio da extinta Inquisição, para nele instalar o Tesouro Público (Costa Goodolphim, seu biógrafo, não se esquece de dizer que foi aqui que se construiu “pela primeira vez em Lisboa um passadiço sobre um arco de ferro”). E é contra os inconvenientes destas soluções atamancadas que, em 1873, clama por um edifício expressamente construído e destinado às exposições de arte contemporânea e a um museu de antiguidades.

Também no exercício das suas funções vemo-lo intervir no restauro e decoração de residências régias. No palácio das Necessidades, logo em 1834, e por diversas vezes no decurso das duas décadas seguintes. Pelo menos das realizadas entre 1844 e 1846 faz Possidónio minuciosa descrição que o embaixador Manuel Côrte Real transcreve no livro que dedica a este palácio; à enumeração nele feita de artistas que colaboraram nestas obras, desde José Cinatti e António Manuel da Fonseca até diversos estucadores, marceneiros, douradores, posso acrescentar Cachat e C.^a, mestres douradores, com oficina na Rua Larga de S. Roque, com os quais Possidónio celebrou em 08.05.1845 contrato que ficou registado a F. 31 do L.^o 763 do Cartório Notarial n.^o 1. Também intervirá no palácio de Belém, em 1858. No palácio da Ajuda, para cuja conclusão avançou com projecto logo em 1834, realizará nos anos 60, ainda que em escala muito mais modesta, obras dignas de menção; da reforma feita nos aposentos de D. Maria Pia faz Possidónio apologetica e minuciosa descrição em folheto com cerca de 40 páginas que faz imprimir em Fevereiro de 1865 e cujo texto foi republicado em sucessivos números do boletim da Associação dos Arquitectos Civis Portugueses.

Ainda como arquitecto da Casa Real constrói em 1856 na Rampa das Necessidades a escola primária de D. Pedro V e, no mesmo ano, efectua obras de restauro na fachada sul e no claustro dos Jerónimos. E sobre o claustro regista-se o curioso pormenor de que no mencionado ano lhe é endereçada carta em que se faz referência ao assentamento da “Luneta que V. S.^a teve a bondade de desenhar representando a Náo em que Vasco da Gama foi à Índia”, e que me parece ser a que se encontra na ala norte, no primeiro arco do lado do poente.

É probabilissimamente também no exercício das suas funções oficiais que nas décadas de 30 e 40 faz obras de restauro e adaptação em sucessivas residências a utilizar pela imperatriz viúva,

no paço da Bemposta, no “palacio de Santa Martha”, no palácio do marquês de Abrantes e no das Janelas Verdes. As obras nestes dois últimos terão sido mais importantes, pois só a eles, com exclusão dos dois primeiros, faz referência num currículo que elaborou a pedido da Associação Central de Arquitectos de Paris por ocasião da Exposição Universal de 1889; à sua intervenção no palácio Alvor-Pombal, nas Janelas Verdes, se refere Costa Goodolphim que, sempre preocupado em sublinhar o aspecto inovador das obras do seu biografado, não deixa de referir que aí “apareceram pela primeira vez em Lisboa portões de ferro fundido com arrendados e esculturas”. Terminemos esta resenha com menção do delineamento de bairro na quinta real do Calvário, em 1871.

Também trabalha para particulares. Restaura e decora um prédio do conde de Castro na Rua do Salitre, renova, interior e exteriormente, “no gosto francês”, a decoração de lojas no Chiado, Rua do Ouro e Pote das Almas, constrói um prédio na Rua das Flores, restaura outro na Rua dos Anjos, prepara, no palácio do Manteigueiro, à Horta Seca, a sala de baile e outras instalações da Assembleia Lisbonense, efectua obras no palácio do marquês de Loulé (o antigo palácio da Praia, em terrenos hoje ocupados pelo Centro Cultural de Belém), restaura o palácio do duque de Palmela, no Calhariz, reforma o do duque da Terceira (antigo palácio Vila Flor, em S. João da Praça), constrói, na Charneca, uma casa de campo para Anselmo José Braancamp, constrói um prédio na Rua da Mãe d’Água e o jazigo da família Kol, nos Prazeres, restaura o palácio de Palhavã, do conde de Azambuja (onde hoje se encontra a Embaixada de Espanha). Deixo para final desta enumeração dois trabalhos seus efectuados em 1845: a renovação de um prédio pertencente à sua família, na Rua de S. Bento, e a construção de outro, na Rua de S. Domingos, esquina com a Rua do Prior. Por bem débeis razões o faço: em relação ao primeiro por poder avançar a probabilidade de uma mais cingida localização; em relação ao segundo por permitir ele propor a risonha hipótese de termos ainda, identificável, na Lisboa dos nossos dias, um ponderável vestígio do trabalho de Possidónio como arquitecto. O prédio da Rua de S. Bento admito que seja um com o qual os pais de Possidónio garantiram em 1840 um empréstimo hipotecário; as confrontações do imóvel (“ parte do Norte com prédio do Commendador Vidigal, Sul com a Irmida de Nossa Senhora das Dores, Poente com rua publica, e do Nascente com as Ortas juntas a Real Fabrica da Seda”) permitem localizá-lo no lado oriental da rua e perto do Rato. Prédios que na Rua de S. Domingos esquinem com a do Prior, há dois. Excluído, por indicação do Exm.^o Senhor Abel Pinheiro, o da esquina Sul, resta o oposto, de que é hoje proprietária a Senhora Condessa de Monte Real; sobre a verosimilhança da hipótese proposta seria bem-vinda confirmação documental ou o parecer de alguém com olhar mais preparado que o meu.

Na enumeração das obras por Possidónio delineadas e dirigidas inclui Costa Goodolphim “Transformação dos aposentos do architecto Possidónio da Silva no gosto de Pompêa, na sua residência da rua de S. Francisco; sendo a primeira casa em Lisboa que teve vidros grandes nos caixilhos, em 1834”; poderia eu ter incluído esta obra na relação das levadas a cabo na qualidade de arquitecto da Casa Real; na realidade, o seu cargo dava direito a “huma Caza para sua habitação”, casa essa que lhe terá sido atribuída creio que em dependências do extinto convento de S. Francisco. Mas preferi arrumá-la em rápida enumeração das moradas que o nosso homenageado teve em Lisboa. Encontramo-lo, portanto, entre 1834 e, creio, 1840, na actual Rua Ivens. Já anteriormente, antes da sua partida para Paris, o encontramos no acima mencionado prédio na Rua de S. Bento. No princípio dos anos 40 residia na Calç. da Pampulha. De meados desta década a meados da de 70 habita na área da Estrela: na Rua de S. Bernardo, na dos Navegantes, na do Senhor Jesus da Boa Morte (actual Rua do Possolo), na de S. Miguel (hoje incorporada na Saraiva de Carvalho), na de Santo António à Estrela. Terá possuído uma segunda residência no Campo Grande e acabou os seus dias na Est. de Campolide, n.^o 95, já próximo a Sete Rios.

Da década de 50 encontram-se referências ao que constitui mais uma faceta das suas múltiplas actividades e personalidade: foi proprietário e director de um colégio, probabilissimamente para o sexo feminino, o Colégio Português e Brasileiro, que, talvez acompanhando a deslocação da Rua da Boa Morte para a de S. Miguel, mudou a denominação para Colégio de S. Miguel.

Antes de chamar a vossa atenção para outros aspectos da obra de Possidónio da Silva, referirei, de forma breve e certamente lacunar, algumas propostas suas não atendidas, alguns projectos não realizados. Logo no febricitante ano de 1834 elabora uma "Memoria (...) sobre os novos estatutos para organizar as Aulas e Casas de risco da Capital (...)" e, além do já mencionado projecto para conclusão do palácio da Ajuda, propõe erecção de monumento a D. Pedro IV, no Rossio, e apresenta modelo para o mesmo (refira-se que apresentará este modelo ao concurso efectuado em 1864 e que é possível identificá-lo: é aquele a que foi atribuído o nº 5). Em 1835 projecta um edifício para banhos públicos de que hoje ainda ouviremos falar e em 1837 propõe alterações no Passeio Público e no Rossio. Logo por ocasião da morte do duque da Terceira, em 1861, apresenta projecto de monumento, com o qual concorrerá em 1868. Projectou o restauro do edifício dos Jerónimos. E, como já ficou mencionado, projectou em 1873 um edifício para Museu de Belas-Artes.

Integrou algumas comissões que lhe possibilitaram novas formas de intervenção. Por decreto de 04.10.1861 foi nomeado vogal da Secção de Belas Artes da Comissão Directora da Exposição de Lisboa e dos trabalhos preparatórios para a de Londres. Por portaria de 24.05.1865 foi nomeado para comissão encarregada de proceder "ao plano geral dos melhoramentos da capital"; esta comissão foi mandada dissolver em 24.01.1868, sendo os seus membros louvados pelo "empenhado zêlo e intelligencia" postos "no desempenho dos trabalhos que lhe foram commettidos". Os trabalhos desta comissão estão sucintamente referidos em carta datada de 11.06.1874, publicada no *Jornal do Comércio* de 18 e com a qual Possidónio intervém na acesa troca de opiniões quanto ao destino do Passeio Público. A propósito da proposta apresentada pelo vereador Margiochi, afirma a "reconhecida vantagem" de se estabelecer "uma larga avenida" partindo "do enfesado Passeio Publico" e expende considerações várias de que extracto as respeitantes ao trabalho dessa comissão:

"(...) peço a v. o obsequio de me franquear as columnas do seu jornal para informar o publico, que esse projecto já existe elaborado ha nove annos; julgando ser em mim um dever fazer conhecida esta circumstancia, não pelo motivo de ter sido um dos membros da commissão que o Governo nomeou para se occupar dos melhoramentos de Lisboa; mas sim, por ser o unico que existe hoje, tendo trabalhado para esse fim com os collegas Joaquim Julio de Carvalho, Pedro Pezerat (nomeado vogal pela camara municipal), e havendo servido de presidente o dr. Guilherme da Silva Abranches. Entendi pois que me cumpria mencionar os trabalhos em que todos nós tomamos parte, para este projecto de boulevard, do qual ultimamente se tem ventilado na imprensa.

Esse plano para se abrir uma avenida desde o Passeio Publico com a largura de 60 metros, a fim de se poder plantar dois renques de arvores de cada lado, ficando sufficientemente afastadas das habitações para lhe não tirar a luz, e deixar espaçosa rua central em directa communicação com as estradas do Campo Grande e de Bemfica, foi deliniado e entregue pela referida commissão no ministerio das obras publicas acompanhados dos competentes relatorios e assignados por nós. E tambem outros projectos de melhoramentos, taes como a rua que deve ligar a rua do Quelhas com a calçada da Estrella; outro que deve alargar a rua dos Mestros, e fazer communicar o aterro com o largo das Côrtes. Um boulevard d'esde o palacio do conde d'Anadia até ás Necessidades, no largo das Côrtes. Da estação de Santa Apolonia até Belem estabelecia-se uma via ferrea; dispunham-se duas docas no Beato e em Alcantara. Distribuam-se tres bairros para operarios: Campo de Sant'Anna, Terras de Arroios, e Alcantara. Os melhoramentos do Campo de Sant' Anna; isolar o edificio da Estrella por duas ruas, etc., etc.

Poderia servir de base aquelle projecto de avenida do passeio ao largo de S. Sebastião, porque foi estudado tendo-se em vista não exceder nas subidas ao maximo da inclinação marcada nas instrucções publicadas pelo governo no Diario ; e dispondo uma grande praça no meio da sua extensão, da qual partiam oito ruas para communicação com os pontos principaes da cidade, havendo no centro d'esta praça uma fonte monumental allusiva a tão grandioso melhoramento.

Já se vê, que muito antes de se projectarem as obras do Campo Grande, existia uma planta geral no ministerio das obras publicas, para as alterações exigidas pelo augmento da população, e ficar a cidade nas condições dos paizes mais civilizados.

Muito embora esse projecto não seja perfeito, todavia o governo havia pensado em promover esses urgentes melhoramentos; havendo sido tomada tal providencia no ministerio em que o ex.^{mo} sr. Carlos Bento em 1865 estava com a pasta das obras publicas, sendo s. ex.^a quem nomeou a referida commissão a qual foi dissolvida e elogiada por portaria de 24 de Janeiro de 1868.

Em memoria pois dos meus fallecidos collegas, faço esta declaração, para constar os trabalhos que havíamos elaborado para a obra que foi novamente proposta pelo sr. vereador Margiochi".

Logo no dia da publicação deste texto endereçou Margiochi a Possidónio a seguinte carta:

“Acabo de ler no Jornal do Commercio uma correspondencia firmada por V. Ex.^a acerca da projectada avenida que do Passeio do Rocio deve seguir até ao N. da cidade. N’essa correspondencia menciona V. Ex.^a outros projectos elaborados por uma commissão de que V.Ex^a fez parte.

Não tinha eu conhecimento do projecto de avenida elaborado por V. Ex.^a e pelos seus fallecidos collegas, aliàs teria feito menção d’elle no meu relatorio, que precede a proposta.

Chamarei para elle a attenção do sr. Ressano Garcia, engenheiro da camara.

Muito me agradou ver que V. Ex.^a se mostra decidido patrono da obra e que tambem condemna o actual Passeio Publico. Não era de esperar outra cousa da reconhecida illustração e do bom gosto de V. Ex.^a

Ao menos tenho a consolação de vêr que partilho a opinião das pessoas que são authority no assumpto e isso me dá força para desprezar a opposição miseravel que se fez à minha proposta.

Com toda a consideração...”

Presidiu a comissão “incumbida de colligir as noticias do estado em que se acham os monumentos nacionaes e para levantar as plantas dos edificios publicos e d’esses monumentos”. Esta comissão, para que foi nomeado por portaria de 29.12.1881, iniciou na catedral de Lisboa os seus trabalhos em 03.02.1882, passando depois a S. Vicente de Fora, basílica da Estrela e teatro de S. Carlos. Sobre a actividade desta comissão apresentou relatório em 08.12.1884, publicado em 1894.

Garanto que estou quase a terminar. Limito-me, porque esse aspecto já foi focado por quem melhor podia fazê-lo, a mencionar uma pontual intervenção de Possidónio como arqueólogo, o estudo, em 1879, de uma sepultura pré-histórica na Tapada da Ajuda e termino com referência a outro aspecto da personalidade de Possidónio da Silva que teve grande influência em Lisboa e no País. O notável architecto Victor Baltard, seu antigo condiscípulo, dizia-lhe em carta de 1866: “Vous paraissez avoir les goûts de Diomède, le fondateur”. De facto, com Diómedes, o lendário fundador das cidades da Magna Grécia, podia Possidónio competir. E é, afinal, em consequência de uma das manifestações do seu forte sentido gregário, da sua iniciativa e do seu dinamismo que hoje aqui estamos, a Associação dos Architectos e a Associação dos Arqueólogos, como criaturas gratas que cumprem o dever de louvar o seu criador. Possidónio da Silva integrou, foi um dos fundadores ou o principal interventor na criação de numerosas agremiações da mais diversa índole. Foi membro destacado da Associação dos Veteranos da Liberdade. Contou-se entre os 85 fundadores de uma instituição que conta já 150 anos de vida e actividade, o Grémio Literário. Não só como architecto mas também como associado contribuiu para o aparecimento da Assembleia Lisbonense, que tão grande relevância teve na vida social e, até, política da capital. Mas, sem dúvida, as instituições onde a sua actuação foi mais determinante e que, até ao fim da vida, lhe mereceram a maior dedicação, o maior empenhamento, foram o Albergue dos Inválidos do Trabalho e a Associação dos Architectos Civis Portugueses, depois Real Associação dos Architectos Civis e Arqueólogos Portugueses. Não me deterei sobre estas instituições, até porque no decorrer deste colóquio foram ou serão abordadas por mais autorizadas vozes. Limito-me a lembrar que o Albergue, hoje integrado nos Inválidos do Comércio, ainda lá está, na velha Rua da Fonte Santa, que passou a ostentar o nome de Possidónio da Silva nos cunhais por edital de 17.05.1897, o dia em que, se vivo fosse, faria 91 anos. Lembro também que em praça próxima se encontra, desde 05.07.1968, réplica do busto que lhe foi oferecido pelo escultor Anatole Marquet de Vasselot e que, em 1894, Possidónio deixou à guarda do Albergue. Da Associação, sobre cujo nascimento se perfizeram ontem 133 anos, limitar-me-ei a lembrar o papel da sua Secção de Estudos Olisiponenses e do escol de olisipógrafos que, entre 1912 e 1933, a integraram, também que duas instituições relevantes, o Museu da Cidade e o Grupo Amigos de Lisboa, nela tiveram origem, lembrarei ainda que ao solicitar do Governo, por inspiração de Possidónio, “a entrega das ruínas da antiga igreja do Carmo de Lisboa para se mandarem ali recolher os fragmentos architectonicos dignos de conservação” a Associação se constituiu credora de gratidão. O primeiro serviço que assim prestou a Lisboa foi o de poupar a antiga igreja a um futuro incerto e a uma situação degradante. Foi o segundo a criação do Museu Arqueológico do Carmo, o que é importante em termos de equipamento cultural urbano e importante foi na medida em que permitiu salvar peças que de outro modo, provavelmente, se teriam perdido.

Do muito que Possidônio da Silva idealizou nem tudo foi concretizado – o sonho é sempre maior que a vida. Do muito que fez nem tudo chegou até nós. Procurei enumerar alguns vestígios da sua presença. Mas, para além desses vestígios, ele de vários modos continua presente. Presente nos seus descendentes, no estímulo que deu aos estudos arqueológicos entre nós, na consolidação de uma consciência dos valores patrimoniais, no Museu que criou, em todos os que, a nível pessoal ou institucional, se consideram seus herdeiros e continuadores. Disse.

"Hum architecto português" nos anos 1830 a 1880

JOSÉ AUGUSTO FRANÇA

É do conhecimento de todos nós o que sobre Joaquim Possidónio Narciso da Silva está publicado, e as bases desse conhecimento são os "elogios" de Júlio de Castilho, pronunciado em 1897, como peça fúnebre, na sede da Associação de Architectos e Arqueólogos que o falecido fundara, e, ainda em sua vida, de Costa Goodolfim, publicista muito estimável, que no mesmo local, em 1894, proferiu o seu discurso; ambos foram publicados, e, também no "Boletim" da Associação, uma notícia cronológica de Gabriel Pereira que serviu de fonte àquela que "O Ocidente" inseriu nas suas páginas, mas só no ano seguinte, por aguardar informações. Todos estes textos naturalmente se repetem, e mais importância tem o primeiro deles, para a redacção do qual certamente foi consultado o homenageado, e que assim pôde fornecer um elenco de obras de arquitectura, o mais completo possível. A ele Castilho deu um interessante complemento de informação descrevendo a arquitectura efémera realizada num "Templo da Liberdade", em 1834, à chegada da jovem rainha liberal à sua capital reconquistada – peça de curiosa temática simbólica neoclássica, talvez a mais importante de quantas, entre 1820 e 50, se produziram em Lisboa. Foi iniciativa do Batalhão do Comércio no qual Possidónio, recém-chegado de Paris, assentou praça, tendo possivelmente participado nos últimos combates do cerco miguelista de Lisboa. Não há notícia sobre isso, mas sim sobre as duas recompensas que o regente D. Pedro lhe deu, honorífica uma, com a Torre e Espada (ordem então recuperada e que era única condecoração militar e civil na altura), no grau de cavaleiro de que Possidónio sempre se glorificaria assinando em textos ou cerimónias francesas "Le Chevalier J. da Silva"; e de ordem prática e profissional outra, nomeando-o "Arquitecto da Casa Real". A esse título lhe coube a decoração das salas das Cortes, em S. Bento, obras em paços reais, nas Necessidades, na Ajuda, em Mafra, no Alfeite, no forte de Cascais, ao longo dos anos, conforme a listagem de Goodolfim – logo de entrada tendo sido "guerreado, não (sabia Castilho) por que rivalidades da Intendência das Obras Publicas", num movimento habitual de concorrência e inveja da parte de architectos então preteridos por um colega que acabava de chegar, aureolado por uma formação profissional francesa.

Assim Possidónio fez a sua carreira, falhando, porém, no seu início, a obra que, por seu projecto, deveria concluir a obra interrompida do Palácio da Ajuda, que para sempre ficaria inacabada por falta de meios do novo reino liberal. O projecto do jovem architecto, no seguimento, em gosto actualizado, do classicismo de Costa e Silva e de Francisco Rosa, marca uma evolução cultural do gosto estético que procurava implantar-se em Portugal no segundo quartel do século, com a possível originalidade da circunstância; trata-se, porém, a nível de projecto, de uma peça de especial importância. Tê-la-ia também tido um projecto para uma casa de banhos que por essa altura Possidónio desejou fazer edificar ao alto do Passeio Público; em vão por falta de gosto da sua decoração "pompeiana" (que de Paris trouxera, com sensível atraso, e que utilizaria também na sua própria casa, na R. de S. Francisco), tanto por carência de hábitos lisboetas de higiene. Os dois projectos seriam publicados trinta anos mais tarde no "Boletim" da Associação. Para a Ajuda, graças à recuperação do palácio pela rainha D. Maria Pia, Possidónio realizaria, nos anos 60, numerosas obras de decoração interior – tal como sabemos, por Goodolfim, que as fez em palácios particulares, de grandes do novo regime que se instalavam nos anos 30, como Palmela, no Calhariz (mas elas seriam prosseguidas por Cinatti), como Terceira e Saldanha, ou Loulé ou o conde de Castro, ou, para a Imperatriz viuva do Brasil, nos palácios Abrantes e Redondo que ela habitou, e ainda na Pena de D. Fernando de Coburgo, mas aí acabando por

ceder lugar a von Eschwege. Lojas a renovar na Baixa, o S. Carlos, a Assembleia Lisbonense, ao Camões, foram outras obras nos anos 30 da entrada em cena de Possidónio, e por essa própria cena limitadas.

Logo depois, porém, há que notar que Possidónio esteve à margem do concurso para o teatro de D. Maria II, que foi a grande obra “de civilização” de um regime que se satisfazia com utilizações actualizadas de tantos conventos extintos e nacionalizados. Se o concurso feito não foi coroado de êxito, preferindo-se por nepotismo (na verdade merecido...) o projecto de um arquitecto italiano de passagem, o Lodi, primo da mulher do todo-poderoso conde do Farrobo, a ausência de Possidónio não pode ser esquecida. Se a Escola Politécnica, a renovar, por incêndio, a partir de 1843, coube a um professor dela, se bem que depois outro arquitecto estrangeiro P. J. Pézerat, lhe sucedesse, e se igualmente a obra dos novos Paços do Concelho, após o incêndio dos anteriores, ainda pombalinos, coube a um arquitecto municipal, já em 1863, de outra ordem de trabalhos Possidónio foi mantido arredado: a constituição da Academia de Belas Artes, com o seu ensino de Arquitectura, atribuído a um elemento vindo da Ajuda, Pires da Fonte, que ali professaria 37 anos, tendo como substituto José da Costa Sequeira – de quem Possidónio faria um sentido elogio fúnebre em 1871. Não sem, em suas palavras, sublinhar “amargas decepções”, “desenganos” e “desilusões” que em sua longa carreira teria sofrido, tal como ele próprio, na dupla leitura deste texto elucidativo. Texto algo reflexo, pode supor-se, de um homem ferido também por guerras e injustiças, que Castilho nos informou ter escrito páginas ou deixado apontamentos de memórias entre os seus papeis – que tão importantes seriam para o conhecimento da história, arquitectónica e não, da sua época, quando forem descobertos e explorados. A par, diga-se, da biblioteca que reuniu e está conservada em Mafra e bem pode revelar como se informou da arquitectura e dos estudos arqueológicos do seu tempo. Porque este arquitecto ocorrido em 1833 a pôr as suas luzes internacionais ou francesas ao serviço do país renovado, acabou por circunscrever a sua principal actividade à arqueologia – como “denotado paladino das ruínas” nacionais. Que aí tenha exercido uma acção notável, não está em questão, mas apenas ter sido limitado a ela por circunstâncias da vida cultural nacional, isto é, por falta de obras públicas ou privadas que pudessem ter dado emprego aos seus conhecimentos – ou ao seu talento que só modestamente pode ser manifestado, deixando em aberto uma possibilidade de apreciação crítica no quadro da arquitectura portuguesa dos anos 40 a 80 da sua actividade.

Durante estas décadas, Possidónio viu, porém, chegar a Lisboa dois tipos de arquitectos: estrangeiros, como Cinatti (em 1836, falecido em 79) ou Pézerat (em 1840, falecido em 72) ou, já tardiamente para ele, em 1887-88, Bigaglia, Korrodi ou Ianz, ou Manini, ou Lusseau em 91, ou portugueses já como ele formados em França, como J. L. Monteiro, regressado em 1879 – ou Ventura Terra, para o novo concurso de S. Bento, em 95, ano de um discurso inovador, pela sua ousadia crítica, pronunciado pelo jovem Adães Bermudes, na própria Associação que Possidónio criara. Nesse ano, ou no anterior, ele fora pela última vez e saudosamente ao Paris tão diferente do da sua juventude, onde lhe fizeram honras de ancião. Último consolo, dir-se-ia, à beira do fim – que principio era de nova época para a arquitectura portuguesa que ele desejaria ter podido encarrear, e que lhe passou ao lado, por outros assinada.

Ficamos a conhecer, pela comunicação do Dr. Francisco Santana, a intervenção de Possidónio na discussão da Avenida, que ainda se manifestou em 1885 ao apoiar as ideias de prolongamento de Miguel Pais, ele que fora contemporâneo do Passeio Público, em sua história e seus gostos – menos o de tomar banho...

E outra obra talvez lhe possa ser atribuída, no princípio mal conhecido da sua carreira, em anos de adolescência. Ido com seu pai, mestre das obras dos paços reais para o Brasil, com a corte, em 1807, de lá voltou, nas mesmas condições, em 21, com quinze anos de idade (se se mantiver a data de nascimento oficializada). No Rio de Janeiro certamente aprendeu ele a desenhar, prática que, de mais a mais no meio em que seu pai tinha papel profissional de relevo, se começava cedo, em menino. Aos doze anos era-se capaz de desenhar correctamente a arquitectura para que se tivesse vocação, como parece ser o caso de Possidónio. Lições de Costa e Silva emigrado em 1812, logo parece possível, dada a morte do arquitecto da Ajuda em 1819; e pode

supor-se também que na Missão Artística Francesa de 1816 (como sugeriu há pouco o Arq. J. M. Pedreirinho, na sua comunicação) ele tivesse tido ensino ou apoio. Só uma investigação local pode dar-nos resposta a esta questão; na tese de Mário Pedrosa e nos estudos também brasileiros de Mario Barata que tenho à mão e consultei, nenhuma informação encontrei. Regressado em 1821, Possidónio foi levado a Domingos António de Sequeira, que então formava largas ideias sobre ensino de belas artes, no quadro efémero do vintismo – dentro dele preparando também uma grande composição pictural mostrando as Cortes com seus representantes, trinta dos quais retratou em notáveis carvões que inovam num quadro estético a ser internacionalmente considerado.

Junto com estes desenhos, o Estado adquiriu em 1874 aos herdeiros romanos do pintor, um vasto desenho de perto de um metro de largura representando a sala do Convento das Necessidades que era destinada à nova assembleia, com as adaptações necessárias, em boa decoração. Este desenho manifesta uma excelente habilitação de desenho arquitectónico que não é, por outros exemplos, conhecida em Sequeira – que então guiava ou protegia o jovem Possidónio. Não parece impossível pensar que a este foi cometida a execução do necessário desenho, dada a sua provável aptidão técnica: Sequeira teria então orientado o trabalho e Possidónio o teria executado graficamente. Depois, o desenho foi levado com os outros pelo pintor para Paris e Roma, e aqui ficou, confundido no seu espólio, sem identificação de assinatura, e como sendo dele adquirido; sem que isso possa constituir prova filológica bastante, bem entendido. Uma análise de papel e tinta é materialmente insignificante no caso, porque a datação é segura; só uma comparação estilística pode ser efectuada - se puder, dada a falta de elementos ológrafos de Sequeira, neste tipo de trabalho. De qualquer modo sabe-se, por biografia, que Possidónio esteve então, de 1821 (em que mês chegou?) a 1823, em contacto com Sequeira, que em Paris, no exílio do pintor e em contemporânea estada do aprendiz de arquitectura, o protegeu mais uma vez, apresentando-o a Charles Percier, por aí tendo tido entrada nas Beaux-Arts – no que nos faltam também pormenores a procurar em Paris. Tal como na sua participação, com o sócio de Percier, Fontaine, em obras do Palais Royal e das Tulherias, cerca de 1830. Só sabemos o gosto que daí trouxe, sobretudo – mais do que do contacto que também teve com Baltard, como foi igualmente sublinhado aqui.

Chegado a Lisboa em 1833, logo Possidónio publicou um folheto intitulado: “O que foi e é a arquitectura e o que aprenderam os architectos fora de Portugal”. Assina-o “Hum Architecto Português”, mas por baixo deste pseudónimo “J. da Silva” assinou com sua letra, e à Biblioteca Nacional ofereceu um exemplar em que directamente se identifica como “author”. São 14 páginas datadas do mês de Novembro desse ano, e nelas se marcam as exigências do ensino a instituir, para o qual ele seria possivelmente consultado ou consultável em 35, quando da ideia de Academia de A. J. Freire; e ainda menos quando da efectivação setembrista da ideia, de que foi mantido arredado – por alguma razão política (também?), de cartista que era, ou fora?

Depois de muitos parágrafos sobre história da arquitectura, banais e incipientes, Possidónio marca a necessidade de estudos de geometria, perspectiva, mecânica e física, de visitas se não à Grécia, Itália pelo menos”, para isso “habilitado em uma academia acreditada”. Esse o seu próprio perfil – sem concorrência em Portugal, o que inevitavelmente o prejudicou, tal como “a sábia protecção da autoridade”, que logo obteve, ao seu mais alto nível como sabemos. E o facto de terminar o seu discurso com a declaração de que o “esboço (era) filho do (seu) patriotismo”, e com o apelo a “os seus colegas” que “quizessem ajudar com as suas luzes a tirar a arquitectura do atrazo em que esta (va) em Portugal”. Para que esta pudesse chegar ao nível dos “paizes civilizados”. Então o signatário, “architecto português”, se sentiria “feliz”. Conhecemos a sequência da história, na qual couberam outras publicações já certamente neste colóquio mencionadas.

Só valerá a pena, para terminar os 20 minutos habituais desta comunicação, sublinhar, na sua “Dissertation artistique sur l’ Architecture Portugaise depuis le XVI au XVIII siècle”, apresentada ao congresso internacional de Paris, em Julho de 1867 (pelo “Chevalier J. P. N. da Silva), além dos monumentos especialmente destacados, de Alcobaça, Batalha, Belém, e (menção então

não corrente) Mafra – a enunciação das “três missões distintas” da arquitectura. São elas: “apropriar” os edifícios às necessidades, “introduzir” no país “o bom gosto” e “procurar melhorar” as “condições sociais”. Vêm os dois principais propósitos das “Luzes” francesas e da “Encyclopédie”, no discurso neoclássico permanente ainda, e vem a terceira intenção de um idealismo social que entretanto se ligara ao do Iluminismo. Nele professara também este mação que escolhera como nome ideal, cerca de 1840, o de “Vitrúvio”, como parecerá lógico. Mação do Grande Oriente Irlandês minoritário de que seria Grão-Mestre de 1851 a 53, no princípio do fontismo, como expôs o Prof. Oliveira Marques na primeira comunicação. O sentido de anti-politização por tal obediência assumido, também algo ajudará a explicar das dificuldades experimentas por Possidónio em sua carreira – no tecido da vida nacional do constitucionalismo, com architectos discutíveis, mesmo em seu grau supremo...

Novembro 1996

Relatório

Escavação da igreja do Convento do Carmo

Relatório de escavação

F. E. RODRIGUES FERREIRA

Das razões que determinaram a escavação da igreja do Carmo

Em finais de 1995 e no seguimento da passagem, pelo subsolo das ruínas da igreja do Carmo, da máquina perfuradora vulgarmente conhecida por “Maria Lisboa”, verificaram-se uma série de movimentos no subsolo daquela zona que provocaram o aparecimento de fissuras na área ocupada pelas capela-mor e colaterais.

Após grande polémica nos vários órgãos de comunicação social, o Metropolitano de Lisboa, face ao estado das ruínas do Carmo, decidiu uma estratégia de intervenção que passaria pela utilização de uma técnica “de ponta” denominada “implantação de micro-estacas” e cuja finalidade última seria a de consolidar o subsolo. Por determinação da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, o Metropolitano de Lisboa ficaria autorizado a proceder às respectivas micro-estacas, bem como a proceder a todos os furos necessários para recolha de amostras geológicas, desde que acautelasse a necessária escavação arqueológica desses locais.

Nesta sequência, foi o signatário convidado pela Direcção da Associação dos Arqueólogos Portugueses como responsável pelos trabalhos arqueológicos. Por entendimento comum foram convidados os consócios Dr.^a Maria Cristina Neto e o Dr. Luís Lopes, para apoio antropológico da escavação.

A nossa intervenção, por condicionalismos vários, pode considerar-se dividida em dois momentos escalonados no tempo e na área de intervenção:

– Nave principal e transepto – Escavada durante os meses de Fevereiro a Abril de 1996, com a finalidade de permitir a implantação de sensores no subsolo e de proceder à recolha de amostras geológicas.

– Capelas de Cabeceira – Escavadas durante os meses de Junho a Agosto de 1996, com a finalidade de permitir a instalação de umas largas dezenas de micro-estacas. Durante este período de tempo, e por uma questão de maior mobilidade prática, o responsável pela vertente antropológica das escavações foi o Dr. Luís Lopes.

A área escavada correspondeu à integral mobilização de cerca de 700 m³ de terra, tendo sido escavadas 43 sepulturas e reconhecido grande parte das descrições que nos chegaram, do século XVIII, através da Crónica dos Carmelitas.

O signatário, por condicionalismos vários, desempenhou também as funções de antropólogo de campo, procedendo ao registo antropométrico dos indivíduos encontrados em conexão anatómica, bem assim, das características gerais da inumação, em termos de antropologia cultural.

Metodologia da escavação

Nave principal e transepto

O início das escavações coincidiu com um período intenso de chuvas (Fevereiro) no final de um ano particularmente chuvoso.

Apesar da extraordinária colaboração do Metropolitano de Lisboa, que satisfez prontamente a nossa solicitação para a colocação de telheiros, não se conseguiu evitar ter de trabalhar num solo saturado de água. A agravar a situação, deu-se a circunstância da natureza geológica do

terreno – estávamos perante um solo de natureza argilosa, de argilas quase puras e muito plásticas que, conseqüentemente, depois de encharcadas, só muito dificilmente se conseguem secar.

Este facto, associado ao factor tempo, já que os trabalhos do Metropolitano deveriam, presumivelmente, iniciar-se logo que a escavação arqueológica estivesse ultimada, determinaram o nosso “modus operandi” que foi, nalgumas situações pontuais, perfeitamente improvisado.

Assim optámos:

Quadrícula

Estabelecimento de quadrícula com 2 metros teóricos de lado e 1,9 metros práticos, garantindo o estabelecimento de “banquettes” de 20 centímetros, para testemunho – Fig.1 e abrangendo a totalidade da nave principal e transepto da igreja, com uma numeração bem diferenciada que permitisse uma leitura rápida e inequívoca.

No transepto e na nave principal da igreja a numeração começa em 1 e acaba em 10; nas capelas de cabeceira a numeração começa em 29 e termina em 36.

Crivagem

Dada a impossibilidade de se efectuar uma crivagem normal (a terra além de embotar a peneira com os movimentos de vaivém, revestiam o espólio de uma camada plástica de argila que os tornava irreconhecíveis) optou-se por escavar tão rigorosamente quanto possível, tentando evitar o recurso ao crivo.

A crivagem com água, insistentemente tentada, revelou-se ineficaz, pela morosidade geral (dificuldade de dissolução das argilas) pelo que ficou reservada para os “grandes momentos” ou seja, quando havia a suspeição de haver espólio particularmente miúdo, ou quando havia necessidade de se estabelecer reconhecimentos cronológicos ou recolhas particularmente importantes.

Ainda assim, por mais de uma vez, estivemos em sério risco de obstruir com certa gravidade a instalação dos esgotos das ruínas do Carmo...

Estabelecemos controlo apertado da qualidade de escavação, crivando por amostragem, na proporção de um para quatro e seleccionando criteriosamente, sobretudo na segunda fase das escavações, o pessoal envolvido.

Capelas de cabeceira (ou colaterais)

As capelas de cabeceira da igreja do Carmo, colocadas todas praticamente ao mesmo nível, constituem uma interessante disposição do conjunto da capela-mor e de quatro capelas advençias. Por comodidade de registo durante a escavação, adoptámos a seguinte metodologia para designar cada uma das capelas:

- | | |
|--|-------------------|
| – Segunda capela do lado da Epístola | – Capela número 1 |
| – Primeira capela do lado da Epístola | – Capela número 2 |
| – Capela-mor | – Capela número 3 |
| – Primeira capela do lado do Evangelho | – Capela número 4 |
| – Segunda capela do lado do Evangelho | – Capela número 5 |

A panorâmica geral do conjunto das capelas de cabeceira, em termos de características de subsolo, é bem diversa da situação que encontrámos na nave principal e no transepto da igreja. “Grosso modo” a terra estava praticamente seca, à excepção da capela n.º 2 que se encontrava com um razoável teor de água, devido a infiltrações do transepto.

A natureza da terra variava, por assim dizer, de capela para capela; embora toda ela com características básicas idênticas, ou seja, argilosa, razoavelmente solta e com mais ou menos areia misturada.

Como veremos a seu tempo, a construção da cabeceira do templo foi toda efectuada sobre uma alta muralha que foi posteriormente cheia com terra trazida algures do exterior. Daí, provavelmente, uma certa falta de uniformidade do enchimento.

Para efeitos de conservação dos metais encontrados, as características desta terra são péssimas, e nas largas dezenas de moedas encontradas, pouquíssimas foram as que se encontravam em razoável estado de conservação. Os átomos de cobre que cobriam as moedas e que na gíria é conhecido como “cobre depositado”, consequência directa da grande quantidade de iões de cloro existentes no solo, com a consequente formação de cloreto cúprico e cuproso, obrigaram a um tratamento difícil e extremamente moroso, com todas as suas consequências no desenvolvimento do relatório final de escavação, porquanto a vertente numismática só pode ser tratada, numa escavação arqueológica, em termos de conjunto, já que universos com padronização diversa levam necessariamente a conclusões diversas.

Relativamente às condições gerais de crivagem podemos considerá-las razoáveis, aqui e além com algum sobressalto, resultado de ajustamentos que foi necessário ir estabelecendo com as obras do Metropolitano em curso. Daí o ter resultado, durante a escavação da capela nº 4, que alguma terra (cerca de um metro cúbico) tivesse de ser peneirada de uma forma descontinuada o que motivou o aparecimento de meia dúzia de moedas a que não foi possível estabelecer a respectiva localização, a não ser a do nível. Tratam-se de numismas que nesta fase podemos considerar sem grande expressão no contexto numismático das capelas.

A quadrícula estabelecida traduziu-se numa continuação lógica da mesma trama estabelecida para a nave principal e transepto, embora com uma numeração que vai de 29 a 37, com o propósito de permitir uma maior facilidade de leitura dos dados relativos à escavação – Fig. 1.

Não presidiu à escavação destas capelas o cuidado de estabelecer “banquettes” definitivas, já que a escavação teria de ser total. Com a implantação das micro-estacas corria-se o sério risco de se assistir à total infiltração do subsolo com cimento de alto grau de dureza e de dispersão, facto que em princípio apenas foi teorizado, mas que posteriormente se veio a verificar na prática.

Desmontagem do chão das capelas

O revestimento base das cinco capelas de cabeceira foi, desde as obras de recuperação feitas há cinquenta anos pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, efectuado com tijoleira.

A capela-mor foi provavelmente a inspiradora para o revestimento do chão da primeira e segunda capelas da Epístola, já que nestas capelas foi estabelecida uma cercadura, dupla na primeira capela e simples na segunda capela, de pedra lioz grosseiramente cortada, diferindo apenas no pormenor de que na capela-mor a cercadura foi efectuada no século XVIII com o aproveitamento de pedras tumulares. Embora admitindo que a cercadura de pedra das capelas 1 e 2 fossem recentes, ainda assim foram marcadas para posterior remontagem.

Considerandos de carácter geral

Nave principal e transepto

Com o terramoto de 1755 a Igreja do Carmo ficou, de uma forma paradigmática, associada à imagem do terramoto. Meio derruída, meio reconstruída, não houve dinheiro e posteriormente nem vontade, para a devolver ao culto.

Parece que nesta fase, e o que referimos apoia-se basicamente na escavação, toda a igreja teria sido despojada de pavimentos e tampas tumulares, pensamos que para aproveitamento da pedra. Admitimos que a intenção seria revesti-la de tijoleira. Ainda na capela-mor (capela 3 da escavação) se encontram, servindo de cercadura ao pavimento, que se pretendia fosse a uma cota superior à medieval, fragmentos de tampas tumulares com as respectivas inscrições, bem como uma laje quase completa mas invertida, que está embebida numa nervura.

Com a entrada do século XIX a nave central teria servido sucessivamente como cemitério, lixeira e cavalaria da Guarda Municipal, antecessora da Guarda Nacional Republicana.

Do cemitério não encontramos, na pouca área escavada, nenhum vestígio, mas na quadrícula L7, numa cota compreendida entre -40 e -52 encontramos vestígios de uma caleira e restos de construção de madeira, que sugeria a existência de cavalariças – Fig. 2.

Em data que desconhecemos, mas pensamos que por meados do século XIX, coincidindo com a cedência da igreja do Carmo à Associação dos Arqueólogos Portugueses, foram efectuadas obras de “embelezamento” no pavimento da nave principal, o que terá determinado a elevação de cota em cerca de 40 centímetros, enchimento efectuado com gravilha e terra de vária origem.

Terá sido nesta altura que terão colmatado os carneiros e jazigos existentes, à excepção de um que se encontra na última capela do lado da epístola da nave central, e o jazigo 4 existente na capela-mor e que a escavação revelou que estaria aparentemente intacto, desde a sua última utilização, no dia 10 de Abril de 1622, com o depósito do corpo de D. Luísa Cabral.

Capelas de cabeceira

As capelas de cabeceira da igreja do Carmo constituem um núcleo curiosíssimo para o estudo e conhecimento da história das mentalidades e das práticas funerárias em Portugal, durante o período compreendido entre o final do século XIV e princípios do século XVIII.

Algumas das vicissitudes porque passaram, desde a sua construção até meados do século XVIII, também ficaram atestadas no seu interior, consubstanciando a natural postura do português perante o mundo que o cerca – ir “atamancando”.

As capelas 1, 2 e 5 (2.^a capela da Epístola, 1.^a capela da Epístola e 2.^a capela do Evangelho) são as únicas que se encontram à cota original do século XIV. A capela 3 (capela-mor) e a capela 4 (1.^a capela do Evangelho e antiga biblioteca da Associação dos Arqueólogos) foram subidas em cerca de 60 centímetros e foi este nível artificial que foi utilizado como ponto “0” para estabelecimento de todas as cotas da escavação, pelo facto de corresponder também à cota da nave principal e transepto, ou seja, em termos práticos, aquela cota constituía (e constitui) o maior plano da actual igreja, daí a escolha prática para ponto “0”, já que o primitivo nível da capela-mor só foi possível estabelecer com o desenvolvimento da escavação arqueológica.

Já faz parte da lenda as vicissitudes e desaires porque passou a construção da igreja do Carmo, por D. Nuno Álvares Pereira. Teria, segunda a Crónica dos Carmelitas, caído por duas vezes, por o morro ser todo de areia.

Tivemos oportunidade de ir acompanhando, passo a passo, a perfuração que precedia a implantação das micro-estacas por todo o edifício e exterior. De acordo com as necessidades de se conhecer o comportamento dinâmico das estruturas geológicas, foram-se retirando amostras até uma profundidade de 50 metros, o que nos habilita a dizer um pouco mais que o autor da Crónica dos Carmelitas: “... Porém tanto foy o prazer, que resultou desta acção de piedade, quanto o desgosto, que sobreveyo de se achar, que o terreno era composto de arêa morta, taõ incapaz de semelhante fâbrica, que sendo preciso, para segurança da obra, profundaram-se mais os alicerces, correo a arêa, e não só arruinou os primeiros fundamentos, como nelles perigárão algumas vidas. Segunda vez se abriraõ os mesmos alicerces, e os fundamentos se erigiraõ mais reforçados: mas sempre aconteceu o mesmo infortunio: porque ainda, que a cautella dos officiais lhes salvou as vidas, não bastou a fortaleza da nova parede a resistir à violência da arêa, que outra vez correo, e aballando as pedras, as deixou sobterradas, e fez toda a despesa inútil. Neste termos, veyo o Venerável Fundador a conhecer, que a dificuldade deixava de se vencer por falta de intelligencia dos Mestres, porque eraõ notoriios os erros, que na primeira vez fizeraõ, e na segunda não emendaraõ. ...”; é que para além das areias “mortas” também existem argilas muito friáveis e estratos de calcarenitos ilusoriamente sólidos.

Não nos vamos debruçar, obviamente, em pormenores demasiadamente técnicos ou massadamente compactos; interessa-nos apenas dar uma ideia da generalidade da construção.

Para além de outros eventuais desaterros que se terão feito, o subsolo das capelas de cabeceira foi todo escavado e as respectivas terras removidas até uma profundidade de cinco metros e, em extensão, até sensivelmente metade do transepto, até ser encontrada uma camada geológica relativamente pouco espessa, mas bastante resistente; referimo-nos, concretamente, a um estrato de calcarenito amarelo.

Foi nesse estrato que assentou a fundação das colunas cuja linha separa a nave central das capelas de cabeceira. São enormes fundações, de três metros de lado e uma altura de cinco metros. Acompanhámos, em toda a sua extensão, a fundação que está implantada nos quadros J-1 e K-1 até encontrarmos a camada de calcarenito – Fig. 3.

As restantes colunas da nave central apenas têm fundações até à profundidade de dois metros, abertas num estrato de argila dura, de cor cinzento azulado.

Parece que para evitar uma nova derrocada das capelas, os construtores terão tentado fazer uma ancoragem do morro (termo com que a actual tecnologia pretende traduzir a acção de fixar um paredão a algo que lhe está adossado), com as colunas do transepto, solidárias, pela extensão das próprias paredes laterais, com a muralha de nascente. Por sua vez, a muralha nascente, com os seus contrafortes e profundas fundações, eventualmente em cunha, “tapariam” definitivamente o morro e as suas areias movediças.

A este propósito, voltamos a referir a Crónica dos Carmelitas: “... andava o Senhor Condestável taõ receoso do successo do terceiro jacto, que não sabia como se houvesse de segurar a felicidade à custa das mayores despesas: de tal sórte, que ouvindo aos Mestres excluídos, desculparem-se com o pretexto de que o terreno não era apto para taõ sublime fabrica, porque as pedras não tinham pezo, que bastasse a sustentar a força da arêa, que sobrevinha; chegou a protestar (e na opinião de alguns com juramento) que se os alicerses terceira vez se arruinassem, os havia de fazer de bronze.” E mais adiante acrescenta: “... Lavradas as pedras na forma que pareceu conveniente, e bem disposto o mais que necessario foy para o intento, (dizem as nossas Memórias) logo com estes bons officiaes empeçou o Conde a sua obra a terceira vez pela parte do valle¹, e nom quis levar os fundamentos direitos a fundo, por assim lho certificarem os Mestres, mas para mais fortificaçã, acordaraõ que fossem inviazados com seus degraus; e que empeçassem hum bom salto a traz do valle para que nom só tivessem a terra, que nom corresse, mas que quando as paredes fossem erguidas, nom lhe podesse a terra fazer alguma rapazia. Por este modo se conseguiu o pretendido effeito, depois de uma considerável despeza, que o magnanimo Fundador avaliou por bem empregada, assim que vencida a dificuldade, foy a obra acima. Oito anos (que se contaraõ até o de 1397) se gastáraõ na fabrica dos alicesses, e Cruzeiro da Igreja. ...”.

A moderna técnica faz exactamente o mesmo; ancoragens de vária ordem, mas com materiais muito mais perecíveis do que a pedra e necessitando, amiudadas vezes, de assistência, para garantia de bom desempenho.

Não chegaram a ser necessários as tais fundações de bronze que, diz a lenda, D. Nuno terá prometido, sob juramento, se, com as técnicas contemporâneas, não se conseguisse construir a igreja.

Vitrais

Desconhecemos qualquer referência, mesmo indirecta, aos vitrais da antiga igreja do Carmo. Os próprios cronistas são omissos, e nem sabemos se os teriam colocado logo de início.

Durante a escavação das capelas dois e da três, logo abaixo dos entulhos actuais, o que corresponde a cerca de sessenta centímetros, encontrámos disseminados, ao longo das capelas, bastantes fragmentos de vidro, de variadas cores, que pela sua profusão atribuímos aos vitrais. Profundamente alterados, provavelmente como consequência da antiguidade e do incêndio que sobreveio ao terramoto, e que no Carmo perdurou durante três dias, tiveram de ser submetidos a longo tratamento para recuperação das cores originais.

Seguidamente foram meticulosamente separados por cores e medidos, com a finalidade de determinar as respectivas áreas, tendo-se chegado aos seguintes resultados expressos em centímetros quadrados:

¹ Vale Verde era o nome dado, na época, ao nosso actual Rossio. Parece portanto poder inferir-se que as obras de consolidação do morro começariam provavelmente por alturas da actual Rua do Carmo.

Capela 3

Cor	Área	Subtotais
Amarelo-mel	27,00	
Amarelo-mel	5,00	
Amarelo-mel	2,00	34,00
Azul-escuro	12,50	
Azul-escuro	3,00	
Azul-escuro	2,20	17,70
Azul-ultramarino	14,00	
Azul-ultramarino	5,00	
Azul-ultramarino	6,00	
Azul-ultramarino	1,60	26,60
Azulão	16,50	16,50
Azulão-escuro	4,50	4,50
Incolor	4,50	4,50
Roxo	3,70	3,70
Verde-claro	3,00	
Verde-claro	2,50	5,50
Verde-escuro	7,00	
Verde-escuro	7,50	
Verde-escuro	5,00	19,50

Capela 2

Cor	Área	Subtotais
Amarelo-mel	17,00	17,00
Azulão	2,20	2,20
Roxo	3,70	
Roxo	1,20	4,90
Verde-escuro	4,50	
Verde-escuro	2,00	
Verde-escuro	1,50	
Verde-escuro	7,50	
Verde-escuro	3,00	18,50

Para conseguirmos determinar a diversidade cromática de cada uma das capelas e consequentemente determinar-lhe a cor ambiente, admitimos que a perda de fragmentos de vitral seria proporcional à sua quantidade total quando inteiros, mantendo-se assim, presumivelmente, a respectiva proporção. Procedemos então à digitalização das amostras, e misturámos, na respectiva proporção, as cores, tendo obtido uma coloração amarelo esverdeada que corresponderia, teoricamente, à cor ambiente existente no Carmo, antes do terramoto.

Elaborámos então o seguinte quadro resumo por cores:

Cor	Capela 2	Capela 3
Amarelo-mel	20,00	34
Azuis	5,40	65,3
Incolor	0,00	4,5
Roxo	14,80	3,7
Verdes	78,70	25

Escavação

Nave principal e transepto

Relativamente à generalidade da área escavada na nave principal e transepto, parece poderemos generalizar as seguintes linhas gerais da sua génese:

Seguidamente ao terramoto, em tempo que não conseguimos perceber, todo o pavimento, que seria de pedra, foi removido e provavelmente reutilizado na generalidade da construção. As argamassas existentes não nos deixam, actualmente, perceber o que terá, em toda a sua extensão, acontecido.

Parece que, nessa altura, não terá havido necessidade ou o cuidado de remover as cinzas e carvões, pelo menos na totalidade, do interior da nave central e transepto. Terra com carvões pulverizados e cinzas, constituem o conteúdo persistente da cota -40.

Sobre estes carvões existem várias camadas finas de terra de múltipla proveniência, colocadas de forma a que sugere um nivelamento intencional e cuidado.

Uma camada de laterite vermelha desenvolve-se mais ou menos uniformemente, por toda a área ocupada pela nave central e transepto, a uma cota relativamente constante de -15, parece que como preparação para o calcetamento.

A constituição do subsolo é também mais ou menos uniforme, ou seja, de argilas de vários tons, algumas muito plásticas, que comportam as inumações que se desenvolvem, na generalidade, entre as cotas -60 a -175, embora tenhamos pontualmente encontrados inumações mais profundas.

A densidade de inumações é enorme. Se todo o espaço ocupado pela nave e transepto tiverem uma ocupação uniforme relativamente aos quadrados escavados, pensamos poder calcular uma quantidade superior a mil e quinhentas inumações lá efectuadas, sem considerar as das capelas de cabeceira.

Apesar da distribuição espacial dos covais parecer caótica², afigura-se-nos possível compreender que as sepulturas deveriam desenvolver-se no sentido longitudinal, a uma cadência consecutiva a duas filas. Provavelmente durante o século XVIII aumentaram de duas para três as filas das sepulturas, numa nítida intenção de aumentar o espaço disponível para inumações.

Para desenvolvimento dos trabalhos arqueológicos, toda a igreja foi quadriculada a 2 metros, cabendo à nave central e transepto as coordenadas compreendidas entre A1 e Q11.

A nossa escavação centrou-se apenas nas áreas onde o Metropolitano de Lisboa iria intervir com furos de sondagem, o que significou, em termos práticos, a abertura de 16 quadrados com 1,9 metros de lado, estabelecendo-se uma rede de "banquetes" com 20 centímetros de largura.

Em profundidade estabeleceu-se, em termos práticos, o "plafond" de 2,2 metros como profundidade máxima aconselhável, se bem que tenhamos, pelo menos num caso, escavado até aos 5 metros. Iremos comentando, caso a caso, as respectivas motivações.

Por razões de metodologia, a unidade operativa na intervenção da nave principal e do transepto é o "quadrado", em oposição à metodologia das capelas de cabeceira, em que a unidade operativa é a "sepultura".

Dado o facto de haver grande sobreposição e amálgama³ de corpos (chegámos a identificar cinco corpos sobrepostos) decidimos denominar sepultura somente quando deparávamos com um esqueleto completo. Partes de esqueleto ou mesmo esqueletos parcialmente embebidos nas trincheiras foram tratados como "ossadas", apesar de terem sido desenhadas e registadas foto-

² Pensamos que a aparência caótica dos covais se deve exclusivamente à circunstância de quando os coveiros abriam uma nova sepultura e encontravam um corpo ainda com tecidos moles, deveriam inflectir para um dos lados, tanto quanto a cobertura superficial de lajes o permitia, afim de aí poderem inumar o novo ocupante, o que em termos de escavação sugere uma quase total desorganização espacial do subsolo.

³ Parece ter havido, na zona central da nave principal da igreja, dois tipos diferentes de gestão espacial para as inumações, ou seja, parece-nos que o primitivo espaço destinado a inumações terá sido, provavelmente no século XVIII, sujeito a uma alteração da malha estabelecida, a fim de poderem ser inumados mais indivíduos. Daí o ter resultado uma verdadeira amálgama mais ou menos desordenada de esqueletos.

graficamente; isto para não se perder a noção de conjunto (inumação propriamente dita, espólio ritual, emblemática, tecidos, decoração de caixões, etc.), em termos de antropologia cultural.

Assim, vamos enumerando e estudando cada um dos quadrados abertos, em todas as suas vertentes, transferindo o estudo das sepulturas que fomos individualizando para o respectivo capítulo em que estudamos, na especialidade, cada uma das sepulturas da igreja.

A ordem de abordagem seguida será a alfabética da quadrícula, seguindo-se a ordem numérica do respectivo quadrado. Para a mesma quadrícula, a sequência será dada pela cota.

Quadrado B2

À cota -176 foi inumada uma criança com cerca de 6 anos de idade, descrita na Sepultura 11. Todas as crianças encontradas na igreja do Carmo foram-no a uma cota bastante inferior. Esta constituiu seguramente uma excepção.

Ao canto esquerdo do quadrado, a uma cota de -212, encontrámos grande quantidade de carvão de coque moído, tendo no seu interior um tubo largo de folha de ferro. Trata-se de uma antiga captação de “terra” para pára-raios – Figuras 4-5 e 6.

Quadrado B3-B4

Estando na proximidade do quadrado B2, foi ainda encontrado bastante quantidade de carvão pulverizado.

Entre as cotas -120 e -130 cm foram encontradas inumações cruzadas e consequentemente entrecortadas, que evidenciavam o uso de cal mortuária.

Subsistiram troços de paredes de uma antiga sepultura ou jazigo, destruída para a implantação do pára-raios e de outra sepultura. As respectivas planta e alçado estão no capítulo em que tratamos dos jazigos – Figuras 7-9-10-11 e 12.

Espólio encontrado:

Cota -120 a -130	Ceitel D. Afonso V	50B3-122	
	Ceitel D. João III	51B3-128	
	Ceitel D. João III	52B3-121	
	Ceitel D. João III	53B3-125	
	Ceitel D. João III	54B3-125	
	Vintém D. João III	55B3-120	
	Medalha octogonal	65B3-130	a)
	Medalha oval	66B3-130	a)
	Fivela de bronze grande	67B3-130	
	Medalha octogonal	68B3-130	a)
	Fragmento de papel	69B3-130	a)
	Ceitel D. João III	374B3-129	

a) – Medalhas muito bem conservadas, encontradas juntas, parcialmente embrulhadas por um fragmento de papel, com vestígios de tinta.

Quadrado G10

Este quadrado foi escavado para instalar um inclinómetro e simultaneamente acompanhar a fundação do pilar, tendo sido, consequentemente, escavado até uma cota de -250.

Identificou-se parte de um esqueleto incompleto, que ostentava ainda “in situ” 3 botões pertencentes à roupa.

A sepultura 10 era de uma criança, de idade aproximada de 1 ano, descrita no capítulo das sepulturas. Figuras 13-14-15 e 16.

Espólio encontrado:

Cota -30	3 Reais D. João III	48G10-30
Cota -35	5 Reais D. Sebastião I	49G10-35

Cota -120	Medalha octogonal	56G10-120
Cota -135	Medalha redonda	57G10-135
Cota -105	Peças torneadas de osso	58G10-105
Cota -120	3 botões de osso	97G10-120
Cota -110	46contas brancas e 2 pretas	99G10-110

Quadrado I2 - I3 - I4

Estes quadrados a encontram-se exactamente a meio, no sentido longitudinal, da nave central, no limiar da capela-mor – Figuras 17-18-19 e 20.

A sua escavação revelou a existência de um jazigo, no interior do qual foi erguida uma parede em “opus incertum”.

Trata-se de um conjunto constituído pela câmara propriamente dita, com 1,6 metros de altura, a que se acederia por uma escada de presumivelmente seis degraus, dos quais só foi possível reconhecer 2. Os restantes foram tapados pela construção da parede já referida.

A respectiva planta e alçado poderão ser consultados no capítulo 4.3.1 – Carneiro 5.

A este respeito, o nosso confrade da Associação dos Arqueólogos, Dr. Francisco Santana, fez o favor de pesquisar, tendo encontrado num boletim da Associação publicado em 1888, a seguinte notícia:

“A municipalidade de Lisboa desejou que fosse depositada no Museu da nossa Associação a imagem de pedra de S. João Nepomoceno, que em 1843 fôra collocada sobre a ponte de Alcântara. Ficou assente no meio do cruzeiro da antiga e monumental egreja do convento do Carmo.

A esculptura da imagem é do artista portuguez João António de Pádua.

Fazendo-se o massame da base para assentar a imagem d’este santo no cruzeiro, descobriu-se, na profundidade de quasi três metros um carneiro, sem abóbada, no qual se acharam alguns ossos espalhados, pertencentes ao cardeal Doutor João da Motta, que fôra Ministro d’Estado d’El-Rei D. João V, falecido em 4 de Outubro de 1739, tendo tido n’esta egreja de N. S. do Carmo exéquias esplendidas.

Nos entulhos que enchiam o espaço d’este carneiro, encontraram-se pequenos restos do esquife de ferro em que o defuncto ficou depositado, e n’uma extremidade, ao fundo do jazigo, estava deitado, ao alto, para o lado da porta da capella-mór, um grande braço d’este illustre descendente da casa dos Marquezes de Abrantes, apresentando as côres heráldicas imitadas em mosaico, assim como também appareceu parte do seu epitaphio.

Uma cousa bastante singular é o crâneo ter sido serrado com a maior perfeição na sua parte superior (diâmetro de 0,18 e circumferencia media 0,55 1/2), não se tendo achado a parte spheroida supprimida!

Seria para alguma experiência cirurgica? A chronica do passamento d’este personagem nada refere a semelhante respeito.”

O grande brasão a que o autor refere não é outra coisa senão a pedra tumular do illustre personagem que deve ter sido partida no terramoto e os seus fragmentos projectados no interior da sepultura. Ainda se conserva essa tampa, partida, no museu da Associação dos Arqueólogos; está exactamente colocada no portal Norte – Fig. 29.

Relativamente aos despojos ósseos do Cardeal, não conseguimos nem encontrá-los durante a escavação, nem saber do seu paradeiro.

Recolhemos amostras de madeira, presumivelmente pertencentes ao caixão .

Espólio encontrado:

Cota -110	Ceitel D. Sebastião I	39I3-110
	Ceitel D. Sebastião I	40I3-110
	Ceitel D. João III	41I3-110
	Ceitel D. João III	42I3-110

Quadrado I6

Cota -110

Caracterizado pela existência de grande número de ossadas e ossos dispersos, cercando aparentemente dois esqueletos em conexão anatómica, de que detectámos a presença, pelos pés e pernas que afloraram no quadrado Figuras 21-22-23-24-25-26 e 27.

Aqui e além encontraram-se vários vestígios de madeira de caixão, bem como indícios de passamanarias de metal (bronze) perfeitamente inutilizadas.

Espólio encontrado:

Cota -90	Medalha circular	77I6-90
Cota -90	Fivela de bronze	78I6-90
Cota -105	Conjunto de 6 contas	140I6-105

Cota -131

Pernas, em conexão anatómica.

Espólio encontrado:

Cota -130

Alvéolo de bronze para imagem 33II6-130

Cota -140

Pernas em conexão anatómica. São de uma robustez extraordinária e inusitada.

Cota -156

Tronco e bacia em conexão anatómica.

A grande maioria destas ossadas, apesar de estarem em conexão anatómica, são o resultado do trabalho dos coveiros ao abrirem novos covais. Não interessava se estariam a desmembrar corpos anteriormente inumados. Aliás a prática é bastante antiga, tem reminiscências medievais; só à Igreja compete decidir sobre o destino dos corpos que lhe são confiados.

Todo o espólio encontrado é característico do século XVIII.

Quadrado I9

Cota -106 / -108

Este quadrado é caracterizado pela existência de quatro sepulturas e dois fémures, em conexão anatómica – Figuras 28 e 29

As sepulturas são as números 1, 2, 3 e 4. Curiosamente as sepulturas 3 e 4 são de duas crianças de tenra idade que foram sepultadas no meio das pernas da sepultura 4. Serão estudados em pormenor no capítulo das sepulturas.

Cota -115

Sepultura 5, inumação efectuada de “través” relativamente à simetria geral das inumações. É um esqueleto acéfalo.

Será estudada em pormenor no capítulo das sepulturas.

Cota -120

Verifica-se a existência de um esqueleto em conexão anatómica, também acéfalo, que constitui a sepultura 6. Tal como as demais, será estudada no respectivo capítulo.

Existem ainda duas pernas e meios fémures, em conexão anatómica, pertencentes provavelmente a outras duas sepulturas, mas que foram inumados em caixões.

Cota -133

Par de fémures em conexão anatómica. Últimos vestígios humanos encontrados no presente quadrado.

Neste quadrado não foi encontrado nenhum espólio.

Quadrado J1

Este quadrado situa-se ainda na nave central, mas no limiar do acesso à capela-mor que, à data do terramoto, não estava obviamente separada da nave principal por aquela parede, obra dos anos 40 do presente século – Figuras 30-31-32 e 33.

Os primeiros vestígios com que nos deparámos foi um conjunto, por certo esquecido, de lajes que são o que resta do primitivo pavimento da igreja.

Desenvolvendo-se a uma cota -44, apresentavam ainda nas suas juntas evidentes sinais de incêndio, provavelmente do que sucedeu ao terramoto de 1755.

Espólio encontrado:

Cota -200 3 Reais D. João III 38J1-200

Quadrado J2-J3

Estes dois quadrados foram escavados em simultâneo, depois de termos verificado que havia um conjunto arquitectónico que se desenvolvia naquela área – Figura 34.

No ponto de contacto dos quadrados J2 e J3 teria sido inumado à cota -150 um indivíduo, do sexo masculino, portador de uma fivela que foi encontrada “in situ” (79J2-150.)

Posteriormente foi construído um muro tosco, que se desenvolve desde a cota -80 à cota -170 e que cortou pela cintura, a referida inumação.

No interior do muro, à cota -150, foi encontrada uma moeda de 3 reais D. João III (6J2-150).

Não foi possível compreender a utilidade desta construção, tanto mais que corria de Norte para Sul o que em princípio contrariava a possibilidade de se tratar de um carneiro.

Esta escavação foi continuada e alargada a partir do quadrado J1 para se poder acompanhar toda a sapata da coluna do cruzeiro, ou seja, prosseguirmos a escavação até à cota -500, onde a sapata assentava directamente sobre um estrato geológico de calcarenito.

Esta sapata, com 5 metros de altura, foi construída desimpedida de toda e qualquer terra; só depois de concluída terá sido entulhada.

À cota -440 foi encontrado um dinheiro de bilhão de D. Fernando I (86J2-440), bem como razoável cerâmica comum árabe.

Curiosamente vamos referir algumas datações conseguidas com o concurso do Carbono 14 e efectuadas ao longo deste quadrado:

Sac 1359	Cota J1 -300	Conchas	10 820 +- 60 BP
Sac 1355	Cota J1 -360	Carvões	11 840 +- 60 BP
Sac 1358	Cota J1 -360	Ossos	6 430 +- 45 BP
Sac 1357	Cota I9 -190	Carvão	Actual

Baseados na leitura estratigráfica e nas características da construção da sapata, não temos qualquer dúvida relativamente ao facto de que estamos perante um enchimento artificial efectuado após a construção da fundação. Oportunamente referiremos alguns aspectos até agora inéditos relativos à construção da igreja do Carmo.

Resumo do espólio encontrado:

Cota -120	Ceil D. Sebastião I	134J2-120
Cota -120	Ceil D. Sebastião I	135J2-120
Cota -120	Ceil D. João III	136J2-120
Cota -120	Ceil D. João III	137J2-120
Cota -120	Real preto D. Duarte I	138J2-120
Cota -150	3 Reais D. João III	6J2-150
Cota -150	3 Reais D. Sebastião I	7J2-150
Cota -150	Ceil D. João III	8J2-150
Cota -150	Fivela de bronze	79J2-150
Cota -150	Cristo de bronze	80J2-150
Cota -440	Dinheiro bilhão D. Fernando I	86J2-440

Quadrado K1

Este pilar foi desguarnecido quando efectuámos a prospecção à respectiva sapata. Sensivelmente nas coordenadas K-85 e 1-80 da Figura 32, estava uma laje da primitiva cobertura do piso da igreja, evidenciando vestígios de incêndio.

Quadrado L7

Cota -40 -52

A esta cota encontrámos o que provavelmente seriam as instalações sanitárias das baias dos cavalos pertencentes à Guarda Municipal, antecessora da Guarda Nacional Republicana – Figura 36-37-38-39 e 40.

É uma caleira de secção em V calcetada com pedras de calcário e que termina num sorvedouro que provavelmente conduziria a um esgoto.

Tem um pendor de 6 centímetros por metro.

No topo nascente e próximo do pilar, encontrámos fragmentos de madeira que parece ter pertencido às baias dos cavalos.

Cota -90

A esta cota foram encontradas apenas ossadas de antigas sepulturas que teriam sido revolvidas para abrir novos covais.

Cota -130

A este nível foram encontrados restos de 4 inumações bastante truncadas. Parece que nos últimos anos da vida da igreja esta zona não terá sido utilizada em inumações.

Espólio encontrado:

Cota -120	Moeda muda e dobrada	150L7-120
	Ceitel D. Afonso V	151L7-120
	Botão de osso c/ 1 furo	152L7-120
	Dobradiça de bronze	153L7-120

Capelas de cabeceira

As capelas de cabeceira ou, conforme tradicionalmente foram sendo, ao longo dos tempos, designadas, capelas colaterais, constituem um conjunto arquitetonicamente inusitado e, em termos de engenharia, uma solução interessante e também pouco usual, para a contenção das areias do morro onde estão edificadas. Oportunamente voltaremos a este tema.

Vamos, sucintamente, referir a génese que a escavação permitiu reconstituir, para cada uma das capelas intervencionadas.

Capela 1 (2.^a Capela da Epístola)

Esta capela, como já referimos, contém dois carneiros; *“No anno de 1537 derão os Religiosos esta Capella a Álvaro Pacheco, Cavalleiro Fidalgo da Casa d’El-Rey, Provedor de suas Alfandegas e Pórtos da terra deste Reyno; e a Diogo Fernandes das Póvoas seu genro, Cavalleiro Professo da Ordem de Christo; para alli fabricarem o seu jazigo, que ficou sendo proprio assim delles, como dos seus descendentes. E por certa renda de trigo, que ainda o Convento cobra, se obrigarão os religiosos delles a dizer huma Missa quotidiana rezada, e tres cantadas cada anno...”*

Já aludimos a estes carneiros e às circunstanciadas em que foi, em tempo, intervencionado. Como não conhecemos cortes estratigráficos, nem fotografias, nem quaisquer plantas ou desenhos que se lhes refiram, não podemos inseri-los no contexto geral da igreja do Carmo, nem particularmente no próprio contexto da capela onde estão construídos.

Quando iniciámos a escavação do topo nascente, verificámos que recentemente havia sido feito um pavimento de cimento armado que, servindo de tecto aos carneiros, cobria toda a capela, tendo sido revestido com tijoleiras.

Não encontrámos qualquer indício directo, quer de inumações, quer de qualquer tipo de construção. É provável que, se tivessem existido, teriam sido destruídas pela construção dos dois carneiros paralelos.

Tentaremos, com base no espólio encontrado, apesar de desinserido de qualquer contexto específico, tirar algumas conclusões.

101p33-40	Pedra de ric-rac		
106p33-40	1/4 Real - Lisboa J1.54 Fv	D. João I	1385-1433
107p33-40	1/2 Real - J1.139 Fv Évora	D. João I	1385-1433
319q1-153	V Reais - Lisboa	D. Sebastião I	1557-1578
320q1-153	V Reais - Lisboa	D. Sebastião I	1557-1578
321q1-153	Ceitel	D. João III	1521-1557

Tentámos dar ao quadro anterior uma ordem cronológica, começando pela intemporalidade da pedra de ric-rac que existiu entre nós, como sabemos, desde a ocupação árabe, até ao século XVIII. Não nos pode dar, portanto, qualquer contributo.

Seguem-se duas moedas de D. João I. Parece-nos possível constituírem testemunho de inumações efectuadas durante esse período.

As outras duas moedas encontradas, de D. João III e de D. Sebastião I, poderão ter sido, com as demoras normais neste tipo de obras, contemporâneas da construção dos carneiros a que aludimos no início deste capítulo.

Capela 2 (1.^a Capela da Epístola) – Figura 41

Esta capela foi originalmente destinada, por D. Nuno Álvares Pereira, ao culto de Nossa Senhora do Pranto e, posteriormente, à de Nossa Senhora da Piedade (1723).

Segundo a Crónica dos Carmelitas, que temos vindo a seguir, o próprio Condestável D. Nuno, teria dado aquela sepultura ao seu Escrivão da Puridade Gil Ayres de Moniz, para que lhe servisse de jazigo próprio e de seus descendentes. Mais tarde a família Moniz uniu-se à família Sampaio, continuando esta capela a servir de jazigo aos seus descendentes.

De todas as capelas colaterais, esta é a que melhor conserva as suas fundações originais desimpedidas de acrescentos posteriores, razão pela qual procedemos ao seu rigoroso levantamento topográfico.

Consultando a planta desta capela, Fig. 70, podemos ter uma ideia aproximada da sua utilização ao longo do tempo que foi jazigo dos Monizes e seus herdeiros; e dizemos aproximada, porquanto não reproduzimos exaustivamente todos os ossos que foram encontrados fora do contexto das sepulturas.

À esquerda abre-se um carneiro, sem abóbada, que ocupa, em largura, um terço do chão disponível da capela.

Na parede oposta, uma sepultura com duas sapatas por cima, que marcam o local onde deveria ter sido construído um monumento em memória do inumado.

A dois terços do comprimento da capela, ao fundo, na zona do presbitério, um altar quadrado, cuja fundação ligava à do jazigo; parece-nos serem obras contemporâneas.

Na zona de corredor formado pelo enfiamento das duas portas de serventia, alinhavam-se seis sepulturas de adultos e uma de um feto humano, inumado no interior de uma ola (Sepultura 14)

Ao todo, nesta capela foram escavadas as sepulturas 12 a 22 inclusive, o que totaliza onze sepulturas.

Espólio – Vamos estudar o espólio encontrado em dois grandes grupos, a saber: – espólio encontrado sem estar inserido no contexto tumular e espólio inserido no contexto tumular.

Na relação abaixo, apresentamos, por ordem cronológica, o espólio encontrado fora do contexto tumular:

214M30-66	Anel de ouro tipo aliança, oitavado	
255M31-30	Argola de bronze	
390L30-90	Fragmento de cerâmica – séc. XVI-XVII	
408N32-40	Chumbada de grade	
162N30-105	Fivela de ferro	
334N30-102	Fivela grande de bronze	
209L30-98	Dinheiro bilhão	D. Sancho II
197L30-80	Dinheiro bilhão – Lisboa	D. Fernando I
207L30-98	1/2 real – Évora	D. João I
208L30-98	Dinheiro bilhão – Lisboa	D. João I
148M30-69	1/2 real preto – Lisboa	D. Duarte I
128N31-30	Chinfrão – prata	D. Afonso V
132N31-30	1/2 real preto	D. Afonso V
340N31-90	Ceutil	D. João II
250M31-30	Ceutil – Lisboa – mau estado	D. Manuel I
254M31-30	Ceutil	D. Manuel I
130N31-30	Ceutil	D. João III
131N31-30	Ceutil – mau estado	D. João III
139M30-105	3 reais de cobre (?)	D. João III
198L30-80	Ceutil (?) – só parte	D. João III
210L30-98	Ceutil – Lisboa	D. João III
341N31-90	Ceutil	D. João III
129N31-30	Ceutil	D. Sebastião I
145M30-105	3 reais	D. Sebastião I
146M30-69	V reais – anapigráfica, côncava e c/ furo central	D. Sebastião I
147M30-69	III reais – anapigráfica, côncava e furo na orla	D. Sebastião I
196L30-80	V reais – Lisboa – ligeiramente côncava	D. Sebastião I
251M31-30	Real s – Lisboa	D. Sebastião I
252M31-30	Ceutil – Lisboa	D. Sebastião I
253M31-30	Ceutil – Lisboa	D. Sebastião I
323M30-60	V reais – Lisboa – com um bordo dobrado	D. Sebastião I
324M30-60	3 reais – Lisboa	D. Sebastião I
339N31-90	V reais – Lisboa – batidos para ficar côncava	D. Sebastião I
346N31-102	Ceutil	D. Sebastião I
63N31-30	Vidros de vitral – 23 fragmentos de várias cores	
402L30-66	Vidros vários	

Como se verifica, a maioria dos achados é constituído por numismas, provavelmente deixados juntamente com corpos que no entretanto foram sendo trasladados para dentro do carneiro ou desmembrados, aquando da abertura de novos covais.

Exceptuando o dinheiro de bilhão de D. Sancho II que nos parece ser um depósito perfeitamente atemporal, verifica-se uma continuidade nas datas daqueles numismas que sugerem uma utilização permanente da capela como jazigo, no período compreendido entre os finais dos séculos XIV a XVI.

Parece-nos interessante assinalar a circunstância, para nós perfeitamente inédita, de algumas das moedas terem sido batidas propositadamente para ficarem côncavas, outras foram dobradas e outras ainda (2) apresentam 1 furo. Estamos, sem dúvida, perante uma prática meramente ritual; seria para evitar a sua utilização posterior pelos vivos?.

Um anel de ouro, tipo aliança oitavada, constitui um achado interessante, se atentarmos na circunstância de não ser frequente a presença de ouro nas inumações. Curiosamente este anel estava “in situ”, colocado na falange de um dedo de um braço fantasma; braço que provavelmente foi desarticulado do corpo a que pertencia, quando foi aberto um novo coval.

As fivelas de bronze são apenas vestígios de indumentária de antigas inumações removidas, para darem lugar a novos corpos.

Relativamente aos vidros de várias cores que foram sendo encontrados durante a escavação dos 30 centímetros iniciais, e por considerarmos terem eventualmente pertencido aos vitrais daquela capela, foram todos recolhidos, tratados e posteriormente estudados, na perspectiva de que a amostra recolhida eventualmente traduziria a proporcionalidade das cores utilizadas nos vitrais.

No espólio encontrado no contexto tumular e constante na relação abaixo, destacamos naturalmente os achados numismáticos.

Constata-se o achado, na sepultura 15, de um Real Preto de D. Duarte I. Não imaginamos de quem poderia ser aquela sepultura, mas as pedras que serviam de sapata ao monumento

Cota	Local	Descrição	Reinado
1M33-48	Sep. 12	Guarda e pomo de espada (grande)	
75L32-48	Sep. 12	Lâmina de barba de baleia (?) Nas pernas	
87L32-48	Sep. 12	Esporim (desirmanado)	
88L32-48	Sep. 12	Espora pequena (desirmanada)	
299M33-48	Sep. 12	Tecido de um botão aderente à espada	
317M33-48	Sep. 12	Vidro de um botão	
240M30-56	Sep. 14	Ola de cerâmica com um feto humano	
241M30-56	Sep. 14	Esqueleto ósseo de um feto humano	
74N31-100	Sep. 15	Arame com uma das extremidades batida	
133N31-100	Sep. 15	Real preto – Lisboa	D. Duarte I
142M30-74	Sep. 16	Pulseira num braço isolado – IHS-MA-JOZE	
149M30-74	Sep. 16	V reais – meia moeda em muito mau estado	D. Sebastião I
397M30-74	Sep. 16	Amostra de madeira de caixão	
263M30-105	Sep. 16	Fragments de coberta de sep. Bordado	
264M30-105	Sep. 16	Fragments de coberta de sep. Bordado	
265M30-105	Sep. 16	Fragments de coberta de sep. Bordado	
266M30-105	Sep. 16	Fragments de coberta de sep. Bordado	
267M30-105	Sep. 16	Fragments de coberta de sep. Bordado	
268M30-105	Sep. 16	Fragments de coberta de sep. Bordado	
269M30-105	Sep. 16	Fragments de coberta de sep. Bordado	
270M30-105	Sep. 16	Fragments de coberta de sep. Bordado	
271M30-105	Sep. 16	Fragments de coberta de sep. Bordado	
272M30-105	Sep. 16	Fragments de coberta de sep. Bordado	
273M30-105	Sep. 16	Fragments de coberta de sep. Bordado	
274M30-105	Sep. 16	Fragments de coberta de sep. Bordado	
275M30-105	Sep. 16	Fragments de coberta de sep. Bordado	
276M30-105	Sep. 16	Fragments de coberta de sep. Bordado	
277M30-105	Sep. 16	Fragments de coberta de sep. Bordado	
278M30-105	Sep. 16	Fragments de coberta de sep. Bordado	
279M30-105	Sep. 16	Fragments de coberta de sep. Bordado	
280M30-105	Sep. 16	Fragments de coberta de sep. Bordado	
281M30-105	Sep. 16	Fragments de coberta de sep. Bordado	
282M30-105	Sep. 16	Fragments de coberta de sep. Bordado	
283M30-105	Sep. 16	Fragments de coberta de sep. Bordado	
284M30-105	Sep. 16	Fragments de coberta de sep. Bordado	
300M30-105	Sep. 16	Tecido e renda de lençol	
301M30-105	Sep. 16	Tecido de lençol	
302M30-105	Sep. 16	Tecido de lençol	
303M30-105	Sep. 16	Tecido de lençol	
304M30-105	Sep. 16	Tecido e renda de lençol	
305M30-105	Sep. 16	Tecido de lençol	
306M30-105	Sep. 16	Tecido de lençol	
307M30-105	Sep. 16	Fragmento de meia de renda	
308M30-105	Sep. 16	Fragmento de meia de renda	
309M30-105	Sep. 16	Tecido e renda de lençol	
3L30-94	Sep. 17	Prótese de prata	
95M30-105	Sep. 19	Fechadura de caixão	

foram lavradas ao estilo do século XVII o que não está de acordo com a data do numisma encontrado – 1433-1438. Poderá pertencer ao grupo de sepulturas em que se procuraria, como refere Fernão Lopes, utilizar “dinheiros velhos”, talvez por conterem certa carga simbólica.

Relativamente ao numisma achado na sepultura 16, V reais de D. Sebastião I – 1557-1578, está reduzido apenas a meia moeda. Ora sabemos que nesta altura a moeda passou inevitavelmente a ser moeda ficha, já não se justificando portanto o corte a meio para criar moeda divisionária, donde podemos, com alguma propriedade, considerar que aquele disco monetário foi sujeito a uma acção intencionalmente simbólica.

A sepultura 16 foi uma das que maior quantidade e variedade de tecidos forneceu, convindo que nem sempre é fácil proceder-se à recolha de tecidos, já que na maioria das vezes estão confinados a escassos fragmentos rodeando corroídos alfinetes. No caso vertente, o da sepultura 16, foi verdadeira obra do acaso a sepultura estar situada numa zona que, por razões que não apurámos definitivamente, estava profundamente húmida. A matéria orgânica existente naquela área, madeira de caixão e tecidos, ao apodrecerem, baixaram significativamente o ph da água, tornando impossível a vida microbiana. A ausência de vida microbiana e aquele caldo saturado de sais de cobre dos bordados e tacha de bronze do caixão, determinaram a preservação da matéria orgânica.

Num corte vertical hipoteticamente efectuado à altura da perna, encontrámos, sucessivamente, os seguintes materiais que conseguimos preservar:

- Madeira da tampa do caixão forrado com tacha de bronze
- Coberta de linho, bordada com fio metálico de cobre, provavelmente dourado
- Tecido de lençol, com e sem rendas
- Renda e tecido das meias

Na sepultura 17 encontrámos uma prótese de um dedo polegar direito, feito de uma liga de prata. O indivíduo inumado nesta sepultura, apesar de jovem, aproximadamente 25 anos, teria provavelmente tido uma adolescência conturbada, pela exibição, bem patente no esqueleto, de algumas contusões perfeitamente cicatrizadas e com aspecto relativamente antigo, e, bem assim, a própria prótese de prata.

Com base na Crónica dos Carmelitas e no trabalho já referido do Conde de São Payo, elaborámos a relação possível dos indivíduos inumados nesta capela e de algumas das características que os autores referem relativamente às respectivas sepulturas:

- – Fernão Daffonso – *“Sepultado junto a uma porta que estava naquele tempo aberta, e dava serventia para a Capela da Conceição. Na parede próxima à sepultura ainda se conserva hum letreiro que diz: Aqui jaz Fernam Daffonso: Pater Noster.”*

NOTA: Não encontrámos o referido letreiro.

- Data desconhecida – Sepultura da mulher de João do Barril
- Data desconhecida – Sepultura de João do Barril.
- Posteriormente a 1474 – Felipa Moniz ou Felipa Moniz Perestrelo que vem referenciada no testamento do Almirante D. Diogo Colon *“... Doña Felipa Muñiz ... mi madre que está en el monasterio del Carmen em Lisboa, en una capilla que se llama de la piedad ques de su linage de los Munizes...”*
- 1509 – Febo Moniz – *“S.^a de Phebos Moniz Reposteiro-Mór del R. D. M.^{el} fidalgo da sua Casa e do seu Conselho”. Foi sepultado, conforme pedia no seu testamento, a meio da sua capela da Piedade, junto aos degraus do altar” .*

NOTA: Será a nossa sepultura 22?

- Data desconhecida – Jerónimo Martins – *“S.^a de J.^a Moniz filho de Phebus Moniz, Reposteiro-Mór d’El-Rei D. M.^{el} e de sua mulher D. Violante da Silva f. a 31 de Março de 1526”.*
- Depois de 1588 – João Moniz – *“Aqui jaz João Moniz, filho de Phebus Moniz”.*
- 1587 – Elvira de Alarcão – *“Aqui jaz D. Elvira d’Alarcão mulher de Jerónimo Moniz de Luzignano, a qual faleceo nesta Igreja estando deante do Sm.^o Sacramento Sábado st.^o 28 de Março de 1587.*

E assim jaz mais o de seu marido Jerónimo Moniz Lusignano, cuja esta capella he o qual faleceu em Barcelona a 25 de Setembro de 1595” (Os ossos do marido vieram de Aragão a mando de seus filhos). Segundo St’Anna. Faleceu quando seu filho, Padre Mestre Fr. Martinho Moniz tinha 2 anos de idade.

NOTA: Segundo a crónica, foi sepultada na campa da parte da Epístola. Será a nossa sepultura 20?

- Data desconhecida – Marianna de Alarcão – *“Aqui jaz Dona Marianna de Alarcão, mulher de Luiz de Torres de Lima, filha de Jeronymo Moniz e de Dona Elvira de Alarcão, os quaes tem duas missas quotidianas nesta Cappella, e para ellas deixárão cincoenta mil reis de juro, e cinco para a fabrica”*
- Data desconhecida – D. Maria de Alarcão, primeira mulher de seu primo Luiz de Tôres de Lima e que foi enterrada na Capela da Piedade com um letreiro que dizia: *“Aqui jaz D. Maria d’ Alarcão m.ª de Luiz de Torres de Lima, filha de Jerónimo Moniz e de D. Elvira d’ Alarcão, os quais tem duas missas quotidianas nesta Capp.ª e p.ª ella deixarão 50\$ de juro e cinco p.ª a fabrica”*.
- 1659 – D. Luiza Moniz – *“Aqui jaz D. Luisa Monis, mulher que foi de Francisco de Sam Payo, Senhor da Caza de Villa Flor, e administrador desta Cappella. Faleceu em 16 de Mayo de 1659”*.
NOTA: Segundo a crónica, foi sepultada no meio da Capela. Será a nossa sepultura 16?.
- 1662 – Francisco de Sam Payo – *“Aqui jaz Francisco de Sam Payo, que foi cazado com D. Luisa Monis e Senhor de Villa Flor e administrador desta Cappella. Faleceu em 9 dias de Janeiro de 1662”*.
NOTA: Segundo a crónica, foi sepultado na parte do Evangelho. Será a nossa sepultura 21?.
- Data desconhecida – Sepultura de uma filha de Isabel Moniz.
NOTA: Tratar-se-ia de uma jovem que poderemos identificar com a nossa sepultura 18?.

Capela 3 (Capela-Mor)

A capela-mor constitui um caso paradigmático da visão setecentista das construções de antanho. Efectivamente, os vários “remendos” que foram sendo “empurrados” para o seu interior foram extensivos, inclusive, às fundações próximas, que ficaram, desta feita, encobertas com entulhos de pedra e argamassa.

Com a finalidade de erguer a cota do pavimento da capela, os reconstrutores do século XVIII atulharam-no, literalmente, de enormes blocos de pedra, com especial incidência na zona central, colmatando as restantes zonas com entulhos de demolição e pedras.

Do primitivo pavimento nada mais restou do que duas lajes, situadas no quadrado H32 o que nos permitiu conhecer o módulo do chão: 35 cm X 76 cm ou 35 cm X 62 cm.

Neste soerguer de chãos, ignoraram completamente as inumações praticadas anteriormente e mesmo o túmulo de D. Nuno Álvares Pereira, fundador do convento.

Uma vez mais se verificaram indícios de ter sido praticado o mesmo processo de actuação pós terramoto: aproveitamento meticuloso de tudo quanto fosse utilizável e houvesse conseguido escapar ao terramoto e ao incêndio. Aproveitamento de todo o pavimento e demais cantarias, designadamente as do tecto, por ter desabado. Abandono, no local, do “lixo miúdo”, designadamente cinzas e alguns carvões, vidros e alguns pequenos objectos que no entretanto escaparam. Curiosamente as lajes de acesso ao jazigo n.º 4 foram preservadas inteiras, tendo sido colocadas, intencionalmente, inclinadas, para melhor sustentar a terra que lhe foi colocada por de cima.

Este procedimento foi, ainda assim benéfico, em termos de posteridade histórica. Da relação abaixo, do espólio encontrado nesta capela, ressalta particularmente as seguintes peças:

64GER-38 – Elementos de embutidos de pedra – São certamente restos das antigas balastradas que dividiriam a capela-mor em três grandes áreas, conforme tentativa de reconstituição que ensaiámos – Fig 42 e 43. Estes elementos estiveram “na moda” no século XVII, o que nos leva a supor obras de certo vulto no interior da igreja, durante esse período.

141-60 – Conjunto de 19 fragmentos de vidros de várias cores e provavelmente pertencentes aos vitrais. Permitir-nos-ão, eventualmente, recriar a cor ambiente.

226J33-60 – Dois tubos de órgão, de chumbo, encontrados nas primeiras camadas da sepultura 23, no local onde, segundo é possível entender da descrição da Crónica dos Carmelitas, terá estado o órgão. São de forma tronco-cónica ligeira, o que possivelmente permitirá localizá-los no tempo.

404J36-60 – Dois fragmentos de vidro derretido – Dão-nos uma ideia da temperatura desenvolvida no interior da capela.

398-65 – 4 sacos com fragmentos de alabastro – Sabendo que o segundo túmulo de D. Nuno Álvares Pereira tinha sido construído de alabastro, diligenciámos procurar e recolher todos os fragmentos que viéssemos a encontrar desta rocha, na expectativa de encontrar algum elemento decorativo que pudesse ser identificado com aquele túmulo. Talvez por ter sofrido os efeitos do incêndio, os fragmentos que encontrámos, ainda em quantidade razoável, eram perfeitamente informes, não nos fornecendo, portanto, qualquer pista, embora evidenciando que teriam estado muito tempo a sofrer os efeitos da lixiviação das águas pluviais.

Em termos numismáticos a panorâmica geral é muito idêntica às restantes áreas escavadas, ou seja, numismas desde D. João I a D. Sebastião. Como na capela 2, também aqui foi encontrado um numisma perfeitamente desinserido, ou seja um dinheiro de bilhão de D. Afonso III (256K32-140) que poderá muito bem ter sido transportado com a própria terra de enchimento da capela.

Relativamente ao espólio da sepultura e do carneiro 4, já nas respectivas rúbricas foi circunstanciadamente referido.

Cota	Local	Descrição	Reinado	E:
47I36-20	Cap. 3	Real de 10 soldos	D. João I	385
64GER-38	Cap. 3	Elementos de embutidos pedra		
43PRE-60	Cap. 3	X reais ? D. João III ?	D. Sebastião I	557
44PRE-60	Cap. 3	Ceilil	D. Sebastião I	557
45PRE-60	Cap. 3	Ceilil – mau estado – (?)	D. João III	521
46PRE-60	Cap. 3	Ceilil – mau estado – (?)	D. João III	521
141-60	Cap. 3	19 fragmentos de vitral		
226J33-60	Cap. 3	Dois tubos de órgão, de chumbo		
404J36-60	Cap. 3	2 fragmentos de vidro derretido		
398-65	Cap. 3	4 sacos de alabastro		
391I33-70	Cap. 3	Azulejo séc. XV		
394I31-75	Cap. 3	Fragmento de jarão – séc. XVIII		
392J35-80	Cap. 3	Fragmento de vaso – séc. XVIII		
159E32-83	Cap. 3	Fechadura de caixão de ferro		
393H31-83	Cap. 3	Fragmento de prato – séc. XVII		
108K33-90	Cap. 3	Real preto – Lisboa	D. Duarte I	433
109K33-90	Cap. 3	Ceilil – Lisboa	D. João III	521
257K35-90	Cap. 3	Real preto – Lisboa	D. Duarte I	433
260I35-90	Cap. 3	Real preto – Lisboa	D. Duarte I	433
144I34-100	Cap. 3	V reais	D. Sebastião I	557
223I37-105	Cap. 3	1/2 real cruzado – Lisboa	D. João I	385
224I37-105	Cap. 3	Ceilil	D. Afonso V	438
343J33-120	Cap. 3	Real preto – Lisboa	D. Duarte I	433
344J33-120	Cap. 3	Real preto – Lisboa	D. Duarte I	433
345J33-120	Cap. 3	Real preto – Lisboa	D. Duarte I	433
256K32-140	Cap. 3	Dinheiro bilhão	D. Afonso III	248
219J30-260	Jazigo 4	Adaga de ferro – sem punho		
294J30-260	Jazigo 4	Fragmento de tecido		
295J30-260	Jazigo 4	Fragmento de tecido		
296J30-260	Jazigo 4	Fragmento de tecido		
297J30-260	Jazigo 4	Fragmento de tecido		
298J30-260	Jazigo 4	Fragmento de tecido		

401J30-260	Jazigo 4	Cabeça óssea de D. Maria Cabral		
352J30	Jazigo 4	Colchete grande		
229M33-60	Sep. 23	Faca de ferro		
231M33-75	Sep. 23	Guarnições cruciformes		
62K33-80	Sep. 23	Anel de latão sem pedra (caída)		
230M33-80	Sep. 23	Guarnição de bronze – fecho		
259M33-83	Sep. 23	Ceitel - muito mau estado	D. Afonso V	438
396J33-95	Sep. 23	Molde de um furo sep. 23		
199K33-102	Sep. 23	Real preto – Lisboa	D. João I	385
200K33-102	Sep. 23	Real preto – Lisboa	D. Duarte I	433
201K33-102	Sep. 23	Real preto – Lisboa	D. Duarte I	433
202K33-102	Sep. 23	Real preto – Lisboa	D. Duarte I	433
203K33-102	Sep. 23	Ceitel – Lisboa	D. Afonso V	438
381I33-110	Sep. 23	Terra sep. D. Nuno A. Pereira		
382I33-120	Sep. 23	Cal mortuária – sep. D. Nuno		
21233-130	Sep. 23	Selo de chumbo – bula		389
422J32-160	Sep. 23	Cal mortuária		
213I32-179	Sep. 24	Anel de prata com inscrição IHS		
249I32-179	Sep. 24	Ouro em hélice (bordado)		
28532-179	Sep. 24	Fragmento de tecido		
286I32-179	Sep. 24	Fragmento de tecido		
287I32-179	Sep. 24	Fragmento de tecido		
288I32-179	Sep. 24	Fragmento de tecido		
289I32-179	Sep. 24	Fragmento de renda		
290I32-179	Sep. 24	Fragmento de tecido		
291I32-179	Sep. 24	Fragmento de tecido		
292I32-179	Sep. 24	Fragmento de tecido		
293I32-179	Sep. 24	Fragmento de tecido		

Inumações

Poucas foram as inumações encontradas na capela-mor. É local onde habitualmente apenas repousa, além do fundador, algum seu parente ou pessoa de bastante elevada condição social.

O Carmo não foi uma excepção: além do Fundador, D. Nuno Álvares Pereira, temos nota das seguintes inumações:

D. Jayme de Bragança – *“Debaixo da Estante do Coro, que he de madeira preciosa, chapeada de bronze dourado, foy sepultado D. Jayme, filho do Sereníssimo Duque de Bragança, também D. Jayme, e da Duquesa Dona Joanna de Mendonça*

D. Jaime de Lancastre – *“Na mesma sepultura (assinalada com uma grande campa) jaz o illustrissimo “D. Jayme de Lancastro, quarto filho de D. Jorge de Lancastro, Mestre das Ordens Militares de Santiago, e Aviz, e Duque de Coimbra: o qual D. Jaime foy Bispo de Ceuta, Capellaõ mór da Serenissima Rainha Dona Catharina, Prior das quatro Igrejas, que a Cada de Aveiro tem na Villa de Torres-novas, e especiaillissimo Bemfeitor do nosso Convento do Carmo da mesma Vila.”*

Deste relato da Crónica, parece poder inferir-se que teriam sido sepultados na mesma campa, D. Jaime, Duque de Bragança e D. Jaime de Lancastre, Bispo de Ceuta.

Apenas encontrámos a sepultura que pensamos ter pertencido a D. Jayme, Bispo de Ceuta; esta nossa convicção apoia-se no facto de o inumado, apesar de os ossos se encontrarem completamente pulverizados, ainda conseguimos perceber que havia sido inumado com as “mãos postas”, prerrogativa concedida, neste período, apenas aos eclesiásticos. Porque deve ter sido inumado em data posterior a D. Jayme de Bragança, provavelmente trasladaram para outro local a sua ossada, razão pela qual a não encontrámos Figuras 44 e 45.

Desta sepultura, como referiremos a seu tempo, conseguimos identificar e preservar 4 fragmentos de tecido e 1 de renda, bem como ouro em hélice dos bordados, e um anel de prata com a inscrição IHS encimado por uma cruz.

D. Luísa Cabral – *“No mesmo pavimento quasi debaixo das cadeiras, que ficaõ junto ao Orgaõ, está sepultada a virtuosissima Senhora Dona Luiza Cabral, mulher de D. Diniz de Faro, dos illustres Faros*

deste Reyno de Portugal, que são hum secundo ramo da Casa de Bragança, e producção de hum tronco Real. Ambos fizeram eleição deste lugar para seu jazigo: e com effeito se depositaraõ nelle seus corpos, com licença do Serenissimo Duque de Bragança, e consentimento dos Religiosos deste Convento..."

Efectivamente encontrámos e escavámos o Jazigo em referência, que tomou o número 4 da escavação, verificando-se tudo conforme está referido na Crónica e é por nós descrito no capítulo que trata dos jazigos.

É provável que tenham existido mais sepulturas na zona do presbitério, conforme se pode, de certo modo inferir de algumas passagens da Crónica. Encontrámos porém vestígios muito nítidos de terem, em tempo, escavado a zona do presbitério até uma profundidade de pelo menos 3 metros. Desta escavação resultou a destruição total de qualquer vestígio que lá tenha estado.

Apenas encontrámos parte de uma lage de argilite vermelha que poderia muito bem corresponder ao primitivo pavimento da capela que, como refere a Crónica, seria em xadrez, branco e vermelho.

Capela 4 (Primeira Capela do Evangelho)

Esteve esta capela, desde finais do século XIX, transformada em biblioteca da Associação dos Arqueólogos. A sua cota estava subida ao nível da Capela-mor.

Depois de desmanchadas as estantes que cobriam as paredes é que houve ocasião de se verificar que foram feitas propositadamente para aquelas paredes, e lá montadas. Para fazer peso e evitar que perdessem o equilíbrio, a parte superior das estantes foi cheia com calça proveniente de demolições, facto de que só agora também se tomou conhecimento.

O pavimento era, como o das restantes capelas, de tijoleira. Na zona ocupada pelas estantes não havia pavimento; elas foram construídas directamente sobre a terra.

A escavação desta capela foi particularmente trabalhosa, já que existiam muitos vestígios e variadas inumações até uma cota de -195, o que nos obrigou a estabelecer, para facilidade de registo e de interpretação, cinco níveis artificiais.

O primeiro nível, a uma cota de -15 – Fig. 46, era constituído por um murete de pedra e formigão, de meio metro de altura, que cercava toda a sala, apresentando também um septo central. Destinava-se a suportar um vigamento, substrato de um pavimento de madeira que, tal como a capela-mor, deve ter possuído; era obra recente.

A partir da cota -50 – Fig. 47 começaram a surgir infraestruturas que nos permitem imaginar parcialmente a disposição e aspecto geral do interior da capela durante o século XVIII, provavelmente até ao terramoto.

Sigamos a Crónica dos Carmelitas: *"... Augmentou-se a Capella, porque tirado o retabolo antigo, e feito de novo todo o adorno interior, chegou a tal perfeição, que nenhuma das particulares da Igreja a excede.*

Para o Altar se sóbe por quatro degrãos de pedra lavrada, em cujo pavimento superior ha hum proporcionado Presbyterio: e assim este como o primeiro corpo do retabolo, e tambem a banquetta do Altar, que nelle encosta, he tudo de fina pedraria de varias cores embutidas com distinctos lavores, que representaõ huma curiosa composição. O resto da parede até o alto em considerável distancia he occupado de hum retabolo de talha dourada, feito ao moderno com todo o primor da arte. Abre no meyo huma fermosa Tribuna obrada com singular idéa para a introdução da luz, que por ella se communica a toda a Capella. Na parte superior de hum trono, formado tambem de talha dourada, dentro da Tribuna, está huma Santa Imagem da Mãe de Deos, a qual ficou com o titulo de Senhora da Encarnação, e aos lados em lugar pouco inferior, a da Senhora Santa Anna da parte direita, e da outra a de S. Joaquim. Fóra da Tribuna em dous nichos à face, se collocáraõ as estatuas dos Gloriosos Pays da Senhora Santa Anna: a saber a de Santo Estolano da parte do Evangelho, e da parte da Epístola a de Santa Emerenciana. ... As paredes dos lados estão todas cubertas de talha dourada: e nos meyos de ambas se abriãõ Santuarios, que se compoem de alguns meyos corpos de Santos com differentes Reliquias. O arco exterior he tambem cuberto de preciosa talha, obra admiravel, que comprehende muitas figuras de relevo, e outras sacadas: o que tudo se acabou de dourar no anno de 1724. ..."

Efectivamente nos quadrados D-E-F 32 encontrámos vestígios de uma fundação de uma provável balaustrada que delimitaria a zona do presbitério, embora não tenhamos encontrado vestígios dos referidos degraus.

Por altura dos quadrados D31 e F31, adossadas às paredes, existiam as fundações do que poderiam ter sido os santuários referidos na crónica e onde se guardavam relíquias de vários santos – Fig 48 (reconstituição conjectural).

No quadrado D31, a uma cota de -60, ou seja à cota do que já concluimos ser o pavimento antigo, encontrámos um pavimento de “parquet” carbonizado, de que foram retiradas amostras, bem como da terra de coloração avermelhada, pelo efeito do fogo, que se encontrava imediatamente por debaixo da madeira. Entre o pavimento carbonizado e a terra que lhe estava adjacente, foi encontrada uma moeda de III Réis de D. João V (143D331-60).

Parece assim ser possível considerar como provável que o pavimento da Capela 4 tenha sido de madeira, ou pelo menos fosse de madeira a partir das obras de 1724 que o cronista refere; não sendo de excluir a possibilidade do pavimento do presbitério ser talvez de pedra.. Aliás, esta alteração dos pavimentos faz parte de um largo movimento peculiar do século XVIII e que tem como elemento inspirador o aumento do conforto da igreja, porque o pavimento de pedra, de Inverno, torna-se muito frio.

Até a uma cota de -105, apenas foram encontrados ossos dispersos, resultantes da abertura de covais para proceder a novos enterramentos. Mas de quem eram estes enterramentos? Seguindo a Crónica dos Carmelitas “... Depois da morte do inclyto fundador (D. Nuno Álvares Pereira), os Religiosos a derão ao grande Duarte Brandão, e a sua mulher Dona Margarida de Beamonda, que por serem devotos do Glorioso Martyr S. Sebastião, lha consagraraõ, e nella instituirão Morgado, aos 30 de Outubro de 1497. Seu filho Joaõ Brandaõ o ratificou, e poz em execução, por huma Escritura feita pelo Tabelião Braz Affonso, aos 17 de mez de Março de 1528.” “No jazigo desta Capella estão sepultados os descendentes de Duarte Brandão...” ...Como a pessoa de tanta distinção, lhe fizeraõ os Religiosos o gosto de lhe darem a dita Capella e com effeito nella mandou fabricar o seu jazigo, onde foi sepultado debaixo de huma grande campa, que ainda existe no pavimento da mesma Capella. Na dita campa se vê hum escudo com as Armas dos Brandões seus descendentes, que são dous Dragões batlhantes, com hum Cavallo Marinho por timbre. Tem hum letreiro, que diz: Aqui jaz Duarte Brandaõ, Cavalleiro da Garrotêa, a qual ganhou no Reyno de Inglaterra por muitos afamados serviços, que fez a ElRey Duarte, que a este tempop era no Reyno, do Conselho dos Reys de Portugal: o qual faleceo aos 18 dias de Novembro de 1508.... de sorte, que passando as casas aos seus herdeiros, nellas mora actualmente seu neto Fernando de Lima Brandaõ de Alcaçova, nosso amantissimo devoto, casado com Dona Francisca Joana de Portugal, cujo filho de menor idade, chamado D. Martinho Antonio de Portugal, foy o ultimo descendente do grande Duarte Brandão, que nesta sua Capella teve sepultura. ...” .

Quem teria sido este Duarte Brandão, di-lo eloquentemente St’Ana: “... Foy o grande Duarte Brandaõ hum dos Herões mais famosos do seu século, Cavalleiro Inglez, naturalizado neste Reyno por huma honradissima Carta d’El-Rey D. Affonso V, passada em Évora a 3 de Agosto de 1479; confirmada por ElRey D. Joaõ II aos 8 do mesmo mez de Agosto de 1485 no Convento de Penhalonga; e tambem confirmada por ElRey D. Manoel em Evora, aos 30 de Outubro de 1497... . Em Inglaterra se fez taõ benemérito da graça d’ElRey Duarte V, que o honrou com o emprego de General de huma Armada, e com o de Capitaõ Governador das Ilhas de Granace... . Por prémio dos seus relevantes serviços, o mesmo Rey Duarte V o fez Cavalleiro da Ordem da Garrotêa ou (como lhe chamaõ outros Escriitores Portugueses) da Jarreteira: e por ele, com o character de Embaixador, mandou a Insignia desta ordem a ElRey D. Joaõ II, que a recebeu da sua mãõ. ”

À cota -110, que é a cota correspondente à fundação das bases dos relicários – Fig. 47 quadrados D - F 31, foram encontrados, bastante fragmentados, nove pequenos potes de cerâmica, datáveis de finais sec. XVI até sec. XVII pleno, dos que eram também comumente utilizados para transporte de azeite. Pensamos que a sua inclusão nas fundações dos muretes dos relicários deverá corresponder ao início das obras da capela, que terão ocorrido, provavelmente, em finais do sec. XVII (os fragmentos em falta são poucos).

A partir da cota -122 até à cota -195 – Fig. 49 - 50 e 51, desenvolvem-se os enterramentos no interior da Capela 4, praticamente em toda a sua extensão, à excepção do presbitério e de uma

faixa central. Esta faixa central só foi utilizada em duas inumações, à cota -170 e -195, correspondentes, respectivamente, às sepulturas 38 e 42. A sepultura 38 admitimos ser possível relaciona-la com D. Duarte Brandão.

Considerando a tipologia geral das inumações, admitimos a existência de dois grandes momentos temporais ainda perceptíveis na generalidade da capela:

- 1.º momento – Anterior a 1497, representado pelas sepulturas 40, 41, 42 e 43 e que a numismática confirma.
- 2.º momento – Posterior a 1497, após a atribuição da Capela a D. Duarte Brandão e seus descendentes.

Para que deixe de persistir a referência indiferenciada dos termos jazigo e carneiro, aqui fica, de forma bem inequívoca, a lição retirada da realidade da escavação: o termo jazigo só praticamente no século XIX é que veio substituir o termo carneiro. Jazigo é o acto de jazer; e pode-se jazer numa capela, num carneiro, ou num cemitério. Se numa capela houver dois jazigos, então será quase certa a existência de dois carneiros que são simultaneamente jazigos.

Relativamente ao espólio encontrado nesta capela, foi, conforme relação que se segue, variado, embora dentro da normalidade comparativamente às restantes capelas, à excepção de um cadinho para fundição 423E31-80, utilizado para a fundição de cobre, zinco e chumbo e que pensamos poder relacionar com as obras iniciadas nos finais do século XVII nesta capela.

Cota	Local	Descrição	Reinado
204E31-30	Cap 4	Vidro derretido	
205E31-30	Cap 4	Fragmento de boquilha de cachimbo	
378D31-50	Cap 4	Amostra de terra queimada	
380D31-50	Cap 4	Amostra de soalho carbonizado	
372D31-55	Cap 4	1/2 real preto	D. Duarte I
70I34-60	Cap 4	Fragmento de azulejo (séc. XVI)	
143D31-60	Cap 4	3 réis – danificado pelo fogo – 1732 ?	D. João V
206D31-60	Cap 4	Caroço de pêssego carbonizado	
328D32-62	Cap 4	Fragmento de vidro derretido em botão	
261E31-65	Cap 4	Botão de bronze – marca "gilt"	
163D31-70	Cap 4	Bola de pez com furação central	
377F30-77	Cap 4	1/2 real	D. João I
326D32-79	Cap 4	Dinheiro bilhão – Lisboa	D. Fernando I
353D31-79	Cap 4	Real preto – Lisboa	D. Duarte I
316N31-80	Cap 4	Escopro	
423E31-80	Cap 4	Cadinho cerâmico de grafite Cu Zn Pb	
325E32-83	Cap 4	1/2 real preto – Lisboa	D. Duarte I
161E32-85	Cap 4	Cabeça de <i>punaise</i> chato	
160E32-92	Cap 4	Fechadura de caixão de ferro	
379D32-95	Cap 4	Amostra de argamassa	
242F32-100	Cap 4	Pote de azeite	
243F32-100	Cap 4	Pote de azeite	
244F32-100	Cap 4	Pote de azeite	
245F32-100	Cap 4	Pote de azeite	
246F32-100	Cap 4	Pote de azeite	
247F32-100	Cap 4	Pote de azeite	
248F32-100	Cap 4	Pote de azeite	
361F32-100	Cap 4	Pote de azeite	
362F32-100	Cap 4	Pote de azeite	
92E32-105	Cap 4	Ponta de espora	
336F31-105	Cap 4	Ceitel	D. Afonso V
337F31-105	Cap 4	Dinheiro de bilhão - mau estado	D. Sancho II
354E31-105	Cap 4	Real preto – Lisboa	D. Duarte I
355E31-105	Cap 4	1/2 real preto – Lisboa	D. Duarte I
359D31-105	Cap 4	Ceitel - não conhecido por F.V.	D. João III
105E32-110	Cap 4	Real preto – Lisboa	D. João I
110D31-110	Cap 4	Real preto	D. João I
111D31-110	Cap 4	Real de 10 soldos – mau estado	D. João I

211D30-110	Cap 4	Pequeno fragmento de papel	
356F30-110	Cap 4	Dinheiro bilhão	D. Fernando I
360D31-110	Cap 4	1/2 real preto – Lisboa	D. Duarte I
370E31-110	Cap 4	1/2 real – Évora	D. João I
376F31-110	Cap 4	Dinheiro bilhão – Lisboa – fragmento	D. Fernando I
395-113	Cap 4	Conjunto de 10 contas de osso	
195E32-115	Cap 4	Real preto – Lisboa	D. Duarte I
227E31-115	Cap 4	Terço de sementes com elos de cobre	
330E32-115	Cap 4	Medalha de bronze SIA.LAV.LL.SS.S ROMA	
357F32-115	Cap 4	1/2 real preto – Lisboa	D. Duarte I
358F32-115	Cap 4	Ceitel – Lisboa (em muito mau estado)	D. Afonso V
389E32-115	Cap 4	Elemento de terço de osso	
4E31-120	Cap 4	Guarda e pomo de espada	
76E31-120	Cap 4	Colar feito de pequenos tubos de vidro	
81F31-120	Cap 4	Medalha oval – tem grafado "ROMA"	
215E31-120	Cap 4	Brinco de ouro em forma de crescente	
371F32-125	Cap 4	Ceitel – Lisboa (?)	D. João III
387F32-125	Cap 4	Fragmento de bronze quadrado	
9D32-130	Cap 4	Real preto – (Lisboa) J1.149 FV	D. João I
10D32-130	Cap 4	Real preto	D. Duarte I
84D32-130	Cap 4	Fivela pequena de bronze	
85D32-130	Cap 4	Sotroço de metal	
98F32-130	Cap 4	Terço de contas de osso	
375E32-130	Cap 4	Ceitel (?)	D. João III
329F31-135	Cap 4	Fivela pequena de bronze	
363D32-135	Cap 4	1/2 real preto – Lisboa	D. Duarte I
367D32-140	Cap 4	1/2 real preto	D. Duarte I
83E31-149	Cap 4	Fivela grande de bronze	
2E31-150	Cap 4	Espora de ferro	
5E32-150	Cap 4	Espora de ferro	
262E30-150	Cap 4	Medalha circular de bronze – Roma	
333F30-150	Cap 4	Colchete grande	
373E31-150	Cap 4	Ceitel	D. João III
338E31-152	Cap 4	3 reais - anapigráficos – Lisboa	D. João III
365E31-155	Cap 4	Colchete	
383E31-155	Cap 4	Colchete grande – só 1 peça	
73E32-160	Cap 4	Vidro de um porta-retrato – diâm. 36 mm	
175D31-160	Cap 4	Real branco	D. João I
366D32-165	Cap 4	Ceitel	D. Manuel I
368D31-165	Cap 4	Dinheiro bilhão	D. Sancho II
327D31-167	Cap 4	Real branco – Porto	D. João I
369E32-175	Cap 4	Ceitel	D. João III
384E32-175	Cap 4	Peça de ric-rac pequena	
218F32-180	Cap 4	Par de esporas douradas	
164DIV	Cap 4	Anilha de bronze	
165DIV	Cap 4	Fragmento de chumbo derretido	
166DIV	Cap 4	Botão de bronze (sem pega)	
167DIV	Cap 4	Ponteira de francalete (?)	
168DIV	Cap 4	Botão de bronze (sem pega)	
169DIV	Cap 4	Cruz de sobre disco de bronze	
170DIV	Cap 4	Ceitel anapigráfico	D. João III
171DIV	Cap 4	Ceitel	D. Manuel I
172DIV	Cap 4	Dinheiro bilhão	D. Fernando I
173DIV	Ap	1/2 real	D. João I
174DIV	Cap 4	1/2 real (?)	D. João I
100DIV	Cap 4	Conjunto de 11 contas várias – Capela 4	
310DIV	Cap 4	Tachas	
347DIV	Vária	Ceitel	D. João III

348DIV	Vária	Alvéolo de bronze para santo (de osso)	
59F30-139	Sep 26	Dado de osso com 7 mm de aresta	
400D3-122	Sep 27	Esqueleto de criança	
351F32-16	Sep 29	Fivela de bronze	
332E31-160	Sep 30	Medalha de bronze – N. S. da Conceição	
349E31-168	Sep 37	Fivela de bronze	
89E31-170	Sep 38	Copos de espada e pomo Duarte Brandão	
90E31-170	Sep 38	Estrela de ferro com 4 pontas	
91E31-170	Sep 38	Quadrado de ferro com furação central	
93E31-170	Sep 38	Espora pé direito – D. Duarte Brandão ?	
94E31-170	Sep 38	Espora pé esquerdo – D. Duarte Brandão ?	
315E31-170	Sep 38	Fecho de caixão sepultura 38	
322E31-170	Sep 38	1/2 real – Porto – FV J1.92A (raro)	D. João I
385E31-170	Ep 38	Elemento decorativo cordiforme	
386E31-170	Sep 38	Escama de peixe	
403E31-170	Sep 38	Cabeça óssea de D. Duarte Brandão (?)	
350E30-170	Sep 39	Fivela de bronze	
318D32-170	Sep 40	Real preto – Lisboa	D. Duarte I
342D32-170	Sep 40	Ceitel com parte da orla dobrada	D. Afonso V
112D32-190	Sep 43	Real preto	D. Duarte I
113D32-190	Sep 43	Colchete (argola)	

Capela 5 – (2.^a Capela do Evangelho)

Esta capela é ocupada por dois carneiros, parece que escavados nos anos quarenta (pensamos que pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais), mas de cuja escavação não conseguimos encontrar nenhum relato; é possível que, se existe, venha a ser encontrado quando se organizar o arquivo histórico da Associação dos Arqueólogos.

Procedeu-se à escavação da zona não ocupada pelos carneiros, tendo-se apenas encontrado um real preto de D. João I (176B32-70) que pode ter sido perdido durante a fase de construção, ou eventualmente, até durante a inumação de D. Iria, a mãe de D. Nuno Álvares Pereira.

Carneiros

Seguindo a nomenclatura e a descrição da Crónica dos Carmelitas, os “carneiros” serão, na igreja do Carmo, uma constante mais ou menos disseminada por todo o espaço sagrado. É o substanciar de uma mentalidade que persistiu em várias épocas.

A escavação permitiu-nos “cotejar”, com a Crónica dos Carmelitas, os elementos que fomos encontrando, habilitando-nos, neste momento, com honrosas e raras excepções que oportunamente referiremos, a considerar bastante fiável aquela crónica.

É conhecida a hierarquia de preferência que tem presidido, no tempo longo, à escolha e ou à atribuição dos vários lugares para inumações no interior e até no exterior das igrejas. Toda essa hierarquia é perfeitamente reconhecida no Carmo, podendo ser enunciada, em ordem crescente na importância, da seguinte forma:

- Adro da igreja
- Nave central
- Naves laterais
- Maior proximidade da capela-mor
- Transepto
- Local de preferência do defunto, por vezes indicado em testamento
- 2.^a Capela da Epístola
- 1.^a Capela da Epístola
- 2.^a Capela do Evangelho

- 1.^a Capela do Evangelho
- Capela-mor, lado da Epístola
- Capela-mor, lado do Evangelho
- Capela-mor, zona central
- Capela-mor, presbitério

Não foi possível ainda reconhecer arqueologicamente todos os locais acima referidos, mas “grosso modo” pensamos que a maioria dos locais foram (à excepção do adro), pelo menos, investigados.

Carneiro, de certo modo antecessor directo do actual jazigo (actual desde o século XIX) é o nome genérico dado a uma construção subterrânea e por vezes abobadada, onde eram e são ainda sepultados os cadáveres. Zonas há do nosso Alentejo, bem restritas neste momento, em que os corpos, na tradição do depósito em carneiro, não são sepultados na terra, são sepultados no “ôco” (como localmente lhe chamam), jazida subterrânea, revestida de pedra, em que o corpo se consome sem estar em contacto directo com a terra. Passado o tempo julgado conveniente, os ossos são retirados e são lançados na “carneira” (expressão também local). Estamos a falar da região da Amareleja e de Barrancos. Enfim, reminiscências de um passado longínquo que radica directamente no uso dos carneiros.

Com inumações efectuadas segundo esta modalidade (dentro de carneiros), tentava atenuar-se o mau cheiro ambiente com o uso e abuso de cal mortuária, enchendo-se, para o efeito, completamente, os caixões, ou, no caso de inumações sem caixão, recobrando totalmente o cadáver de cal mortuária.

Não sabemos se, desta forma, conseguiriam totalmente o fim almejado, mas se considerarmos como boas as fontes de Philippe Ariès⁴, é muito provável que de todo não se conseguisse “abafar” o cheiro pestilento da carne em decomposição.

Como referíamos, o Carmo tem os seguintes carneiros conhecidos:

- Na nave central, na última capela da Epístola, existe um carneiro, já conhecido do antigo guarda da museu da Associação dos Arqueólogos. É abobadado e tem um considerável enchimento de ossos.
- Quadrado J6, última coluna da nave principal – Carneiro sem abóbada, escavado na presente campanha.
- Limiar da Capela-Mor, centro do transepto – Carneiro do Cardeal da Mota.
- Segunda capela colateral da Epístola – Existem dois carneiros subterrâneos, escavados por Eduardo da Cunha Serrão, Francisco Santana e Cristina Neto, em 1983. Porque não foram publicados cortes estratigráficos não sabemos se alguma vez terão estado em funções. Não são de abóbada. Deveriam ter como cobertura uma grande lage tumular.
- Primeira capela da Epístola – Possui um carneiro, idêntico aos anteriormente referidos, utilizado pela família Moniz, e que foi completamente escavado nesta campanha arqueológica. Também deveria ter como cobertura uma lage de grandes dimensões.
- Capela-Mor – Túmulo de D. Nuno Álvares Pereira. É, à sua maneira, um carneiro antropomórfico; revivalismo dos séculos passados. Réplica dos antigos túmulos dos cavaleiros de antanho.
- Capela-Mor – Jazigo da família Cabral – Possui um carneiro à entrada actual, do lado direito. – Foi escavado por nós, na presente campanha, e é o mais bem conservado até agora conhecido. Inclusivamente tem o interior completamente caiado.

⁴ *O homem perante a morte*, Publicações Europa América, Vols I e II, Lisboa, 1988

- Primeira capela do Evangelho – É todo ele um imenso jazigo, razão pela qual não será estudado neste capítulo.
- Segunda capela do Evangelho – Possui dois bons jazigos de abóbada, parece que escavados nos anos 40 do presente século. Estavam completamente cheio de enormes pedras.

Após estas deambulações nos carneiros do Carmo, vamos estudar cada um dos jazigos escavados na última campanha. Para o efeitos abribuímos-lhes uma numeração sequencial, com excepção do túmulo de D. Nuno Álvares Pereira, ao qual atribuímos o número sequencial de uma sepultura, muito embora não contivesse nenhum esqueleto.

Carneiro 1 – Quadrícula J6 – Figuras 52 a 57

É um carneiro perfeitamente típico dos primórdios do século XVII, com teto de laje. O local onde foi implantado deverá corresponder ao local que o seu fundador deveria ocupar na nave da igreja, quando assistiria aos ofícios. É uma velha tradição que visa teatralizar a morte com a máscara da vida.

Continha no seu interior três sepulturas: À cota -167, a Sepultura 7, a mais recente, e que ocupava o meio do jazigo. Tinha depositado aos pés e ao lado direito, ossadas de antigos ocupantes. Foi inumado em caixão que foi totalmente cheio de cal mortuária. Este indivíduo transportava, à altura das mãos, um terço (228J6-180) cujas contas e respectiva cruz eram feitas de osso torneado e que apresentava uma coloração verde, provavelmente pela presença de sais do cobre utilizado no bordado da mortalha. Trata-se de uma inumação efectuada no século XVIII.

À cota -191, a Sepultura 8, inumado com muita cal, mas sem caixão, nem qualquer espólio. Na cabeceira foram colocados dois quartos de círculo grosseiros feitos com tijoleira e que serviriam de cabeceira de sepultura. Aos pés foi colocada uma tijoleira inteira. As características da inumação parece apontarem para o século XVII.

À cota -200, a Sepultura 9, também inumada com muita cal e sem caixão, e sugerindo uma ligeira maior antiguidade do que a sepultura 8, pelo adiantado estado de decomposição dos ossos por influência da cal, e que sabemos ser tanto maior, quanto mais tempo de contacto entre os ossos e a cal existe. Também se verificou uma total ausência de espólio

Espólio encontrado:

Cota -167	Terço de osso	228J06-180
-----------	---------------	------------

Carneiro 2 – Quadrícula B2

Fig 11 - 12 - 13 - 14 - 97

É provável que fosse um carneiro, como é possível que fosse uma sepultura revestida.

Situada junto do portal Norte, foi escavada até uma cota de -250, tendo revelado a existência de uma inumação de uma criança com 6 anos de idade provável, perfeitamente desinserida da trama provável das sepulturas da igreja

À cota -212 foi interceptado um grande depósito de carvão de coque pulverizado, que envolvia um grosso tubo de folha de ferro. É o conjunto típico para estabelecimento de “terra” para a instalação de um pára-raios que deve ter ocorrido há bastantes anos, pois não existe, na Associação dos Arqueólogos, memória de ter sido efectuada aquele depósito de carvão

Espólio encontrado:

Cota -40	Pederneira de pistola	102B2-40
	Dedal de cobre	103B2-40
Cota -130	Fivela grande de bronze	71B2-130
Cota -150	Fivela pequena de bronze	72B2-150

Carneiro 3 – Quadrícula L-30-31 – Figura 58

Trata-se do jazigo da família Moniz. Tinha três ossadas depositadas no seu interior, pertencen-

centes aos indivíduos que foram sendo inumados ao longo dos anos. Em conexão anatómica, apenas continha um corpo – Sepultura 13.

A um nível ligeiramente superior ao desta inumação e arrumado à parede do lado esquerdo, tinha depositado um caixão pequeno, de madeira, revestido com pregos de latão, e que continha uma ossada de mulher. É frequente, sobretudo quando se trata de mulheres, serem inumadas ou numa capela designada por si própria ou por seu marido, com a indicação expressa de ser trasladada, após a consumação dos tecidos moles, para o carneiro de seus progenitores. Não sabemos se efectivamente é o caso, embora tenhamos quantidade de ossos suficiente para estudar o DNA dos indivíduos inumados no seu interior.

À cota -139 existia uma inumação, em conexão anatómica, revestida de cal, e que será devidamente estudada no capítulo das sepulturas.

A quantidade de ossadas existentes no seu interior era enorme, o que sugere não só uma intensa utilização com inumações directas, como talvez trasladações oriundas da própria capela.

A quantidade de moedas, como se pode verificar na relação junta, era perfeitamente anormal e será estudada, no capítulo 6.

Espólio encontrado neste carneiro:

114L31-60	Jazigo	Cristo bronze – SPA - VLE - ORA PRO		
115L31-60	Jazigo	5 reais	D. Sebastião I	1557
116L31-60	Jazigo	5 reais – batido para ficar côncava	D. Sebastião I	1557
117L31-60	Jazigo	5 reais muito mau estado – batida	D. Sebastião I	1557
118L31-60	Jazigo	Ceutil	D. Manuel I	1495
119L31-60	Jazigo	Ceutil	D. Manuel I	1495
120L31-60	Jazigo	Ceutil	D. Manuel I	1495
121L31-60	Jazigo	Ceutil	D. João III	1521
122L31-60	Jazigo	Ceutil	D. João III	1521
123L31-60	Jazigo	Ceutil	D. João III	1521
124L31-60	Jazigo	Ceutil – não consta em F.V.	D. João III	1521
125L31-60	Jazigo	Ceutil	D. João III	1521
126L31-60	Jazigo	Ceutil	D. Sebastião I	1557
127L31-60	Jazigo	Ceutil	D. Afonso V	1438
82L32-84	Jazigo	Badalo de sineta de missa		
11L31-90	Acesso	5 reais – SE.82 FV	D. Sebastião I	1557
12L31-90	Acesso	Real R	D. Sebastião I	1557
13L31-90	Acesso	Ceutil	D. Sebastião I	1557
14L31-90	Acesso	Ceutil	D. Sebastião I	1557
15L31-90	Acesso	Ceutil	D. Sebastião I	1557
16L31-90	Acesso	Ceutil	D. Sebastião I	1557
17L31-90	Acesso	Ceutil	D. Sebastião I	1557
18L31-90	Acesso	Ceutil	D. João III	1521
19L31-90	Acesso	Ceutil	D. João III	1521
20L31-90	Acesso	Ceutil	D. João III	1521
21L31-90	Acesso	Ceutil	D. João III	1521
22L31-90	Acesso	Ceutil	D. João III	1521
23L31-90	Acesso	Ceutil – não classificável		
24L31-90	Acesso	Ceutil – não classificável		
25L31-90	Acesso	5 reais	D. Sebastião I	1557
26L31-90	Acesso	5 reais	D. Sebastião I	1557
27L31-90	Acesso	5 reais – batido para ficar côncava	D. Sebastião I	1557
28L31-90	Acesso	5 reais – batido para ficar côncava	D. Sebastião I	1557
29L31-90	Acesso	5 reais – batido para ficar côncava	D. Sebastião I	1557
30L31-90	Acesso	5 reais – batido para ficar côncava	D. Sebastião I	1557
31L31-90	Acesso	5 reais – batido para ficar côncava	D. Sebastião I	1557
32L31-90	Acesso	5 reais – batido para ficar côncava	D. Sebastião I	1557
33L31-90	Acesso	5 reais – batido para ficar côncava	D. Sebastião I	1557
34L31-90	Acesso	Real S	D. Sebastião I	1557
35L31-90	Acesso	Real S	D. Sebastião I	1557
36L31-90	Acesso	Real e meio – J4.63	D. João IV	1640

37L31-90	Acesso	Real e meio – J4.63 – cerceada	D. João IV	1640
232L32-100	Jazigo	Fragmento de madrepérola		
233L32-100	Jazigo	Conta tubular, capilar, de vidro		
234L32-100	Jazigo	Esfera de calcário com uma cruz		
235L32-100	Jazigo	Concha de molusco		
236L32-100	Jazigo	Fragmento de conta tubular azul		
237L32-100	Jazigo	Duas cabeças de alfinete (de vidro)		
238L32-100	Jazigo	Dente de pente, de tartaruga		
239L32-100	Jazigo	Figa de azeviche		
335L30-100	Jazigo	Ceitel	D. João III	1521
60L32-110	Jazigo	Medalha oval – S. Filipe Nery		
399L31-112	Jazigo	Molde de cal mortuária de caixão		
61L32-118	Jazigo	Cabeça de tacha de latão		
216L32-125	Jazigo	Relicário de ouro		
222L32-125	Jazigo	Pulseira de contas de osso		
177L31-130	Jazigo	Medalha oval oriunda de Roma		
178L31-130	Jazigo	3 reais	D. João III	1521
179L31-130	Jazigo	V reais – côncava	D. Sebastião I	1557
180L31-130	Jazigo	Real S	D. Sebastião I	1557
181L31-130	Jazigo	Ceitel	D. Sebastião I	1557
182L31-130	Jazigo	Real S	D. Sebastião I	1557
183L31-130	Jazigo	Ceitel	D. João III	1521
184L31-130	Jazigo	Ceitel	D. João III	1521
185L31-130	Jazigo	Ceitel	D. João III	1521
186L31-130	Jazigo	Ceitel	D. João III	1521
187L31-130	Jazigo	Ceitel	D. João III	1521
188L31-130	Jazigo	Ceitel	D. João III	1521
189L31-130	Jazigo	Ceitel (?)	D. João III	1521
190L31-130	Jazigo	Ceitel	D. João III	1521
191L31-130	Jazigo	Ceitel	D. Afonso V	1438
192L31-130	Jazigo	Ceitel	D. Afonso V	1438
193L31-130	Jazigo	Ceitel	D. Afonso V	1438
194L31-130	Jazigo	Ceitel	D. Afonso V	1438
217L32-130	Jazigo	Pequena placa de quartzo azulado		
220L32-130	Jazigo	Colar de coral vermelho		
221L32-135	Jazigo	Pulseira de coral branco e metal		
258L32-139	Jazigo	3 reais (?)	D. João III	1521
225L32-DIV	Jazigo	Conjunto de 12 contas várias		

Carneiro 4 – Quadrícula J-29-30 – Figuras 59 e 60

Este é o carneiro conhecido mais bem conservado da igreja do Carmo. Desde os degraus de acesso até ao cuidadoso revestimento do fundo com tijoleiras, passando pelo branco da cal do seu interior, tudo denota cuidadoso acabamento, não fora jazigo dos Cabrais.

Situado à direita da entrada, na Capela-Mor, pertence a uma família que, no dizer do cronista andava aparentada à Casa Real Portuguesa.

Teve várias inumações, a última das quais, de D. Luísa Cabral, senhora muito piedosa e devota fervorosa, que mereceu algumas páginas ao cronista.

É de abóbada e acede-se ao seu interior por três degraus, que geram um plano muito íngreme, como convém, para descer os caixões. No seu interior, na parede direita, a meia altura, são ainda perceptíveis depósitos de negro de fumo, deixados provavelmente pelas velas usadas pelos coveiros, que seriam, conforme com o cronista, camarários.

Existia no interior deste carneiro, uma colónia de miriápodes dos quais foram colhidos alguns exemplares e enviados para a Holanda para serem estudados por um biólogo.

Do espólio, já anteriormente referido, é curioso fazer notar que faltava a empunhadura da adaga. Seria de material precíval ou de algum metal nobre que despertasse a cobiça de um coveiro?

Como sabemos, a última inumação efectuada neste carneiro foi durante o século XVII, já o dissemos noutra local. Por esta razão, foram tomados cuidados extremos na sua abertura. Para

além de bastante fotografado foi também registado em vídeo toda a operação da abertura, limpeza de degraus por aspiração, para evitar contágios, e recolha de pólenes.

Carneiro 5 – Quadrícula I-2-3 – Figura 61

Já nos referimos quase totalmente ao jazigo do Cardeal da Mota, quando estudámos o respectivo local de implantação. Diremos apenas que a sapata existente no seu interior é desmesuradamente grande e forte para poder suportar 10 estátuas iguais ... Parece porém, embora não tenhamos tido ensejo de verificar, que para a construírem não danificaram o carneiro.

Sepultura 23 – Quadrícula J-32-33 – Figuras 62-63 e 64

É a sepultura mais curiosa que escavámos no complexo arqueológico da igreja do Carmo.

O chão da sepultura situa-se a uma cota de -167, o que significa que, em termos de pavimento primitivo, ficaria a uma cota de -117.

Paredes e parte do chão são de silharia, sendo este completado com tijoleiras. O "locus" para a cabeça, ao mesmo nível do pavimento da sepultura, não está, como seria de esperar, ao meio longitudinal da sepultura, mas colocado mais à esquerda. O próprio "locus" é também de silharia.

É evidente que em pleno século XV já há muito se não usava este tipo de sepulturas. Não sabemos o que presidiu à escolha daquele desenho para sepultura, se as teria visto D. Nuno algures, nas suas deambulações pelo País, assimilando-as a campas de passados cavaleiros.

Colocada na Capela-Mor, como conviria à sepultura do fundador, foi contudo escavada no lado da Epístola, o menos "nobre" e num local de passagem obrigatória para aceder ao presbitério, acto de profunda humildade, bem de acordo com a mentalidade da época.

A crónica dos Carmelitas refere, a propósito da sua localização, o seguinte: "... A sepultura foi rasa (segundo o que ao mesmo Servo de Deos promettera o Prelado) e se abriu no meyo da Capella mór, mais chegada às Cadeiras, que ficaõ da parte da Epístola...sobre o qual se gravou o Epitafio seguinte.

*Ille Come-stabilis Braganti nominis Author
Nunus adest, Dux maximus, hic Monachus que Beatus,
Qui Regnum ascivit vivens sortitus in aevum
Coelum cum Superis: nam post numerosa trophea
Consumpsit pompas, humilis que ex Principe factus
Hoc Templum posuit, coluit, censumque dicavit."*

Sendo evidente que há toda uma apetência para considerarmos o meio da capela-mor como o local equidistante das paredes da Epístola e do Evangelho; não nos devemos porém esquecer que o eixo equidistante e compreendido entre as linhas de cabeceira e da entrada, também são o meio da capela-mor. É a situação a que se refere o cronista (mais chegada às cadeiras).

Esta sepultura foi sujeita a uma escavação particularmente cuidada que não foi possível, por falta de tempo, estender a toda a área. As terras foram crivadas com um crivo de 1 mm de lado e a decapagem foi efectuada apenas com pincéis.

Foi assim possível identificar 30 pequenos ossos, que estão todos numerados de 1 a 30 e que vão ser alvo de um estudo particularmente cuidado conduzido pelo Prf. Dr. Santinho Cunha.

Foi mesmo possível identificar um buraco vertical existente sensivelmente a meio da sepultura, à cota -95, com cerca de 140 mm de comprimento por 40 mm de diâmetro, do qual foi tirado um molde de gesso. A este propósito refere o autor da Crónica dos Carmelitas: "*Concorria o Povo ao lugar, aonde for sepultado, e lhe oferecia com meritoria piedade continuos votos; os quaes eraõ logo correspondidos com favores Celestiaes; mostrando a divina Omnipotencia na continuação dos milagres, o muito, que attendia aos obsequios feitos ao buscado Medianeiro. No mesmo lugar (diz o Reverendo Jorge Cardoso) havia hum buraco, pelo qual tiravaõ terra os devotos: que era a pedra bazar daquella dourada idade; porque como medicina universal, com ella remediavaõ todo o genero de enfermidades. O Padre Mestre Fr. Simaõ Coelho, Religioso antiquissimo, e de muita authoridade nesta Província, no Compendio das Chronicas do Carmo, que imprimio no anno de 1572, fallando neste particular, diz: Foy tanta a terra, que*

se tirou da sepultura deste Santo Baraõ, pelas obras milagrosas, que o Senhor havia por bem de obrar por aquelle meyo, que já em nossos tempos se lhe não chegava se não com huma cana de cinco, ó seis palmos”.

Espólio recolhido nesta sepultura:

229M33-60	Faca de ferro (partida em 3 fragmentos)		
231M33-75	Guarniões cruciformes e pregos		
62K33-80	Anel de latão sem pedra (caída)		
230M33-80	Guarnição de bronze de fecho de caixão		
259M33-83	Ceitel – muito mau estado	D. Afonso V	1438
396J33-95	Molde de um furo		
199K33-102	Real preto – Lisboa	D. João I	1385
200K33-102	Real preto – Lisboa	D. Duarte I	1433
201K33-102	Real preto – Lisboa	D. Duarte I	1433
202K33-102	Real preto – Lisboa	D. Duarte I	1433
203K33-102	Ceitel – Lisboa	D. Afonso V	1438
381I33-110	Amostra de terra sep. D. Nuno Álvares		
382I33-120	Amostra de cal mortuária – sep. D. Nuno		
212J33-130	Selo de chumbo – SPA SPE - BONIFATIUS PP VIII		1389

O espólio encontrado nesta sepultura é, “grosso modo” idêntico ao existente nas outras sepulturas das capelas de cabeceira. Os numismas encontrados são de D. João I, D. Duarte I e D. Afonso V, o que estabelece uma certa constância.

Guarniões cruciformes e pregos são decorações utilizadas em esquifes e caixões e normalmente de difícil inserção temporal.

O selo de chumbo de uma bula – Fig. 194, achado à cota -130 constitui-se num importante elemento. No anverso tem gravado o nome BONIFATIUS PP VIII, numa inequívoca alusão ao seu emissor, o Papa Bonifácio IX, cujo pontificado ocorreu entre 1389 e 1404.

No reverso, duas efígies, com as siglas SPE SPA abreviaturas de S. Pedro e S. Paulo.

Como sabemos, a bula deve o seu próprio nome “bullæ” à forma que o selo tem, de bolha, botão, bola, podendo este ser de chumbo, cobre, prata ou ouro, de acordo com o teor do documento e dependendo de quanto quisesse gastar quem a havia solicitado ao Papa.

Na sequência da consulta efectuada ao Arquivo Secreto do Vaticano, ficámos cientes que o Papa Bonifácio IX não constituiu cartório das suas bulas, pelo que em princípio, e com origem no Vaticano, não poderemos conhecer o seu texto.

Sabemos que existem em Portugal, três bulas deste Papa, a saber:

- Bula emitida em 20.11.1389 – Magne deuotionis sinceritas
“Concede à Ordem de Cristo que presbítero seu, nomeado, pelo prior do convento de Tomar e apresentado pelo respectivo Mestre e convento, passa a continuar no uso imemorial de Vigário da Igreja Paroquial de Santa Maria do Olival e de algumas outras capelas sitas no território do dito convento com cura de almas, salvo os direitos diocesanos e quaisquer outros” (in Monumenta Henricina, Vos. I, p. 266).
- Bula emitida em 13.09.1401 – Eximie vestre deuotionis
“Bula dirigida a D. João I e D. Filipa a conceder-lhes que ninguém seja provido em benefício eclesiástico de apresentação dos reis e rainhas, presentes e futuros, conjunta ou separadamente, posto nas letras pontificias se declare que pode receber o benefício, ainda que nas ditas letras se faça menção do benefício do padroado real ou especial ou geralmente reservado à Santa Sé, salvo se houver consentimento dos reis e rainhas” (in Monumenta Henricina, Vols. I, p. 276).
- Bula emitida em 03.07.1403 – Eximie deuotionis sinceritas
“Bula em que a pedido de El-Rei D. João I e da Rainha D. Filipa, separa da diocese da Ciudad Rodrigo, cujos habitantes na maior parte eram cismáticos, os bens e terras que a mesma possuía no reino de Portugal, região de Cima-Côa, e os anexa perpetuamente à diocese de Lamego, cujo prelado administrava então aquela diocese castelhana, por determinação da Santa Sé” (in Monumenta Henricina, Vols. I, p. 306).

O original em pergaminho desta bula encontra-se em exposição no Museu Regional de Lamego, faltando o selo pendente. Nesta conformidade, pedimos telefonicamente, por escrito e deslocámo-nos pessoalmente àquele Museu, sem contudo termos conseguido nem vê-la, nem obter a sua fotografia...enfim, coisas da cultura portuguesa.

Por sugestão do Arquivo Secreto do Vaticano, que aliás está em perfeita consonância com o que pensamos, poderia tratar-se de uma bula de indulgências que, como sabemos, eram sepultadas com o defunto, por serem de âmbito restrito e de carácter pessoal⁵. O meio envolvente, com o rodar dos tempos, fez com que se perdesse irremediavelmente aquele documento.

Apesar de não nos restarem quaisquer dúvidas quanto à atribuição daquela sepultura a D. Nuno Álvares Pereira, pensamos que o achado do selo de chumbo vem reforçar o facto.

Relativamente ao restante espólio, merece-nos particular atenção o anel de latão (62K33-80) encontrado à cota -80. Trata-se de uma peça nitidamente utilizada em inumações, sem qualquer valor material e que pensamos poder atribuir a uma mulher.

A este propósito, transcrevemos parte do capítulo 1295 da já referida Crónica dos Carmelitas: *"... Na Capella fronteira áquelle ditovão, e no mesmo lugar donde se tirou para o Prebyterio o Tumulo do glorioso Condestável, se depositaraõ os ossos de Dona Antónia de Lancastro. Para memória se poz dentro da mesma Capella hum Escudo partido em palla, o qual tem na primeira cinco Estrellas de cinco pontas cada huma, postas em aspa: na segunda as Armas Reaes com seis Vieiras no fundo, postas em duas pallas, e duas Cabras andantes em chefe.hum letreiro ... da maneira seguinte: Aqui jaz Dona Antónia de Lancastro, mulher de D. Alvaro Coutinho, sexto Marichal destes Reynos, filha do sereníssimo D. Diniz, e Dona Brites de Castro, Condessa de Lemos: faleceo a 27 de Janeiro de 1585. Esta sepultura com licença do Duque D. Theodosio, Segundo deste nome, seu sobrinho, lhe mandou aqui fazer D. Rodrigo Coutinho de Lancastro seu filho, e aqui trasladou seus ossos, e a este Convento dotou vinte e cinco mil reis de juro para se lhe dizer huma Missa quotidiana. Toda esta fabrica ficou encuberta com o Santuario, e cadeiras, sem outro sinal exterior, que a pedra branca com a Cruz floreteada, em que já fallámos. O Convento ficou livre da pensão da Missa, porque nunca recebo a esmola daquelle juro."*

Descrição das sepulturas

Vamos restringir, na presente edição, a descrição das sepulturas apenas às que nos parecem de maior interesse, e apenas nos aspectos mais relevantes.

Número da sepultura [3]

Esqueleto, de criança, achava-se depositado entre as pernas do esqueleto do adulto inumado na sepultura n.º 2.

Número da sepultura [8]

Inumado no interior do jazigo n.º 1, sem caixão, mas completamente coberto de cal.

Aos pés foi-lhe colocada uma tijoleira inteira e na cabeça dois quartos de círculo também de tijoleira, existindo entre eles um espaço provavelmente destinado a receber a cabeça do morto.

Número da sepultura [12]

Não foram encontrados vestígios da cabeça óssea. Em conexão, existia uma espora no pé esquerdo.

⁵ ARCHIVIO SECRETO VATICANO – Prot N 28.981, de 13 de Setembro de 1996: – *"...Em este Archivo no existe ningun elenco de las cartas del Papa Bonifácio IX (1389-14=4), sino algunos de sus registros, entre los cuales normalmente se tiene que buscar noticias sobre su misma correspondencia. Considerando que todas las cartas pontificias de aquella epoca (privilegia, litterae patentes, litterae clausae), incluso por tanto las concessiones de indulgencia, se hacian por medio de bulas de plombo, y que todas las bulas de Bonifacio IX son iguales, non se puede saber con precision historicamente valida el documento a lo que pertenecia da dicha bulla"*

O pé direito não tinha espora.

A meio do fémur esquerdo existia uma espora bastante mais pequena e que não constituía par com a outra.

Porque nos parece uma situação anómala, admitimos como provável que a sepultura tenha sido violada aquando da construção do altar que existia ao meio da capela e de que encontramos a respectiva fundação.

No meio dos fémures foi encontrada uma pequena lâmina (8 centímetros de comprimento) de barba de baleia.

Número da sepultura [16] – Figuras 69 e 70

Este esqueleto tinha colocado no braço esquerdo uma pulseira de prata, de baixo teor, com uma pequena placa, com a seguinte inscrição: IHS - MA - JOZE - 142M30-74 . Deveria pertencer a um elemento da irmandade Jesus, Maria, José, que existiu até ao século XVIII na igreja do Carmo.

O corpo estava depositado num caixão com 160 cm por 55 cm.

Foi possível recuperar alguns fragmentos da madeira do caixão, alguns tecidos da mortalha, lençol, e bem assim da coberta bordada a fio metálico.

Na terra de enchimento da sepultura foram encontrados cinco reais de D. Sebastião I (1557-1578) - 149M30-74.

Espólio recolhido nesta sepultura:

142M30-74	Pulseira de prata – IHS-MA-JOZE – prata
149M30-74	V reais – meia moeda – D. Sebastião I
263M30-105	Coberta de sepultura bordada
264M30-105	Coberta de sepultura bordada
265M30-105	Coberta de sepultura bordada
266M30-105	Coberta de sepultura bordada
267M30-105	Coberta de sepultura bordada
268M30-105	Coberta de sepultura bordada
269M30-105	Coberta de sepultura bordada
270M30-105	Coberta de sepultura bordada
271M30-105	Coberta de sepultura bordada
272M30-105	Coberta de sepultura bordada
273M30-105	Coberta de sepultura bordada
274M30-105	Coberta de sepultura bordada
275M30-105	Coberta de sepultura bordada
276M30-105	Coberta de sepultura bordada
277M30-105	Coberta de sepultura bordada
278M30-105	Coberta de sepultura bordada
279M30-105	Coberta de sepultura bordada
280M30-105	Coberta de sepultura bordada
281M30-105	Coberta de sepultura bordada
282M30-105	Coberta de sepultura bordada
283M30-105	Coberta de sepultura bordada
284M30-105	Coberta de sepultura bordada
300M30-105	Tecido e renda de lençol
301M30-105	Tecido de lençol
302M30-105	Tecido de lençol
303M30-105	Tecido de lençol
304M30-105	Tecido e renda de lençol
305M30-105	Tecido de lençol
306M30-105	Tecido de lençol
307M30-105	Fragmento de meia de renda
308M30-105	Fragmento de meia de renda
309M30-105	Tecido e renda de lençol
397M30-74	Amostra de madeira de caixão

Número da sepultura [17] Figuras 71 e 72

Inumação sem cal

Ossos em falta: Rádio e cúbito esquerdo.

Úmero direito.

Ossos deslocados: Húmero esquerdo deslocado cerca de 20 cm para baixo.

Patologias: Fractura superficial e longitudinal do fémur direito, aparentemente provocada por um instrumento cortante.

Fractura do parietal esquerdo, aparentemente provocada por um instrumento cortante

Amputação da falangeta da mão

NOTA – Ambas as fracturas estavam perfeitamente resolvidas

Espólio: No polegar da mão direita existia uma prótese de uma liga de prata, com unha desenhada, que substituíra a falangeta em falta – 3L30-94.

Número da sepultura [22] Figuras 73 e 74

Não foram sequer encontrados vestígios da cabeça óssea. Provavelmente foi deslocada aquando de um novo enterramento.

Indivíduo de compleição óssea muito robusta.

Os pés estavam debaixo do altar, o que deixar pressupor que o enterramento seria mais antigo do que o altar.

Poderá tratar-se da sepultura de Febo Moniz

Número da sepultura [23(A)]

Corpo inumado no interior do jazigo nº 4. Espólio, na verdadeira acepção da palavra, não tinha; apenas alfinetes e um colchete situado na nuca da inumada.

No jazigo havia mais ossadas provavelmente correspondentes a três adultos e uma criança.

Juntamente com as ossadas foram encontrados três fragmentos da lâmina e bainha de uma adaga. O punho havia desaparecido, provavelmente por ter sido removido pelos coveiros, ao procederem a uma nova inumação.

Na parede do jazigo, à direita, a meia altura, havia vestígios da chama de uma vela provavelmente utilizada pelos coveiros para procederem às inumações.

Espólio encontrado:

219J30-260	Adaga de Ferro, sem punho
294J30-260	Fragmento de tecido
295J30-260	Fragmento de tecido
296J30-260	Fragmento de tecido
297J30-260	Fragmento de tecido
298J30-260	Fragmento de tecido
352J30-260	Colchete grande
401J30-260	Cabeça óssea de D. Maria Luísa Cabral

Número da sepultura [24] – Figuras 75 e 76

Inumado com muita cal.

Foi encontrado no interior do coval, à altura da boca do inumado, onde terminariam as pontas dos dedos (mãos postas) um anel de prata (prata de baixo teor), partido, com a inscrição IHS encimado por uma cruz.

O esqueleto foi-se desagregando durante a escavação, só se conseguindo recuperar alguns ossos das pernas.

Curiosamente toda a parte inferior do corpo estava moldada na cal, o que permitiu a reconstituição fotográfica da forma das partes moles do inumado.

Diâmetro do abdómen 61 centímetros.(um adulto normal tem 36 centímetros) o que deixa supor um indivíduo particularmente obeso.

Espólio encontrado:

213I32-179	Anel de prata com a inscrição IHS +
249I32-179	Ouro em hélice (bordado)
285I32-179	Fragmento de tecido
286I32-179	Fragmento de tecido
287I32-179	Fragmento de tecido
288I32-179	Fragmento de tecido
289I32-179	Fragmento de renda
290I32-179	Fragmento de tecido
291I32-179	Fragmento de tecido
292I32-179	Fragmento de tecido
293I32-179	Fragmento de tecido

Número da sepultura [38] – Figuras 77-78 e 79

Inumado com caixão, mas sem cal, exactamente a meio da capela.

A sepultura evidenciava um ligeiro remeximento.

No peito, no lado direito, existia um X de ferro, com indícios de ter sido recoberto de tecido, e que deveria ter sido a base de uma condecoração.

Existiam dispersos na terra muitos fragmentos de caixão, talvez do próprio, talvez de anteriores inumações, embora nos inclinemos mais para que sejam do próprio.

O braço esquerdo segurava uma espada, de que a lâmina já havia totalmente desaparecido. Tinha esporas, estando a do pé direito inteira e a do pé esquerdo partida.

Tratar-se-ia da sepultura de Duarte Brandão ?

Na terra de enchimento da sepultura foi encontrada 1/2 real de D. João I (1409-1415) - 322E31-170.

Espólio encontrado:

89E31-170	Copos de espada e pomo – D. Duarte Brandão?
90E31-170	Estrela de ferro com 4 pontas – condecoração?
91E31-170	Quadrado de ferro com furação central
93E31-170	Espora pé direito – D. Duarte Brandão?
94E31-170	Espora pé esquerdo – D. Duarte Brandão?
315E31-170	Fecho de caixão
322E31-170	1/2 real D. João I – Porto – FV J1.92A (raro)
385E31-170	Pequeno elemento decorativo bronze cordiforme
386E31-170	Escama de peixe
403E31-170	Cabeça óssea de D. Duarte Brandão (?)

Número da sepultura [43] – Figura 80

Presença de caixão trapezoidal razoavelmente perceptível, depositado sobre uma estrutura de tijoleira.

Inumação efectuada sem cal.

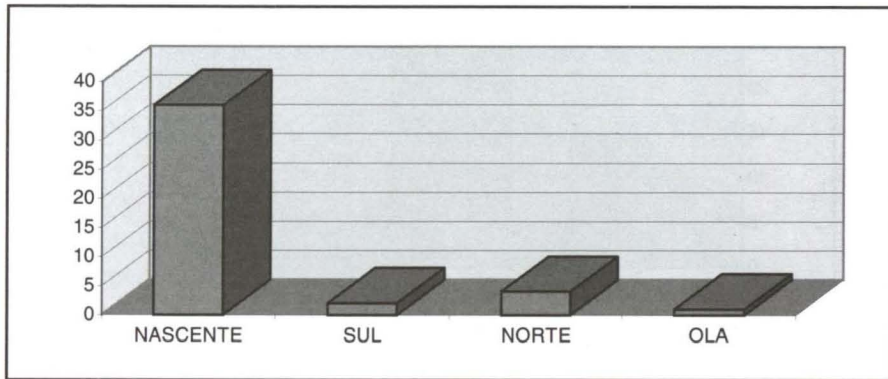
Tinha um esqueleto de recém-nascido depositado entre as pernas, em muito mau estado.

Tinha um real preto de D. Duarte I à altura da cintura (1433-1438) – 112D32-190 e restos de um colchete – 113D32-190.

Orientação

A grande maioria das sepulturas está, na verdadeira acepção da palavra, orientada. Existem contudo sepulturas quer viradas a Norte, quer a Sul e mesmo uma sem orientação, já que a inumação foi praticada dentro de uma ola.

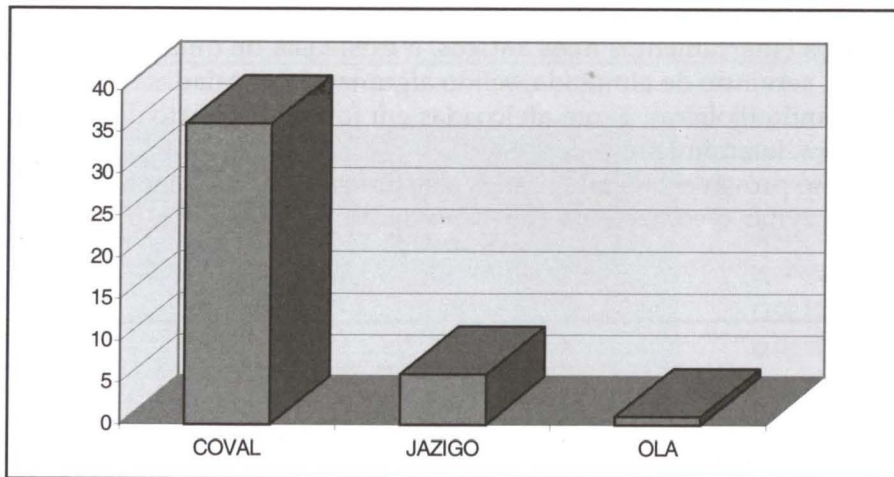
Pensamos, no caso vertente, que as discordâncias não terão outro significado que o de uma melhor gestão espacial do chão das capelas.



Tipo de sepulturas

Desde sempre que o homem experimentou, relativamente à morte, vários estados de espírito que se manifestaram, mais ou menos explicitamente, na forma como pretenderam ser inumados. Ainda actualmente, muitas pessoas manifestam a sua apreensão por serem inumadas em coval, sob a terra, e só não são depositadas em jazigo, na maioria dos casos, pelos elevados custos que tal prática acarreta.

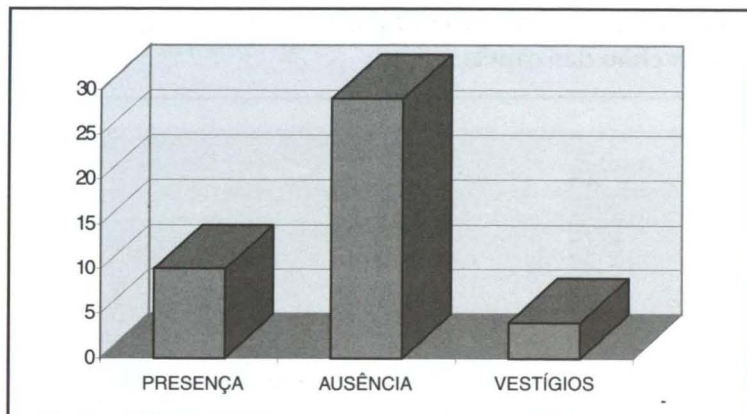
No Carmo assistimos à simultaneidade de inumações em coval e em jazigo, certamente porque tal facto constituiria vontade expressa dos inumados ou de seus familiares.



Uso de caixão

Sendo uma prática tão antiga quanto o homem, tentar isolar o corpo da terra, o uso de caixão nem sempre foi de generalização pacífica. No caso vertente das inumações da igreja do Carmo, assistimos ao seu uso aparentemente indiscriminado. Pensamos que como não existisse a obrigatoriedade do seu uso, tal facto ficasse ao critério das disposições testamentárias do finado, ou da vontade de seus familiares. Provavelmente, neste tipo de ocorrência, não estariam em causa questões de carácter económico, já que o que representava maior dispêndio era a inumação propriamente dita no interior do templo⁶.

⁶ Não podemos deixar de ter presente que muitos dos membros de algumas confrarias eram extremamente pobres e nem por isso deixavam de ser inumados no interior dos templos. Só procedendo a investigação documental poderemos perceber se os irmãos pobres eram ou não inumados com caixão. Poderá aqui radicar a explicação para o facto de aparecerem, lado a lado, inumações com e sem caixão.



Existência de cabeceira

As cabeceiras de sepultura são, na generalidade, destinadas a perpetuar a memória do defunto, quer fazendo alusão ao seu nome, títulos nobiliárquicos ou profissão, quer ainda contendo curtas frases que mostrem aos vivos a sua filosofia de vida.

Outras cabeceiras, frequentemente anapigráficas, afeiçoadas ou não, serviam também, nos cemitérios, para referenciar as sepulturas, distinguindo-as.

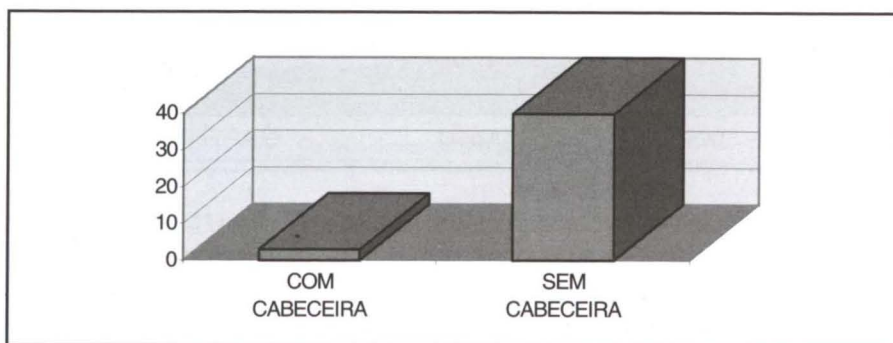
Não encontramos no Carmo qualquer paralelo, não só pelas características do local, como afinal, pela função da própria pedra tumular que substituíam, com vantagem, qualquer das tradicionais cabeceiras de sepultura.

Sob esta designação – cabeceira, resolvemos congregar as situações em que algo foi colocado na cabeça ou sua proximidade.

Verificou-se, nos enterramentos mais antigos, a existência de uma tijoleira por debaixo da cabeça do inumado, servindo de almofada, sendo algumas delas caídas.

Também utilizando tijoleiras, agora afeiçoadas em forma de quarto de círculo, foram colocadas junto da cabeça, lateralmente.

Admitimos como provável que esta prática constitua apenas uma manifestação de piedade, como que tentando evitar o contacto da cabeça, sede do pensamento e portanto do eu, com a terra fria e húmida.



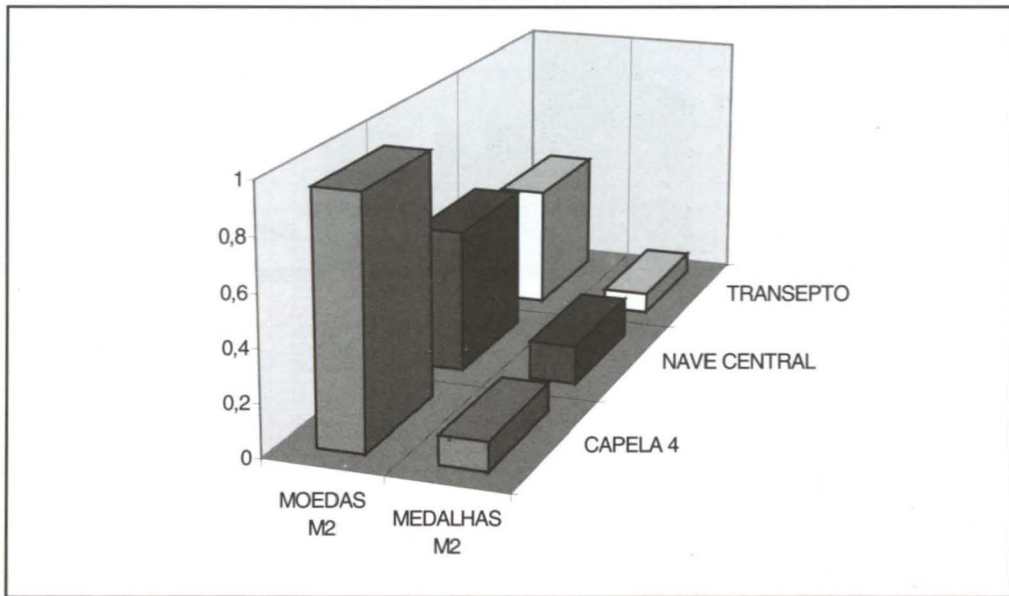
Moedas e medalhas

Directamente associadas às inumações, portanto com numismas e medalhas “in situ”, foram encontradas várias, muito embora a grande maioria proviesse da terra existente entre as sepulturas, ou seja, da terra que, a cada nova inumação, era remexida.

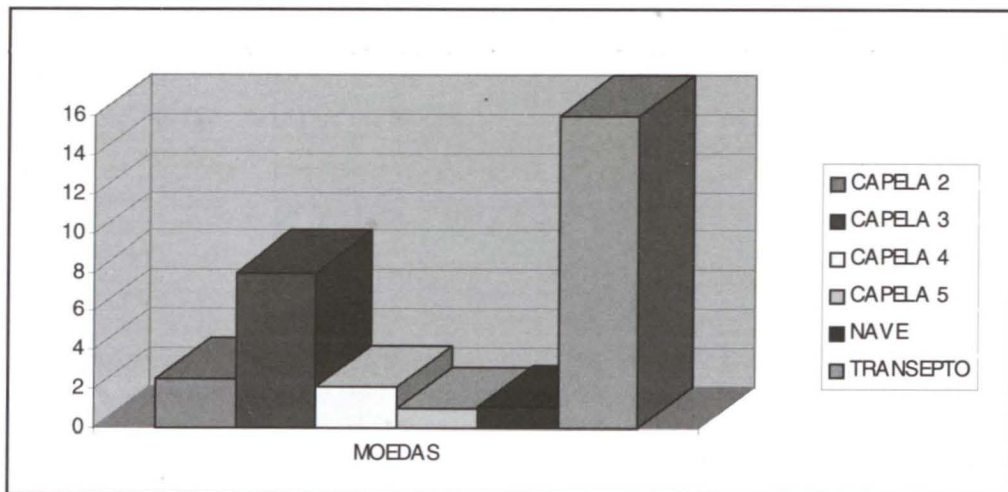
Ensaíamos assim, uma leitura apoiada num gráfico, que nos desse a possibilidade de investigar uma eventual relação entre a utilização de moedas e, ou, de medalhas.

Porque na generalidade as medalhas constituíram, a partir de finais do século XVI, um sucedâneo parcial das moedas, vamos verificar que neste gráfico só não existe total decalque relati-

vamente à capela 4, logicamente pelo facto de esta capela ter deixado de receber inumações em finais do século XVI.



Relativamente à quantidade de moedas por metro quadrado escavado, e como já possuímos mais elementos de comparação do que relativamente às medalhas, os resultados poderão já determinar outro tipo de conjecturas.

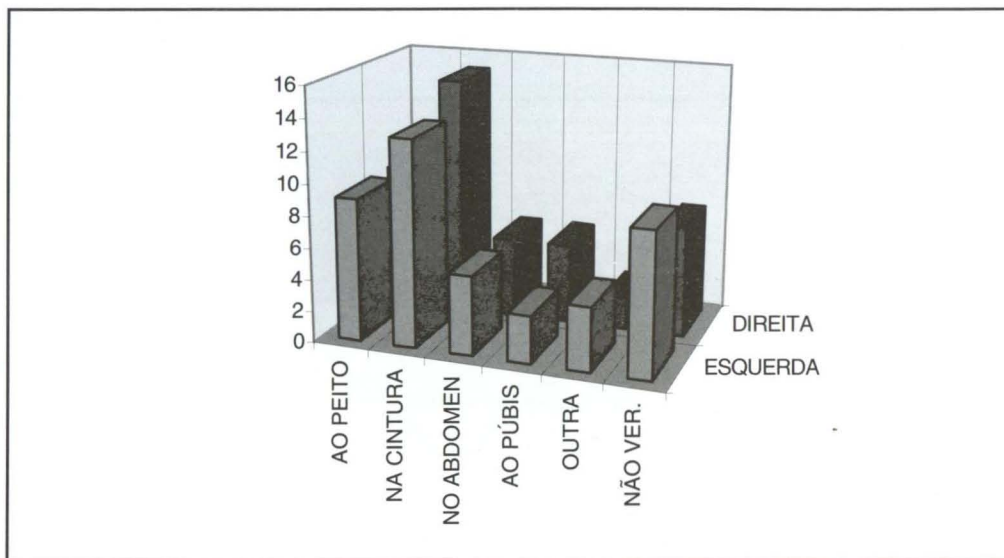


Por este gráfico pode claramente verificar-se o quanto o transepto era procurado para se ser inumado relativamente às outras áreas da igreja, mesmo relativamente à capela 4 que era a que continha maior quantidade de sepulturas "in situ".

Por outras palavras, a rotação de sepulturas no transepto seria, em consequência da sua procura, muito maior.

Posição das mãos

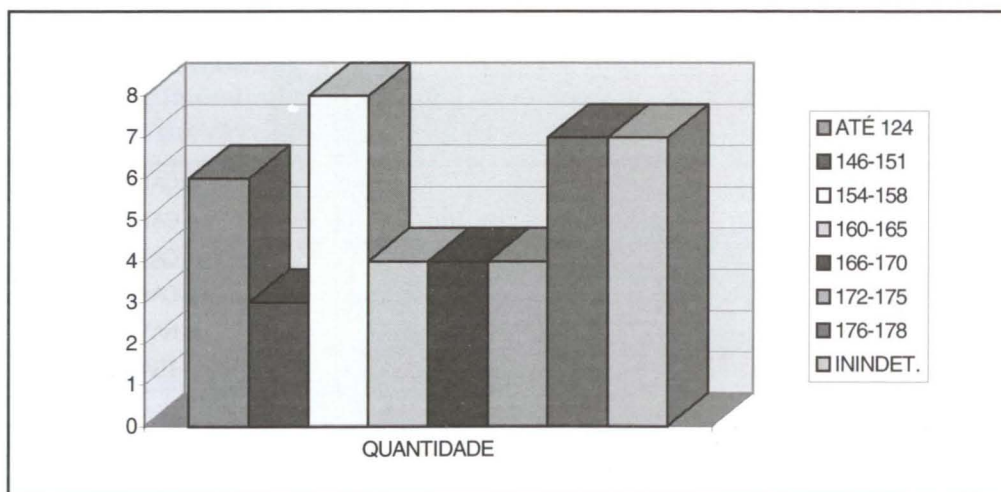
Fruto do acaso, de práticas ou de crenças que desconhecemos, a variedade da postura das mãos continua, salvo raras exceções, a desafiar a nossa imaginação. É conhecida a prática de colocar as mãos dos eclesiásticos "postas" facto verificado com a sepultura nº 24. A diversidade encontrada pode ser analisada no gráfico que se segue.



Alturas

Embora ainda de uma forma precária e fugindo um pouco à especificidade do relatório, já que o estudo antropológico faz parte de outro trabalho a ser desenvolvido por um especialista, vamos dar uma panorâmica das respectivas alturas, medidas ainda com o esqueleto em conexão anatómica e que são sempre mais fiáveis do que as calculadas com base nos ossos longos.

Alturas:



Algumas reflexões numismáticas

Desde a antiguidade clássica que as moedas andam mais ou menos associadas ao culto dos mortos, mais precisamente às práticas de inumação, independentemente dos credos religiosos de quem as pratica, nos horizontes das civilizações ditas ocidentais..

A igreja do Carmo que teoricamente recebeu inumações desde o século XV ao século XVIII constituiu quase um paradigma do óbolo a Caronte.

Salvo raras exceções, não foi possível associar as moedas às inumações, já que dos 187 numismas, apenas 11 estavam, de forma inequívoca, depositadas junto do inumado.

No seguinte quadro sinóptico relacionamos, por local em que foram achadas e por reinados, a quantidade de numismas encontrados.

As datas indicadas referem o período de vigência do respectivo reinado, período durante o qual foi teoricamente possível a cunhagem monetária.

Local	Reinado	De:	A:	Qt. Moeda
Capela 1	D. João I	1385	1433	2
Capela 1	D. João III	1521	1557	1
Capela 1	D. Sebastião I	1557	1578	2
Capela 2	D. Sancho II	1223	1248	1
Capela 2	D. Fernando I	1367	1383	1
Capela 2	D. João I	1385	1433	1
Capela 2	D. Duarte I	1433	1438	2
Capela 2	D. Afonso V	1438	1481	2
Capela 2	D. João II	1481	1495	1
Capela 2	D. Manuel I	1495	1521	2
Capela 2	D. João III	1521	1557	6
Capela 2	D. Sebastião I	1557	1578	12
Capela 3	D. Afonso III	1248	1279	1
Capela 3	D. João I	1385	1433	2
Capela 3	D. Duarte I	1433	1438	6
Capela 3	D. Afonso V	1438	1481	1
Capela 3	D. João III	1521	1557	3
Capela 3	D. Sebastião I	1557	1578	3
Capela 4	D. Sancho II	1223	1248	2
Capela 4	D. Fernando I	1367	1383	4
Capela 4	D. João I	1385	1433	10
Capela 4	D. Duarte I	1433	1438	11
Capela 4	D. Afonso V	1438	1481	2
Capela 4	D. Manuel I	1495	1521	2
Capela 4	D. João III	1521	1557	8
Capela 4	D. João V	1706	1750	1
Capela 5	D. João I	1385	1433	1
Jazigo 3	D. Afonso V	1438	1481	5
Jazigo 3	D. Manuel I	1495	1521	3
Jazigo 3	D. João III	1521	1557	16
Jazigo 3	D. Sebastião I	1557	1578	8
Jazigo 3 - Acesso	D. João III	1521	1557	5
Jazigo 3 - Acesso	D. Sebastião I	1557	1578	18
Jazigo 3 - Acesso	D. João IV	1640	1656	2
Jazigo 3 - Acesso	Apagadas			2
Nave Central	D. Duarte I	1433	1438	2
Nave Central	D. Afonso V	1438	1481	1
Nave Central	D. João III	1521	1557	3
Nave Central	D. Sebastião I	1557	1578	4
Nave Central	Apagadas			1
Sepultura 16	D. Sebastião I	1557	1578	1
Sepultura 23	D. João I	1385	1433	1
Sepultura 23	D. Duarte I	1433	1438	3
Sepultura 23	D. Afonso V	1438	1481	2
Sepultura 38	D. João I	1385	1433	1
Sepultura 40	D. Duarte I	1433	1438	1
Sepultura 4	D. Afonso V	1438	1481	1
Sepultura 43	D. Duarte I	1433	1438	1
Transepto	D. Afonso V	1438	1481	1
Transepto	D. João Iii	1521	1557	12
Transepto	D. Sebastião I	1557	1578	3

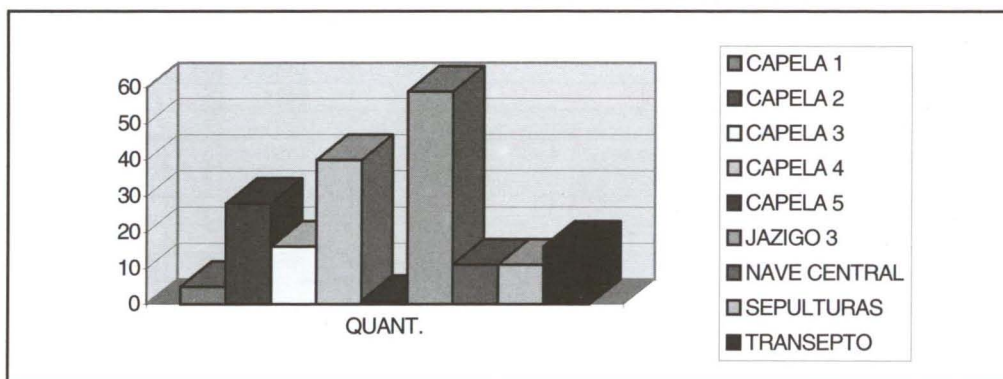
Do total das 187 moedas, 59 estavam depositadas no interior do jazigo 3, com a seguinte distribuição: 32 estavam depositadas no interior do jazigo, mais ou menos sem conexão, disseminadas na cal mortuária; as restantes 27 estavam depositadas no enchimento do acesso, de forma a que a sua leitura sugeriu-nos que ao longo dos tempos, visitantes do local foram, ou por piedade, ou por qualquer outra razão nossa desconhecida, depositando, regularmente, aqueles numismas, através da fenda de abertura da pedra que daria acesso ao carneiro.

Considerando os respectivos anos de emissão, as moedas encontradas no interior do jazigo parecem indiciar a sua utilização nas inumações (muito provavelmente teriam utilizado mais do que uma moeda por inumação), ao passo que as encontradas no acesso sugerem que teriam sido lá depositadas durante o período em que o jazigo não terá tido utilização, complementando-se, por isso, em termos de continuidade temporal.

Referimos seguidamente a distribuição geral dos numismas encontrados pelos locais escavados na igreja. Chamamos no entretanto a atenção para o facto de que relativamente aos achados efectuados na nave central e no transepto, não podem ser considerados em valores absolutos, porque estes elementos da igreja não foram escavados totalmente. Totalmente escavadas só

Local	Quant.
Capela 1	5
Capela 2	28
Capela 3	16
Capela 4	40
Capela 5	1
Jazigo 3	59
Nave central	11
Sepulturas	11
Transepto	16
Total	187

foram as quatro capelas de cabeceira e a capela-mor.



Destes, 17 discos monetários apresentavam deformações, designadamente dobragens, furos e superfícies côncavas obtidas por martelagem, e que ilustramos no seguinte quadro:

Local	Deformação	Quant.	Deformação cumulativa	Quant.
Capela 2	Côncavas	4	Furadas	2
Capela 2	Dobradas	1		
Jazigo 3	Côncavas	3		
Jazigo 3 - Acesso	Côncavas	7		
Jazigo 3 - Acesso	Dobradas	1		
Sepultura 40	Dobrada	1		
Total		17		2

Para total ilustração do período coberto apresentamos um quadro resumo da quantidade de numismas encontrados por reinado.

É evidente que a leitura não poderá nunca ser efectuada de uma forma directa, pois temos de considerar a amoedação existente para cada um dos períodos históricos em causa, valores esses que desconhecemos em absoluto.

Também é verdade que uma maior frequência na ocupação do edifício se poderá traduzir numa maior perda ou utilização de numismas.

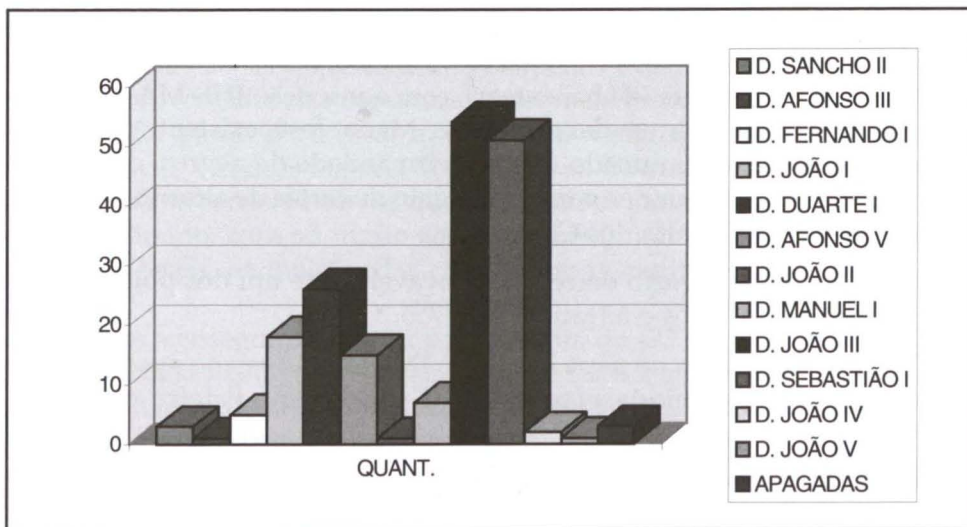
Pensamos contudo que a explicação para a variação da quantidade de numismas utilizados deverá ser procurada nas diferentes práticas de inumação e de postura perante a morte que foram, como sabemos, variando ao longo do processo histórico.

Para os dinheiros de bilhão encontrados e respeitantes aos reinados de D. Sancho II e de D. Afonso III julgamos ser possível enquadrá-los numa perspectiva de serem eventuais perdas transportadas na terra de enchimento das capelas, ou, muito eventualmente utilizados com uma certa carga simbólica por se tratarem de, como refere Fernão Lopes, "dinheiros velhos".

Relativamente aos dinheiros de D. Fernando I, dado a proximidade temporal com a fundação da igreja, poderiam ainda estar em circulação, se considerarmos que a tradicional quebra de moeda já não era efectuada como antigamente e de que D. Afonso III foi rei paradigmático.

Relação por reinados:

Reinado	De:	A:	
D. Sancho II	1223	1248	3
D. Afonso III	1248	1279	1
D. Fernando I	1367	1383	5
D. João I	1385	1433	8
D. Duarte I	1433	1438	6
D. Afonso V	1438	1481	5
D. João II	1481	1495	1
D. Manuel I	1495	1521	7
D. João III	1521	1557	4
D. Sebastião I	1557	1578	1
D. João IV	1640	1656	
D. João V	1706	1750	1
Apagadas			3
Total			87



À guisa de conclusão parece ser oportuno meditar nos seguintes aspectos:

Da nossa experiência em necrópoles medievais ressalta a pouca quantidade de numismas encontrados efectivamente associados às inumações. A maior ou menor quantidade de moedas encontradas nestas necrópoles tem a ver, basicamente, com a quantidade geral de inumações que foram sendo efectuadas ao longo dos tempos e que de uma maneira geral se desconhece a quantidade, por as ossadas, nalguns casos, terem sido transferidas para ossários ou carneiros comuns.

No caso particular da igreja do Carmo, talvez por ser local de inumação das classes socialmente mais altas, a taxa de moedas encontradas "in situ" é bem superior à de outras necrópoles, designadamente dos séculos XII, XIV e XVI.

Assim, abstraindo os numismas encontrados, quer no acesso ao jazigo 3, quer no seu interior, porque em ambas as situações estavam desinseridos dos corpos, a percentagem de utilização encontrada foi de 8,5 % o que provavelmente não estará muito longe da prática actual portuguesa.

Complementarmente, e de certo modo com foros de algum ineditismo, voltamos a referir a prática de depositar moedas no acesso ao jazigo 3. Não sabemos como seria a tampa de acesso àquele jazigo, mas partindo da dispersão projectada no plano, dos numismas no interior do seu acesso, diríamos que a tampa do jazigo teria uma fenda central para ser levantada, e por onde teriam sido introduzidas as moedas encontradas, o que leva a supor a existência da crença que a manutenção da prática de adicionar moedas à inumação traria um certo bem estar, no além, ao defunto. Seria obra das irmandades que funcionaram naquela capela?

O espólio

Descrição muito sucinta do espólio

Ao longo do presente relatório fomos referindo, na especialidade, ao variado espólio que foi exumado do conjunto escavado.

De uma maneira geral, o estado de conservação do espólio era extremamente mau, o que exigiu a instalação de um laboratório de campo e o seu imediato tratamento, à medida em que ia surgindo.

As Figuras 182 a 192, ilustram o estado geral em que o espólio foi encontrado.

Muito embora o espólio seja, quase na totalidade, constituído por "mobiliário fúnebre", ressaltam, aqui e além, alguns artefactos que vêm lançar novas perspectivas a situações obviamente já conhecidas. Vamos referindo os casos que consideramos com maior interesse e que, em certa medida, ilustram o que acabámos de referir.

3L30-94 – Prótese do polegar da mão direita, de liga de prata encontrada na sepultura 17 – Fig. 92.

142M30-74 – Pulseira de prata (de baixo teor), com a inscrição IHS-MA-JOZE. Sem dúvida que se trata de uma pulseira da irmandade de Jesus, Maria, José, existente na igreja do Carmo, e a que pertenceria, por certo, o inumado. Era uma irmandade de negros, cuja principal actividade consistia na angariação de fundos para pagamento de cartas de alforria. Desta assunto falamos circunstanciadamente a Crónica dos Carmelitas.

204E31-30 – Fragmento de vidro derretido, provavelmente um dos poucos vestígios tangíveis do incêndio que ocorreu após o terramoto de 1755.

212J33-130 – Selo de chumbo do papa Bonifácio IX que teria estado apenso a uma bula provavelmente de indulgências e emitida a favor de D. Nuno Álvares Pereira – Fig. 93.

226J33-60 – Dois tubos de chumbo do órgão pequeno da igreja do Carmo (o órgão grande ficava no transepto). Serão provavelmente os dois únicos tubos que existem deste órgão.

240M30-56 – Ola de barro contendo um esqueleto de um feto humano. Trata-se de uma inumação, num espaço sagrado, de um feto humano que não estaria, conseqüentemente, baptizado.

263M30-105 a 309M30-105 – Conjunto de tecidos, de variada origem, embora enquadráveis, quase na totalidade, no século XVII. O interesse desta colecção reside na dificuldade que normalmente rodeia a sua detecção e conseqüente remoção bem como o seu tratamento em tempo oportuno, por forma a evitar a sua perda definitiva – Fig. 94.

388 – Fragmento da guarda da escada que do Rossio dava acesso à igreja do Carmo.

396J33-95 – Molde de gesso de um furo encontrado na sepultura de D. Nuno Álvares Pereira. É provável que se tratasse do resto de um dos vários furos que existiriam na sua sepultura e que seriam feitos pelos populares, através das frestas das pedras, para utilizar a terra em medicamentos e ou amuletos.

406GNR-900 e 407GNR-900 – Amostras da fundação da igreja do Carmo à profundidade de 9 metros.

423E31-80 – Cadinho de cerâmica e grafite que evidencia, pelos óxidos metálicos ainda existentes no seu interior, para que metais foi utilizado – Cobre, zinco e chumbo.

424J32-140 – Conjunto de 30 pequenos ossos e esquirolas de osso recolhidos na sepultura 23 e dos quais alguns deles pertencerão, eventualmente, a D. Nuno Álvares Pereira.

98F32-130; 227E31-115; 228J6-180; 389E32-115 – Terços e colares de vários materiais, que permitiram uma reconstituição segura, pela forma como foi acompanhada a sua escavação – Fig. 95 - 96 - 97.

Conjuntos de vidros de várias cores, pertencentes provavelmente aos vitrais da antiga igreja, e que permitirão, pelo menos conjecturalmente, recriar o ambiente existente, em termos de iluminação,

218F32-180 – Par de esporas de ferro dourado – Fig 98.

Considerandos de carácter geral

O espólio compõem-se de um conjunto de 423 peças, da mais variada espécie e origem, e que podemos congregar em dois grandes grupos: – Espólio proveniente da antiga igreja e espólio proveniente das sepulturas.

O espólio proveniente da antiga igreja é de pouca diversidade, já que as vicissitudes porque ela passou, depois do terramoto e incêndio, foram várias: – serviu de lixeira, cemitério municipal, casa de habitação, cavaleriça da Guarda Municipal, alternando com longos períodos de total abandono, pelo que não terá havido condições propícias à conservação da maior parte de vestígios de ocupação, a não ser objectos muito pequenos e de matéria não reciclável.

O espólio proveniente das sepulturas é essencialmente constituído por numismas de que algumas vezes foi possível verificar a associação a algumas sepulturas e bem assim tecidos. Como é imaginável, a grande maioria dos tecidos encontrava-se extremamente mal conservados e praticamente só se conservaram os que se encontravam associados a metais, sobretudo bronzes. Em meio húmido, com ph muito ácido, também foram encontrados alguns, muito embora estas condições sejam, na maioria das circunstâncias, muito difíceis, quer de detectar, quer de encontrar.

Ainda assim, conseguimos reunir um conjunto de 423 peças classificáveis em 80 itens diferentes, o que dá uma pálida ideia do que poderia ser recuperado e, conseqüentemente, a diversidade de informação que eventualmente outro tipo de espólio nos poderia dar, se fosse efectuada a total escavação da igreja do Carmo.

Relativamente ao grupo de espólio proveniente das sepulturas (a maior parte) podemos classificá-lo nos seguintes grupos e respectivas quantidades de vestígios encontrados:

Sumptária – Todos os vestígios de adornos, independentemente da matéria constituinte.

Magico-religiosos – De uma forma geral todos os vestígios identificáveis com a religião Católica e credences populares, bem assim, todos os numismas, medalhas, papéis com inscrições, etc.

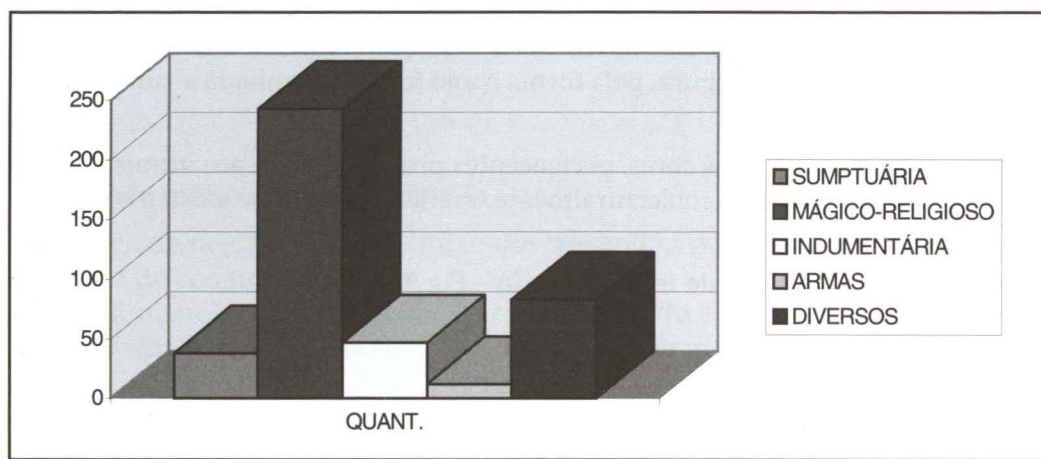
Indumentária – Considerámos, para este grupo, todos os vestígios de tecidos, bem como fivelas, alfinetes e fechos de ordem vária.

Armas – Embora um pouco impropriamente, congrega todos os vestígios de esporas e armas brancas encontradas.

Diversos – Todo o restante espólio não enquadrável nos grupos referidos.

Quantificação por itens:

• Sumptuária	38
• Mágico-religioso	243
• Indumentária	47
• Armas	12
• Diversos	83



BIBLIOGRAFIA

ANA, Frei José de Santa, *Crónica dos Carmelitas*. Lisboa, 1745.

Anónimo – *Crónica do Condestabre de Portugal*. Lisboa, Ministério da Educação Nacional, 1969.

ARIÈS, Philippe, *O Homem Perante a Morte*, 2 Vols. Lisboa, Europa-América, 1988.

CASTILHO, Júlio de, *Lisboa Antiga: Bairros Orientais*, 2.^a Edição, 12 Vols. Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1936.

LOPES, Fernão, *Crónica de D. João I*, 2 Vols. Lisboa, Livraria Civilização Editora, 1983.

PAYO, Conde de São, *A Capela da Piedade na Antiga Igreja do Carmo de Lisboa*. Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, 1935.

PORTUGAL, Fernando e MATOS, Alfredo, *Lisboa em 1758*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1974.

TEIXEIRA, Fr. Domingos, *Vida de D. Nuno Álvares Pereira, Segundo Condestável de Portugal*, Lisboa, 1723.

VÁRIOS, *Comemoração dos 600 Anos da Fundação do Convento do Carmo em Lisboa*. Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, 1989.

VIDAL, Eduardo, *História de Portugal*, 6 Vols. Lisboa, Officina Typográfica de J. A. de Mattos, 1877.

Imagens

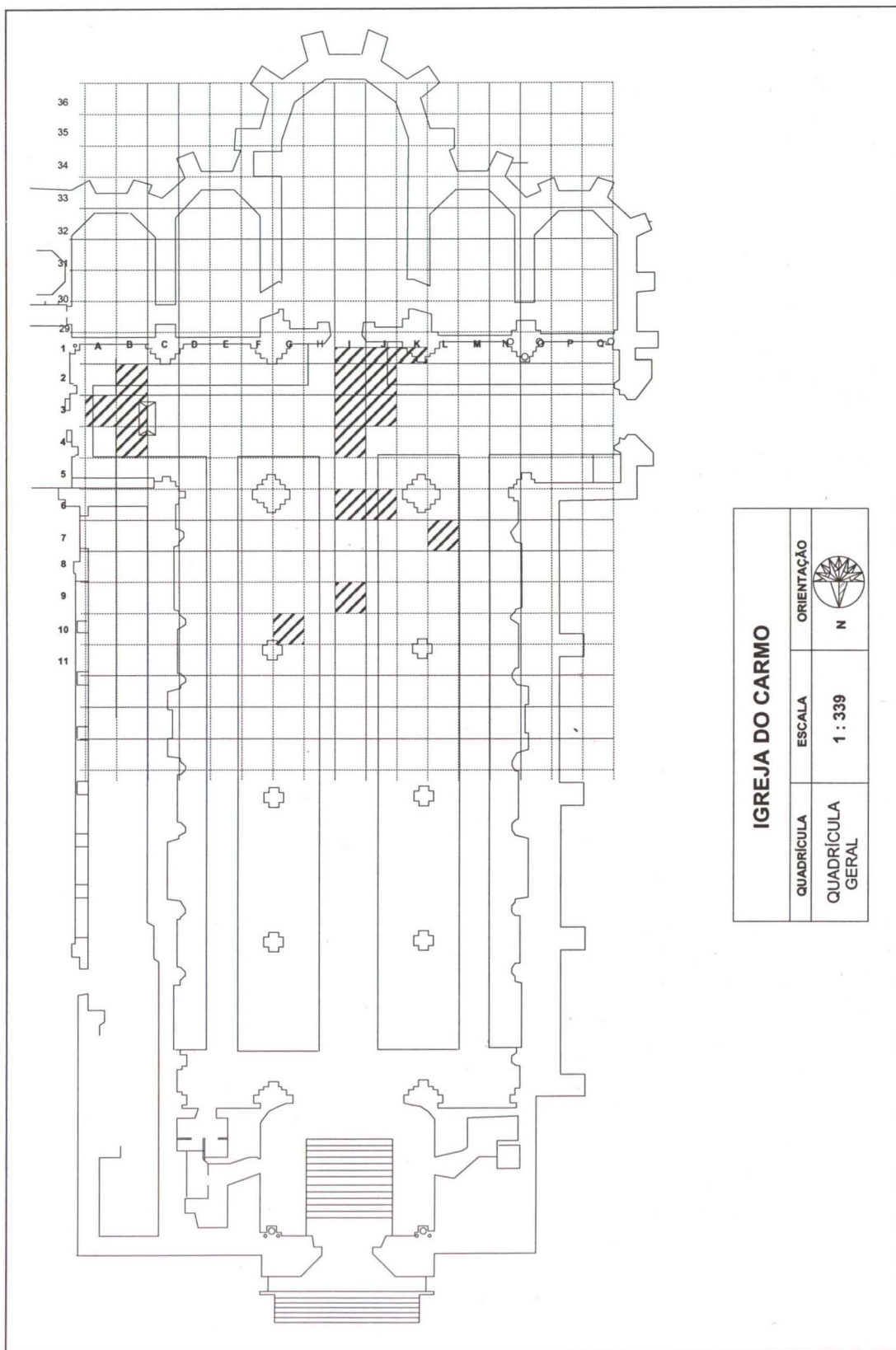


Fig. 1 - Quadrícula geral



Fig. 2 – Vestígios das cavaliças da Guarda Municipal

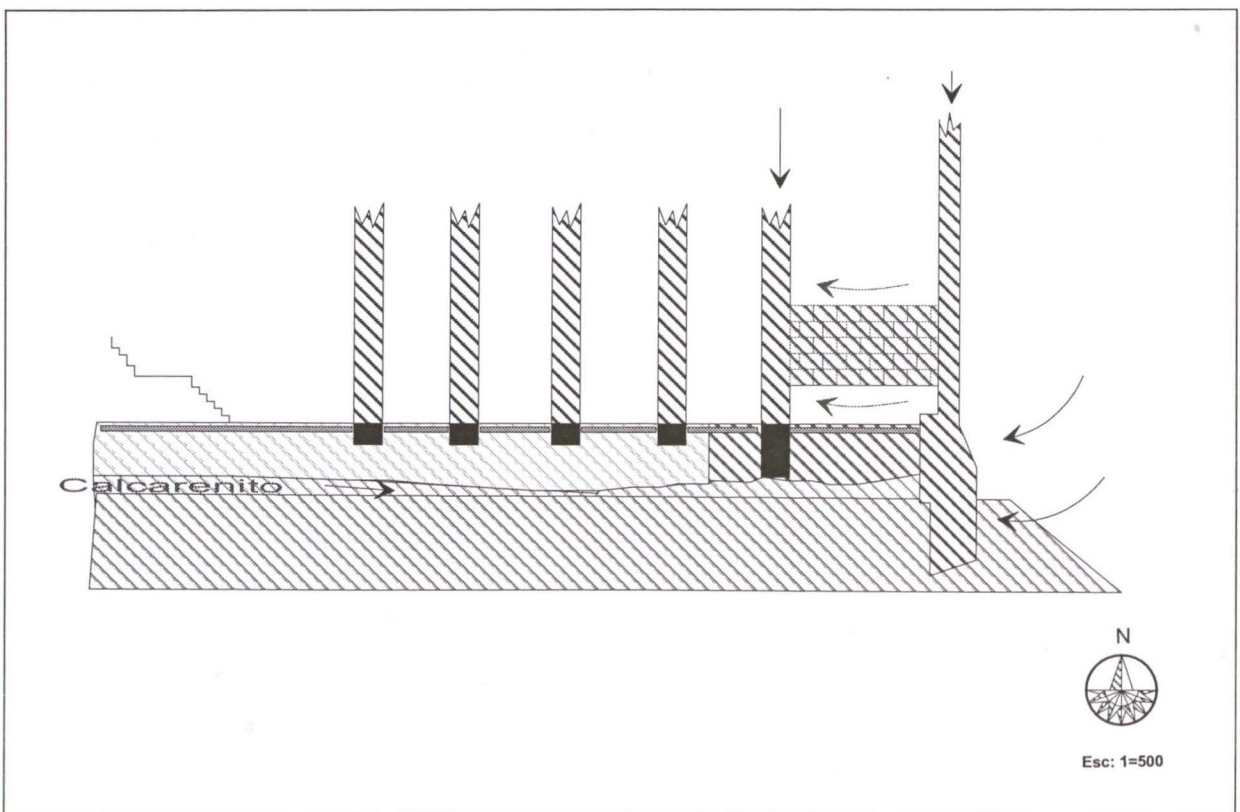


Fig. 3 – Corte geológico simplificado e implantação das fundações da igreja

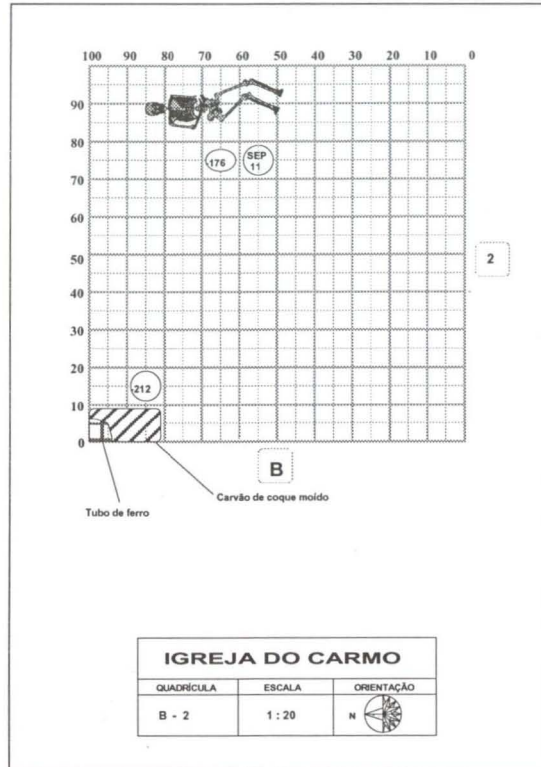


Fig. 4 – Quadrado B-2

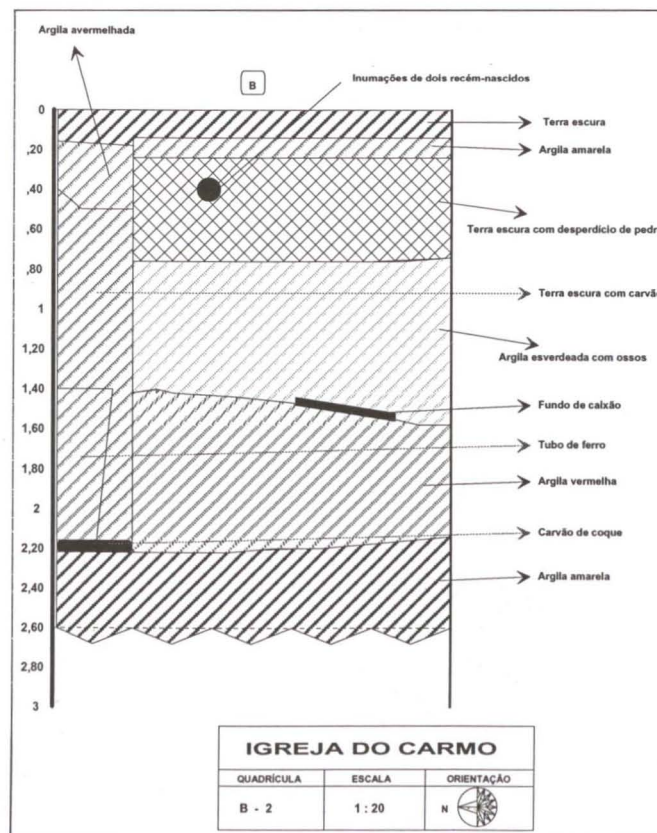


Fig. 5 – Quadrado B-2 – Corte estratigráfico

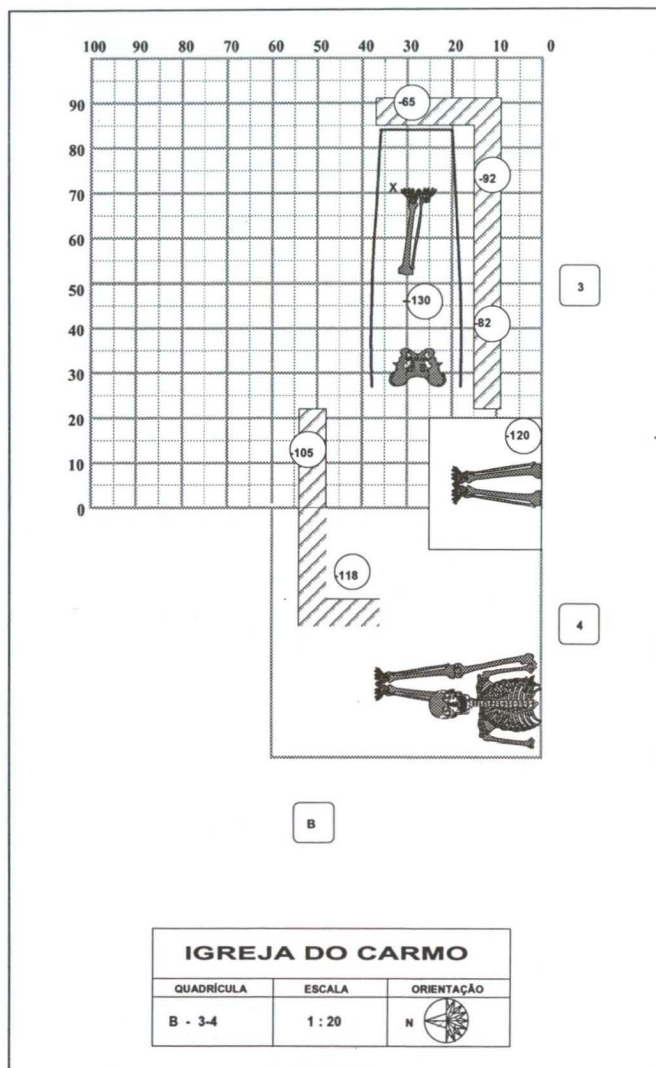


Fig. 7 – Quadrados B-3-4



Fig. 9 – Pó preto – «terra» de antigo pára-raios



Fig. 10 – Inumação efectuada com muita cal



Fig. 11 – Quadrado B3-B4 – carvão pulverizado



Fig. 12 – Quadrado B4 – inumações cruzadas

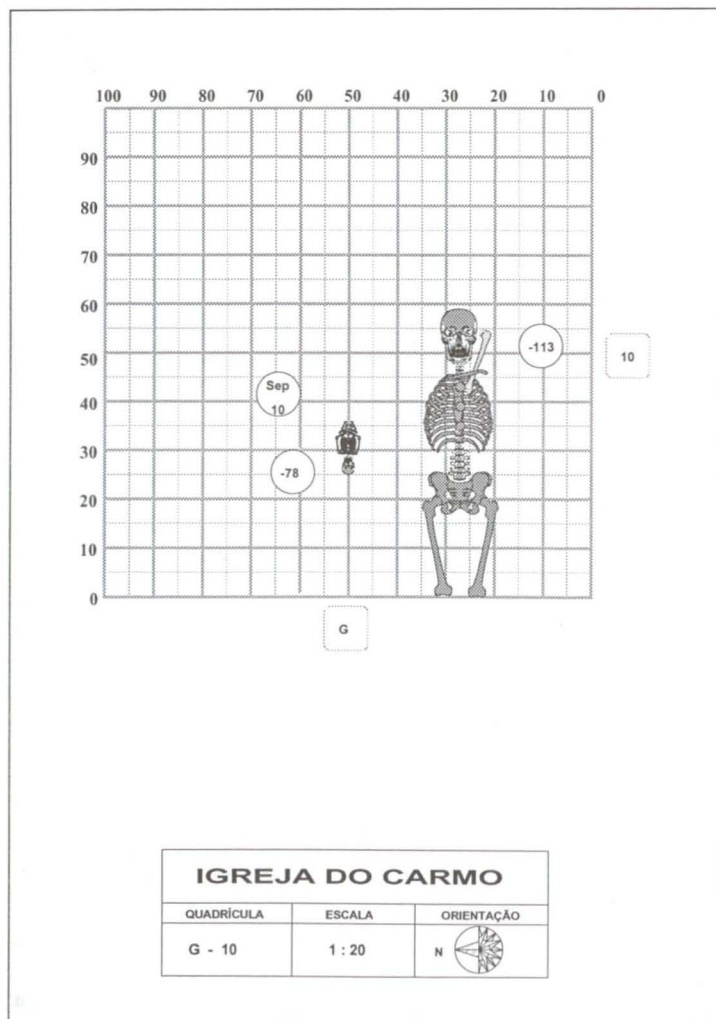


Fig. 13 – Quadrado G-10



Fig. 14 – Sepultura de criança



Fig. 15 – Botões de osso "in situ"



Fig. 16 – Aspecto geral do corpo com os botões de osso "in situ"

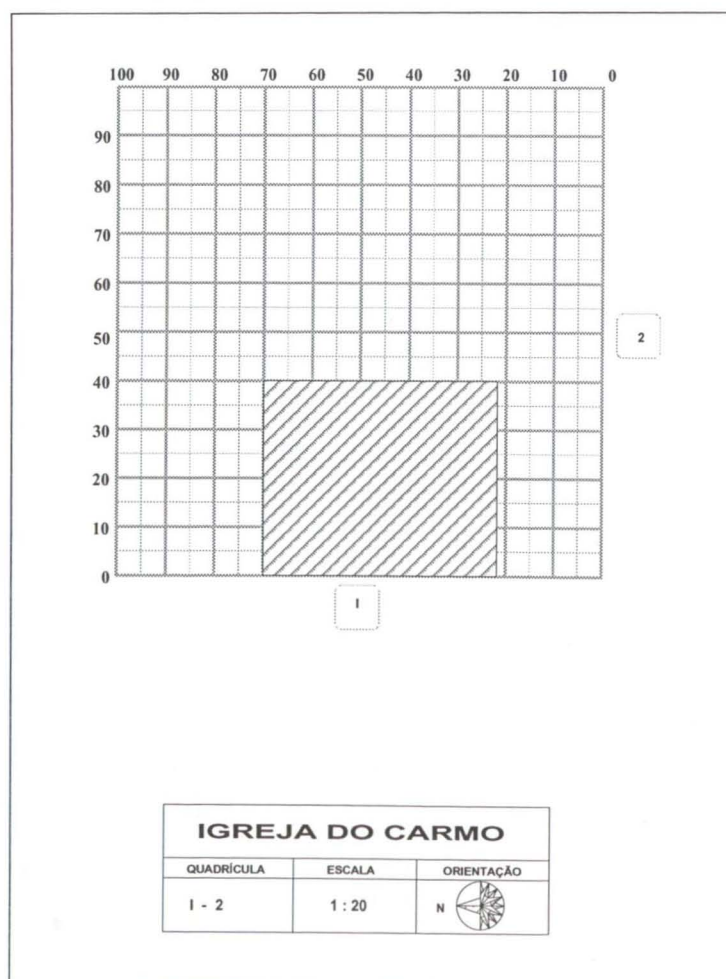


Fig. 17 – Quadrado I-2

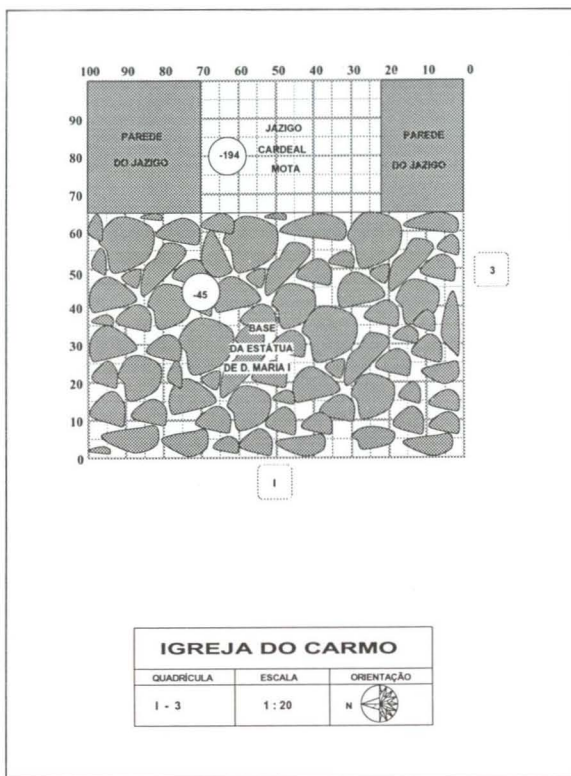


Fig. 18 – Quadrado I-3

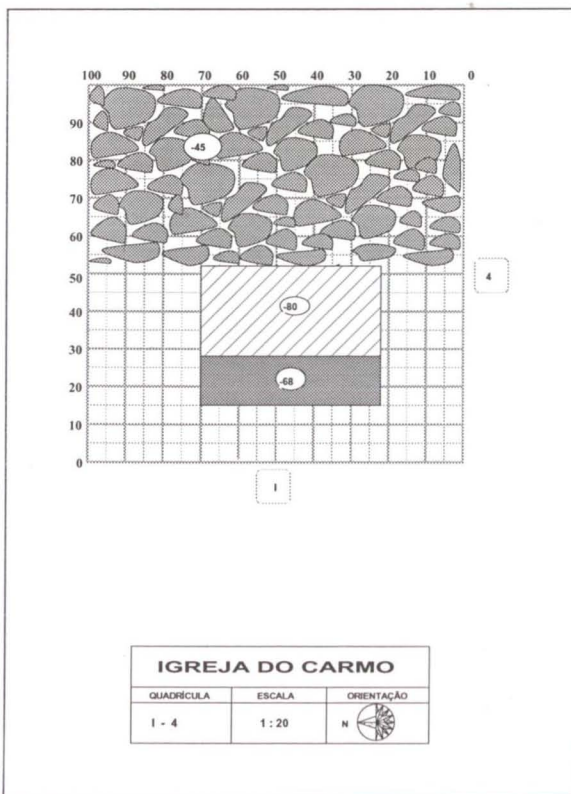


Fig. 19 – Quadrado I-4



Fig. 20 – Sepultura de criança, com os braços em posição ritual

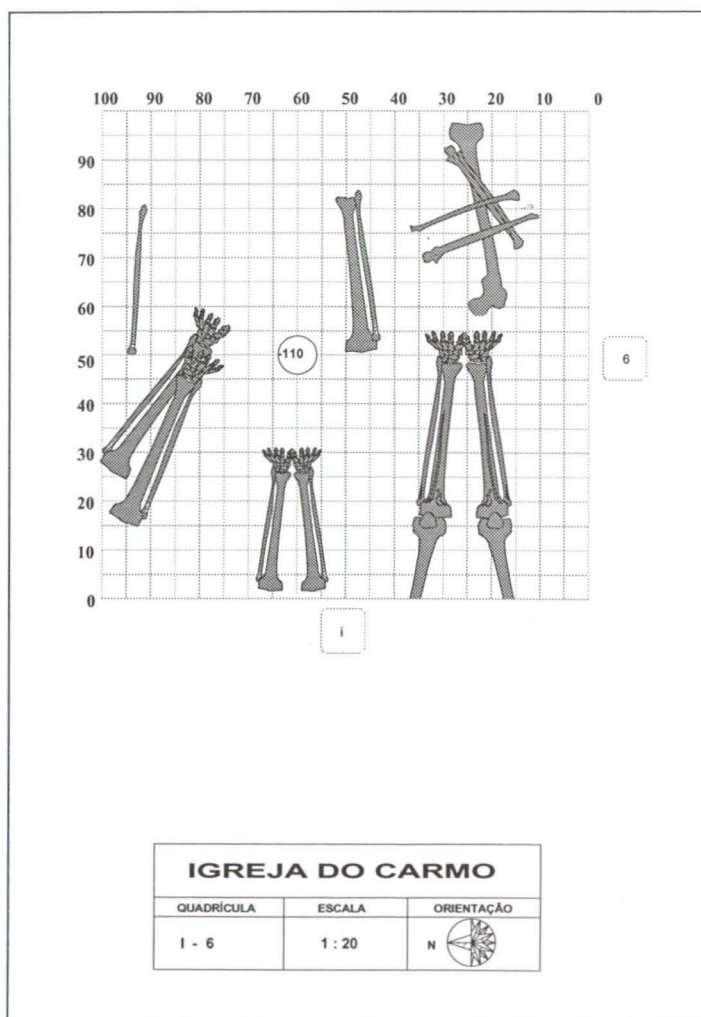


Fig. 21 – Quadrado I-6

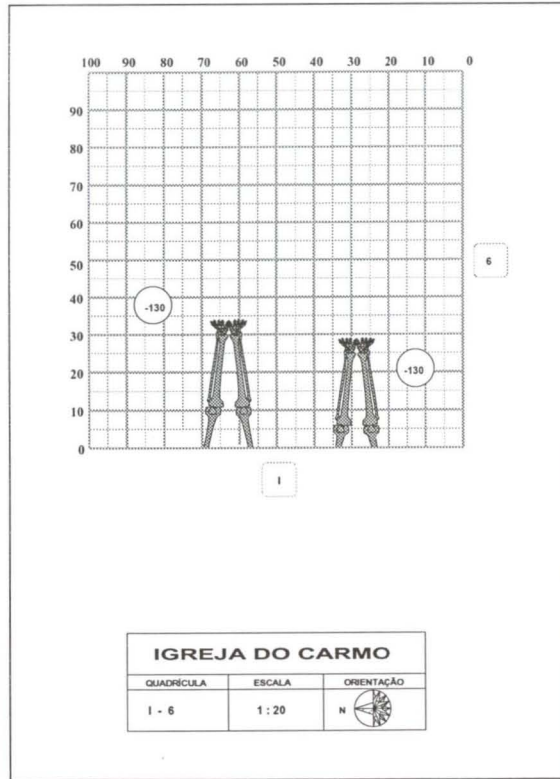


Fig. 22 – Quadrado I-6 - cota -130

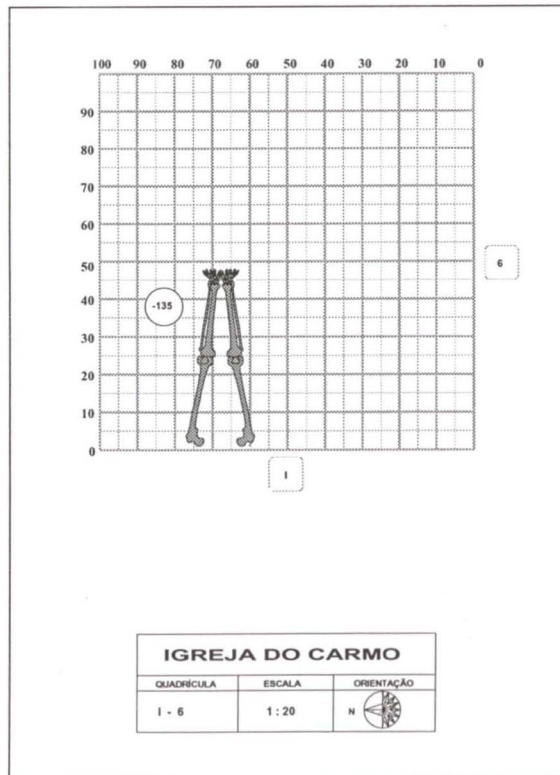


Fig. 23 – Quadrado I-6 - cota -135

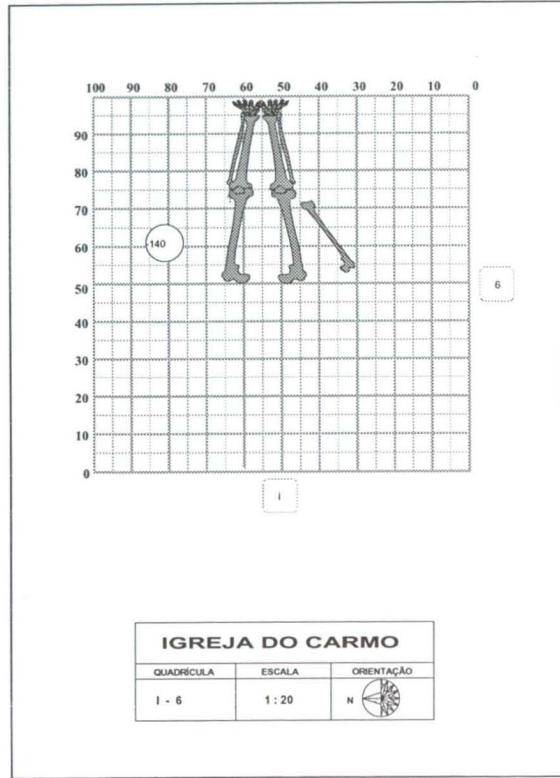


Fig. 24 – Quadrado I-6 - cota -140

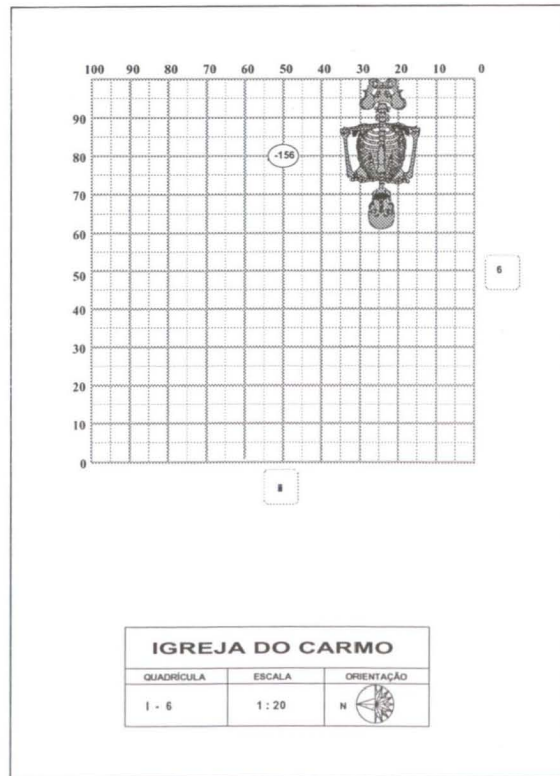


Fig. 25 – Quadrado I-6 - cota -156

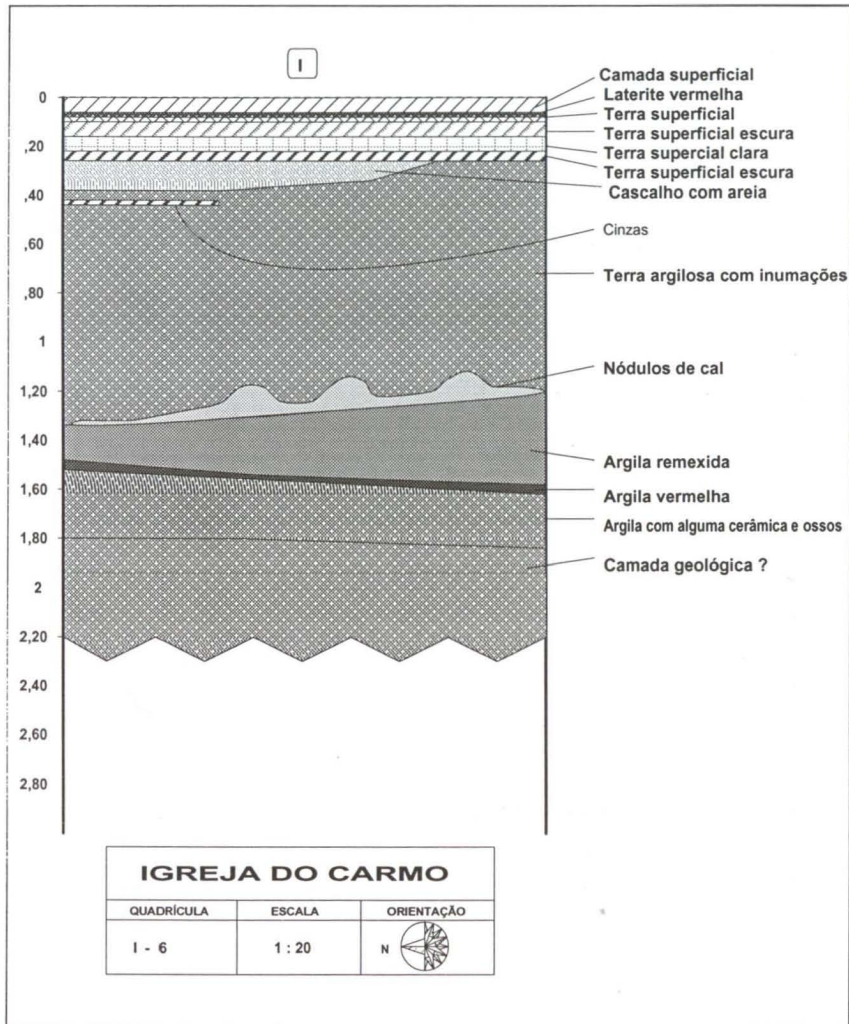


Fig. 26 – Corte I-6



Fig. 27 – Quadrado I-G - 1.º nível

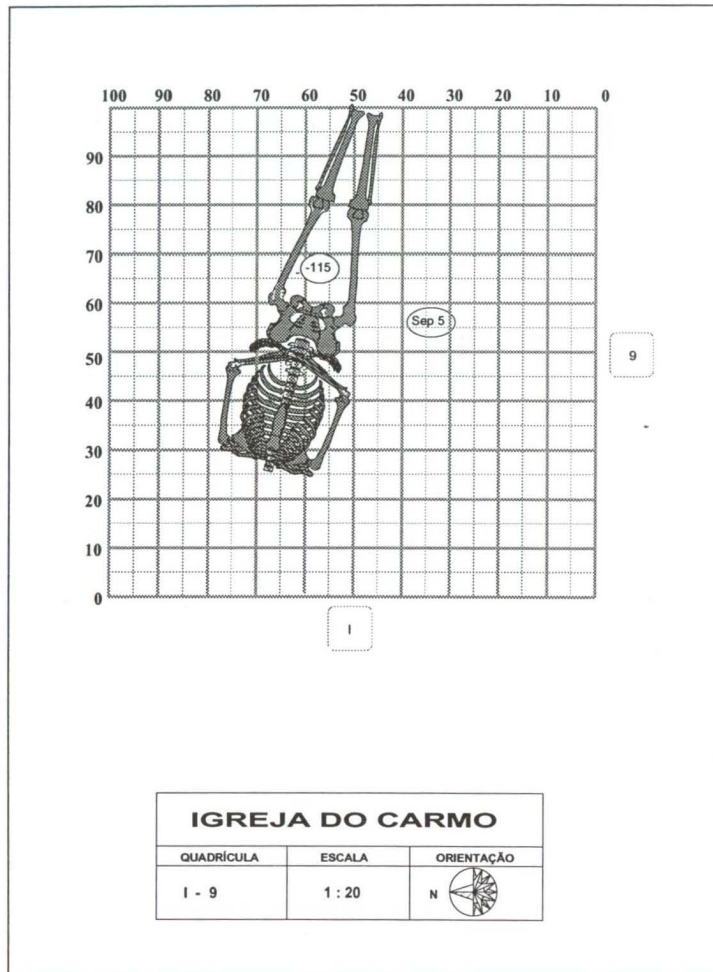


Fig. 28 – Quadrado I-9



Fig. 29 – Pavimento da antiga igreja

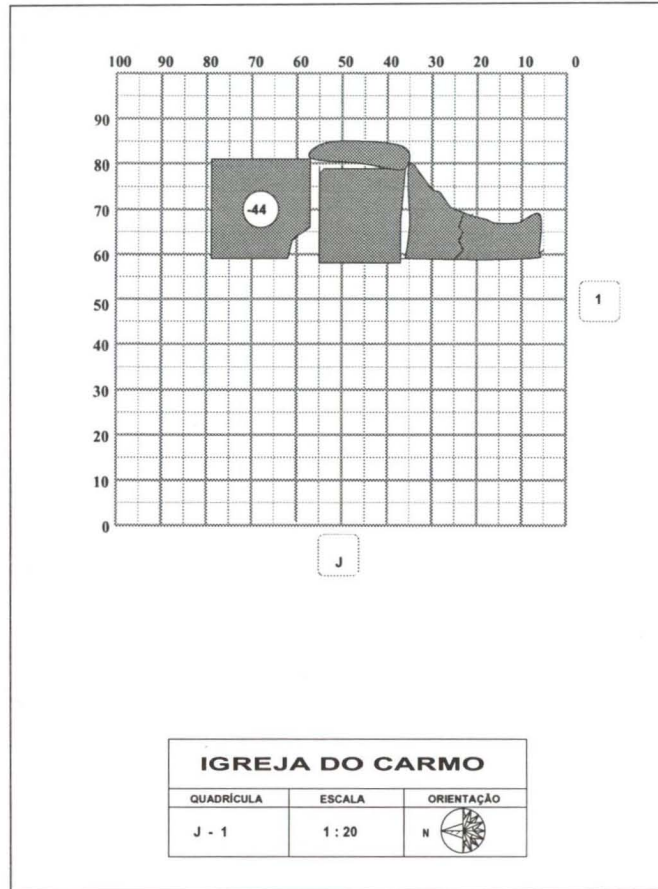


Fig. 30 – Quadrado J-1



Fig. 31 – Fundação de um muro no transepto

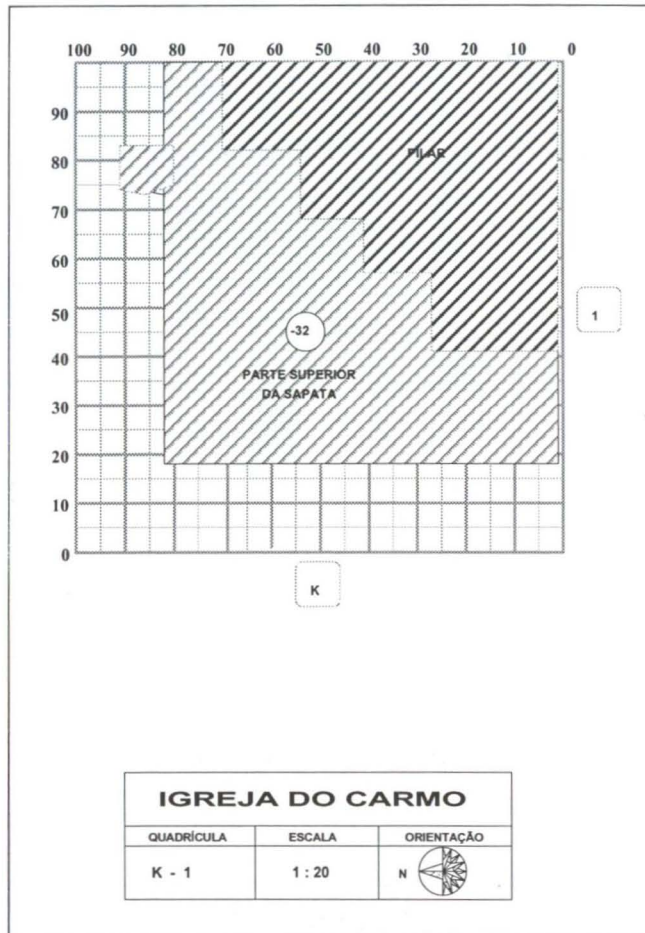


Fig. 32 – Quadrado K-2

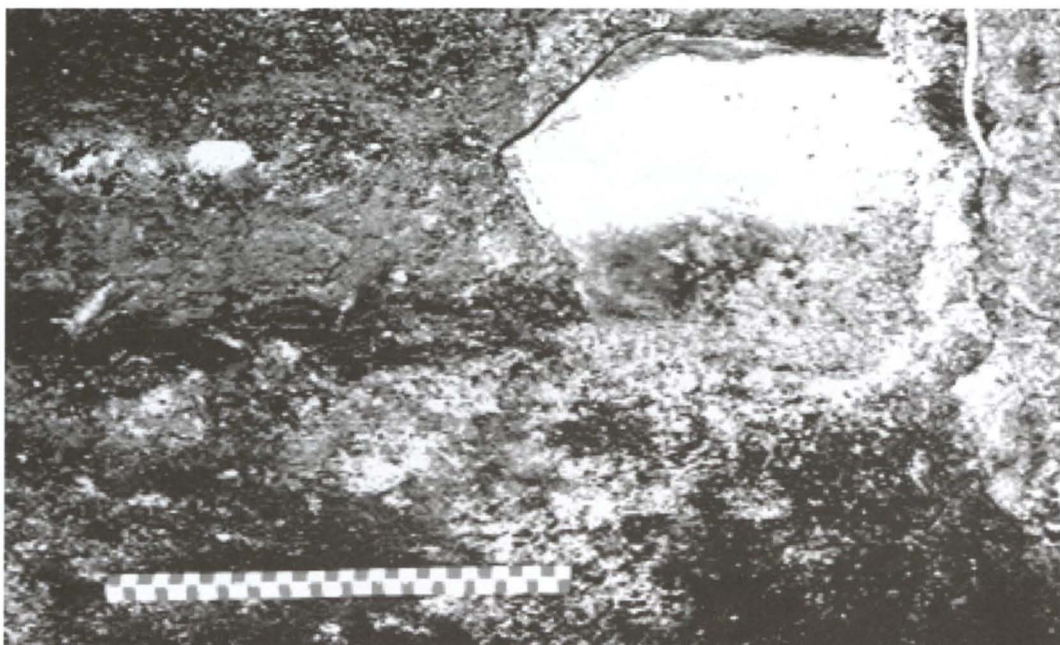


Fig. 33 – Pavimento da antiga igreja, com sinais de incêndio

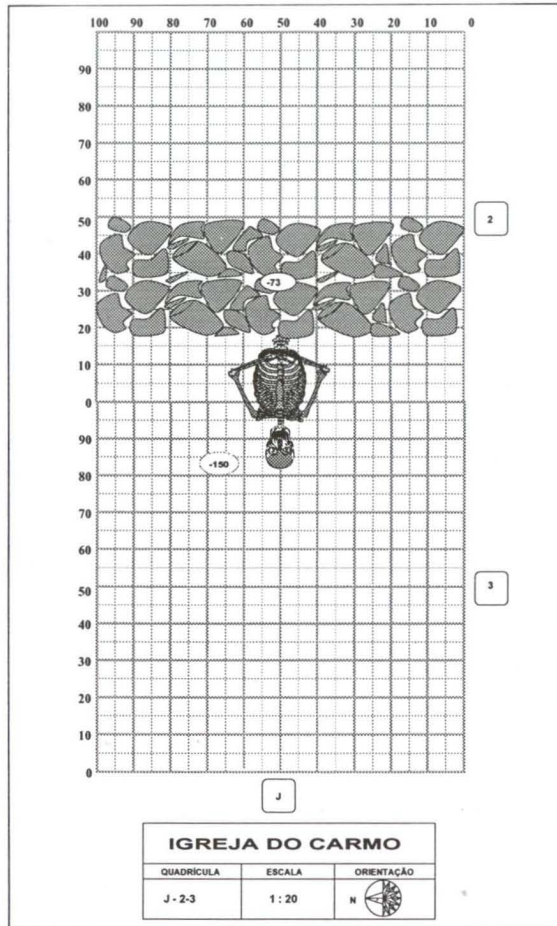


Fig. 34 – Quadrados J-2-3

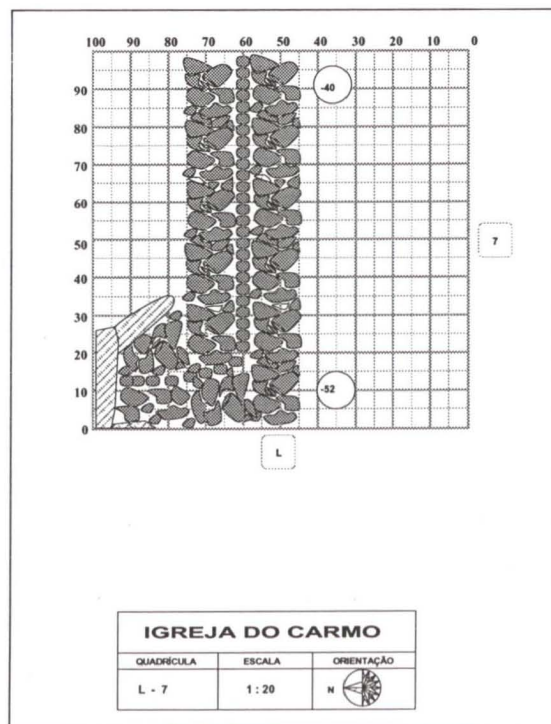


Fig. 36 – Quadrado L-7

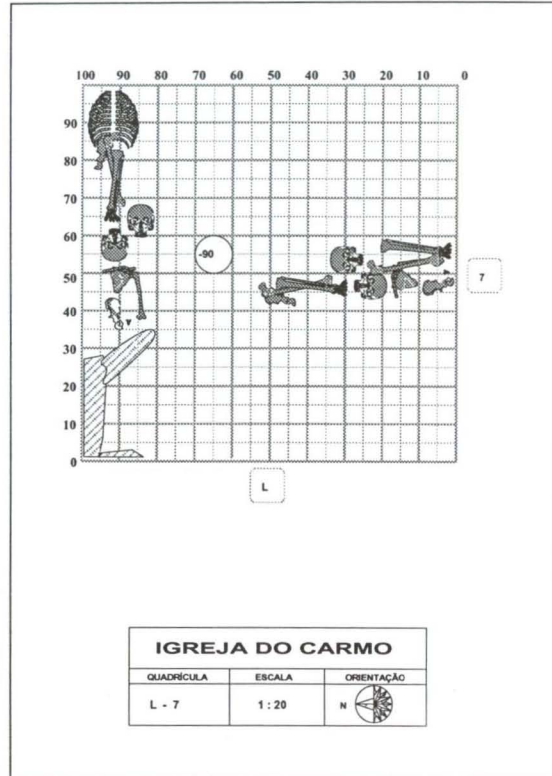


Fig. 37 – Quadrado L-7 - cota -90

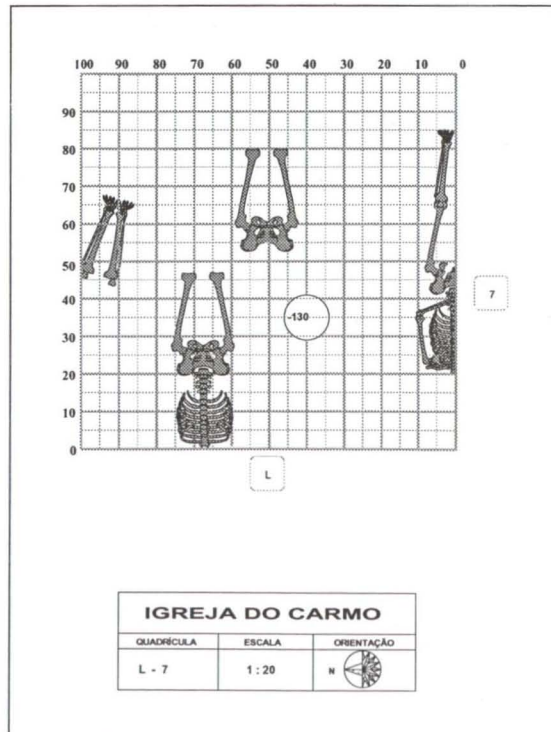


Fig. 38 – Quadrado L-7 - cota -130

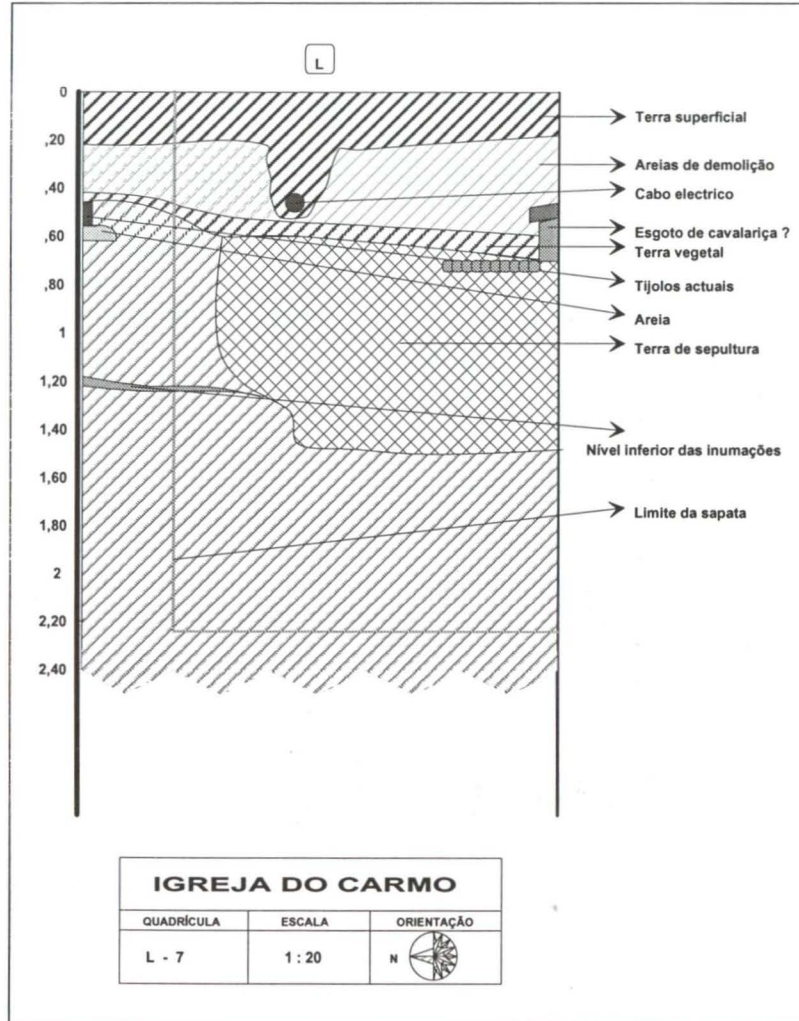


Fig. 39 – Quadrado L-7 - corte estratigráfico



Fig. 40 – Quadrado L-7- últimas inumações

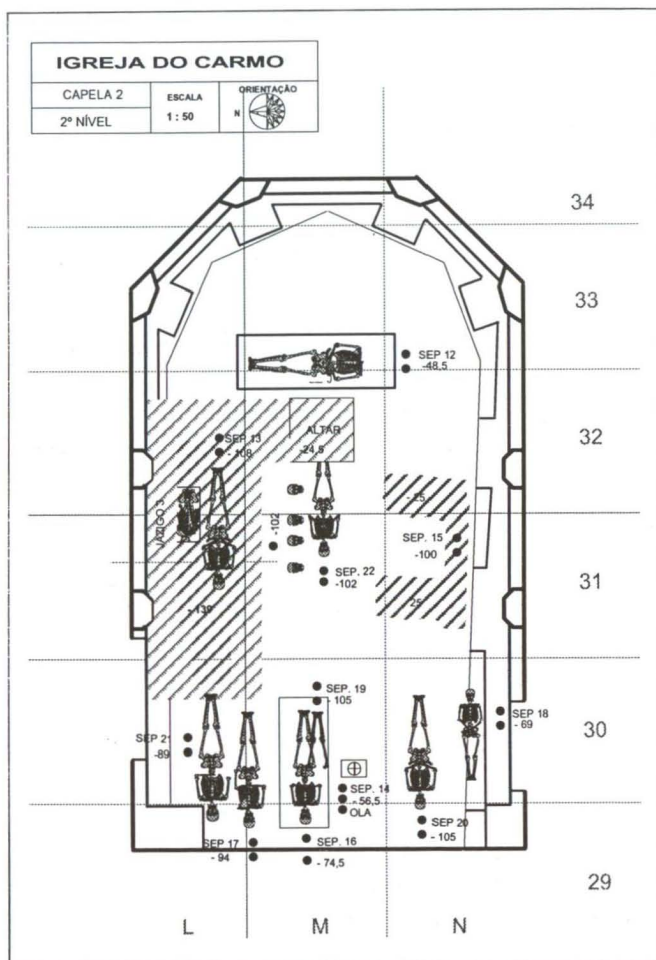


Fig. 41 – Capela 2 - 2.º nível

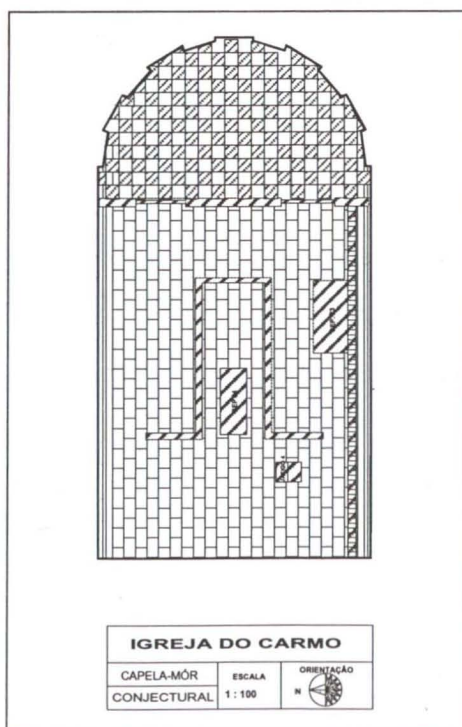


Fig. 42 – Capela-mor - reconstituição conjectural

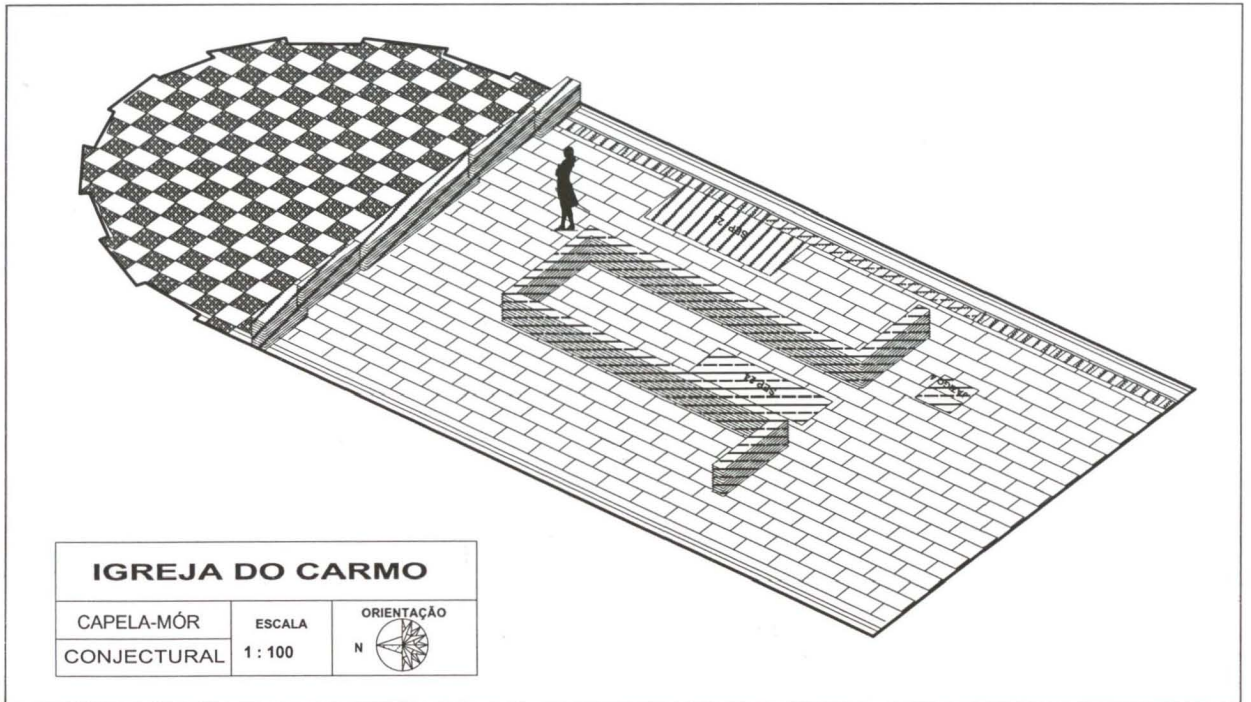


Fig. 43 – Capela-mor - reconstituição conjectural

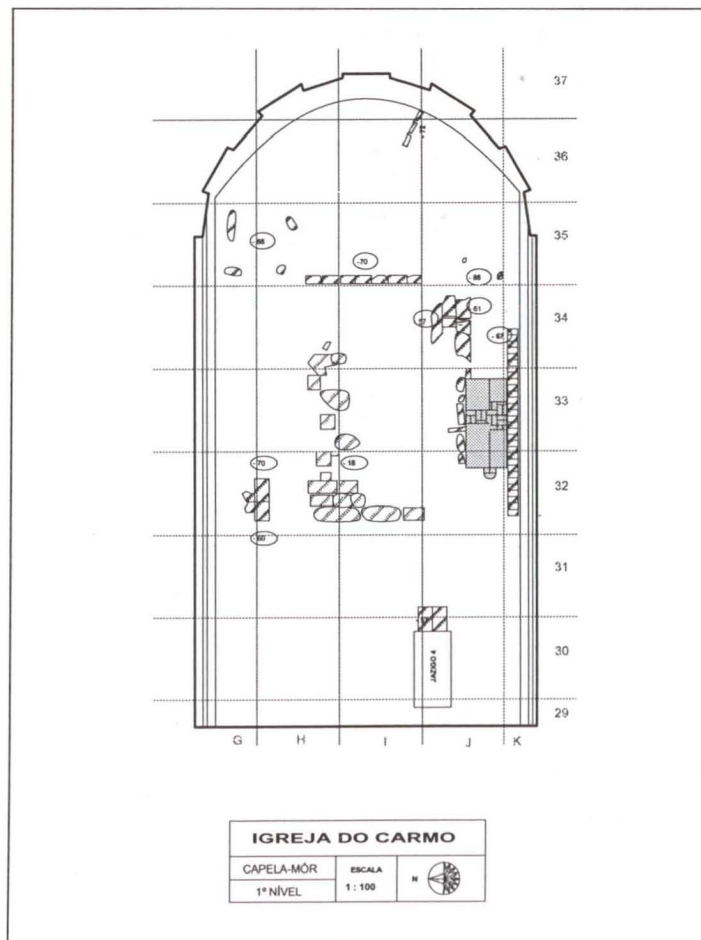


Fig. 44 – Capela-mor - 1.º nível

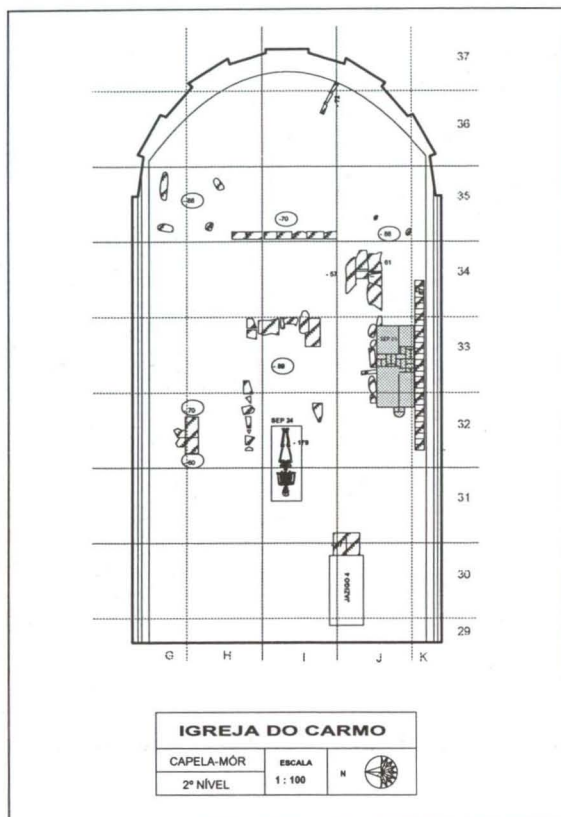


Fig. 45 - Capela-mor - 2.º nível

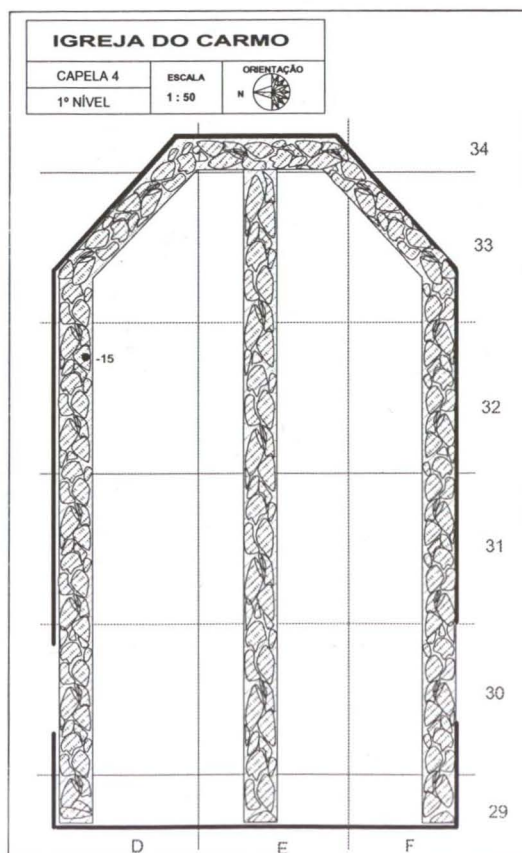


Fig. 46 - Capela 4 - 1.º nível

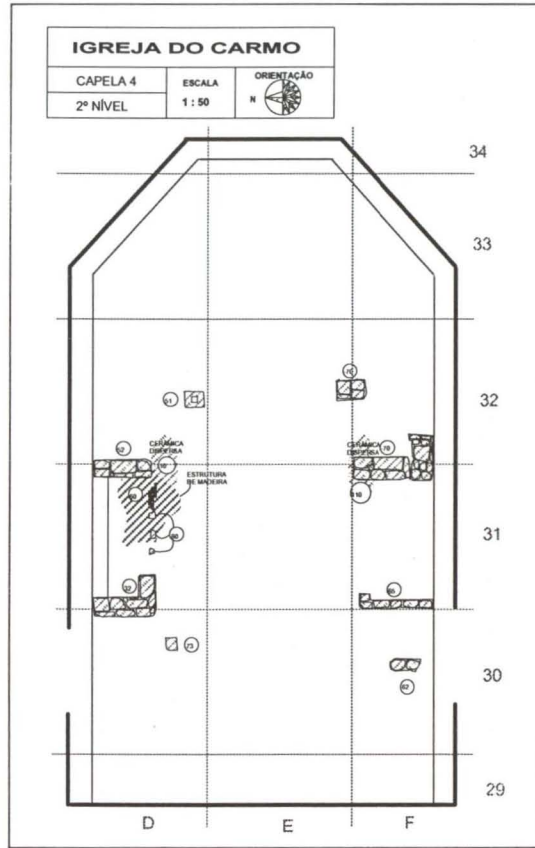


Fig. 47 – Capela 4 - 2.ª nível

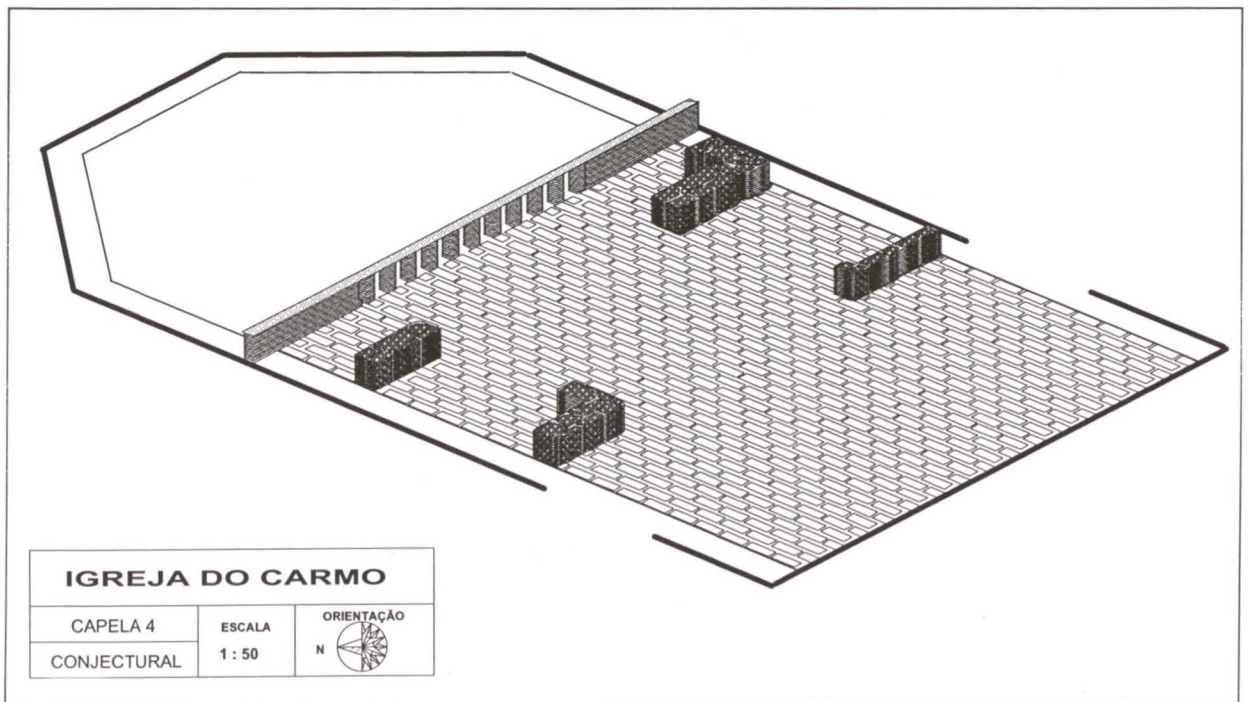


Fig. 48 – Capela 4 - reconstituição conjectural

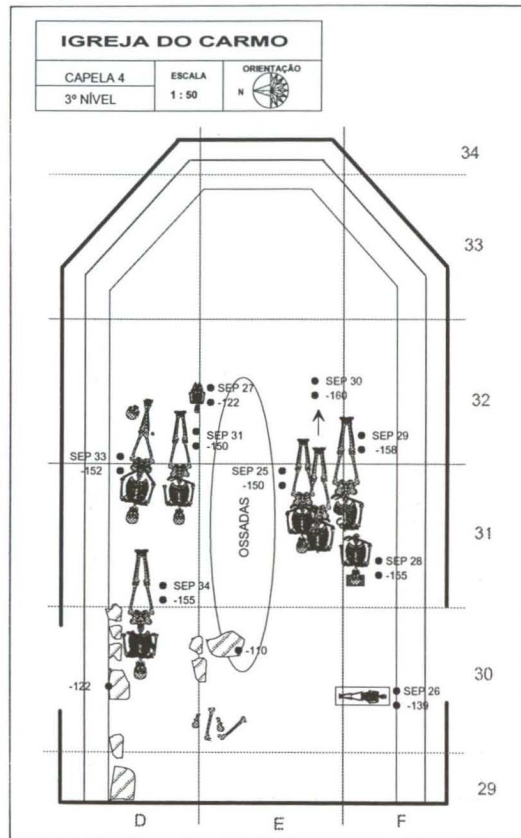


Fig. 49 – Capela 4 - 3.º nível

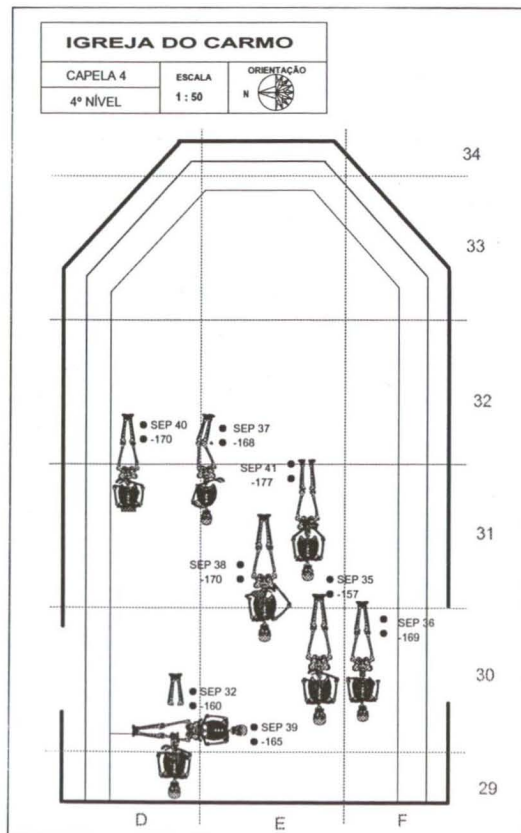


Fig. 50 – Capela 4 - 4.º nível

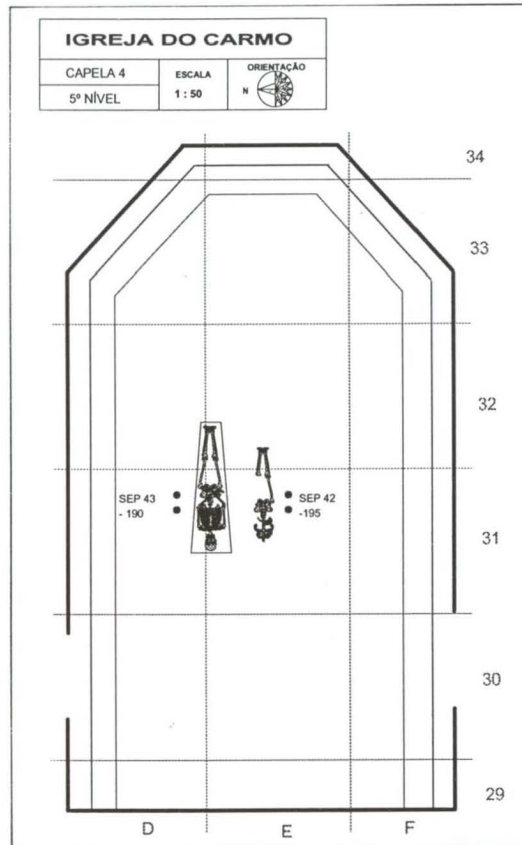


Fig. 51 – Capela 4 - 5.º nível

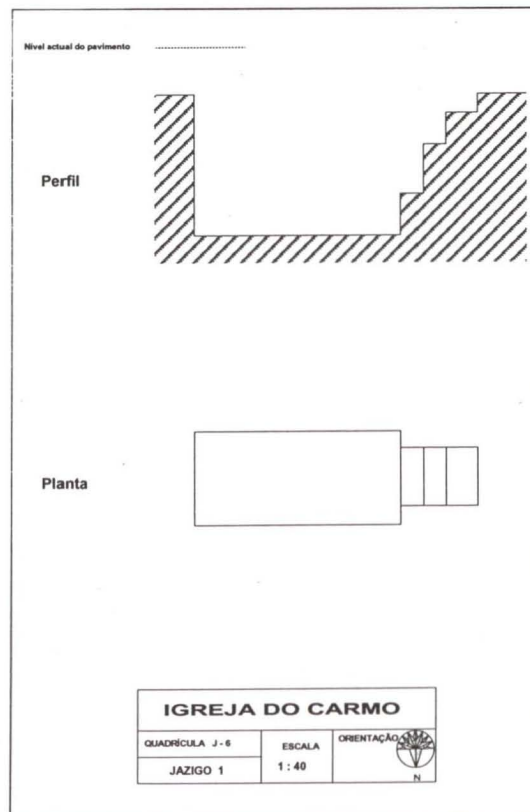


Fig. 52 – Jazigo 1 - planta e alçado

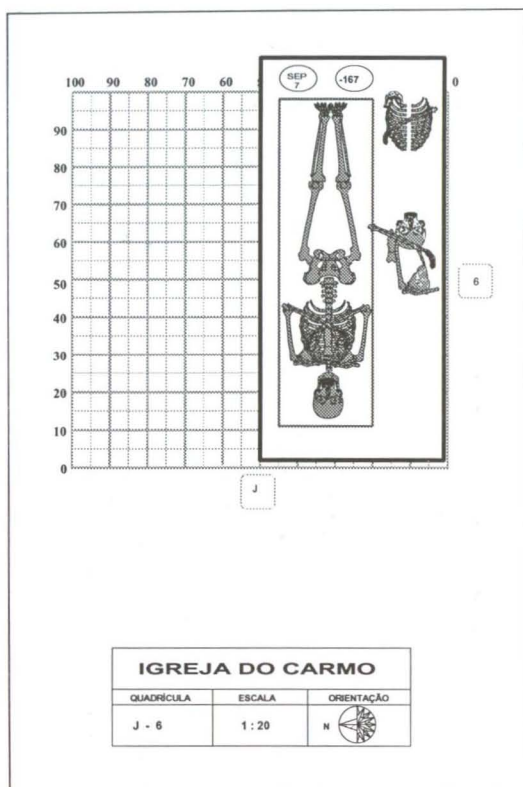


Fig. 53 – Jazigo 1 - cota -167

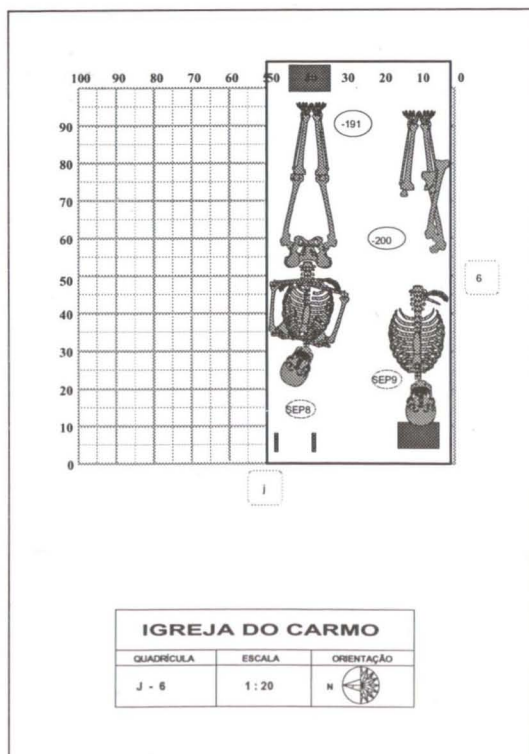


Fig. 54 – Jazigo 1 - cota -200



Fig. 55 – Sepultura 8 - inumação em jazigo, com cal



Fig. 56 – Apoio para a cabeça, feito de tijolos afeiçoados



Fig. 57 – Inumações efectuadas com muita cal

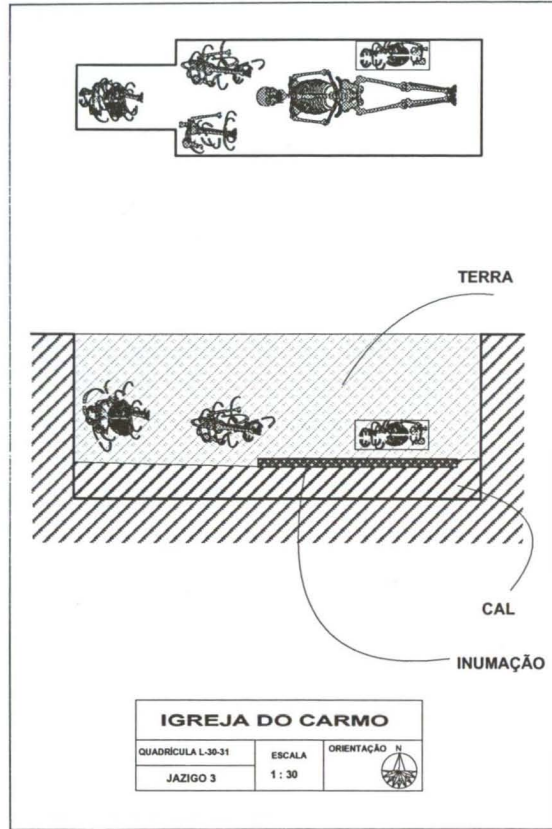


Fig. 58 – Jazigo 3 - planta e alçado

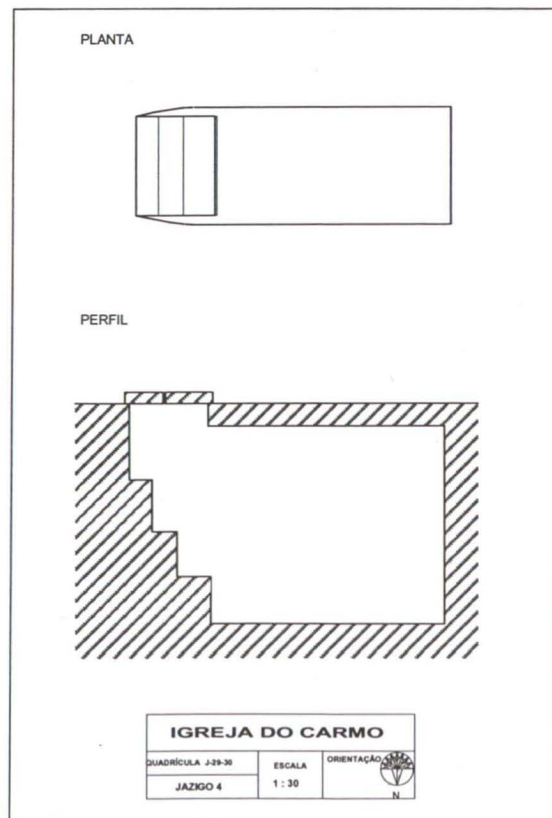


Fig. 59 – Jazigo 4 - planta e alçado



Fig. 60 – Corpo de D. Luísa Cabral envolto em cal mortuária

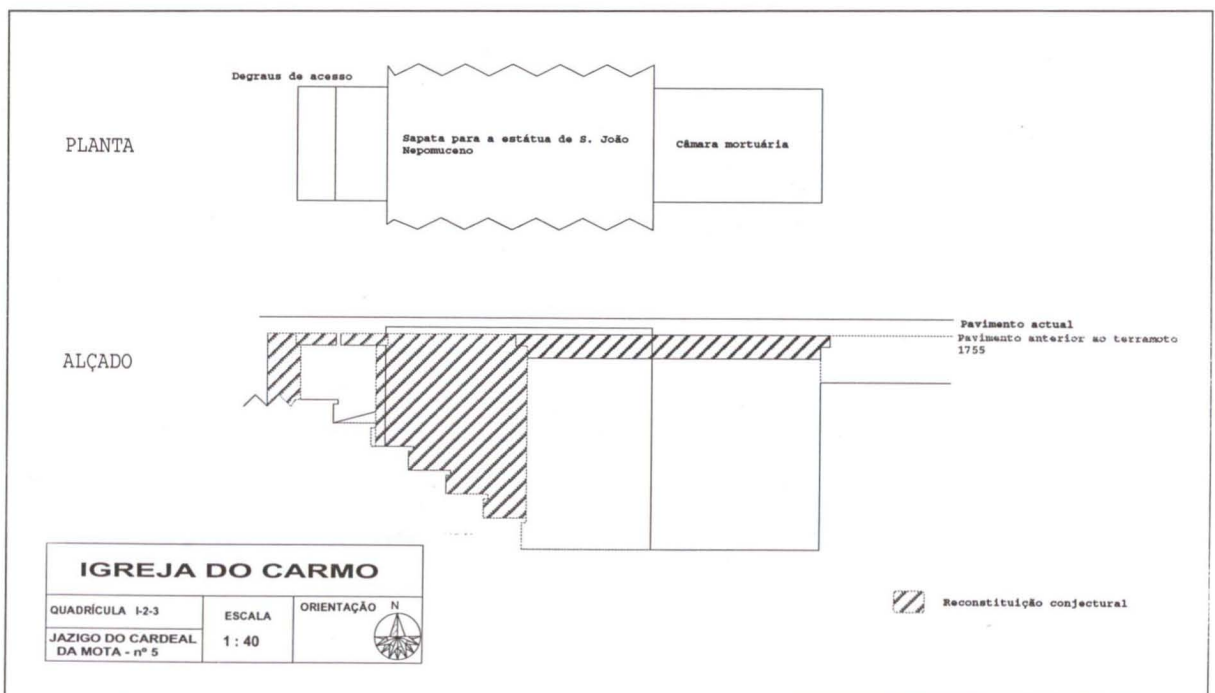


Fig. 61 – Jazigo 5 - planta e alçado

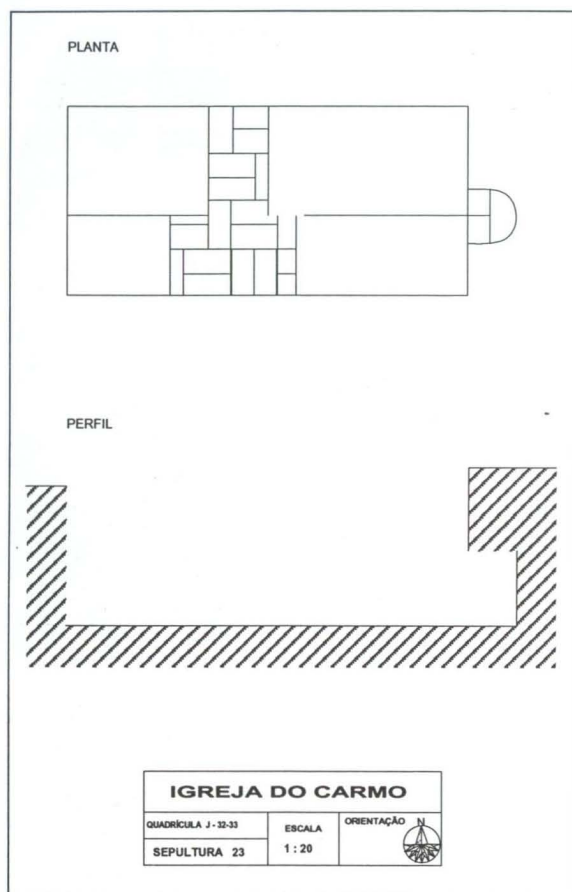


Fig. 62 – Sepultura 23 - primitiva sepultura de D. Nuno Álvares Pereira



Fig. 63 – "Locus" para a cabeça de D. Nuno Álvares Pereira



Fig. 64 – Aspecto geral da sepultura de D. Nuno Álvares Pereira

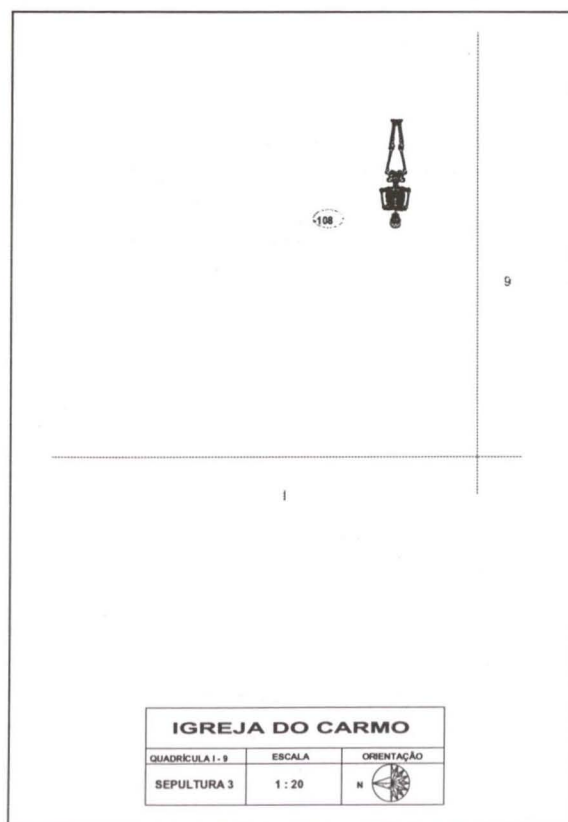


Fig. 65 – Sepultura 3

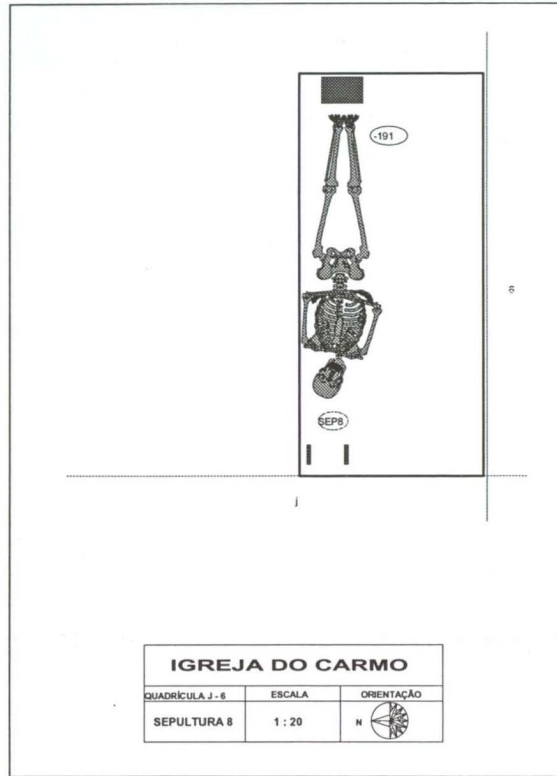


Fig. 66 – Sepultura 8

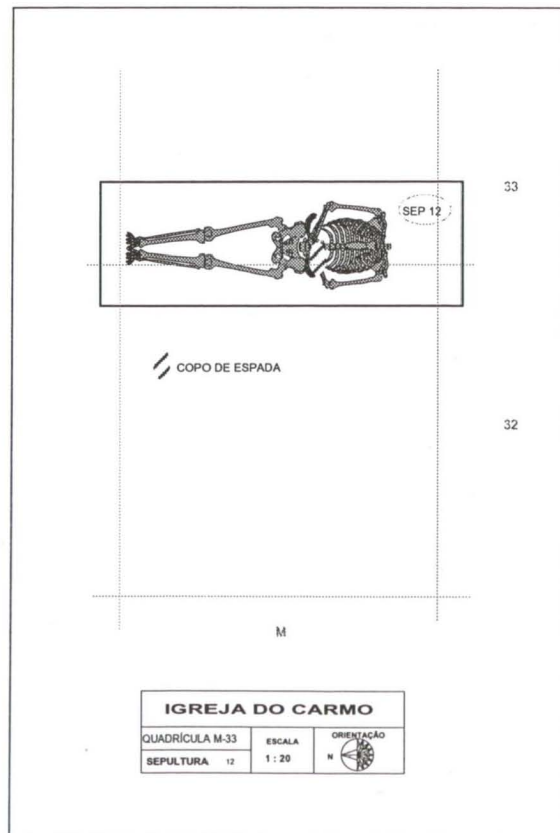


Fig. 67 – Sepultura 12



Fig. 68 – Copos de espada "in situ"

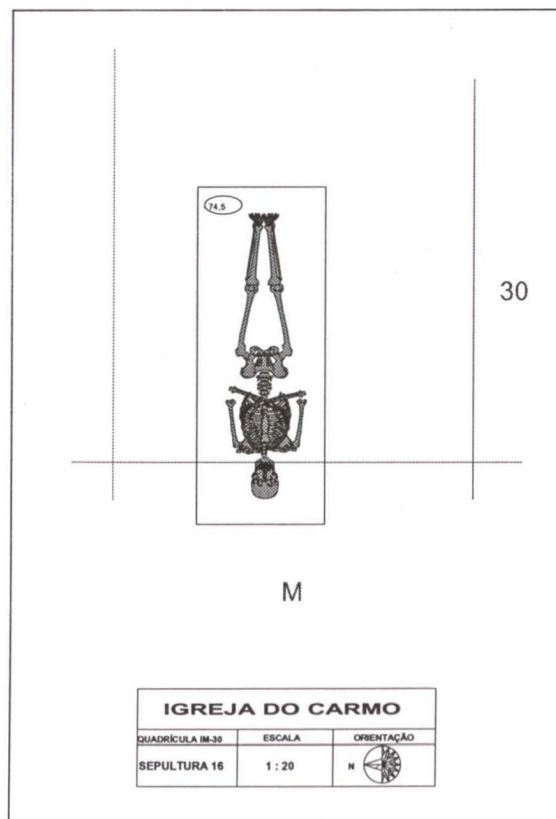


Fig. 69 – Sepultura 16



Fig. 70 – Braço "fantasma" com uma pulseira de prata da irmandade MARIA, JESUS, JOSÉ

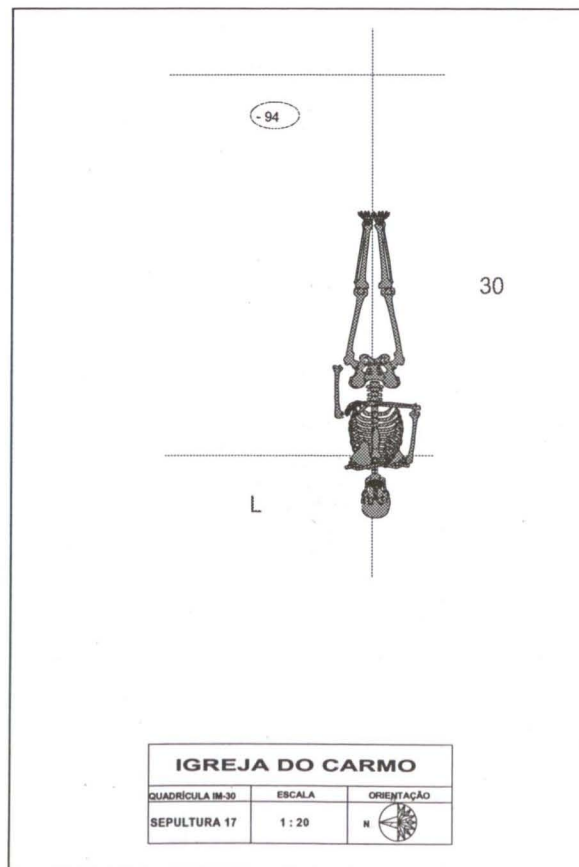


Fig. 71 – Sepultura 17



Fig. 72 – Prótese de prata de um polegar esquerdo

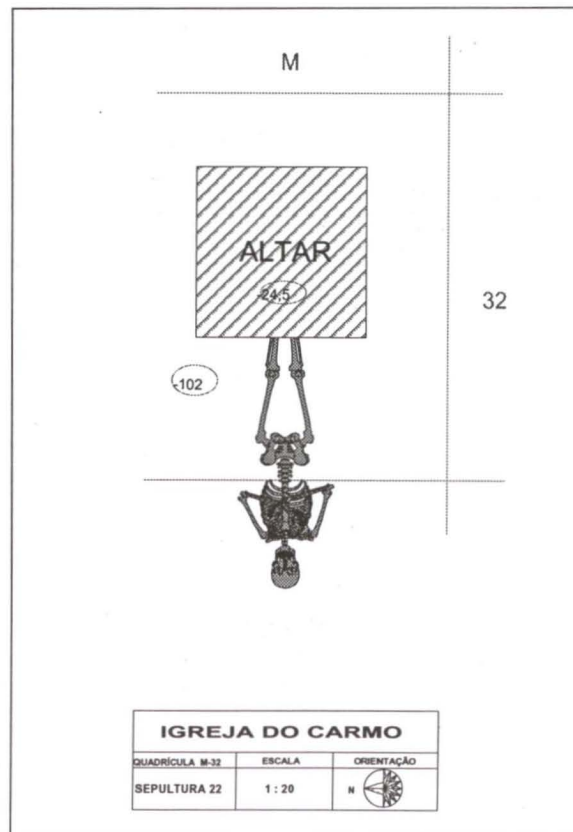


Fig. 73 – Sepultura 22



Fig. 74 – Sepultura 22

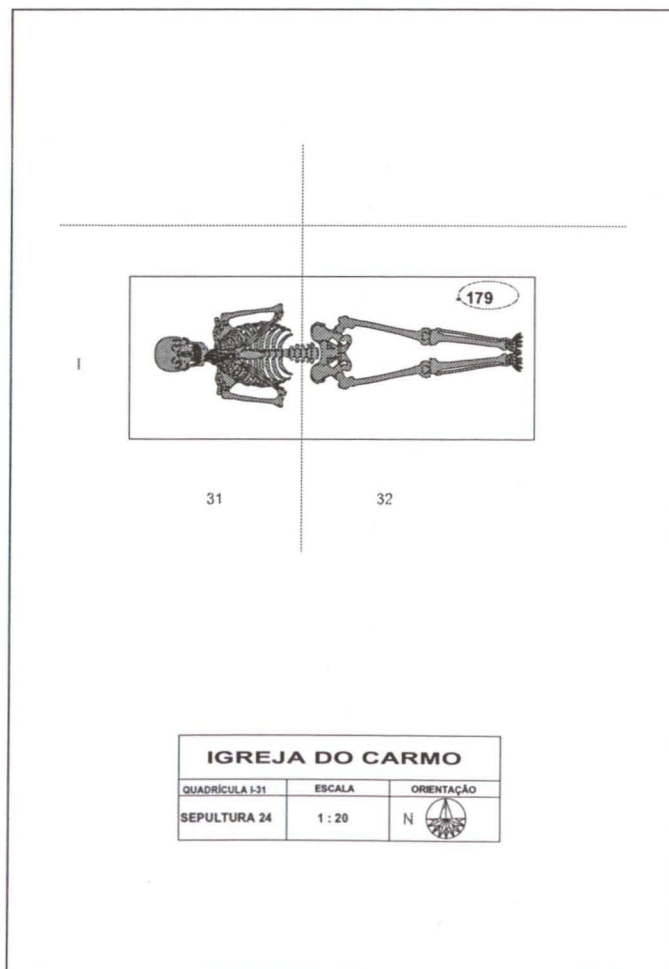


Fig. 75 – Sepultura 24



Fig. 76 – Corpo impresso na cal mortuária

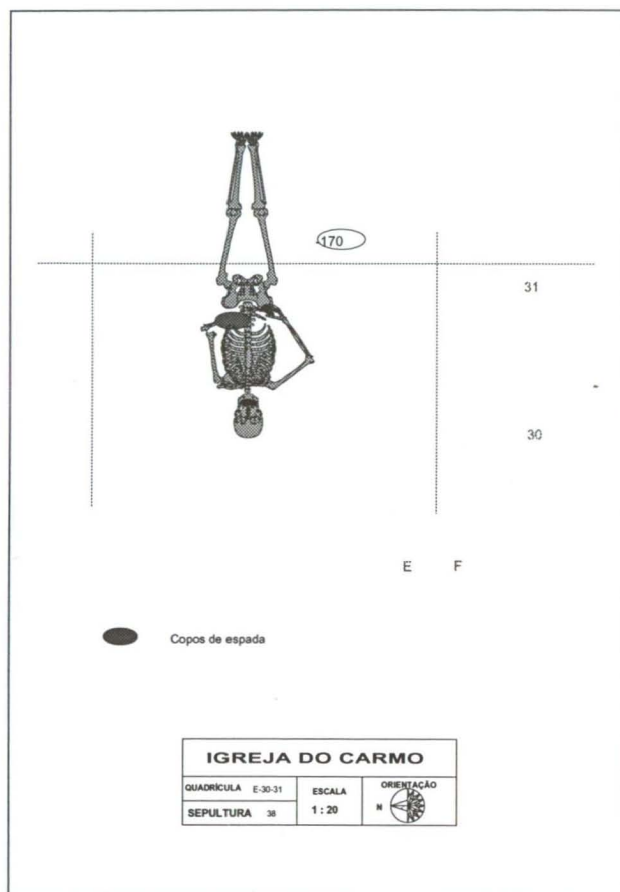


Fig. 77 – Sepultura 38



Fig. 78 – Provável sepultura de D. Duarte Brandão



Fig. 79 – Grande plano da sepultura de D. Duarte Brandão, notando-se os copos da espada

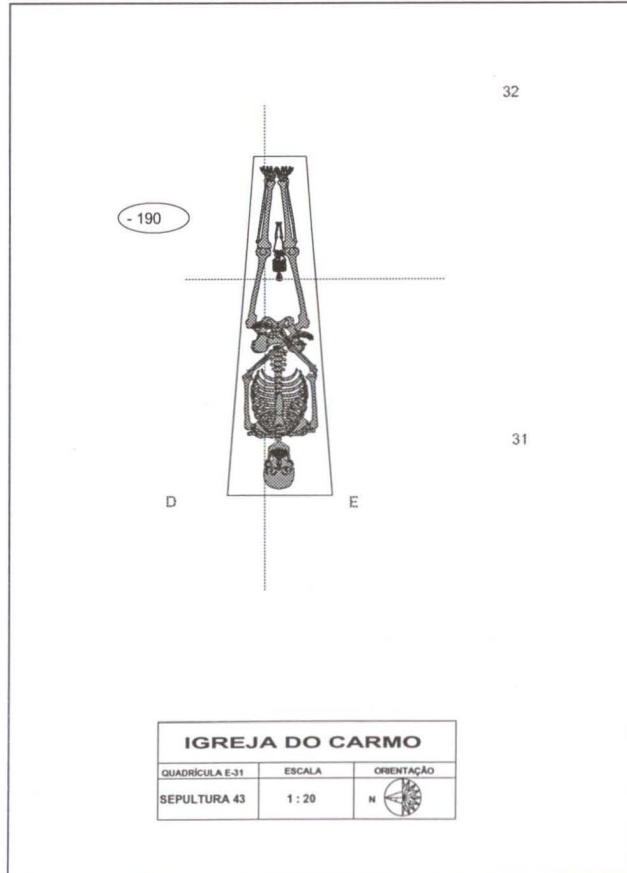


Fig. 80 – Sepultura 43



Fig. 81 – Algum espólio, tal como foi encontrado



Fig. 82 – Os metais estavam muito "atacados" por óxido de cobre e cloreto cúprico

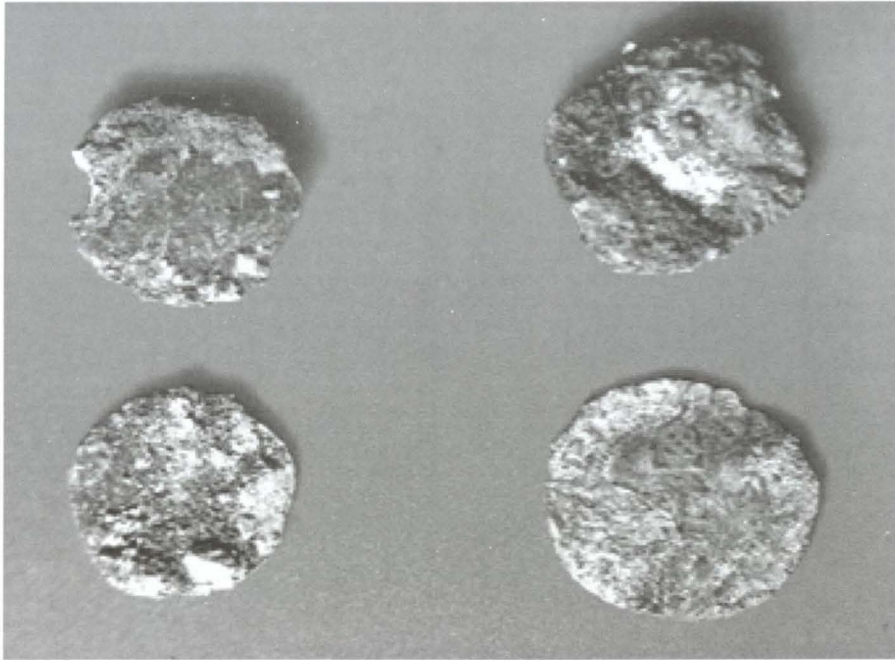


Fig. 83 – Alguns exemplares monetários tal como foram encontrados

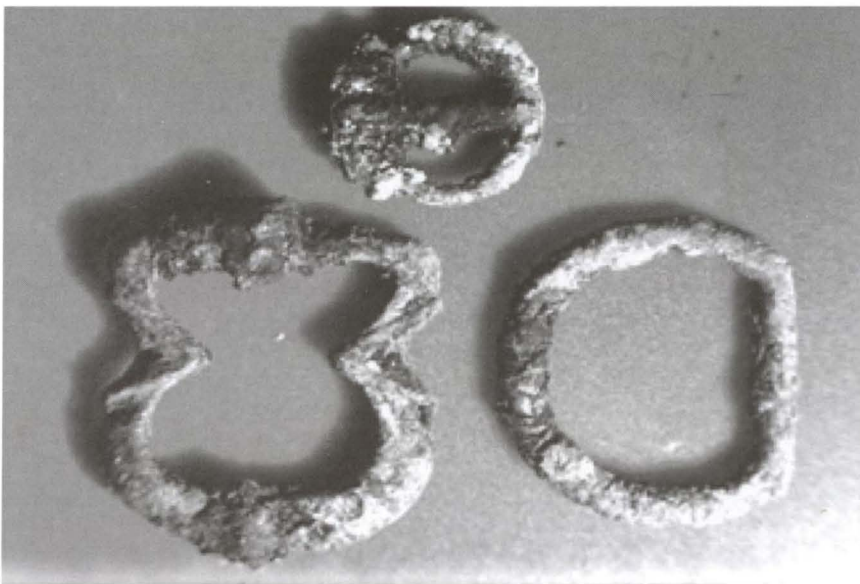


Fig. 84 – Fivelas de várias dimensões e feitios - século XVII



Fig. 85 – Variadas formas de medalhas que acompanhavam as inumações - século XVII-XVIII

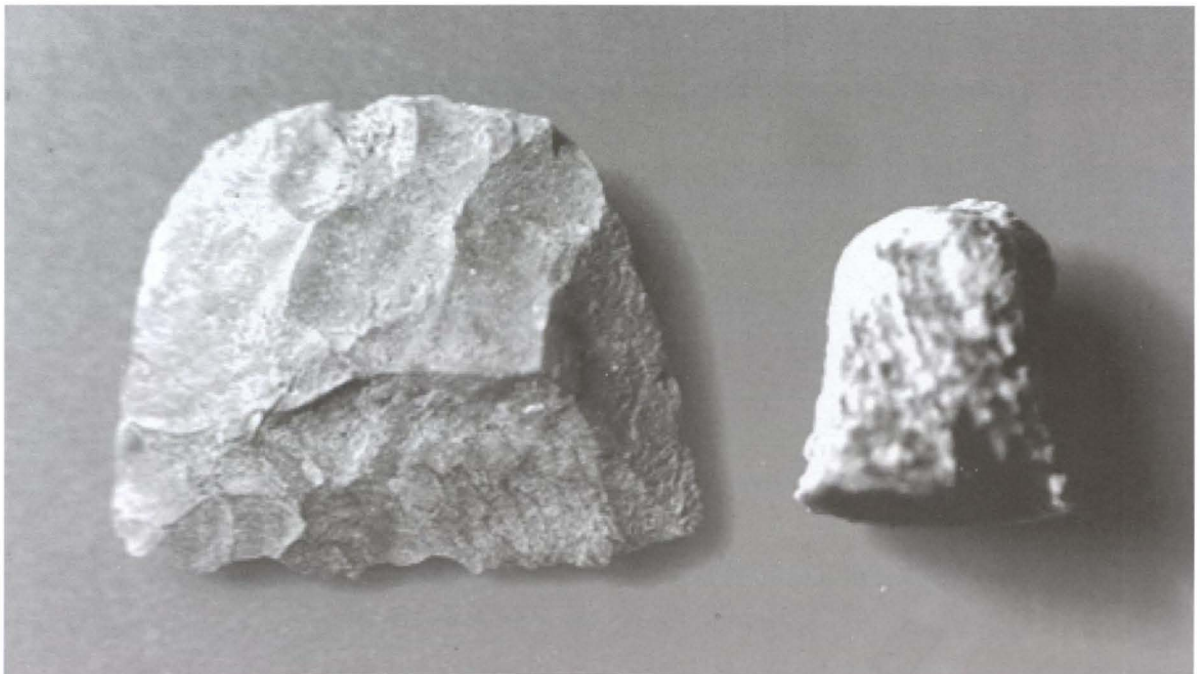


Fig. 86 – Pederneira de pistola e dedal de bronze



Fig. 87 – Botões de osso forrados de cobre

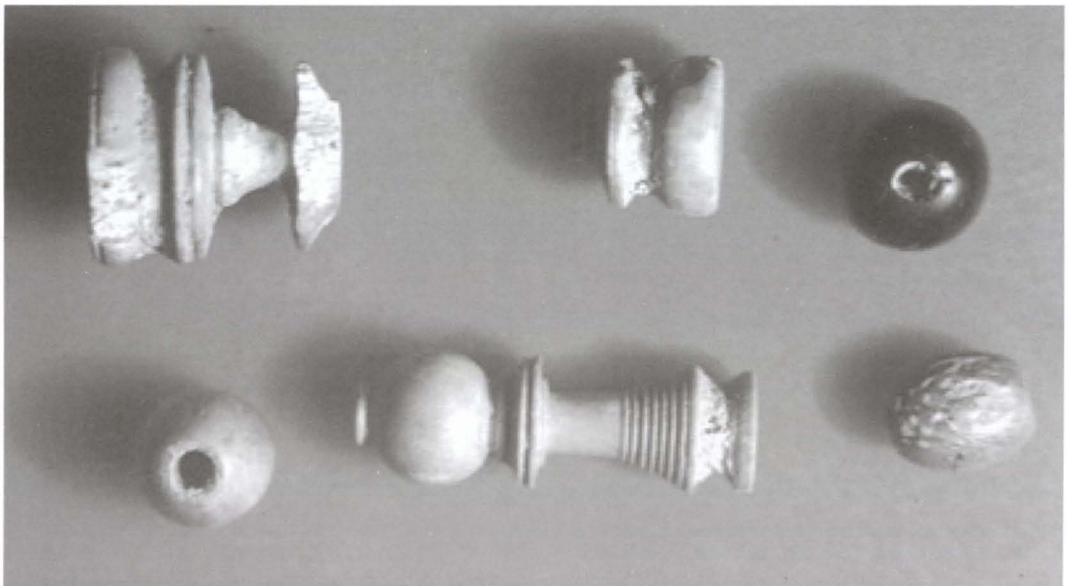


Fig. 88 – Elementos de terço

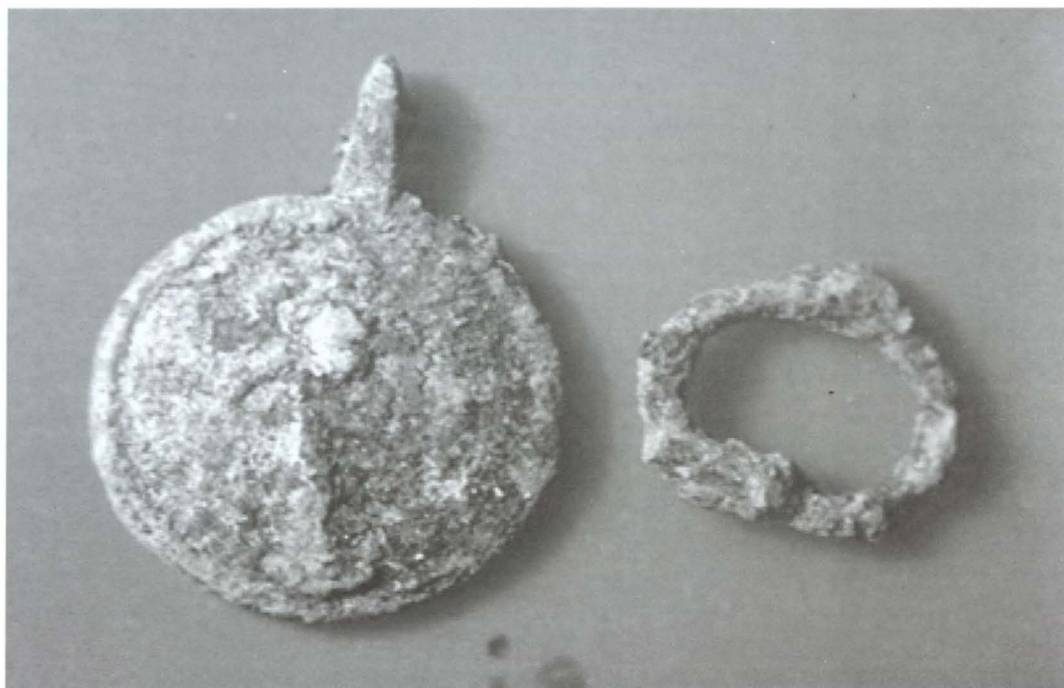


Fig. 89 – Medalha de N. S. do Monte Carmelo e fivela - século XVII



Fig. 90 – Espólio variado, tal como foi encontrado

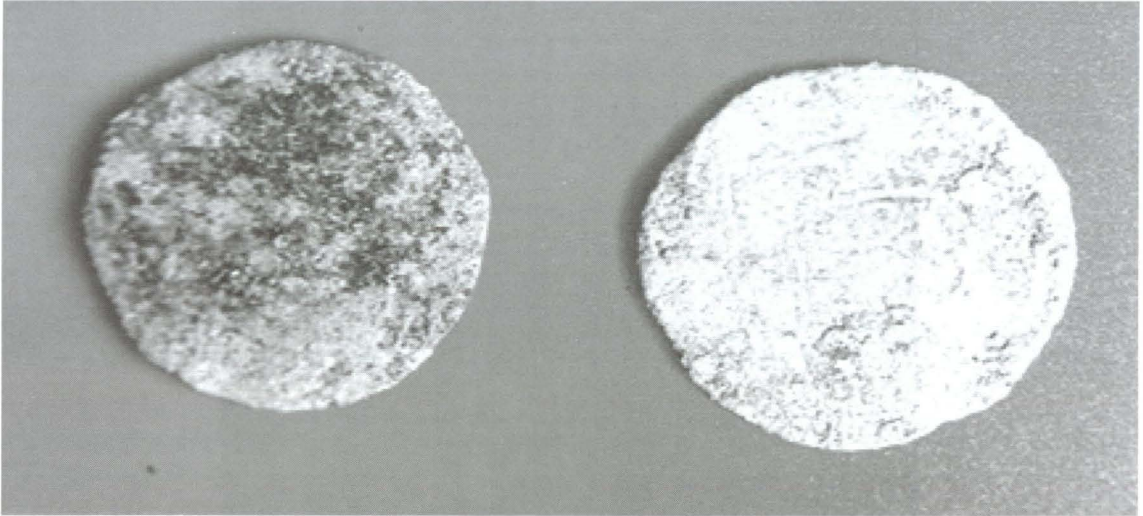


Fig. 91 – Discos monetários. O da esquerda apresenta vestígios de incêndio



Fig. 92 – Prótese de polegar esquerdo, de prata



Fig. 93 – Selo pendente de Bonifácio IX (bula)

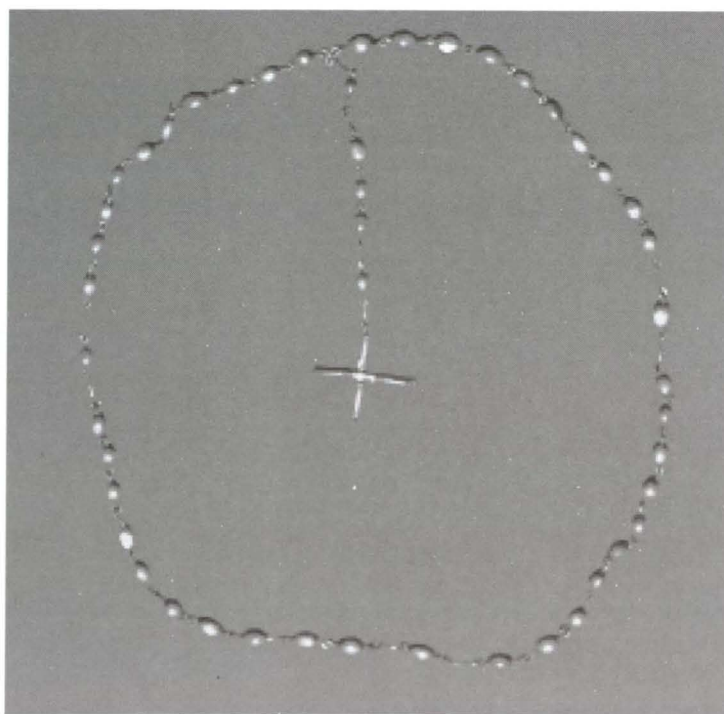


Fig. 94 – Terço de sementes - século XVII



Fig. 95 – Colar de coral - século XVII



Fig. 96 – Pulseira de osso e metal - século XVII



Fig. 97 – Renda e fragmento de lençol de linho - século XVII (?)

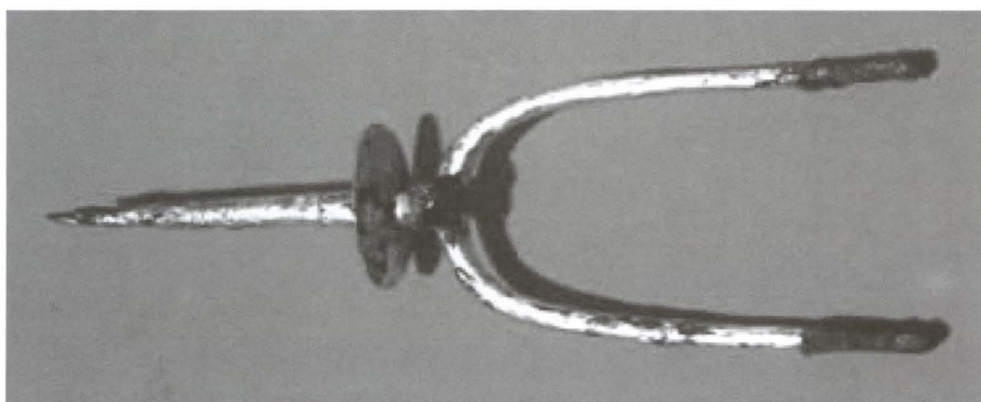


Fig. 98 – Espora cerimonial de ferro dourado - século XVI

Vária

Práticas funerárias da Pré-História Recente na região centro-norte litoral

FERNANDO A. PEREIRA DA SILVA

1. Introdução

Falar das práticas funerárias, durante a Pré-História Recente, no Centro-Norte Litoral, só é hoje possível devido ao trabalho intensivo que desde os primeiros anos da década de oitenta tem vindo a ser realizado. Apesar das lacunas que continuam a subsistir na investigação, de que a ausência de um quadro cronológico coerente não é a menor¹, os elementos compulsados durante mais de uma década, permitem avaliar a extensão e a pluralidade de que se revestiram as expressões arquitectónico-funerárias que, por um período de cerca de 3 000 anos, imprimiram à paisagem natural, um inegável cunho humano.

Com efeito, por toda a região de estudo contam-se por várias centenas os exemplares de *tumuli*, não havendo sector algum do território que tenha escapado a esta intensiva antropização.

Porém, a tal densidade tumular, a todos os títulos digna de registo, não corresponde um conjunto significativo de áreas deposicionais funerárias em bom estado de conservação, sendo raros os casos em que se podem aperceber as características tipológicas das sepulturas contidas nos *tumuli*.

De um modo geral, o observador confronta-se com colinas funerárias de diferentes volumetrias, contendo no centro uma depressão mais ou menos pronunciada, que testemunha os revolvimentos aí efectuados (caçadores de tesouros, escavações clandestinas, etc.) assim como a extracção das lajes que outrora definiram o espaço funerário. Mesmo nas áreas onde a abundância de pedra (xisto/granito) nunca colocou dificuldade alguma de aprovisionamento, não foi evitada a destruição total ou parcial das sepulturas².

Daí que as "paisagens rituais" (PATTON, 1993) nos apareçam muito degradadas, substituindo-se agora o "caos", à "ordem" anteriormente imposta pelos construtores dos *tumuli*. Por isso o investigador se confronta, invariavelmente, com os negativos ou "fantasmas" das estruturas funerárias que outrora foram os pólos dinamizadores da vivência humana (BRADLEY,, 1993).

As dificuldades insuperáveis quando se pretende avaliar a dimensão estrutural das sepulturas, são contudo, razoavelmente compensadas pela existência de alguns dos itens que compuseram os conjuntos artefactuais deposicionais e pós-deposicionais. Tais mobiliários, embora não reflectam, com toda a probabilidade, a totalidade dos artefactos ligados aos rituais funerários são, à falta de elementos de informação mais precisa, indicadores valiosos para o estabelecimento dos quadros cronológico-culturais em que se moveram as populações construtoras das sepulturas sob montículo artificial.

Na sequência dos trabalhos realizados na última década, começou a ser possível iniciar-se o colmatar do "vazio" que a região Centro-Norte Litoral constituía até há bem pouco tempo³, destacando-se como um dos sectores regionais sobre o qual ainda pairava um certo desconhecimento quanto à problemática em torno do "Megalitismo" e em que os poucos elementos disponíveis se deviam mais à curiosidade pessoal de alguns "free lancers" da Arqueologia, do que à existência de um meticoloso programa de pesquisa.

¹ Para toda a região conhecem-se recolhas de elementos para datação em três monumentos: Pedra da Moura 1 (Vale de Cambra/Sever do Vouga); Portela da Anta (Arouca) e Antelas (Oliveira de Frades). Apenas para a Mamoa da Portela da Anta se conhecem já duas datações, uma das quais sem qualquer valor (AM03.PANTA.1.2.s2).

² Contra a destruição do dólmen da "Pedra da Moura" se levantaria o prelado local (freguesia de Arões).

³ KALB, Ph. 1987, *Monumentos Megalíticos de Entre Tejo e Douro*, "El Megalitismo en la Península Ibérica", Ministério de Cultura, Madrid, pp. 95-109.

Com efeito, os dados até então disponíveis, com as lacunas que eram conhecidas de todos os investigadores e que ainda não foram erradicadas totalmente (escavações mal conduzidas, monumentos inidentificáveis por designações antroponímicas pessoais, outros pura e simplesmente destruídos, legando-nos espólios de contextualização arqueológica impossível de verificar, etc.), foram os responsáveis pela criação de verdadeiras “realidades virtuais” que a investigação recente tem aos poucos desmistificado.

Se actualmente as interrogações que se colocam são em maior número que as certezas, tal é um sintoma saudável pelo que revela da complexa problemática que as tumulações sob montículo artificial não deixam de colocar a uma investigação aturada, em particular numa região onde tudo estava por fazer. Longe nos encontramos actualmente das caracterizações tipológicas desprovidas de todo o realismo científico, de análises morfo-estruturais ao sabor de ideias pré-concebidas, enfim, de um sem número de questões sem respostas convincentes e onde as interpretações pessoais pontuavam, em detrimento do sistemático trabalho de campo.

Apesar deste panorama geral, que em certa medida não reflectia mais que o subdesenvolvimento sócio-económico que dominou o País durante meio século, afastando-o dos contactos internacionais, onde o progresso científico e tecnológico avançava a bom ritmo, a partir da década de setenta, com o clima de liberdade generalizada que atingirá todos os sectores da sociedade, novas abordagens metodológicas irão ser introduzidas, que revolucionarão por completo a investigação arqueológica e, em particular, o conhecimento das tumulações sob montículo artificial, genericamente designadas por “Megalitismo”.

Ao Centro-Norte Litoral tais alterações chegarão mais tarde, contudo é inegável o contributo de todos aqueles que, movidos pelo estrito sentido de proporcionar alguma luz sobre o “fenómeno megalítico”, agirão com o propósito louvável de proceder a “uma revisão geral do que ainda (...) pudesse restar” (ALBUQUERQUE E CASTRO *et al.*, 1957), dando assim corpo ao primeiro e único “plano de pesquisa” (*Ibidem*) que conhecerá a região durante cerca de 30 anos⁴.

Outros estudos, embora de carácter mais geral, pontuaram na região. Porém aquele que (apesar de já muito desactualizado) marcará de sobremaneira a investigação (tendo servido inclusive de base aos pressupostos da equipa Albuquerque e Castro e de todos os outros investigadores que se lhes seguiram) ficou a dever-se ao esforço de Amorim Girão – embora se ocupe da região de Lafões (entre o Maciço da Gralheira e o Caramulo setentrional), constituindo o primeiro estudo sério, efectuado com base na análise do “espaço geográfico”⁵.

Apesar da distância (cerca de 80 anos nos separam desse estudo pioneiro, efectuado maioritariamente em 1917⁶ e dado a público em 1921) não deixará contudo de ser um trabalho fundamental para toda a região, nele se baseando investigadores como Vera Leisner, para a elaboração do volume referente às Beiras, que porém não chegaria a publicar⁷.

Numa avaliação de conjunto ao trabalho realizado na Região Centro-Norte Litoral, constata-se que o panorama se resumia, principalmente aos estudos citados, a que haveria que acres-

⁴ As regiões abrangidas pelo “plano” inserem-se na bacia do Vouga, em duas áreas tão distintas como a Beira Litoral (concelhos de Albergaria-a-Velha e Sever do Vouga) e a Beira Alta (concelhos de Vouzela, Tondela e Oliveira de Frades), de fora ficaram as regiões mais a norte dominadas pela bacia do Douro (margem sul) e da bacia do Paiva. (Cf. ALBUQUERQUE E CASTRO *et al.*, 1957, *Acerca dos monumentos dolménicos da Bacia do Vouga*, “XXIII Cong. Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências”, Coimbra [1956], 15 pp.)

⁵ GIRÃO, A. de A. 1921, *Antiguidades pré-históricas de Lafões*, Coimbra.

⁶ Durante a recolha de elementos para a preparação da Dissertação de Doutoramento em “Ciências Geográficas” subordinada ao título: “Bacia do Vouga - Estudo Geográfico”.

⁷ A morte sobreveio-lhe em Maio de 1972, quando contava 87 anos. Um breve resumo desse “volume” seria apresentado por Philine Kalb na conferência de homenagem a Vera Leisner, por ocasião do centenário do seu nascimento, em 1985. Posteriormente, em 1987, aquela autora publicaria um texto equivalente, a partir da comunicação apresentada na Mesa Redonda organizada pelo Departamento de Arqueologia do Ministério da Cultura de Espanha, o qual seria publicado nas “Actas”, sob o título de *Monumentos Megalíticos Entre Tejo e Douro*, onde são revelados os dados compilados por Vera Leisner, o qual encerraria a série dos “Madriider Forschungen”, Band 1, 4), referente às “províncias da Beira”, englobando os distritos de Aveiro, Castelo Branco, Coimbra, Guarda, Leiria e Viseu (KALB, 1987, 95).

centar a “compilação” realizada por Irisalva Moita, que nada de novo veio trazer aos elementos recolhidos por aqueles AA. (MOITA, 1966)⁸.

Já ao nível estritamente local contam-se alguns trabalhos, dispersos por publicações várias que, sem o rigor científico que o assunto mereceria, tiveram o principal mérito de dar a conhecer às gerações que se lhes seguiram, a amplitude do “fenómeno megalítico”, abrindo assim o caminho à investigação futura.

Cumpram pois realçar nomes como o de Domingos de Pinho Brandão, para o Concelho de Arouca e o de Alberto Souto para a região do Vouga⁹, entre muitos outros, que pelo Centro-Norte Litoral fora (como no resto do País) souberam “alertar”, cada um à sua maneira, para a existência de vestígios desse passado que, ontem como hoje, sempre esteve sujeito às mais variadas vicissitudes.

De um modo geral porém, a investigação sobre o “Megalitismo” giraria em redor das figuras “tutelares” de Amorim Girão, de Alberto Souto, dos membros da equipa Albuquerque e Castro e de Irisalva Moita – neste panorama, a Leite de Vasconcelos, apesar de todo o empenho que colocou no estudo da Arqueologia Portuguesa, ficará reservado um lugar “menor” na região¹⁰.

Em resumo, o panorama com que nos deparamos quando iniciamos o projecto de investigação sobre o “Estudo do Megalitismo a Sul do Douro – Bacias do Vouga e Alto Paiva” era, em linhas gerais, o seguinte:

- existência de anotações românticas sobre os “dolmens” (*sic*), “antas” e “antelas”, com largas discussões sobre o seu significado, que marcarão todo o final do Séc. XIX, pela mão de AA. como Pinho Leal e mesmo de Leite de Vasconcelos – embora este último tenha realizado ou mandado efectuar escavações em alguns monumentos megalíticos da Beira Alta, de que nos deixou relatos sucintos;
- algumas dezenas de monumentos cartografados, com maior ou menor precisão, em particular aqueles que revelavam estrutura “megalítica” visível, ou detinham dimensões avantajadas (GIRÃO, 1921; MOITA, 1966; JORGE, 1982);
- monumentos escavados sobre os quais a informação se resumia ao “ter” ou “não ter” espólios, sem descrição alguma (ou quando existe é muito sumária) quanto à estrutura das mamoa e áreas deposicionais funerárias (GIRÃO, 1921; MOITA, 1966);
- monumentos escavados, sobre os quais não existia publicada, informação alguma mas apenas pequenas anotações pessoais (SOUTO, s.d.; BRANDÃO, 1957);
- conjuntos artefactuais dispersos em colecções privadas ou em museus: uns sem indicação de origem, outros de proveniência difícil, senão impossível, de comprovar, dado o carácter pessoalista das designações: “Mamoá do Sr. Pinho”, etc.; Museu de Aveiro; Museu do Padre Arede; Museu do Seminário Maior do Porto, etc.

Porém tais dados, embora escassos e imprecisos, foram da maior relevância para o arranque do estudo sistemático das sepulturas sob montículo artificial na Região Centro-Norte

⁸ Embora não cite, expressamente, os trabalhos de investigação do casal Leisner, certamente que Irisalva Moita na sua “síntese” a eles foi buscar os elementos de que necessitou (Cf. MOITA, I, 1966, *Características predominantes do grupo dolménico da Beira Alta*, “Ethnos”, 5, Lisboa, pp. 189-277).

⁹ Este último compilaria várias anotações durante os seus “passeios” arqueológicos na região, em particular na Serra do Arestal, parcialmente já publicados (LUCAS, M^a.M. 1989, *Contributo para o estudo do megalitismo no Baixo Vouga - Os inéditos de Alberto Souto.*, Inst. Arq., FLUC, Coimbra, dact.). O seu conhecimento excepcional do megalitismo da região tornou-o um interlocutor válido junto dos Leisner, que a ele recorriam com frequência, como o demonstra a correspondência trocada entre ambos (Cf. a título de exemplo, a carta de Alberto Souto a Georg Leisner, datada de Aveiro, de 30 de Maio de 1945).

¹⁰ Será à Beira Alta e em particular à região de Vila Nova de Paiva que acabará por ficar indissolúvelmente ligado o nome de Leite de Vasconcelos, assim como o de Maximiliano Apolinário, seu incansável colaborador, a quem se deve a maior parte das intervenções arqueológicas naquela região.

Litoral, cujos conhecimentos actuais são em grande medida deles devidos. Da situação em que se encontram actualmente os nossos conhecimentos sobre tal problemática, passaremos de seguida a dar uma breve panorâmica.

2. A paisagem natural: breve caracterização da área de estudo

Sob a designação de Centro-Norte Litoral¹¹ compreende-se toda a vasta região que se estende para Sul e para Norte respectivamente das bacias do Douro e do Mondego (limites inferiores da Bacia do Vouga); para Este apresenta-se delimitada pela Bacia do Rio Paiva e cimos aplanados da Serra de Montemuro; a Sudeste pelo Maciço da Gralheira¹² e Serra do Caramulo e a Ocidente pelo Oceano Atlântico, o qual exerce uma forte acção regularizadora do clima, em todo o território assim definido, caindo dentro do que Orlando Ribeiro designou por "Norte Atlântico" (RIBEIRO, 1986).

Não constituindo uma "região natural", trata-se apenas de uma parcela do território nacional que tem de comum a influência atlântica, a qual marca com as suas variações a idiossincrasia de um território, natural e humano, que cai genericamente entre os paralelos de 40° 15' e 41° 10' Norte e os meridianos de 8° e 8° 45' Oeste de Greenwich (Est. I).

Região de temperaturas amenas, sem amplitudes térmicas acentuadas vê, contudo, alterarem-se com algum significado tais características, à medida que caminhamos para o interior, onde o efeito regularizador do mar tem uma incidência menor. De um modo geral porém toda a região sofre os efeitos da influência marítima, razão pela qual os níveis pluviométricos são acentuados, favorecendo a existência de ricos cobertos vegetais, apenas minguados na faixa oriental da região, de relevos mais acentuados¹³.

A geologia da região caracteriza-se pela existência de três formações principais, do litoral para o interior: as formações sedimentares Plio-pleistocénicas no extremo ocidental da área de estudo, os granitos hercínicos e os xistos do Câmbrico ou do Pré-Câmbrico¹⁴.

Os granitos e as formações "xisto-grauváquicas" são as principais formações geológicas do Centro-Norte Litoral, as quais tanto correm a par, como se intercalam ou ainda se intersectam, como ocorre na Serra da Freita (sector norte-ocidental do Maciço da Gralheira), em que o Rio Caima – afluente da margem direita do Vouga – se despenha, não longe da nascente, por uma garganta estreita (designada popularmente "frecha"¹⁵), aberta no ponto de contacto dos granitos com os xistos metamórficos, o que origina um espectáculo de rara beleza, no ambiente agreste da serra.

Também na Serra do Caramulo (Guardão), existe fenómeno idêntico, se bem que a menor resistência à erosão esteja representada pelo granito, muito erodido e alterado, contrariamente ao xisto¹⁶.

¹¹ Termo retirado da Geografia Física, recolhido em Rochette Cordeiro e Fernando Rebelo.

¹² A designação de Maciço da Gralheira deve-se a Aristides de Amorim Girão (sugerido mais tarde por Orlando Ribeiro), servindo para designar o conjunto de relevos complicados, formado pela Serra da Freita, Arada e Arestal (GIRÃO, 1921; RIBEIRO, 1943).

¹³ Os sectores mais montanhosos do Centro Litoral encontram-se alinhados na extremidade Este daquele território, constituindo o que Brum Ferreira designou por "Montanhas Ocidentais", em que os cumes mais elevados pouco ultrapassam os 1000 metros (o ponto de maior altitude encontra-se na Serra de Montemuro: 1381 metros) (FERREIRA, 1978).

¹⁴ Autores como Carlos Teixeira, atribuem às rochas pertencentes ao "Complexo xisto-grauváquico" uma idade "Precâmbrico terminal" (Cf. TEIXEIRA, s.d.; TEIXEIRA & GONÇALVES, 1980), enquanto Nery Delgado lhes atribui uma idade "Câmbrico" (Cf. DELGADO, 1905; DELGADO & CHOFFAT, 1899). Brum Ferreira sugere a sua inclusão no "(...) *Infracâmbrico e primeiros tempos do Câmbrico*." (FERREIRA, 1978, 16).

¹⁵ A designação popular para este acidente natural é a de "Frecha da Mizarela", do nome do lugar onde se situa a queda de água ou "frecha".

¹⁶ Trata-se de fenómenos de erosão diferencial: aqui pela maior resistência dos granitos, enquanto que na Freita a menor resistência é apresentada pelos xistos (TEIXEIRA, s.d., 106).

Região cujo aspecto fundamental da sua morfologia deriva das profundas alterações verificadas durante o Terciário e o Quaternário, com uma topografia “várias vezes deformada e retocada”, na expressão de Brum Ferreira (FERREIRA, 1978, 294), possui um sistema orográfico em que predominam as médias altitudes, sendo reduzidos os espaços com cotas superiores aos 800 metros. Estes últimos encontram-se confinados ao limite Este da área de estudo (serras de Montemuro, Gralheira e Caramulo), os quais delimitam as principais bacias dos cursos de água da região: Paiva e Vouga, com seus afluentes e sub afluentes (Est. I).

Tais cursos de água, de que não se pode excluir a bacia inferior do Douro (de que dois importantes afluentes da sua margem esquerda detêm real importância na região, como o Paiva e o Arda), organizam este território numa vasta rede de drenagem, sem a qual a agricultura intensiva que a caracteriza, deixaria de ser a fonte substancial de alimentação – nas regiões mais orientais, onde os solos são pouco espessos e a água é menos abundante, encontram-se particularmente difundidas as culturas de sequeiro, à base do centeio e do milho de sequeiro.

A abundância de água é outro dos aspectos significativos da região de estudo, isto numa área onde a exiguidade dos solos agrícolas¹⁷ tem um peso considerável, por contraposição aos solos de aptidão florestal que se distribuem em grandes manchas, particularmente nos sectores nordeste e sudeste (Montemuro, Gralheira e Caramulo), onde ocupam cerca de 80% dos solos aí existentes¹⁸.

Nos solos incultos, onde com dificuldade medra a carqueja e “onde a urze a custo desabrocha, bebendo o sol, comendo o pó, mordendo a rocha” (versos de Guerra Junqueiro cit. por Amorim Girão, p. 616) apascentam-se rebanhos de ovinos-caprinos, segundo a tradição ancestral da “adua”¹⁹.

É nesta paisagem várias vezes milenar, de topografia particular e modelada vezes sem conta pela mão do Homem, que se contam por centenas os monumentos sepulcrais, cobertos por colinas artificiais de volumetrias variadas, agrupados em vários patamares, que lhe dão uma feição de paisagem ritualizada, como não se encontra outra, tornando-a num espaço privilegiado para a investigação sobre as várias expressões de que se revestiram as práticas de enterramento sob *tumulus* e que, por mais de dois milénios, irão constituir a marca mais visível da presença humana.

3. A paisagem ritual

3.1. Mamoas

3.1.1. Distribuição geográfica

O Centro-Norte Litoral constitui uma das regiões onde a percentagem de sepulturas sob montículos artificiais é das mais significativas, pese embora a destruição de que muitas foram alvo, desde os meados do século XVIII e, em particular, da década de 40 até aos nossos dias²⁰.

¹⁷ Muitos dos solos que hoje detêm uma utilização agrícola foram subtraídos aos solos de aptidão florestal.

¹⁸ COMISSÃO NACIONAL DO AMBIENTE, 1985, *Carta Agrícola e Florestal. Grandes grupos de utilização do solo*, “Portugal. Atlas do Ambiente”. 1, CNA, Lisboa.

¹⁹ O método de apascentar os rebanhos, designado por *adua*, consiste na vigia das cabras e ovelhas dos vizinhos de uma aldeia, que constituem o rebanho colectivo. (Cf. GOUVEIA, 1994; JORGE DIAS, 1965)

²⁰ Não que o processo de degradação das sepulturas não se tenha verificado ainda antes, pouco depois da sua utilização, como o registo arqueológico tem documentado, em alguns casos e em particular, durante o período em que decorreu o domínio romano e durante a Idade Média. Mas será a partir da década de 40 que importantes trabalhos de arroteamento irão ser realizados, alterando por completo a fisionomia rural e levando a destruição a muitos monumentos. Mais recentemente, a década de 80/90, com as reflorestações indiscriminadas que um pouco por todo o lado se levaram a cabo, atingindo sectores de solos incultos, onde existiam necrópoles de alguma importância, levaram à destruição de um número significativo de monumentos, em particular nas Montanhas Ocidentais. Refira-se a título de exemplo os seguintes casos: na necrópole do Arreçaiço, dos 8 *tumuli* cartografados, restam 3 (dois já foram estudados); na necrópole da Senhora do Monte/Cabril, dos 5 monumentos existentes anteriormente à reflorestação, restam 3 (1 estudado). O que constitui uma percentagem elevada de *tumuli* destruídos, mais de 50%!

Apesar de tal situação, contam-se ainda por várias centenas, em todo o território considerado, com o exaustivo trabalho de campo efectuado desde a década de 80 permitiu verificar, tendo-se cartografado várias dezenas de monumentos, muitos dos quais inéditos, em particular aqueles de reduzidas dimensões que, por norma, costumam escapar ao observador mais atento.

Distribuindo-se por toda a região, independentemente das condições geomorfológicas pré-existentes, surgem organizados em patamares altimétricos que do litoral ao interior não evitou topografia alguma :

– tanto entre as cotas de 0 e 200 m da Orla Atlântica/Plataforma Litoral, como entre os 200 e os 400 metros do rebordo das Montanhas Ocidentais, os 400 e 600 metros do médio relevo, os 600 e 800 metros dos plateaux intermédios e mesmo acima dos 800 metros, nos cimos aplanados das serras de Montemuro, Gralheira e Caramulo (Fig. 1).

Também as características geológicas dos terrenos não actuaram como factor condicionante da localização dos túmulos: encontram-os implantados quer em terraços marítimo-fluviais, em solos graníticos ou de xisto – casos há em que a implantação dos monumentos de um mesmo núcleo se distribui indistintamente pelos diversos tipos de terrenos (granito/xisto).

Tal distribuição espacial não esconde porém as frequências relativas que documentamos para cada patamar, em que a “preferência” principal se situa ao nível das cotas entre os 400 e os 600 metros, ou seja nas regiões de média altitude, predominantemente graníticas ou xisto-grauvácicas, com solos de Cambissolos húmicos e dístricos, associados a Luvisolos e a Podzóis órticos²¹, logo se lhes seguindo percentualmente, os *tumuli* a cotas acima dos 800 metros, com solos compostos principalmente por granitos nas variedades alcalina, calco-alcalina, de grão médio a fino e por xistos metamórficos e rochas do complexo xisto-grauvácico.

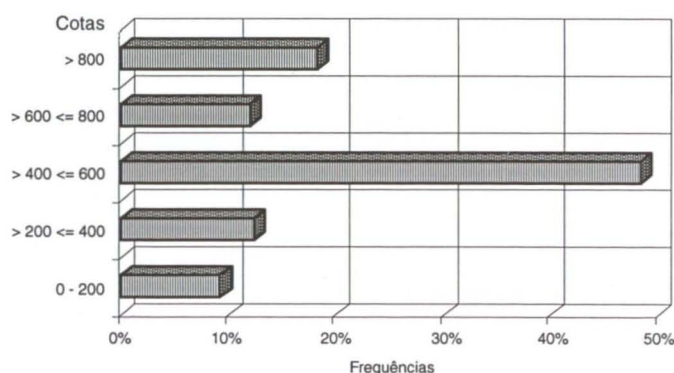


Fig. 1 – Frequências relativas simples dos *tumuli*

Nos restantes patamares (0-200;(200(=400; 600(=800) a densidade é menor, devendo-se porventura tal facto a razões que nada terão a ver com o padrão locacional que condicionou a sua implantação. Com toda a probabilidade, as percentagens inferiores detectadas terão subjacentes razões bem mais prosaicas como a pressão do impacto urbano, a mecanização da agricultura, os reflorestamentos desregrados e sem estudos de impacte arqueológico prévio, ou mesmo, prospecções de malha menos fina que a utilizada nas restantes regiões.

Apesar de tais acções, isoladas ou conjugadas, chegaram até nós sepulturas em número suficiente para permitir um estudo capaz de ajudar a avaliar os aspectos sócio-económicos das populações que as construíram, encontrando-se no Centro-Norte Litoral uma das mais significativas amostragens.

A esta elevada percentagem não corresponde, como já vimos, um padrão distributivo uniforme. Este só se encontra quando procedemos ao estudo da implantação dos monumentos ou das “necrópoles”, caso a caso, o que revela a existência de uma escolha prévia quanto ao local destinado à implantação do túmulo.

²¹ Cf. nota 18.

Localizando-se preferencialmente em chãs/rechãs e plateaux, aproveitando ou não elevações do terreno, evitaram os sectores muito acidentados e declivosos do território, pelo que revelam uma clara obsessão pelo domínio da paisagem envolvente. Daí que tenham escolhido locais de topografia proeminente, no rebordo de curvas de nível ou ainda sobre elevações.

Exemplos há em que foram implantados no cimo aplanado de pequenos plateaux, com espaço apenas para um monumento, sobrepondo-se a núcleos de *tumuli* que assim ficaram numa posição hierarquicamente “subalterna”, como por exemplo a Mamoá da Cana, no cimo do monte do mesmo nome, no sopé do qual existe um pequeno núcleo de mamoas, ou a Mamoá de Valinhos – esta domina uma vasta área de vale, de que estão excluídos outros monumentos.

Contudo, o padrão geral de organização espacial dos *tumuli* na região é a sua nuclearização chegando a formar necrópoles de dimensão significativa, em particular nas chãs e plateaux das Montanhas Ocidentais, já que na Plataforma Litoral o modelo mais comum é a existência de um único monumento, de dimensões avantajadas, dominando vastas áreas em redor (Ex.: “Mama” da Galinha, Mamoá de Mamodeiro, entre outras).

Se este padrão locacional se pode aplicar às “mamoas megalíticas” e às que, à falta de melhor termo, designamos por “sub-megalíticas”, já para os pequenos montículos funerários de “tradição megalítica”, as características locais mudam radicalmente.

Salvo algumas, poucas, exceções, a estes pequenos *tumuli*, que às dezenas começam agora a ser reconhecidos e a merecer a atenção dos investigadores, já não se aplicam as “leis da visibilidade”²². Pelo contrário, encontrámo-los implantados em chãs deprimidas, nas imediações ou sobre afloramentos (confundindo-se mesmo, em alguns casos, com eles), mas também nas proximidades de “mamoas megalíticas”, onde ocupam uma posição subalterna (satélite) – a situação mais comum continua a ser porém a nuclearização, chegando a formar/integrar necrópoles: plateau da Freita, plateau de Silveiras (Alto do Campelinho), entre vários outros exemplos.

Esta nova forma de encarar a ritualização do espaço, que encontramos nas sepulturas “não megalíticas” ou de “tradição megalítica”, constitui uma acentuada dicotomia entre as sepulturas sob montículo artificial, de provável origem cronológico-cultural, de que ainda não se conhecem os contornos claros, à falta de elementos credíveis de datação absoluta.

Contudo, a partir dos monumentos já estudados, é possível constatar que a dicotomia é ainda mais acentuada entre os três tipos formais de *tumuli*, ou seja: no Centro-Norte Litoral convivem, em muitos casos a par, “mamoas megalíticas”, “sub-megalíticas” e de “tradição megalítica”, com diferentes “lógicas” de implantação espacial, estruturalmente diversificadas e contendo áreas deposicionais funerárias de acentuado polimorfismo, pelo que a aplicação do termo “megalítico” se deve entender apenas em termos da sua “consagração pelo uso” e nada mais do que isso.

3.1.2. Tipologias

3.1.2.1. Os *tumuli*

A uma percentagem elevada de montículos funerários corresponde também um polimorfismo variado, só detectável quando se procede ao seu estudo arqueológico ou seja, da leitura imediata de um observador, a característica que imediatamente ressalta é a existência de um montículo de perfil mamelar, de maior ou menor volumetria, melhor ou pior conservado e em que, nos casos mais afortunados, a tipologia da sepultura “saltará à vista”.

Na região de estudo, o aspecto mais significativo é a existência de montículos com profunda violação central, no interior da qual não se vislumbra indício algum da sepultura que conteve, donde a relevância do estudo arqueológico.

Se isto acontece ao nível dos espaços funerários, também ao nível do seu revestimento exterior, a situação não é muito melhor – em qualquer dos casos só o estudo da entidade única, constituída pelo *tumululus* e pela sepultura, poderá ajudar a esclarecer a tipologia de um e de outra.

²² Uma exceção flagrante a esta regra (entre algumas outras) é a implantação dos *tumuli* 1 e 2 no Alto do Moroiço, distanciados um do outro cerca de 30 metros, servindo um deles de base ao marco geodésico.

Numa região como o Centro-Norte Litoral, onde os monumentos raramente se revelam ao contacto imediato, os trabalhos efectuados na última década permitiram o estabelecimento de várias tipologias, dentro dos três grupos principais de tumuli referidos: megalíticos, sub-megalíticos e de tradição megalítica ou não megalíticos.

3.1.2.1.1. Tumuli *megalíticos*

Estes tipos de *tumuli* são os mais difundidos na região, embora apresentem uma vincada variabilidade regional, com alguns tipos e subtipos.

Dos diversos tipos identificados, aquele que tem maior expressão percentual é o das mamoas com couraça lítica de revestimento, as quais se distribuem principalmente pelas “Montanhas Ocidentais” (FERREIRA, 1978, 203-255), particularmente a partir do rebordo montanhoso oriental, o qual constitui como que uma “fronteira” à expansão deste tipo de *tumuli* que deixam praticamente de existir na Plataforma Litoral.

O seu padrão locacional consiste em ocuparem pontos de boa visibilidade, em chãs/rechãs e plateaux, nas imediações ou sobranceiras a linhas de água e terrenos de potencialidade agrícola, agrupando-se principalmente em núcleos ou necrópoles, sendo raros os casos em que se apresentam isolados.

As mamoas deste grupo são maioritariamente de planta circular a sub-circular, de pequenas a médias dimensões e baixa altura. A sua presença ocorre tanto nos solos de granito como nos de xisto, não deixando antever qualquer preferência específica por este ou por outro tipo de solos, donde o factor geológico não ter tido qualquer relevância na construção destes *tumuli*, os quais se “sujeitaram” às condições geológicas pré-existentes (SILVA, 1985).

A necropolização da paisagem com este tipo de mamoas abrange toda a área do território Centro-Norte Litoral, exceptuando-se a faixa de terrenos da Plataforma Litoral, onde até à data não se documentaram monumentos deste tipo – a retracção da “expansão” dos *tumuli* com couraça lítica começa a verificar-se já a partir daquele rebordo montanhoso.

Outro tipo de mamoas que revela também uma expressão significativa é constituído pelos *tumuli* sem couraça de cobertura, mas contendo anel perimetral de contenção. Tais monumentos não constituem um grupo homogéneo, já que se detectaram algumas variantes ou subtipos. A sua distribuição espacial confina-se principalmente à Plataforma Litoral, se bem que se conheçam prolongamentos para além do rebordo montanhoso, já em plenas Montanhas Ocidentais. São *tumuli* de grande volumetria, implantam-se em sectores aplanados e mais abertos da paisagem, onde ocupam os pontos elevados, ou os limites de cotas altimétricas, situando-se também, marginalmente, a terrenos agrícolas e linhas de água.

Diferentemente das mamoas com couraça lítica de revestimento, raramente constituem núcleos ou necrópoles, antes as vemos em posição isolada²³ dominando vastas extensões de terreno – os vários subtipos conhecidos mantêm todos as mesmas características locais.

Os tipos de *tumuli*, que no Centro-Norte Litoral, revelaram até ao momento, menor expressão, são constituídos pelas “mamoas pétreas” ou “cairns” e por mamoas sem qualquer revestimento lítico nem anéis perimetrais de contenção periférica.

No primeiro caso, de que se conhece um escasso número, o seu padrão locacional é idêntico ao dos monumentos recobertos com couraça lítica, inserindo-se inclusive nos núcleos e necrópoles formadas por aqueles, onde ocupam contudo, posições menos destacadas. Sendo consideradas como uma expressão tardia do fenómeno megalítico, encontramos-as confinadas exclusivamente às “Montanhas Ocidentais”, implantadas tanto nas cotas intermédias, como nas mais elevadas.

A “massa” destes montículos funerários é essencialmente constituída por elementos líticos de dimensão variada e nas matérias-primas predominantes nos locais de construção (granito/xisto), possuindo volumetrias congêneres às mamoas com e sem couraça lítica.

²³ Distantes de outros montículos funerários, 100 metros ou mais.

No segundo caso, trata-se de um “grupo” de que se suspeitou a sua existência, quando se procederam aos primeiros trabalhos arqueológicos num montículo da Plataforma Litoral, implantado sobre um terraço marítimo-fluvial e que se viria a confirmar com a conclusão da intervenção arqueológica.

Este “grupo”, representado até ao momento, apenas por um exemplar, não se distingue dos monumentos congéneres daquela Plataforma: nem pela implantação (visto ocupar o ponto mais elevado de uma área aplanada, nas imediações de terrenos actualmente agricultados e sobranceiro a linhas de água), nem pela volumetria, nem pelo padrão distributivo, pois é o único monumento conhecido num raio superior a 1 000 metros.

Caso único, conhecido até ao momento, coloca a questão, para a região, de se saber se, em terrenos tão “modernos”, tão próximos do litoral e onde a escassez de matéria-prima é tão constrangedora, não terá existido uma paisagem ritual mais rica, materializada nos *tumuli*, de que a Mamoa de Mamodeiro foi o único exemplar que chegou até aos nossos dias.

Estamos em crer que aquela mamoa megalítica deverá constituir o que resta de uma vasta necrópole, distribuída sobre e ao longo da “primitiva” linha de costa, de cuja existência poderão dar testemunho os vários micro-topónimos conhecidos como “mamoas”, “mama”, etc.²⁴

De um modo geral todas as mamoas megalíticas revelam uma adaptação às características da paisagem em que se inscrevem, ao recorrerem às matérias-primas de que dispunham para a sua construção. Em alguns casos constata-se o reaproveitamento de materiais de uso quotidiano como os moinhos manuais – moventes e dormentes, quer incluídos nos elementos da couraça de cobertura, quer inseridos na própria estrutura do montículo funerário. Noutros casos ainda, a disposição cuidadosa de um elemento de moinho manual movente, sobreposto pelo elemento dormente, na superfície monticular, revela de uma acção simbólica mais que funcional.

Ao deitarem mão aos materiais de que dispunham, deles usando com mestria, os construtores dos *tumuli* megalíticos revelam não ter sentido qualquer constrangimento imposto pelo meio.

3.1.2.1.2. *Tumuli sub-megalíticos*

Este grupo de montículos funerários, para já reduzido em número, visto que só foi reconhecido a partir dos estudos arqueológicos efectuados na região, distingue-se das mamoas megalíticas com couraça de revestimento, apenas pelas estruturas funerárias que contém.

À semelhança daquelas ocupam pontos proeminentes da paisagem e integram-se em núcleos ou necrópoles de mamoas, coexistindo espacialmente com *tumuli* megalíticos e não megalíticos – casos há em que integram núcleos constituídos apenas por mamoas megalíticas. O seu padrão distributivo confina-o às Montanhas Ocidentais, acima da cota dos 400 metros, não se conhecendo até ao momento qualquer evidência da sua presença na Plataforma Litoral.

Volumetricamente também não se diferenciam daquelas mamoas, o mesmo acontecendo do ponto de vista estrutural: montículos de terra e pedras, recobertos por carapaça lítica envolvente espessada na periferia e assente sobre a alterite de base, formando anel de contenção perimetral – este é obtido pela colocação de lajes fincadas.

Os monumentos estudados e que permitiram estabelecer este “grupo”, parecem revelar um menor polimorfismo ao nível das estruturas monticulares, se comparado com o das mamoas megalíticas. Contudo, é provável que entre as centenas de *tumuli* cartografados na região, alguns deles sejam mamoas sub-megalíticas, com soluções arquitectónico-tumulares que se afastam das já conhecidas, do mesmo modo que foi constatado para as mamoas megalíticas.

3.1.2.1.3. *Tumuli “não megalíticos”*

Constituem este grupo os pequenos montículos funerários que às dezenas têm sido detetados na região e que, pelo facto de manterem o aspecto mamelar que caracteriza as sepulturas sob montículo artificial, designamos por *tumuli* de tradição megalítica, ou não megalíticos.

²⁴ SILVA, F. A. P., 1993, *A Mamoa do Mamodeiro. A Ocupação do Litoral de Aveiro durante a Pré-História Recente*, “Boletim Municipal de Aveiro”, Ano XI, 22, Aveiro, pp. 25-32.

Pouco conhecidos porque dificilmente identificáveis, já que na maioria dos casos se confundem com a paisagem e pior ainda estudados, dada a escassez de elementos do mobiliário funerário que normalmente revelam, o seu estudo foi sempre pontual, nunca tendo existido um programa de pesquisa exclusivamente vocacionado para o conhecimento de tais *tumuli*²⁵.

Encontramo-los distribuídos principalmente pelos plateaux de média altitude das Montanhas Ocidentais, implantados em chãs deprimidas, nas imediações de afloramentos ou ainda sobre eles, onde formam um todo de difícil distinção. Em alguns casos localizam-se nas imediações de mamoaas “megalíticas”, ocupando uma posição hierárquica “subalterna”; noutros ocupam posição sobranceira mas marginal, a uma sepultura megalítica; noutros casos ainda, mas mais raros, implantam-se a cotas elevadas, no cimo de pequenos plateaux, dominando toda a paisagem em redor (Ex.: mamoaas do Monte Moroço). Num único caso inserem-se num *tumulus* megalítico (sep. periférica 1 e 2 de Aliviada 2).

De plantas predominantemente circulares, os seus diâmetros raramente ultrapassam os valores máximos de 7/8 metros, chegando a alcançar o valor mínimo de 2 metros de diâmetro. Também a altura (acima do solo) raramente ultrapassa os 0,50 metros, encontrando-se os valores mais comuns entre 0,10 e 0,50 metros, donde a dificuldade em os localizar.

Estruturalmente estes pequenos montículos apresentam revestimento pétreo, à base dos elementos locais, mas em que o quartzo ocupa uma posição preponderante, chegando mesmo em alguns deles a constituir a principal matéria-prima, seja ao nível da cobertura lítica superficial seja ao nível estrutural, intercalando os elementos graníticos ou de xisto.

Os dois tipos de mamoaas “não megalíticas” reconhecidas são os *tumuli* pétreos ou “cairns” e os *tumuli* de terra, podendo conter ou não, estrutura perimetral de contenção – em ambos a sepultura ocupa um lugar central.

3.1.2.2. Estruturas internas

É grande a variabilidade que encontramos nas estruturas internas dos *tumuli* (Est. II), particularmente ao nível das “mamoaas megalíticas” e “sub-megalíticas”, sendo nestas últimas que a diversidade das arquitecturas funerárias é mais vincada.

Na região, as sepulturas verdadeiramente megalíticas agrupam-se genericamente nos seguintes tipos: sepulturas poligonais simples e sepulturas de corredor, estando ausentes as sepulturas de vestíbulo, assim como do tipo “galeria coberta”²⁶. São porém, sem dúvida alguma, as sepulturas poligonais simples que constituem o grosso das áreas deposicionais funerárias.

3.1.2.2.1. Sepulturas poligonais simples

Normalmente de pequenas dimensões, apresentam plantas que variam entre as poligonais²⁷, poligonais com tendência ao circular, sub-quadrangulares e sub-rectangulares, abertas ou fechadas. Esta última característica é difícil, se não impossível, de precisar na maioria dos monumentos, pelo estado vandalizado com que chegaram até nós – numa grande percentagem de estruturas faltam-lhe as lajes.

²⁵ O estudo destes *tumuli* foi sempre ocasional, situado no contexto do núcleo ou das necrópoles sobre as quais incidiam a investigação (Ex.: Fonte da Malga, Moinhos de Vento). (Cf. KALB & HÖCK, 1979; SENNA-MARTINEZ, 1989). A partir de 1987, nós próprios, no âmbito do projecto de investigação, passamos a efectuar o estudo dos montículos “não megalíticos”, em articulação com o estudo das mamoaas “megalíticas/sub-megalíticas”, tendo-se estudado até ao momento os seguintes *tumuli*: sep. periférica 1 e 2 da Aliviada, Urreira 8, Cando 1, Fojo 2, Monte Calvo 1, Monte Calvo 2.

²⁶ No Centro Norte Litoral não há tradição alguma desse tipo sepulcral, comum em outras regiões atlânticas. Embora Amorim Girão refira um hipotético exemplo, a Anta da Casa da Orca nas Malhadas do Cambarinho, como tivemos oportunidade de constatar, está-se em presença de um dólmen de corredor, de cuja câmara megalítica nada resta visível; em seu lugar existe uma grande depressão (negativo de violação) com denso coberto vegetal de arbustivas.

²⁷ Dentro destes grupos genéricos existem algumas variantes, como as câmaras poligonais “alongadas” ou sub-elípticas.

Estas sepulturas, de que as melhor conservadas têm como matéria-prima o granito, são constituídas por número variável de esteios, os quais se distribuem de modo a formarem polígonos regulares ou irregulares. Na maioria dos exemplares conhecidos são de dimensões modestas e distribuem-se principalmente para Este do rebordo montanhoso ocidental, enquanto que as grandes câmaras megalíticas se encontram melhor documentadas na Plataforma Litoral.

Tal distribuição não evita contudo, a “infiltração” de uns e outros monumentos nas mesmas áreas, podendo-se referir a título de exemplo o Dólmen de Paranho de Arca/Espírito Santo de Arca (Est. IV, 1) de grande câmara megalítica ou o Dólmen 2 da Mamoa da Portela da Anta (PANTA.I.2) de menores dimensões. Já nos planaltos de média altitude predominam os monumentos poligonais de pequenas dimensões, de que os exemplos abundam, sendo de referir entre muitos outros, a Mamoa de Gozendas ou a Mamoa de Couto de Mós.

As sepulturas poligonais “alongadas” ou sub-elípticas distribuem-se também neste mesmo contexto, como por exemplo, as mamoas 2 e 4 da Aliviada. De plantas sub-quadrangulares e sub-rectangulares conhecem-se escassos exemplares, de que os mais significativos são a Pedra da Moura 5 (ALBUQUERQUE E CASTRO *et al.*, 1957) e Aliviada 1 (Est. IV, 2).

Em todos os casos reconhecidos constata-se que os ortostatos detêm alturas sensivelmente uniformes e não possuem distinção alguma entre si, exceptuando-se os casos da Anta de Espírito Santo de Arca e do Dólmen de Aliviada 1: no primeiro caso há um ortostato mais largo que os restantes, marcando a cabeceira ou o topo da câmara e, no segundo caso, uma laje com recorte triangular a que se apoiam as restantes, distribuindo-se de um e do outro lado, lembrando modelos que encontramos nas sepulturas de corredor.

3.1.2.2.2. Sepulturas de corredor

Este tipo de sepulturas não mereceu a “popularidade” que encontramos noutras regiões, o que no Centro-Norte Litoral se traduz pela existência de não muito mais de uma dezena de monumentos conhecidos, ao contrário das sepulturas simples que se distribuem em largas centenas por todo o território. Integrando mamoas de médias a grandes dimensões, com tumuli de terra ou pedra mas também em “cairns”, a sua distribuição espacial segue de perto as mamoas contendo sepulturas desprovidas de corredor, inserindo-se nos núcleos ou necrópoles de tais mamoas, onde surgem como um elemento mais da necropolização do espaço.

A sua ocorrência confina-se principalmente aos sectores mais orientais do Centro-Norte Litoral, em contacto mais directo com os planaltos altibeirões, sendo pouco expressiva a sua presença no rebordo montanhoso que confina com a Plataforma Litoral, onde se conhecem escassos exemplares. Naquela Plataforma a documentação referindo a existência de sepulturas de corredor é exclusivamente teórica, não tendo sido claramente confirmada pelas intervenções arqueológicas²⁸. Tipologicamente os dólmenes de corredor organizam-se genericamente em dois grandes grupos: duplamente diferenciados (em planta e alçado) e diferenciados apenas em planta.

3.1.2.2.2.1. Dólmenes duplamente diferenciados

Este grupo de dólmenes revela alguma variabilidade tanto no tocante às câmaras sepulcrais como aos próprios corredores. Encontramos assim câmaras de planta poligonal com corredores longos a médios; câmaras de planta poligonal mas em que a junção dos esteios, topo a topo, lhes dá uma planta tendencialmente circular, com corredores médios; câmaras de planta sub-rectangular ou “trapezoidal” com corredores curtos.

a) o subgrupo das sepulturas de planta poligonal e corredor longo, encontram-se preferencialmente distribuídas no extremo oriental do Centro-Norte Litoral ou seja, ao longo dos planaltos altibeirões, com alguns prolongamentos pelo Maciço da Gralheira e na Serra de Montemuro.

²⁸ A referência à Mamoa de Mamodeiro como contendo um dólmen de corredor, deve-se a Alberto Souto. Contudo, os trabalhos arqueológicos aí a decorrer não o confirmam, antes parecendo apontar para a existência de uma grande sepultura poligonal simples.

Os monumentos que melhor caracterizam este subgrupo são, entre outros, a Anta do Coval também designada por mamoa de Ouguedêlo; a Pedra da Moura 1/Cerqueira 1 (Est. V, 1), a Anta do Juncal e provavelmente, a Casa da Orca das Malhadas de Cambarinho – desta sepultura apenas se conhece o corredor e o negativo de violação correspondente à câmara funerária (Est. V, 2)²⁹. Nestas sepulturas os esteios do corredor possuem menor tamanho que os da câmara. As câmaras possuem um diâmetro de cerca de 3,50 metros e os corredores de cerca de 6 metros (SILVA, 1994).

b) as sepulturas de câmara poligonal e corredor de tamanho médio, embora continuem a revelar uma percentagem de presenças diminuta, são porventura o grupo mais difundido das sepulturas de corredor. A sua distribuição é ainda mais diversificada que a do grupo anterior, encontrando-se em três patamares altimétricos diferenciados: acima dos 800 metros, entre os 400/600 metros e entre os 200 e os 400 metros (SILVA, 1994). Como exemplos podem-se apontar as seguintes sepulturas: o dólmen da Mamoa 3 da necrópole de Córregos/Cabril/Senhora do Monte, o dólmen da Mamoa da Portela da Anta (PANTA.I.1.) (EST, VI, 1), o dólmen da Mamoa 4 de Alagoas³⁰ e o dólmen da Mamoa 1 de Carvalho Mau. À semelhança das sepulturas anteriores, também estes dólmenes parecem reflectir um prolongamento das sepulturas altibeirãs para Norte e Oeste-Noroeste, devendo o encurtamento do corredor, com alguma probabilidade, tratar-se de uma peculiaridade local.

c) dólmenes de câmara poligonal, tendencialmente circular, devido ao efeito resultante da colocação dos esteios topo a topo, os quais definem um círculo irregular, são um grupo para o qual apenas se encontra documentado um único exemplar³¹: o dólmen de Antelas (ALBUQUERQUE E CASTRO *et al.*, 1957). A “laje de cabeceira”, diferentemente dos monumentos já referidos, não se destaca de forma acentuada das restantes lajes, enquanto que as do corredor, conquanto possuam também uma altura uniforme, ela é inferior ao dos ortostatos da câmara.

Desconhece-se a existência de outros monumentos enquadráveis neste grupo de sepulturas que permitam avaliar o seu padrão locacional. No caso presente, a sepultura localiza-se na vertente sudeste da Serra das Talhadas, no patamar das cotas altimétricas entre os 400 e os 600 metros. Para o monumento referido, a câmara tem um diâmetro de cerca de 3,50 metros e o corredor um comprimento sensivelmente igual, o que o coloca no grupo dos corredores médios.

d) o subgrupo das sepulturas de câmara sub-rectangular ou “trapezoidal”, da classificação de Albuquerque e Castro com corredor curto, é um tipo para o qual não se conhecem paralelos alguns. Identificando a partir do dólmen da Mamoa 2 de Chão Redondo, a sua característica principal advém-lhe da tipologia da câmara, de perfil trapezoidal “sub-isósceles” em que a laje de cabeceira define a base maior e o intervalo entre os esteios terminais da câmara, definem a “base” menor.

O corredor nesta sepultura não chega a ultrapassar os 2 metros, colocando-o assim como o único exemplar conhecido de corredor curto (ALBUQUERQUE E CASTRO, 1960). A sua implantação coloca-se também no patamar de entre os 400 e os 600 metros. O enquadramento tipológico desta sepultura não deixa de ser complexo já que o A. que a estudou, referiu a inexistência de alguns esteios, pelo que se deverá tomar a sua tipologia com algumas reservas³².

²⁹ Cf. GIRÃO, 1921; MOITA, 1966; SILVA, 1993; 1994.

³⁰ Não é muito clara a filiação desta sepultura nas sepulturas de câmara poligonal visto que dos seus esteios formativos, apenas resta uma laje completa e a base de uma outra que fazia a separação entre a câmara e o corredor.

³¹ Embora nos faltem dados claros, deixamos em aberto a possibilidade de que o dólmen da Mamoa 4 de Alagoas se pudesse englobar neste tipo de sepulturas, embora tenhamos de referir que é um tipo sepulcral sem grande presença na região.

³² Somos inclusive de opinião de que deveria ser efectuado o seu reestudo, assim como do dólmen da Portela de Carrzedo /Capela dos Mouros, para averiguar da veracidade das tipologias identificadas por aquele A.

3.1.2.2.2. Dólmenes diferenciados em planta

Dentro do grupo dos dólmenes de corredor é aquele que menos exemplos colhe, conhecendo-se apenas um exemplar, de tipologia duvidosa, mas que à falta de melhor informação, seguimos a apontada pelo A. que o estudou (ALBUQUERQUE E CASTRO, 1959), o “Monumento Megalítico da Capela dos Mouros” (Est. VI, 2), também conhecido por Portela de Carrazedo.

Se em planta se aproxima de Chão Redondo 2, embora revele um maior comprimento da câmara face ao corredor, que continua a ser curto (menos de 3,50 metros), já em alçado estamos perante uma altura uniforme dos esteios que formam quer a câmara quer o corredor.

Implantado a cotas mais elevadas que aquela sepultura, entre os 600 e os 800 metros, também aqui, as dúvidas são muito grandes quanto à sua classificação tipológica, até porque se apresentou muito vandalizado quando foi estudado (ALBUQUERQUE E CASTRO, 1959) e não se conhece paralelo algum na região.

Recentemente, quando o visitamos na companhia da proprietária, pudemos constatar a existência de revolvimentos recentes (confirmados inclusive por aquela), tendo-nos ficado a impressão de que se trataria de um dólmen de corredor com câmara poligonal e corredor longo. Contudo, o repovoamento com eucaliptos aí existente, o denso coberto vegetal arbustivo e a acumulação de terras e pedras que o rodeiam e preenchem mesmo, proveniente das escavações de Albuquerque e Castro e dos “violadores” que se lhe seguiram, impedem-nos de tomar uma posição clara sobre a tipologia do monumento³³.

3.3.2.2.3. Sepulturas sub-megalíticas

Este tipo sepulcral só começou a ser conhecido a partir do estudo sistemático efectuado nos últimos anos. Constituem-no estruturas indiferentemente em granito ou xisto, de dimensões que não cabe incluir nas “megalíticas”, de polimorfismo acentuado, mas que se encontram inseridas em *tumuli* clássicos, em tudo idênticos àqueles que contêm sepulturas megalíticas.

Os exemplares conhecidos distribuem-se indiferentemente pelo território do Centro-Norte Litoral e foram construídos utilizando os materiais disponíveis nos locais onde foram erguidos.

Formam este grupo, de contornos ainda pouco claros, mas que sugerem desenvolvimentos tardios das práticas de sepultar sob montículos artificiais, as seguintes sepulturas: Cabril 2 (Est. VII, 1), Arreção 2 (Est. VII, 2) e ainda com toda a probabilidade a Mamoa de Gestosa e os *tumuli* 2 e 3 de Carvalho Mau. Também outras sepulturas, dadas a conhecer devido a trabalhos antigos, como Souto do Coval 1 ou Pedra da Moura 4, poderão ser incluídas neste grupo de características polimórficas muito acentuadas.

Se nos dois primeiros casos estamos perante sepulturas cuja matéria-prima é o xisto, as suas arquitecturas são radicalmente diferentes: no primeiro caso subsiste um anel lítico basal donde arrancam pequenas lajes em xisto, dispostas sobrepostas, obliquamente, que se deveriam juntar no topo do montículo formando uma sepultura de recorte tronco piramidal³⁴ semelhante sepulturas como a Antela do Repilau (CRUZ, 1989) ou a estrutura periférica 1 da Mamoa da Aliviada (SILVA 1987) e, no segundo, uma sepultura de planta rectangular rodeada por um contraforte de blocos em quartzo, lembrando modelos do tipo “cista megalítica”.

Pedra da Moura 4 (Est. VIII, 1) revela uma sepultura sub-rectangular (ALBUQUERQUE E CASTRO *et al.*, 1956). Já para as três restantes, não se conhece a tipologia da sepultura visto terem chegado até nós apenas os anéis líticos internos, muito degradados (JORGE, 1984; SILVA, 1990).

³³ Este monumento atingiu um estado tal de degradação, devido às acções constantes dos revolvimentos efectuados por clandestinos a que é urgente pôr cobro, pelo que estamos a ultimar um memorando exaustivo para o IPPAR, no sentido de se procederem a trabalhos de estudo e valorização deste imóvel de primordial importância para a investigação em geral e para o património arqueológico em particular (SILVA, Fernando A.P. (1994/1995), *A Mamoa da Capela dos Mouros ou da Portela de Carrazedo. Projecto interdisciplinar de Estudo e Salvaguarda*, O. de Azeméis, Rel. inédito.

³⁴ Nenhum indício de cobertura em materiais perecíveis foi assinalada, pelo que pressupomos que se trataria de uma sepultura integralmente construída em pequenas a médias lajes de xisto.

3.1.2.2.4. *Sepulturas não megalíticas*

Neste grupo incluem-se as sepulturas inseridas em tumuli de pequenas dimensões, que localizamos principalmente nos plateaux das Montanhas Ocidentais, com alguns prolongamentos também para Oeste. Inseridas em tumuli de terra e pedras ou só de pedras “cairns”, distinguem-se dois tipos: em cista e em fossa. As cistas são de reduzidas dimensões, de planta sub-retangular e os materiais que entram na sua composição são invariavelmente o xisto e o granito, segundo as condições geomorfológicas do local; as sepulturas em fossa abrem-se na alterite de base – num caso (Monte Calvo 2) a fossa foi recoberta com uma “laje de cobertura” “megalítica” (Est. VIII, 2).

Neste grupo de sepulturas não megalíticas inclui-se ainda um pequeno subgrupo de tumulações em cista, que não possuindo tumulus próprio, foram inseridas em mamoa “megalíticas”: as sepulturas periféricas 1 e 2 da Mamoa 2 da Aliviada e a sepultura secundária da Mamoa 4 do Arreçaiço – esta última contendo no seu interior um vaso sub-cilíndrico.

3.2. Menires

No Centro-Norte Litoral conhecem-se os seguintes: o Menir de S. Bartolomeu (Pedroso, Vila Nova de Gaia), o Menir do Sr. dos Aflitos (Alvarenga, Arouca) (Est. IX, 1), o Menir dos “Três Irmãos” (Freita, Arouca), o Menir de Carvalhais (Carvalhais, S. Pedro do Sul) e um outro em Castelo de Paiva (SILVA 1989). As referências bibliográficas apontam ainda para a existência de menires em Lavadores e na Serra do Pilar (CORREIA 1935) e de um outro, o “Penedo Comprido”, em Tendais (Cinfães) (COSTA, 1977; JORGE, 1977).

Os pretensos menires referidos por Amorim Girão: “Bicão dos Conqueiros” e “Pedras Altas”, no concelho de Vouzela, analisados à luz da descrição arqueológica para tais peças monolíticas, não são de considerar enquanto tal (SILVA & SILVA, 1994, 109-123), visto tratar-se de formações naturais³⁵.

3.3. Círculos líticos

Elementos integrantes da paisagem ritual do Centro-Norte Litoral, contam-se ainda estruturas de planta sub-circular, constituídas por pequenos a médios monólitos em granito e que encontramos unicamente localizadas nas Montanhas Ocidentais. Apontados popularmente como “Recintos dos Mouros”, a um deles se refeririam os Leisner, localizando-o na Serra da Freita, em Manhouce (LEISNER, 1956).

Na realidade, não se trata de um, mas de dois “recintos” – um defronte do outro, separados por uma calçada lajeada, tradicionalmente classificada como se tratando de uma “via romana”.

Ambos os recintos são formados por lajes graníticas de pequeno a médio tamanho, na maioria tombadas, alinhadas lado a lado, segundo um alinhamento sub-circular, contornando um espaço hoje de tojo e carqueja, do tipo “talvegue”, pelo centro do qual correm águas de proveniência freática.

Um outro recinto, para o qual não conhecemos designação particular, situa-se no sector oeste da Mamoa da Portela da Anta (Est. IX, 2). Também de planta sub-circular, constituído por lajes graníticas, na maioria dos casos já tombadas, distribui-se em parte sobre a mamoa inicial (PANTA.I.2.), tendo sido posteriormente incluído na Mamoa da Portela da Anta, depois da monumentalização final que se seguiu à construção do dólmen de corredor (PANTA.I.1) e que uniformizou todas as estruturas funerário-simbólicas anteriormente aí existentes.

Este “círculo lítico” construído sobre o afloramento granítico de base, revelou a existência, no sector Este-Sudoeste de uma pequena estrutura de recorte sub-retangular do tipo “chão de cabana”, embora sem espólio arqueológico algum.

³⁵ O Bicão dos Conqueiros, continua ainda hoje a ser um referencial para o imaginário das populações pastoris da Ventosa, andando a ele associado lendas de “mouros”.

Desconhece-se a funcionalidade de tais “círculos líticos”, em particular aqueles localizados na freguesia de Manhouce, já que localmente são atribuídos aos “mouros” não havendo memória da sua utilização. Estruturalmente afastam-se das divisórias de propriedade e cercas de gado, conhecidas na região. Já para a estrutura sub-circular da Mamoa da Portela da Anta, embora o espólio arqueológico se tenha revelado nulo, o facto de estar em estreita conexão com a mamoa, sendo mesmo recoberta em parte por ela, leva-nos a pressupor que se tratasse de uma área ritual, ligada às práticas funerárias que ali ocorreriam.

4. Espólios

Embora as sepulturas revelem estruturas no geral muito destruídas, os espólios (Est. III), em contrapartida, marcam constantemente a sua presença, caracterizando-se até por uma certa monotonia nos tipos de artefactos recolhidos. Encontramo-los distribuídos, principalmente, no interior dos espaços deposicionais funerários, mas também nas estruturas anexas – átrios, ou ainda incorporados nas terras acumuladas para a construção dos *tumuli*³⁶.

Ainda que os espólios referenciados não constituam a totalidade dos conjuntos artefactuais, deposicionais e post-deposicionais, os itens reconhecidos não deixam de revelar uma grande importância para a contextualização cronológico-cultural das sepulturas do Centro-Norte Litoral, à falta de elementos de datação absoluta.

Embora o Centro-Norte Litoral seja uma região de substrato geológico em que estão ausentes as rochas calcárias³⁷ e siliciosas, donde a inexistência de “sílex” nativo, são os artefactos em sílex que detêm a maior percentagem nos conjuntos artefactuais das sepulturas, o que levanta desde logo questões quanto ao aprovisionamento de tal matéria-prima.

De todos os artefactos recolhidos nas sepulturas sob *tumulus*, são os geométricos aqueles que invariavelmente marcam a sua presença. Obtidos principalmente sob lâmina, são as variedades segmento e trapézio que maior percentualidade registam, com os triângulos escassamente representados. Estas peças de recorte geométrico estão completamente ausentes das sepulturas não megalíticas³⁸ e das sub-megalíticas³⁹.

Artefactos laminares e lamelares são também uma constante, estando presentes, sem excepção, em todos os tipos sepulcrais, excluindo-se apenas as sepulturas não megalíticas ou de tradição megalítica. De um modo geral lâminas e lamelas não apresentam retoque algum.

As pontas de seta, que usualmente se inserem nos conjuntos artefactuais das sepulturas sob montículo artificial megalítico, na região, estão escassamente documentadas, parecendo representar um momento algo tardio no desenvolvimento do “megalitismo”, ao “substituírem-se” aos geométricos. De facto parece detectar-se uma certa exclusão das pontas de seta face às peças de recorte geométrico.

Os artefactos líticos polidos (machados, enxós, goivas) também não colhem grande popularidade na região, sendo escasso o seu número, não parecendo estar ligados ao arranque do megalitismo mas a fases ulteriores de desenvolvimento, ao assinalarem-se com maior frequência nas sepulturas “evolucionadas” e, em particular, nas sepulturas “sub-megalíticas”. Em algumas sepulturas assiste-se à miniaturização dos artefactos polidos (Ex.: na sepultura da Mamoa de Valinhos assinalou-se uma enxó polida com o comprimento de 4 cm!).

³⁶ Num caso apenas (Mamoas de Mamodeiro) encontramos artefactos subjacentes ao *tumulus*.

³⁷ As formações calcárias conhecidas localizam-se no concelho de Anadia (Mogofores, S. Lourenço do Bairro e Vilarinho do Bairro), em particular na bacia do Levira (CASTRO, 1988). Em contrapartida jazigos de caulino ou cré, estão referenciados em Ovar e Oliveira de Azeméis contudo, os nódulos e/ou veios de sílex, que se formam nas massas calcárias, não se formam na cré (COSTA, 1985, 129-132), donde a ausência generalizada de sílex na região.

³⁸ Na sepultura periférica 2 da Mamoa 2 da Aliviada assinalou-se um geométrico, assim como uma lâmina de bordos abatidos, várias lascas residuais e fragmentos de cerâmica brunida que deverão se provenientes da sepultura megalítica da mamoa (SILVA, 1987, 77-91).

³⁹ Apenas em Carvalho Mau 2 e 3 foram assinalados geométricos, um em cada uma das sepulturas (SILVA, 1990).

Além destes artefactos polidos, há ainda a registar a presença de esferóides em granito, numa sepultura megalítica, a Mamoa da Mama da Galinha.

Do espólio lítico das sepulturas da região constam ainda elementos de moinho manual, cristais de rocha prismáticos, núcleos de lamelas em cristal de rocha e, em menor número, seixos.

A cerâmica surge com frequência nas sepulturas, embora muito fragmentada, sendo raros os casos em que se podem avaliar as tipologias dos recipientes, donde a existência de lacunas acentuadas neste domínio. Apenas num caso se assinalou um recipiente completo, um vaso subcilíndrico, de fundo plano-convexo, na sepultura secundária da Mamoa 4 do Arreçaiço – sepultura em cista. Proveniente das escavações de Alberto Souto (Mamoas da Terranha) conhece-se um outro recipiente de forma completa, um vaso tronco-cónico, que se encontra depositado no Museu de Aveiro (BETTENCOURT, 1982).

Os elementos de adorno constituem também um item que com alguma frequência se assinala nos espólios das sepulturas, estando porém ausentes das sepulturas “não megalíticas” e sendo raros nas “sub-megalíticas”. As contas discóides, perfuradas, em xisto, são o elemento mais comum, estando ainda documentadas, num caso, contas em pasta vítrea (Aliviada 4) e um pendente perfurado, em variscite (hoje desaparecido) da “Mamoas do Sr. Pinho” (JORGE, 1987).

Artefactos metálicos em contexto funerário, no Centro-Norte Litoral, estão praticamente ausentes, conhecendo-se apenas o “furador” do dólmen de corredor da Mamoa da Portela da Anta (PANTA.I.1) e os fragmentos do “diadema de ouro” referido por Albuquerque e Castro como tendo sido assinalado no dólmen de corredor da Pedra da Moura 1/Cerqueira 1 e que hoje se encontram desaparecidos (ALBUQUERQUE E CASTRO, 1957, 11).

A escassez de metal verifica-se também ao nível dos pequenos tumuli não megalíticos, os quais até à data têm revelado apenas fragmentos cerâmicos integráveis na Idade do Bronze.

5. Cronologias. Considerações finais

A perduração das colinas artificiais, de tamanho diversificado, contendo sepulturas em que o polimorfismo é a “pedra de toque”, é um dos aspectos mais relevantes das tumulações sob montículo artificial. Relevando de uma diacronia muito larga, as sepulturas documentam isso mesmo ou seja, a convivalidade num mesmo espaço, de estruturas funerárias muito diversas.

A tendência para a “nuclearização” ou mesmo para a “necropolização” dos espaços disponíveis, parecem ser factores constantemente presentes, donde a existência de verdadeiras “sobreposições” cronológicas, que encontramos ainda na “monumentalização” de que certas sepulturas foram alvo. Referimo-nos ao caso particular da Mamoa da Portela da Anta em que, a partir de uma mamoa inicial, contendo uma pequena sepultura poligonal, se vai verificar todo um processo de monumentalização que acabará na construção de um dólmen de corredor e estruturas complementares – átrio murado e prolongamentos radiais.

Toda esta sacralização da paisagem, comportando outras estruturas sepulcrais e rituais, como as mamoas não megalíticas, os menires e os “círculos líticos”, revela a existência de uma grande diacronia, para a qual não temos ainda definido um quadro cronológico, visto os elementos de datação não serem abundantes, e as datações que existem ficarem muito aquém das expectativas.

Quadro I: Datações – Mamoa da Portela da Anta

Ref. ^a do laboratório	Ref. ^a da amostra	Tipo de amostra	Idade (anos BP)	Cal. BC/AD (PEARSON STUIVER 1993)	
				1 sigma	2 sigma
ICEN-1254	AMO4.PANTA.I.1	Madeira carbonizada	3400+-100	1869-1527 (BC)	1937-1442 (BC)
ICEN-1262	AMO3.PANTA.I.2.S2	Madeira carbonizada	1530+-180	347-668 (AD)	124-886 (AD)

Região de solos ácidos, em que a matéria orgânica não se conserva salvo na forma carbonizada e mesmo assim escassamente e com contaminações várias; em que os solos antigos enterrados não abundam e quando existem revelam rejuvenescimentos insuspeitados e em que estão ainda ausentes “estruturas de combustão”, níveis de carvões, etc., como se conhece para outras regiões, só em casos de conservação muito excepcional e/ou de ausência de contaminações, se poderão vir a obter datações susceptíveis de ajudarem a estabelecer um quadro cronológico credível.

Da análise do quadro das datações obtidas para a Mamoa da Portela da Anta, facilmente se constata o que afirmamos. Em ambos os casos as amostras foram recolhidas de “solos” antigos enterrados: a AMO3. PANTA.I.2.S2 do topo do “solo” antigo, confinante com o *tumulus* de terra, contendo uma sepultura megalítica poligonal simples; no caso da AMO4. PANTA.I.1 a recolha efectuou-se nas camadas intermédias do fino “solo antigo” assente sobre a rocha de base e sobre o qual estava colocado o contraforte do dólmen de corredor.

Embora sejam ainda duas primeiras datações e portanto o seu valor de análise, enquanto tal, é muito reduzido, delas ressalta de imediato a existência de contaminações (em particular a amostra AMO3, sem qualquer valor científico para o nosso estudo) que nada o faria prever, dada a localização de ambas as amostras e o cuidado posto na sua recolha.

Mas, como muito bem refere Monge Soares “as datas determinadas a partir das amostras (do “solo” antigo enterrado) constituirão *terminii post quem*. Estes *terminii post quem* não deverão ser encarados num sentido restrito mas sim num sentido lato. Isto é, poderá mediar um espaço de tempo apreciável e não quantificável a priori entre a idade das amostras e o momento da construção do monumento (...). A interpretação correcta dependerá do espólio que eventualmente contenham essas estruturas ou da leitura no terreno efectuada pelo autor das escavações”. (SOARES, 1993)⁴⁰.

Com tais dificuldades na obtenção de dados cronológico-culturais coerentes, temos que recorrer, com as necessárias cautelas, a paralelos próximos, no sentido de dar alguma luz sobre a problemática que as tumulações sob montículo artificial levantam.

É deste modo que, ao analisarmos os espólios (deposicionais e post-deposicionais) que encontramos nas sepulturas, nas terras dos *tumuli* ou nos espaços complementares, e confrontando-os com a tipologia das sepulturas em que ocorrem, parece delinearem-se três momentos capitais de desenvolvimento das práticas funerárias sob colina artificial:

- um momento de arranque com a construção de “pequenas câmaras sepulcrais” com espólios basicamente laminares, com particular destaque para as peças geométricas e donde estarão ausentes itens como as pontas de seta, artefactos polidos e mesmo a cerâmica. Esta fase inicial, à semelhança de outras regiões, terá ocorrido por alturas do IV milénio a. C. (SILVA, 1993, 1994);

⁴⁰ Opinião expressa pelo autor no “preprint” de uma comunicação ao simpósio “Transformação e Mudança. O 4.º e 3.º milénio no Centro/Sul de Portugal”, que ocorreu no Museu Condes de Castro Guimarães, Cascais, entre 22 e 24 de Abril de 1993.

– uma fase em que se assistirá à “explosão” das sepulturas sob montículo, com o acentuar do polimorfismo que as irá caracterizar: grandes sepulturas de câmara poligonal serão construídas a par de sepulturas de corredor que, embora timidamente, começam agora a surgir, enquanto as pequenas câmaras da tradição anterior se continuarão a construir, ao mesmo tempo que novas formas de sepulturar – túmulos sub-megalíticos de plantas diversas, fazem também a sua aparição. Esta fase de grande vitalidade construtiva desenvolver-se-á por alturas do III milénio, em que artefactos como as pontas de seta, artefactos polidos e a cerâmica começam a marcar uma presença substancial nos espólios funerários, suplantando o “fundo comum” micro-laminar, da etapa anterior.

– a fase final das sepulturas com “mamoas”, representadas pelos enterramentos em cista e em fossa e recobertas pelos pequenos *tumuli* não megalíticos, ocorrerá já durante a Idade do Bronze. Os artefactos líticos desapareceram por completo dos contextos funerários, dando lugar às cerâmicas, sempre muito fragmentadas e sem quaisquer motivos decorativos.

Para a região considerada, a estas sepulturas parece seguir-se uma prática funerária caracterizada pelas “sepulturas planas”. Conhece-se apenas um caso, na Mamoa 4 do Arreçai, em que no seu interior, no espaço da câmara funerária, foi construída uma pequena cista no interior da qual foi depositado um vaso sub-cilíndrico de fundo plano-convexo.

A linearidade desta periodização intencionalmente “cómoda”, serve apenas como ponto de referência entenda-se, já que a complexidade do fenómeno das “sepulturas sob *tumulus*”, no Centro-Norte Litoral, é muito maior: espaço de “convívio” entre estruturas diversificadas, com enquadramentos cronológicos e culturais próprios; onde as relações verticais e horizontais *inter-tumuli* se mesclam; onde pontuam especificidades artefactuais que lhe dão características peculiares; onde às construções *ab imis fundamentis* se juntam as práticas de monumentalização e de reutilização...

Em suma, é da articulação destes e de outros factores que advém às expressões da cultura material e ritual do Centro-Norte Litoral, entre o IV e o II milénio a.C., uma pujança como não encontramos facilmente noutras regiões.

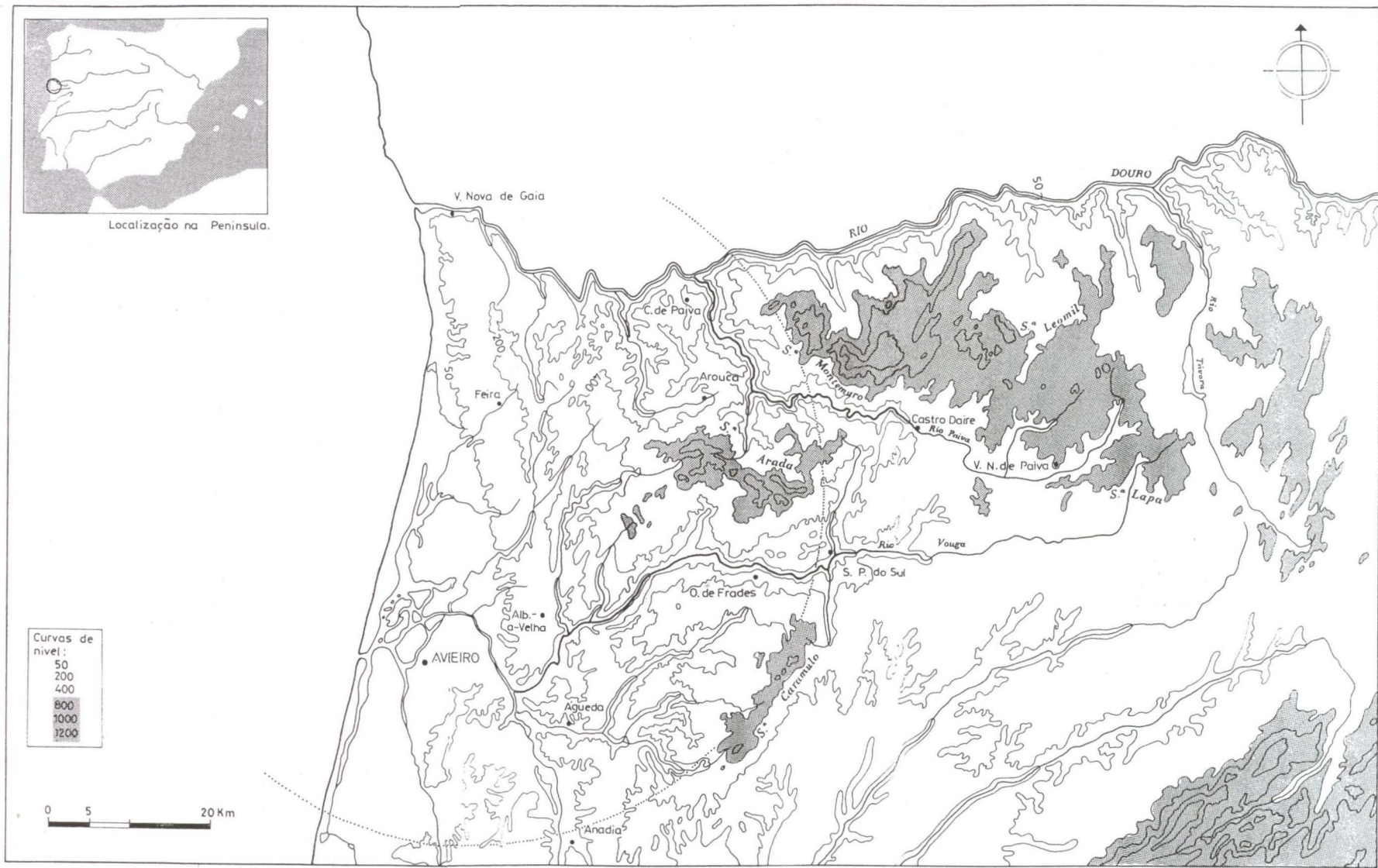
Verão/Outono 1995

BIBLIOGRAFIA

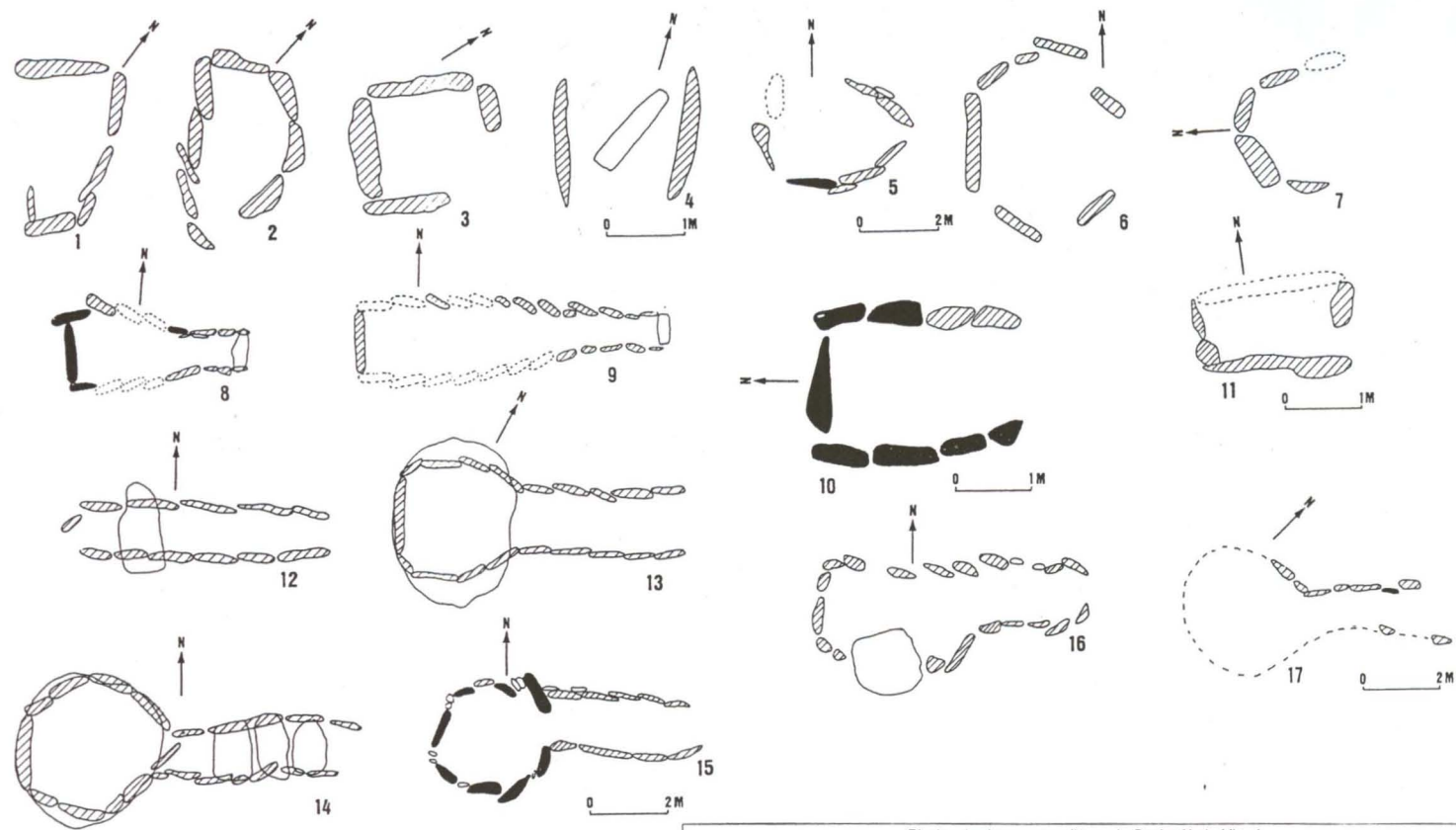
- ALBUQUERQUE E CASTRO, L. *et al.* 1957a, *Acerca dos monumentos dolménicos da Bacia do Vouga*, “Associação para o Progresso das Ciências”, Coimbra, [1956].
- 1957b, *O dólmen pintado de Antelas (Oliveira de Frades)*, “Com. Serv. Geol. Portugal”, XXXVIII, Lisboa, pp. 325-346.
- ALBUQUERQUE E CASTRO, L. 1959, *Monumento Megalítico da Capela dos Mouros (Arcas, Talhadas)*, “Act. I Cong. Nac. Arq.”, I, Lisboa, pp. 235-241.
- 1960, *Monumentos Megalíticos de Chão Redondo*, “Estudos, Notas e Trabalhos do Serviço de Fomento Mineiro”, XIV, 1-2, pp. 145-174.
- BETTENCOURT, A. 1982, *A propósito de um vaso tronco-cónico do Museu de Aveiro*, “Arqueologia”, 5, GEAP, Porto, pp. 40-43.
- 1989, *Campanha de escavação e consolidação da Mamoa 1 da Cerqueira (Serra do Arestal-Sever do Vouga)*, “Arqueologia”, 19, GEAP, Porto, pp. 85-113.
- & REBELO, T.M.H. 1988/89, *Monumentos megalíticos da Serra do Arestal (Sever do Vouga-Vale de Cambra). Inventário preliminar*, “Portugália”, N/S, IX-X, Porto, pp. 7-30.
- BRADLEY, R. 1993, *Altering the Earth*, Society of Antiquaries of Scotland, Monograph Series Number 8, Edinburgh.
- CARRINGTON DA COSTA, J. & TEIXEIRA, C. 1957, *Carta Geológica de Portugal na Esc. 1/50.000. Notícia Explicativa da Folha 9-C*, Porto, Serv. Geol. Portugal, Lisboa.
- COMISSÃO NACIONAL DO AMBIENTE 1985, *Carta Agrícola e Florestal. Grandes Grupos de Utilização do Solo*, “Portugal. Atlas do Ambiente”, II.1, CNA, Lisboa.

- CORREIA, A. et al. 1986, *Castro Daire*, Ed. Câmara Municipal de Castro Daire, Viseu.
- COSTA, J. B. 1985, *Estudo e Classificação das Rochas por Exame Macroscópico*, 6ª. Edição, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- CRUZ, D. J. et al. 1989, *Escavação da Antela do Repilau (Couto de cima, Viseu)*, "Beira Alta", XLVIII, 3-4, Viseu, pp. 387-400.
- DELGADO, J. F. N. 1905, *Contribuições para o estudo dos terrenos paleozóicos*, "Com. dos Serv. Geol. de Portugal", 6, Lisboa, pp. 56-122.
- & CHOFFAT, P. 1899, *Carta Geológica de Portugal na Escala de 1/500 000*, Dir. Trab. Geol., 3ª. Ed., Lisboa.
- DIAS, J. 1965, *Aspectos da vida pastoril em Portugal*, "Estudos de Antropologia", II, INCM, Lisboa, [1993], pp. 271-315.
- FERREIRA, A. B. 1978, *Planaltos e Montanhas do Norte da Beira. Estudo de Geomorfologia*, "Memórias do Centro de Estudos Geográficos", 4, Lisboa.
- FERREIRA, D. B. 1981, *Carte Géomorphologique du Portugal*, "Memórias do Centro de Estudos Geográficos", 6, Lisboa.
- GIOT, P.-R. 1977, *Le rituel funéraire, les mégalithes et la région néolithique*, "L'Architecture Mégalithique", Vannes, pp. 7-14.
- GIRÃO, A. A. 1921, *Antiguidades pré-históricas de Lafões*, Coimbra, pp. 30-68.
- 1922, *Bacia do Vouga. Estudo Geográfico*, Imprensa da Universidade, Coimbra.
- 1951, *Evolução Morfológica da Região do Baixo Vouga*, "Boletim do Centro de Estudos Geográficos", 2-3, Coimbra, pp. 75-85.
- GOUVEIA, A. 1994, *O Baldio na Sobrevivência do Homem da Freita. Terra de Arouca*, CMA, Arouca.
- JORGE, S. O. & JORGE, V. O. 1990, *Trois millénaires de vie préhistorique dans le Nord du Portugal: des bâtisseurs des premiers dolmens aux sociétés hiérarchisées du Bronze Final*, "Revista da Faculdade de Letras", II Série, VII, Porto, pp. 325-333.
- JORGE, V. O. s.d., *Contributo para um léxico do megalitismo*, FLUP, Porto, (dactilografado).
- 1982, *Megalitismo do Norte de Portugal: o Distrito do Porto – Os Monumentos e a sua Problemática no Contexto Europeu*, Diss. Dout. FLUP, II vols., Porto.
- 1984, *Escavação da mamoa de Gestosa (Sandim, Vila Nova de Gaia)*, "Act. Jornad. Hist. Loc. Reg. V.N.G.", II, Gabinete de História e Arqueologia de Vila Nova de Gaia, V.N. Gaia, pp. 19-38.
- 1986, *Monumentalização e necropolização no megalitismo europeu*, "Trab. Antropol. Etnol.", 26, 1-4, Porto, 233-237.
- 1987, *Materiais provenientes de dólmenes de Escariz, Arouca (escavações de Domingos de Pinho Brandão)*, "Cadernos de Arqueologia", Série II, 4, Braga, pp. 211-226.
- 1989, *Arqueologia Social dos Sepulcros Megalíticos Atlânticos: conhecimentos e perspectivas actuais*, "Revista da Faculdade de Letras – História", II Série, VI, Porto, pp. 365-443.
- KALB, Ph. 1987, *Monumentos Megalíticos de Entre Tejo e Douro*, "El Megalitismo en la Península Ibérica", Ministerio de Cultura, Madrid, pp. 95-109.
- & HOCK, M. 1979, *Escavações na necrópole de mamoas "Fonte da Malga" – Viseu, Portugal*, "Beira Alta", 38, 3, pp. 595-604.
- LADEIRA, Pe. F.D. s.d., *Município de Águeda*, 2 vols., Águeda.
- LEISNER, G. & LEISNER, V. 1956, *Die Megalithgraber der Iberischen Halbinsel. Der Westen*, 1, Lieferung, Berlin.
- LEISNER, V. 1970, *Micrólitos do tipo tardenoisense em dólmenes portugueses*, "Act. I Jornadas Arq.", 2, Lisboa, pp. 195-198.
- & RIBEIRO, L. 1965, *A escavação do Dólmen-orca das Castenairas, Fráguas – Vila Nova do Paiva*, "Lucerna", 5 (Actas do IV Colóquio Português de Arqueologia), Porto, pp. 376-382.
- LUCAS, M.^a. M. 1989, *Contributo para o estudo do megalitismo no Baixo Vouga – Os inéditos de Alberto Souto*, Inst. Arq., FLUC, Coimbra (dactilografado).
- MEDEIROS, A. C. et al. 1964, *Carta Geológica de Portugal, na Escala 1/50 000. Notícia Explicativa da Folha 13-B, Castelo de Paiva*, Serviços Geológicos de Portugal, Lisboa.
- MOITA, I. 1966, *Características dominantes do grupo dolménico da Beira Alta*, "Ethnos", V, Lisboa, pp. 189-277.
- PATTON, M. 1993, *Statements in Stone. Monuments and Society in Neolithic Britany*, Routledge, London.
- PEREIRA, E. & GONÇALVES, L. S. 1980, *Carta Geológica de Portugal na Escala 1/50 000. Notícia Explicativa da folha 13-D, Oliveira de Azeméis*, Serviços Geológicos de Portugal, Lisboa.
- PINHO LEAL, A. B. 1874, *Portugal Antigo e Moderno...*, 2, Lisboa, pp. 184-186.
- RIBEIRO, O. et al. 1943, *Nota preliminar sobre a morfologia do maciço da Gralheira*, "Bol. Soc. Geol. Port.", III, 1-2, Porto, pp. 81-85.
- RIBEIRO, O. 1986, *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, 4.^a Ed., Liv. Sá da Costa Editora, Lisboa.
- et al. 1987, *Geografia de Portugal. I. A Posição Geográfica e o Território*, Ed. João Sá da Costa, Lisboa.

- ROCHETTE-CORDEIRO, A. M. 1991, *Alguns Aspectos da Morfologia Granítica do Maciço da Gralheira, Livro-guia da visita de estudo à Serra da Freita*, Inst. Est. Geog., FLUC, Coimbra.
- SANTOS, M. F. 1972, *Pré-História de Portugal*, Lisboa, Verbo, 2ª edição.
- SENNA-MARTINEZ, J. C. 1989, *Pré-História Recente do Médio e Alto Mondego. Algumas contribuições para um Modelo sociocultural*, Diss. Dout. F.L.U.L., 3 Vols., Lisboa.
- SILVA, A. M. S. P. 1992, *Prospecção sistemática no planalto da Freita (Aveiro/Viseu). I. Monumentos megalíticos e de tradição megalítica – primeiros resultados*, "Trab. Antropol. Etnol.", 32, 1-4, Porto pp. 235-254.
- SILVA, C.T. s.d., *Monumentos pré-históricos e sua distribuição*, "I Encontro Distrital de Viseu para a Conservação do Património Artístico e Cultural", Viseu, 6 p. (dactilografado).
- SILVA, E. J. L. 1990, *Primeira notícia da escavação de emergência do núcleo megalítico de Carvalho Mau (S. Pedro do Paraíso-Castelo de Paiva)*, "Rev. Ciênc. Hist.", V, Univ. Portucalense, Porto, pp. 7-22.
- SILVA, F.-A.P. 1985, *Monumentos megalíticos da freguesia de Escariz (Arouca). Ponto da situação à luz dos primeiros trabalhos*, "Trab. Antropol. Etnol.", 26, 1-4, Porto, pp. 51-74.
- 1987, *Escavação da Mamoa 2 da Aliviada (Aliviada) – Escariz – Arouca 1984*, "Arqueologia", 15, GEAP, Porto pp. 77-91.
- 1988, *A Mamoa 4 da Aliviada, Escariz-Arouca*, "Trab. Antropol. Etnol.", 28, 1-2, Porto, pp. 137-143.
- (1989a), *Mamoas 1 do Calvário. Escariz-Arouca*, "Arqueologia", 19, GEAP, Porto, pp. 72-84.
- (1989b), *Escavação das mamoas 7 e 8 da Urreira, Escariz – Arouca 1987*, "Revista de Guimarães", XCIX, Guimarães, pp. 290-318.
- 1990, *O Megalitismo da Bacia do Arda (Concelho de Arouca) e o seu relacionamento com o meio físico: contributo para o estabelecimento de um modelo explicativo locacional*, "Act. I Col. Arq. Viseu", Viseu, [1987], pp. 99-110.
- 1992, *A necrópole megalítica do Taco (Albergaria-A-Velha)*, "Trab. Antropol. Etnol.", 32, 1-4, Porto, pp. 263-292.
- 1993a, *Megalitismo e tradição megalítica no Centro-Norte Litoral de Portugal: breve ponto da situação*, "Trab. Antropol. Etnol.", 33 (1-2) (Act. I Congresso de Arqueologia Peninsular, I), SPAE, Porto, pp. 93-130.
- 1993b, *A Mamoa de Mamodeiro e a ocupação do litoral de Aveiro durante a Pré-História Recente*, "Boletim Municipal de Aveiro", Ano XI, 22, Aveiro, pp. 25-32.
- 1994a, *Túmulos do Centro-Norte Litoral. Prolegómenos a uma periodização*, "Trabalhos de Arqueologia da EAM", 2, EAM, Lisboa, pp. 9-33.
- 1994b, *Mamoas 1 da Mourisca (Fajões-Oliveira de Azeméis). Resultados da escavação arqueológica*, "UL-Vária", I(1-2), Oliveira de Azeméis, pp. 23-58.
- SILVA, F.-A. P. & SILVA, A. M. S. P. 1994, *Menires de Alvarenga e da Serra da Freita (Arouca, Aveiro). Breve notícia*, "Actas das V Jornadas Arqueológicas", 2, AAP, Lisboa, pp. 109-123.
- SILVA, P. 1877, *Boletim da Real Associação dos Arq. Cívicos e Arqueólogos Portugueses*, Lisboa, Série 2, t. 3 (2), pp. 40-41 (Cit. in VICENTE & MARTINS, 1979).
- TEIXEIRA, C. s.d., *Geologia de Portugal. Vol. I – Precâmbrico, Paleozóico*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- TEIXEIRA C. et al. 1962, *Carta Geológica de Portugal na Esc. 1/50 000. Notícia Explicativa da folha 13-A, Espinho*, Serviços Geológicos de Portugal, Lisboa.
- TEIXEIRA, C. & ASSUNÇÃO, C. T. 1963, *Carta Geológica de Portugal na Esc. 1/50 000. Notícia Explicativa da Folha 13-C, Ovar*, Serviços Geológicos de Portugal, Lisboa.
- TEIXEIRA, C. et al. 1969, *Carta Geológica de Portugal na Esc. 1/50 000. Notícia Explicativa da Folha 14-A, Lamego*, Serviços Geológicos de Portugal, Lisboa.
- TEIXEIRA, C. & ZBYSZEWSKY, G. 1976, *Carta Geológica de Portugal na Esc. 1/50 000. Notícia Explicativa da Folha 16-A, Aveiro*, Serviços Geológicos de Portugal, Lisboa.
- TEIXEIRA, C. & GONÇALVES, F. 1980, *Introdução à Geologia de Portugal*, Instituto Nacional de Investigação Científica, Lisboa.
- VASCONCELOS, J.L. 1898, *Dolmen de Espírito-Santo de Arca (Beira Alta)*, "O Arqueólogo Português", IV, 10-12, Lisboa, pp. 338.
- 1912, *Mámoas de Albergaria-a-Velha*, "O Arqueólogo Português", 17, Lisboa, pp. 71-73.
- VEIGA, P.B. 1990, *Talhadas. Monografia de uma terra, Águeda*.
- VICENTE, E. P. & MARTINS, A. S. 1979, *Menires de Portugal*, "Ethnos", 8, Lisboa, pp. 107-138.
- VILELA, S. 1876, *Estudos Archeológicos. III – Os Dolmens*, "Bol. Real Assoc. Arq. e Arqueól. Portugueses", 1, Lisboa, pp. 8-11.

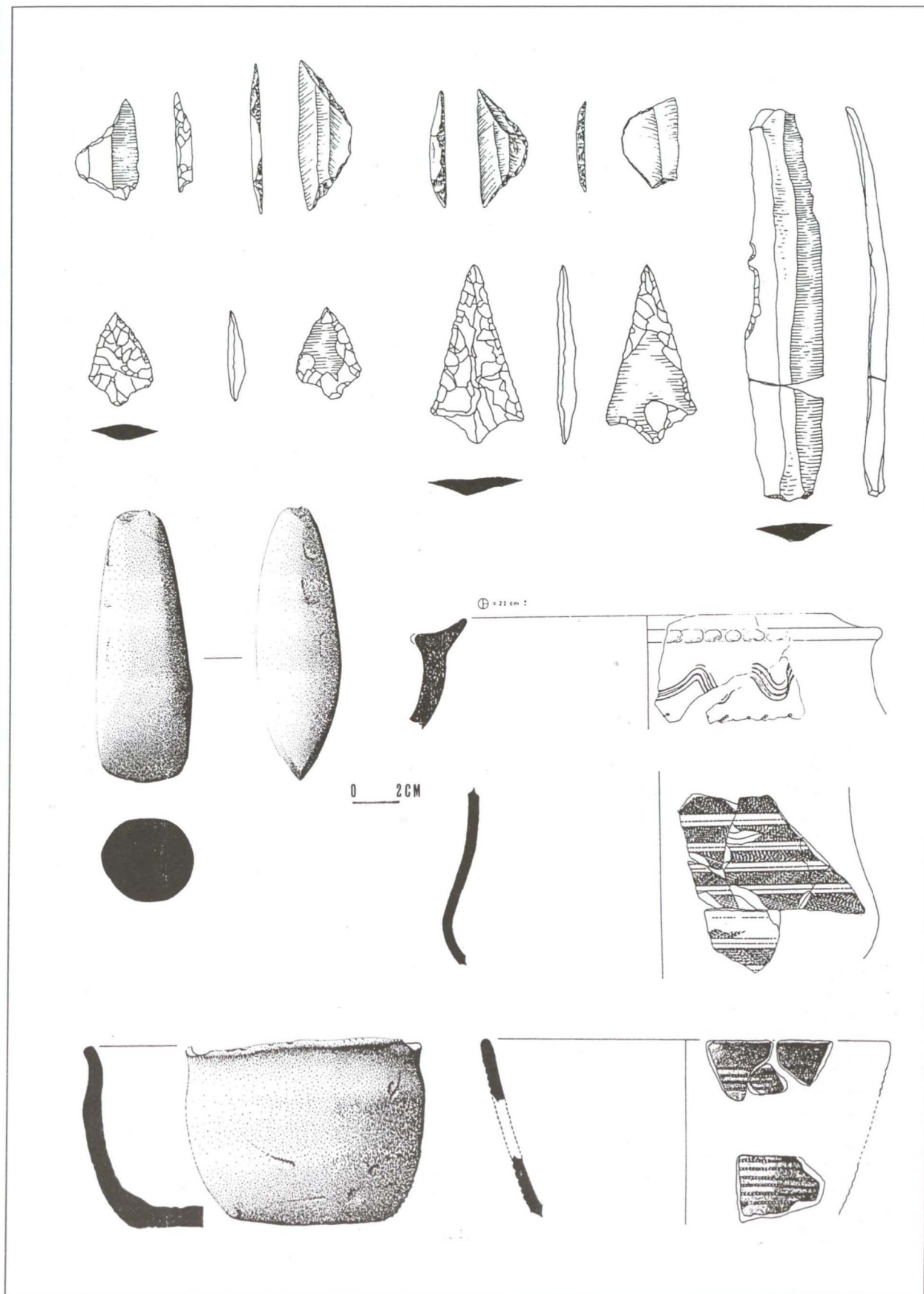


Estampa I – O Centro-Norte Litoral (a tracejado) no contexto do Entre-Douro e Mondego



Plantas de algumas sepulturas do Centro-Norte Litoral

1-Pedra da Moura 4/Cerqueira 3 (CASTRO *et al.* 1957); 2-Souto do Coval 1(CASTRO *et al.* 1957); 3-Pedra da Moura 5/Cerqueira 2(CASTRO *et al.* 1957); 4-Pedra da Moura 6 (CASTRO *et al.* 1957); 5-Taco 1 (SILVA 1992); 6-Paranho d'Arca (VASCONCELOS 1898); 7-Alviada 2 (SILVA 1987); 8-Chão Redondo 2 (CASTRO 1960); 9-Capela dos Mouros (CASTRO 1959); 10-Alviada 1(SILVA s.d.); 11-Arreção 2 (SILVA s.d.); 12-Casa da Orca das Malhadas do Cambarinho (GIRÃO 1921); 13-Anta do Coval/Ouguedêlo (GIRÃO 1921); 14-Pedra da Moura 1/Cerqueira 1 (CASTRO *et al.* 1957); 15-Antelas (CASTRO *et al.* 1957); 16-Portela da Anta/PANTA.1.1(SILVA s.d.); 17-Alagoas 4 (SILVA 1989).



Estampa III – Materiais arqueológicos provenientes de sepulturas do Centro-Norte Litoral



Estampa IV, 1 – Dólmen de Paranho de Arca/Espírito Santo de Arca (O. Frades). (Fot. do Autor)



Estampa IV, 2 – Dólmen da Mamoa 1 da Aliviada (Arouca). (Fot. do Autor)



Estampa V, 1 – Casa da Orca das Malhadas do Cambarinho (Vouzela). (Fot. do Autor)



Estampa V, 2 – Dólmen da Pedra da Moura 1 (Vale de Cambra/Sever do Vouga). (Fot. do Autor)



Estampa VI, 1 – Dólmen da Capela dos Mouros (Sever do Vouga). (Fot. do Autor)



Estampa VI, e – Dólmen da Mamoa da Portela da Anta (Arouca). (Fot. do Autor)



Estampa VII, 1 – Sepultura da Mamoa 2 de Cabril (Arouca/Castro Daire). (Fot. do Autor)



Estampa VII, 2 – Sepultura da Mamoa 2 do Arreçaió (Arouca). (Fot. do Autor)



Estampa VIII, 1 – Sepultura da Mamoa da Pedra da Moura (Sever do Vouga). (Fot. do Autor)



Estampa VII, 2 – Sepultura da Mamoa 2 de Monte Calvo (Arouca). (Fot. do Autor)



Estampa IX, 1 – Menir do Senhor dos Aflitos (Arouca). (Fot. do Autor)



Estampa IX, 2 – Círculo lítico da Mamoa da Portela da Anta (Arouca). (Fot. do Autor)

O ensino da Epigrafia

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO

O tema da comunicação foi-me sugerido pela circunstância de, por diversas vezes, terem aparecido no Museu dos Condes de Castro Guimarães, de Cascais, estudantes de Epigrafia a perguntar por inscrições romanas, “se possível, grandes e inéditas”, como lhes fora indicado pelo docente da cadeira.

Ao ser-lhes respondido que “inéditas” não havia e que “grandes” também não, o desconsolo estampou-se no rosto dos coitados, que viam, assim, duma penada, desfeitas as possibilidades de brilharem com um trabalho prático de sumo interesse.

E se conto o episódio e me decidi a partilhar convosco por alguns minutos a minha experiência, em informal troca de impressões, é justamente por me parecer que, na verdade, a situação denota um “certo” desconhecimento da realidade portuguesa neste domínio científico. Já não se teria compreendido muito bem a referência feita, na noite de 28 de Agosto de 1980, por Justino Mendes de Almeida, à *mediania* com que, em seu entender, então se processavam os estudos epigráficos em Portugal – sobretudo se não se houvesse em linha de conta que o Mestre pretendia, de modo especial, como logo de seguida afirma, verberar o “desinteresse pelo conhecimento da língua latina”, de que esse “declínio” era consequência directa, essa “grave lacuna do sistema escolar português” que “nunca mais foi remediada” e cujos “resultados catastróficos” estão à vista (cf. *O Arqueólogo Português*, série IV, 1, 1983, p. 340). Aliás, o Prof. Mendes de Almeida teria ensejo, alguns tempos mais tarde, de novamente se referir ao tema, aquando do discurso de admissão do saudoso D. Domingos de Pinho Brandão na Academia Portuguesa de História:

“Levou anos a restabelecer (se é que conseguiu!) o prestígio nacional e internacional que os estudos epigráficos tinham alcançado com Leite de Vasconcelos”.

E, após aludir à actividade patenteada nalgumas revistas e desenvolvida, por exemplo, por Mário Cardozo, Abel Viana, Scarlat Lambrino, Fernando de Almeida e o próprio D. Domingos (por modéstia, o orador omitiu o seu próprio trabalho e o de Fernando Bandeira Ferreira com quem amiúde fez equipa), já admitiu como consequência – nesse 4 de março de 1988 – a existência de “um certo florescimento dos estudos epigráficos que, na verdade, se reconhece hoje em Portugal”. E ficamos-lhe gratos por o exemplificar precisamente com a “vitalidade” da revista *Conimbriga* “que, num dos seus últimos volumes, correspondente a 1984, dos onze artigos que insere, são de matéria epigráfica nada menos do que cinco, além de fazer acompanhar, de há anos para cá, cada volume de um muito útil *Ficheiro Epigráfico*” (cf. *Anais – Série Histórica – da Universidade Autónoma de Lisboa*, vol. I, 1994, p. 280).

Felizmente, esse panorama “negro”, hoje, está ultrapassado, não obstante se manter a aludida falta de leccionação do Latim a nível do ensino pré-universitário; e a Epigrafia, tanto a latina (romana) como a de todas as épocas, conhece, entre nós como no mundo inteiro, um desenvolvimento que já se não compadece com o estigma de “ciência auxiliar” com que, durante tempo de mais, esteve a ser brindada. Os epigrafistas portugueses já participam e são ouvidos em congressos internacionais; os seus trabalhos são citados no estrangeiro; os monumentos epigráficos romanos (e não só) do território nacional são apresentados como termo de comparação em publicações da especialidade.

Daí, a nossa maior responsabilidade como docentes e a necessidade de atendermos muito concretamente aos objectivos da disciplina e à realidade concreta que nos rodeia, onde não é “grande” nem “inédita” a quase totalidade das epígrafes conhecidas e, de modo especial, as que se guardam nos museus.

*
* *

Digamos, antes de mais, que "Epigrafia" não é, necessariamente, algo que se ligue primordialmente aos tempos romanos. Epígrafes há-as em todos os tempos e quiça seja por nos termos alheado do ambiente que nos envolve (em que as inscrições ocupam lugar preponderante) que a disciplina foi, durante tantas décadas, relegada para plano secundário.

É que o epigrafista não tem, apenas, que decifrar o letreiro que lhe apresentam, redigido numa linguagem mais ou menos codificada, com siglas, abreviaturas, sinais... Há-de estar na posse do código, sem dúvida; mas carece, fundamentalmente, de "ler" o que está "por detrás", a mensagem que aquela paginação, aquelas poucas palavras visam transmitir ao passante, de uma forma perene e duradoura.

Porque se faz uma lápide? Que intenção – política, religiosa, social.. – lhe está subjacente? Porque foi dado este nome a esta rua? Porque se escreveram estes dizeres – e não outros – no pedestal daquela estátua? Que significado sociológico atribuir a este grafito?

Tem sido, se calhar, esta reflexão esta atitude crítica, esta comparação com a actualidade que nos vai fazendo falta. Discute-se a ordem porque vêm mencionados os povos na inscrição romana da ponte de Alcântara; e já se pensou porque é que uma simples mensagem de "bom dia" no cartão de um hotel segue determinada ordem nas línguas em que foi redigida?

O epigrafista lida, pois, com uma mensagem pensada, sintética.

Como superiormente escreveu Giancarlo Susini:

"Epigrafia é o estudo histórico da forma com certas ideias foram seleccionadas, a fim de serem apresentadas para informação pública e permanente".

Uma mensagem que deve atingir o maior leque de público; por isso, utilizará – em todos os tempos – as técnicas de publicidade, do que hoje chamaríamos *marketing*, onde, por exemplo, a paginação ocupa lugar preponderante e a localização do monumento não pode ser despicienda (a necessária concatenação com o contexto arqueológico para que a epígrafe foi pensada). A informação de que determinada comida não contém carne de porco só se compreenderá em ambiente frequentado por muçulmanos; a proibição de trânsito a veículos de caixa aberta quando transportam beterraba, tabaco, batata doce e chicória só se entende numa cidade como Ponta Delgada, para evitar engarrafamentos sazonais no seu centro histórico e nos caminhos que levam às antigas fábricas. Tudo isso é, como se vê, epigrafia e tudo se há-de conjugar, para ser inteligível, com uma história determinada e um preciso contexto local – que, se desconhecido, ao epigrafista cumpre equacionar.

Por aqui se vê o encantamento que o docente pode transmitir aos seus estudantes se, em vez de quedar-se apenas em exemplos de um passado milenar, trazer à colação um quotidiano vivido.

A ida a um cemitério actual, por exemplo, para além do primeiro significado sacral que detém, pode, se estivermos atentos, transmitir-nos insuspeitadas mensagens no que à sociedade, à mentalidade, aos costumes diz respeito. E à História também, porque não? O cemitério de Père Lachaise, no coração de Paris, guarda, na singeleza dos seus epitáfios, no abandono ou arranjo dos seus jazigos, muito da história de França desde os gloriosos tempos de Napoleão...

Os ex-votos daquela ermida dedicada a santinho de grande devoção popular ou as placas que juncam o sopé da estátua do Dr. Sousa Martins falam tão eloquentemente como as aras votivas que *libens animo*, "de livre vontade", os Romanos dedicaram aos seus deuses; o sentimento que levava o senador romano a colocar uma árula no *lararium* da sua casa ao deus da sua devoção não é mais diverso da intenção do homem de hoje ao alumiar o oratório doméstico em dias de mais aflição; a promessa que se cumpre em Fátima obedece ao mesmo esquema do *votum solvit* – "cumprir a promessa", o laço foi dissolvido... – das epígrafes de há dois mil anos atrás.

E quando a Câmara Municipal delibera dar nome de rua a um benemérito ou um grupo de amigos pensa em erigir-lhe estátua nada mais faz do que obedecer ao mecanismo da "ordo decurionum", que, por decreto, assim mandava proceder, ou ao gesto dos *amici*, os "amigos", que

lançavam subscrição pública (*aere collato*) para que, no final, o homenageado, contente com a honra, ainda quisesse encarregar-se do pagamento das despesas: *honore contentus impensam remisit*.

*

* *

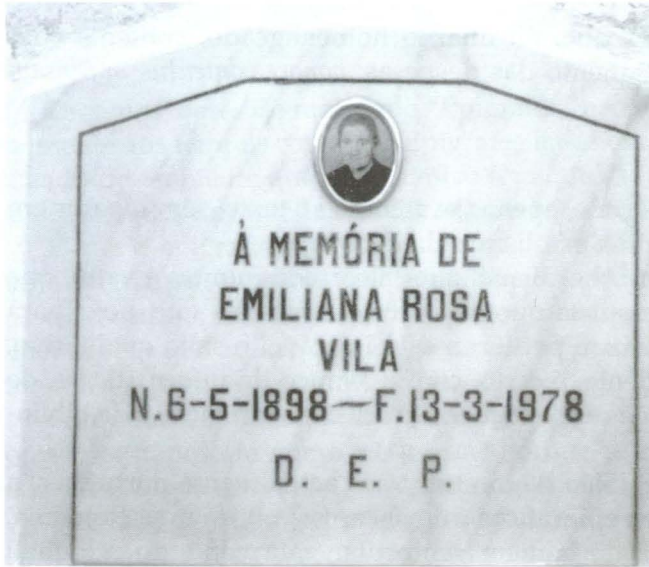
Já vai, pois, longe o tempo em que, da epígrafe, apenas se atendia ao texto, sem reparar em paginações, em pormenores arquitectónicos, em simbolismos da decoração...

Devemos muito, muitíssimo mesmo, a um Abel Viana, que calcorreou montes e vales, que não descuroou uma informação, por mais incompleta que então lhe parecesse e que, hoje, para nós, é preciosa, mais não seja porque a não deixou perder; mas foi notável o salto qualitativo, dado nos últimos vinte e cinco anos – coincidente, é certo, com o avanço da informática e, de modo especial, com a facilidade de comunicações e consequente troca de informação e de bibliografia.

Gostaria, pois, de terminar como comecei. Não há, no território actualmente português, a não ser com raras excepções, os grandes textos epigráficos duma Tunísia ou de uma Roménia, porque a mobilidade sempre foi característica do homem peninsular, mormente do ocidental atlântico: mal se notabilizava na sua terra, ei-lo que depressa partia para os centros do poder. E temos memória de lusitanos na Tunísia, na Dácia romana... Por cá ficaram, sobretudo, os epitáfios da gente humilde; os ex-votos nascidos de piedade popular; os cipos e os pedestais dos notáveis municipais. Não é, pois, de estranhar que uma das maiores inscrições dedicadas a um lusitano esteja... em Roma! – o imenso elogio de Gaio Apuleio Diocles, um dos maiores aurigas de todos os tempos, natural da Lusitânia¹.

¹ Que me seja relevado o facto de apenas apresentar aqui uma ligeira e despretenciosa síntese do que foi a minha intervenção na sessão realizada por iniciativa da Secção de História da nossa Associação, a 7 de Março de 1995.

O diálogo foi desabrochando, então, a partir dos diapositivos apresentados e, nestas linhas, somente ficam expressas as ideias-chave; por esse motivo também preferi omitir um possível apêndice de apoio bibliográfico: tal como na ocasião salientei, estou ao dispor dos eventuais interessados para pôr em comum os elementos que, como é óbvio, fui carreando ao longo de mais de vinte anos numa voluntária atitude de "epigrafista militante" - para usar (se me é permitido) do simpático epíteto atribuído pelo Prof. Jorge de Alarcão aquando do meu doutoramento.



1 – “A paginação ocupa lugar preponderante”. Neste epitáfio do cemitério de S. Brás de Alportel, só o facto de VILA estar noutra linha e só por comparação com outros epitáfios do mesmo cemitério é que ficamos a saber que não se trata de mais um apelido de Emiliana Rosa mas sim do seu local de residência.



2 – “A necessária concatenação com o contexto arqueológico para que a epígrafe foi pensada...” Neste jardim de Barcelona, onde existia uma necrópole romana optou-se por manter as campas em jeito de contexto original.



3 – Uma proibição que só se entende numa cidade como Ponta Delgada



4 – “Uma ida a um cemitério actual pode, se estivermos atentos, transmitir-nos insuspeitadas mensagens no que à sociedade, à mentalidade, aos costumes diz respeito”. Significativa estela do cemitério de Montemor-o-Novo



5 – No cemitério do Père Lachaise, em Paris.



6 – As placas que juncam o sopé da estátua do Dr. Sousa Martins (Campo dos Mártires da Pátria, Lisboa).
Foto de Guilherme Cardoso.

Nota sobre alguns aspectos antropológicos dos restos humanos exumados na igreja do antigo Convento do Carmo de Lisboa

LUÍS LOPES*

MARIA CRISTINA NETO**

Introdução

No início do ano de 1996, e dado o estado de degradação das ruínas da Igreja do Convento do Carmo em Lisboa, devido a situações passadas e à abertura do primeiro túnel de ligação Rossio-Cais do Sodré, da rede do Metropolitano de Lisboa, foi sugerido, pela Associação dos Arqueólogos Portugueses, por proposta da sua Secção de História, à Administração do Metropolitano, uma pesquisa arqueológica nos locais onde o Gabinete Técnico deste iria proceder a sondagens destinadas a um melhor conhecimento geológico do local.

Estas sondagens e os elementos delas recolhidos destinavam-se a avaliar, mais acuradamente, o impacto que as obras subsequentes iriam causar na estrutura do edifício e a melhor forma de prevenir a ulterior degradação do monumento.

Por delegação da A.A.P., foi acordado como responsável pela área da Arqueologia o Dr. Fernando Rodrigues Ferreira, na altura, Secretário da Secção de História e da Mesa da Assembleia Geral da referida Associação, e pela área da Antropologia a signatária, já então Vice-Presidente das referidas Secção e Mesa, e o outro signatário, colaborador na área da Antropologia do Museu e Laboratório Zoológico e Antropológico – Museu Bocage, e ambos pertencentes ao Centro de Antropobiologia do Instituto de Investigação Científica Tropical.

Na sequência das escavações, que se iniciaram no fim de Fevereiro, e por ter havido tempo e verbas, foi escavada uma área superior à inicialmente proposta, cuja localização dependeu, não só das solicitações iniciais e posteriores do Gabinete Técnico do Metropolitano, mas também de algumas localizações potencialmente com mais interesse no contexto do corpo da Igreja.

A marcação das quadrículas obviamente, quer por desconhecimento do substracto no que concerne, por exemplo, a sepulturas e estruturas, quer por, nalguns casos, ter sido sugerida pelo Gabinete Técnico do Metro, levou a que alguns restos ósseos, mesmo os que se encontravam *in situ*, não tivessem sido totalmente recolhidos por ultrapassarem os limites definidos.

Igualmente no decurso das escavações se constatou que poucos indivíduos inumados se encontravam *in situ*.

Em certas áreas, a sucessão de inumações provocou, não só a sobreposição de indivíduos com interpenetração de restos esqueléticos, mas também a sua remoção para as extremidades do coval que não coincidia, necessariamente com o ou os anteriormente estabelecidos, e também a distribuição dos ossos de um mesmo esqueleto pelos vários níveis, devido a sucessivas inumações, de que resultou, devido à fragilização dos ossos em consequência por exemplo do período de inumação, condições endógenas e ambientais, e à falta de cuidado dos coveiros, uma grande destruição dos mesmos. Os restos de origem animal por pertencerem, numa primeira análise, a espécies essencialmente domésticas e também usadas em alimentação, bem como a espécies antropofílicas, encontram-se, nas espécies maiores, também muito fracturados, não sendo de atribuir, na maioria dos casos, aos coveiros a responsabilidade deste facto. Quando a equipa de Arqueologia procedeu à remoção das ossadas, também devido aos factores supracitados, foi difícil a sua recolha sem aumentar a sua destruição.

* Colaborador do IICT

** Assistente de Investigação do IICT

O material ósseo, quer humano, quer animal, foi colocado em sacos de plástico, pela equipa de Arqueologia, e identificados por esta em função das quadrículas tendo sido a recolha, colocação em sacos, transporte e depósito, por nós, acompanhado.

A segunda fase destas escavações resultou da necessidade de consolidação deste monumento, nomeadamente do conjunto das Capelas, com inserção de microestacas cuja colocação iria danificar quaisquer evidências de carácter arqueológico que, à data, se encontravam no solo. Assim foi novamente acordado entre a A. A. P. e a Administração do Metropolitano de Lisboa, por proposta da Secção de História e do Dr. Fernando Rodrigues Ferreira, a escavação da área total das 5 capelas, a saber: Capela-Mor, 1.^a e 2.^a Capelas do Evangelho e 1.^a e 2.^a Capelas da Epístola.

O Dr. Rodrigues Ferreira ficou desta forma responsável por todos os trabalhos na área da Arqueologia e um de nós (L. L.), responsável pelo estudo de todo o material osteológico, especialmente aquele que mais interesse tem dum ponto de vista antropológico, que viesse a ser retirado destas escavações.

A signatária que, na 1.^a fase destes trabalhos, colaborou na área da Antropologia, não fez oficialmente parte desta 2.^a equipa.

Nas capelas, foi possível constatar que a densidade de inumações era menor, e que algumas destas se encontravam *in situ*, enquanto noutras os ossadas se encontravam remexidas e agrupadas em pequenos conjuntos, como se tivessem sido afastadas para dar lugar a novos sepultamentos.

A remoção das ossadas *in situ* igualmente fragmentaram o material, visto este estar muito fragilizado e a sua colheita ter sido de alguma forma apressada.

Constatou-se também no interior das Capelas, a construção de jazigos e carneiros como já se tinha constatado ocorrer no corpo da Igreja.

O estabelecimento do quadriculado, obviamente, foi da responsabilidade de Dr. Rodrigues Ferreira e da sua equipa de Arqueologia, bem como a remoção do material ósseo. Como já foi dito, do processo resultou uma maior degradação do mesmo.

O material ósseo quer humano, quer animal, foi, pela equipa de Arqueologia, novamente colocado em sacos de plástico com as referências que a equipa de Arqueologia entendeu por bem colocar.

Nesta 2.^a fase das escavações, só o transporte dos sacos contendo o material, para o Museu Bocage, e o seu depósito neste Museu, foi acompanhado por um de nós (L. L.), que igualmente estudou as duas cabeças ósseas particularmente bem conservadas que foram, no entanto, mantidas nas instalações da A.A.P., e o material ósseo recolhido no túmulo atribuído a D. Nuno Álvares Pereira, que também foi conservado nas instalações da A. A. P., tendo sido já objecto de uma comunicação na Secção de História da Sociedade de Geografia de Lisboa, a convite da Presidente da Secção (M. C. N.), encontrando-se o texto aguardando publicação.

Os elementos recolhidos nestes dois casos estão inseridos neste trabalho sem individualização dos mesmos.

Dado que o local de inumação dos defuntos, dentro da Igreja, era determinado por vários factores, nomeadamente sócio-económicos, apresentar-se-ão inicialmente os resultados obtidos em separado.

Os sacos contendo o material recolhido foram seguidamente depositados, com o acordo da Direcção da A. A. P. e do Director do Museu Bocage, Professor Doutor Carlos Almaça, nas instalações deste Museu, a fim de ser convenientemente estudado.

Este Museu, pelas sua vertente antropológica, quer pelo facto de ser o ramo de Zoologia e Antropologia do Museu Nacional de História Natural, possui colecções nestas duas áreas. Foi, assim, proposto por nós como local mais conveniente para depósito e estudo dos restos ósseos.

O material ósseo, na sua generalidade, não tem cronologia definida. Sabe-se no entanto, que o início das inumações ocorreu no século XV, e que pelo menos no Século XVI também ocorreram exumações e trasladações. Há notícia também que no período imediato ao terramoto de 1755, o recinto foi utilizado como cemitério. Assim, o material recolhido na sua globalidade, pertence a um período de mais de três séculos.

De um ponto de vista antropológico, e perpectivando quer as alterações de vida quer as ambientais quer ainda as sociais que desde o Século XIX ocorrem, não faz muito sentido estudar esta população. No entanto, as grandes alterações, quer em termos alimentares (por exemplo, a introdução da batata na alimentação, o maior consumo de açúcar), quer em termos ambientais e sociais (por exemplo, a nível da saúde, do conforto e higiene domésticas), ocorrem durante os Séculos XVIII e XIX (convém lembrar que a vulgarização do mobiliário doméstico «confortável» ocorre durante o Século XVIII e que os grandes avanços da Cirurgia e da Medicina ocorrem no Século XIX).

Estes factos levam-nos a pensar que, neste longo período de mais de três séculos, os padrões ambientais e de vida não terão tido alterações tão significativas que não possamos considerar esta população como não tendo sido submetida a pressões de carácter ambiental e social, sensivelmente idênticas no decurso deste período.

Assim parece-nos ser razoável estudá-la como um todo relativamente homogénio.

Estes achados são pois importantíssimos para o conhecimento da população humana deste período e também esclarecem aspectos, não só da fauna que mais frequentemente a acompanhava, mas também a sua variabilidade específica na época (considerando que a selecção destas espécies têm sido mais acentuadas num período mais recente), e merecem, como esperamos vir a realizar, estudos mais detalhados no futuro (tanto mais que são uma contribuição valiosa para o estudo das populações portuguesas antigas), o que levou já em 1995, os signatários a apresentarem como projecto ao IICT, e que, desde então, têm vindo a desenvolver, quer na vertente especificamente antropológica, quer na vertente documental.

Permitem também a comparação com material já exumado por um de nós (M. C. N.), e Drs. Eduardo da Cunha Serrão e Francisco Santana, no local, e já objecto de um nosso trabalho.

É das ossadas levantadas aquando destas escavações que sumariamente passamos a dar notícia, cingindo-nos, de momento, unicamente, ao material humano. Neste, o seu elevadíssimo número e o seu grande estado de degradação não possibilitam aqui a sua discriminação detalhada. Assim sendo, vamos apenas indicar o número mínimo determinável de indivíduos levantados e o seu sexo, idades e estaturas prováveis, quando tal nos foi possível determinar. Far-se-á, também, e porque julgamos de algum interesse, a estimativa da densidade média de inumações por m² e do número mínimo de indivíduos que estarão inumados no corpo desta Igreja, bem como o número total provável de indivíduos nas Capelas.

Metodologia

A metodologia utilizada para este estudo inicial do material ósseo humano exumado nesta escavação foi a seguinte:

1 – Triagem do material, que constituiu na separação dos restos ósseos humanos dos outros animais e dos materiais diversos que, embora em pouca quantidade, se encontravam nos sacos (cerâmicas, contas, madeiras, etc.), bem como a remoção de grande quantidade de terra que envolvia o material e que escondia, no seu interior, pequenas peças ósseas e materiais vários.

2 – O exame dos ossos triados foi exclusivamente macroscópico.

3 – Seguiram-se na identificação de caracteres e obtenção de dados antropológicos, entre outros, os seguintes autores: Henry Gray, Stanley & Robins, Adams, Bass, Brothwell, Comas, Olivier, Tobias e Wells. Embora neste estudo, o trabalho estatístico seja reduzido, e predominantemente descritivo, seguiram-se os critérios de Sokal, Heller e Maria Emília Castro-e-Almeida, fazendo-se uma primeira comparação dos dados entre as duas áreas da Igreja.

4 – Os ossos foram emparelhados por categorias, dando-se preferência aos mais inteiros, tentando conjugá-los de modo a poder atribuí-los a conjuntos esqueléticos individuais e recorrendo aos mais fragmentados, a fim de aferir as conclusões obtidas dos primeiros, e completá-las, sempre que possível.

5 – O estudo incidiu prioritariamente nos ossos que mais informação antropológica podem fornecer, não sendo, no entanto, esquecidos aqueles normalmente menos utilizados, pelo que, casos houve, em que o número mínimo de indivíduos num saco foi determinado pelas clavículas, rótulas, calcâneos ou pelos astrágalos, por exemplo.

6 – Para o diagnóstico de idade em adultos foram utilizados todos os critérios possíveis, desde o estudo das suturas exo e endocranianas, ângulo goníaco, desgaste dentário, sínfise púbica e aspecto geral dos ossos no que concerne (no caso dos fragmentados), à estrutura interna e externa, e obviamente nos inteiros à sua estrutura externa, tendo sido tomada atenção às esfoliações *post mortem*. Nos outros, desde os fetos até ao estado de sub-adultos, foi utilizada a observação da morfologia óssea, do estado de fusão das diferentes peças (epífises e diáfises, por exemplo), ou suturas, como a metópica ou a eseno-occipital, bem como as sequências de erupção dentária e estado dos dentes. Como nos indivíduos não adultos e devido às modificações operadas pelo crescimento, a morfologia é mais variável, torna-se mais fácil uma discriminação de idades em parâmetros mais apertados, sendo praticamente todo o conjunto esquelético útil neste diagnóstico.

7 – Para o diagnóstico de sexo temos a considerar essencialmente a população adulta e sub-adulta devido ao dimorfismo sexual, já estabelecido, o permitir normalmente, e em oposição à população infantil e pré-adolescente em que a diferença das estruturas ósseas nesta área é fraca ou muito fraca, não possibilitando, no geral, qualquer tipo de diagnóstico. Assim, nos adultos e sub-adultos foram observadas todas as características ósseas, quer do esqueleto crânico-facial, quer da região pélvica ao nível do ângulo da sínfise púbica e da chanfradura ciática, quer ao nível dos ossos longos, nomeadamente nos seus diâmetros transversos e verticais, quer todo o conjunto esquelético em termos de dimensões e inserção muscular, não esquecendo as possíveis alterações provocadas pela idade e patologias quando por nós detetáveis, visto que, não tomando estes últimos elementos em consideração, se poderia falsear este diagnóstico. As tabelas utilizadas mormente as tabelas para diagnóstico de sexo com base em diâmetro de ossos longos foram as de Bass. Demos preferência a tabelas obtidas a partir da população caucasóide norte-americana em detrimento, por exemplo, das tabelas de origem francesa, visto que a população americana actual tem uma forte componente mediterrânica, nomeadamente de gregos, italianos, espanhóis e portugueses, pelo que nos pareceu mais compatível de comparação, e também serem mais recentes e abrangentes.

8 – A determinação de estaturas prováveis baseou-se na mensuração de ossos longos, preferencialmente os esquerdos, e pela seguinte ordem de fiabilidade: fémures, tíbias, peróneos, úmeros, cúbitos e rádios. As tabelas utilizadas foram as já supramencionadas com discriminação de homens e mulheres, não tendo sido utilizadas nenhuma específicas para a população portuguesa, visto serem virtualmente inexistentes. No caso de termos a certeza de vários ossos longos pertencerem ao mesmo indivíduo, foram estabelecidas medidas em mais de um, a fim de aferir as estaturas por eles prognosticadas o que também nos permite confirmar se realmente se trata de um mesmo indivíduo. Considerou-se também, a hipótese de consultar tabelas específicas para outras populações, caso tivessem surgido indícios fortes que tal o injustificassem, face a material específico que viesse a aparecer.

9 – Os dados recolhidos foram transpostos para agrupamentos e quadros, o que implica necessariamente alguma perda de informação, mas que também, por um efeito oposto, podem atenuar eventuais erros de diagnóstico.

10 – Usando os elementos resultantes de quadrículas não consecutivas para diminuir a probabilidade de um mesmo individuo estar representado em ambas, e em função das áreas das quadrículas e do número de individuos nelas encontrados, e por as mesmas se situarem em zonas diferentes do corpo da Igreja (nave central e transepto), tentaremos com base na área total do corpo da Igreja, dar uma estimativa da densidade mínima de inumações por m^2 e do eventual número mínimo de individuos inumados neste local.

11 – Para a determinação da densidade de inumações por m², usámos, não só as nossas contagens, mas também o esquema das quadrículas escavadas no corpo da Igreja fornecido pelo Dr. Fernando Rodrigues Ferreira (Anexo 1). Assim a sequência de quadrículas utilizáveis para o cálculo das densidades por m² e média para o corpo da Igreja seria A₃, B₂, B₄, G₁₀, I₂, I₄, I₆, I₉, J₁, J₃, e L₇ que dariam, no total, uma área de 42 m².

12 – Para a determinação do n.º total de indivíduos inumados no corpo da Igreja, iremos multiplicar a densidade de inumações por m² pela área total estimada da Igreja.

Discussão e Conclusões

Quanto à amostra do corpo da Igreja, como se pode observar pelos quadros apresentados (Quadro I), o número mínimo de indivíduos, por nós encontrado nos restos esqueléticos, resultantes da escavação das quadrículas é de 304 indivíduos, entre adultos e sub-adultos (205-67.43%), e juvenis (crianças e adolescentes) (99-32.57%).

Quadro I- Número mínimo de indivíduos na amostra exumados do corpo da Igreja⁵⁹

Adultos			Juvenis	Total
H	M	Indet.	99	304
86	60	59		
28.29%	19.74%	19.41%		

NOTA: Nos adultos foram incluídos todos os que eram, e aqueles jovens em que foi possível determinar o sexo (juvenis sub-adultos).

Dos adultos e sub-adultos, e considerando aqueles a quem foi possível atribuir uma estimativa de idade e sexo, podemos constatar que há uma certa homogeneidade de distribuição nas diferentes classes etárias por nós propostas (Quadro II), embora com algum ligeiro aumento a partir dos 40 anos em diante. Dada a amostra ser pequena, não nos pareceu conveniente comparar as frequências encontradas dum ponto de vista estatístico.

Quadro II – Discriminação das idades (estimadas) e sexos (por determinação) em indivíduos com 21 ou mais anos

Idades/Sexo	H	M	Indet.	Total
21-30	8	-	7	15
31-40	8	6	3	17
41-50	8	8	4	20
+ de 50	7	7	5	19
Total	31	21	19	71

Outro tanto já não se pode dizer para os juvenis (Quadro III). Nestes, como é normal para a época e até tempos muito recentes, por exemplo, nas inumações, estudadas por nós na primeira metade do Século XX, no Cemitério da Charneca em Lisboa, a componente principal refere-se a crianças até aos 5 anos inclusive (64.49%).

Quadro III – Discriminação do número de crianças em função das idades (Idades prováveis)

0-5	69 (64.49%)
6-10	25 (23.36%)
11-15	6 (5.61%)
16-20	7 (6.54%)
Total	107 (100%)

Constata-se, pois, que a grande mortalidade em juvenis, ocorria entre os zero e os 10 anos de vida inclusive, visto representarem 87.85% do total da amostra de 107 indivíduos.

Aparentemente temos uma contradição visto atrás termos considerado apenas 99 juvenis, mas como, neste quadro, estimámos idades até muito perto dos 20 anos e, como já foi referido, alguns destes foram incluídos como adultos no Quadro I, temos pois explicada a discrepância de 99 no Quadro I para 107 no Quadro III.

Dada a fragilidade dos ossos das crianças e a incúria no tratamento dos restos esqueléticos ao longo dos séculos, provavelmente muitas mais teriam sido inumadas.

Este número (107) constitui 35.20% da população total inumada e, por nós discriminada (304), constituindo as crianças até aos 10 anos inclusive (94) 30.92% ou seja, aproximadamente um terço desta população, o que perante o que, por nós, já foi exposto, significa, muito provavelmente, que esta proporção seria muito maior, o que indica uma mortalidade infantil muito elevada. Novamente se salienta que as discrepâncias entre o número de indivíduos encontrado pela soma dos valores dos Quadros II e III, em relação ao Quadro I, resulta de alguns juvenis terem tido tratamento diferente consoante o aspecto que se estudava, nomeadamente no diagnóstico de sexo e de idade, e também aos indivíduos adultos cujo sexo e/ou idade não puderam ser determinados.

Dado que o esqueleto feminino é, no geral, mais frágil que o masculino, eventualmente poderíamos ter uma maior facilidade de diagnosticar nos restos esqueléticos provenientes de homens, pelo que não será de estranhar que o número de homens indicado seja maior do que o de mulheres, mesmo que a proporção dos sexos em adultos aqui inumada seja de um para um. Por este motivo, recorreremos ao estudo estatístico desta amostra, a fim de aferirmos qual a relação entre os valores por nós encontrados e a proporção acima indicada.

Numa amostra em que se trabalha com uma variável descontínua, em duas alternativas, por exemplo, o sexo, podem-se testar os resultados obtidos em função de um valor teoricamente esperado para um grau de liberdade. No caso do diagnóstico de sexo em restos esqueléticos de inumados, esperaríamos, à partida e se não houvesse nenhum factor em contrário, números semelhantes de homens e mulheres, e uma pequena percentagem de indivíduos cujo sexo seria difícil de determinar.

Também é de esperar que quanto maior for a população dos indetermináveis, maior será a variabilidade consentível do número de indivíduos cujo sexo é determinado em função da alternativa macho-fêmea.

O número de indetermináveis no presente caso não pode ser estimado com base em nenhum pressuposto teórico devido ao estado fragmentário dos indivíduos.

Se este número for relativamente baixo, o seu efeito, em termos de distorção, será menos evidente, e, no nosso caso, é de apenas 28.78%.

Considerando só os números encontrados para homens e mulheres na amostra, o valor de χ^2 encontrado para um grau de liberdade é de 4.630, o que indica uma probabilidade entre $P = 0,01$ e $P = 0,05$, ou seja, fica situado num valor que pode revelar uma diferença estatisticamente significativa ou não, consoante se utilize o critério de $P = 0,01$ ou $P = 0,05$. Se considerarmos que a nossa percentagem de indetermináveis contera metade de homens e metade de mulheres e adicionarmos os valores assim obtidos aos anteriores, obtemos um valor de χ^2 de 2.220, o que dá uma probabilidade $P > 0,05$ ou seja, aparentemente não há diferenças estatisticamente significativas nas inumações dos adultos dos dois sexos.

Em relação às estaturas, como os valores obtidos vão ser apresentados em função do sexo, temos a considerar que qualquer tabela nos dá essencialmente valores acima ou abaixo dos quais nós podemos diagnosticar se estamos perante um homem ou uma mulher, havendo entre eles todo um conjunto de valores não discriminativo. Assim, ao deixarmos, na nossa amostra, muito indivíduos de fora, ou por não ser possível atribuir alguns ossos longos a conjuntos esqueléticos aos quais houve possibilidade de determinar o sexo, ou por apresentarem valores indefinidos, os conjuntos de valores por nós encontrados, quer para homens, quer para mulheres, estão necessariamente mais afastados entre si do que os traduzíveis em curvas de distribuição de estaturas obtidas com um mesmo critério no vivo.

Os ossos por nós medidos foram fêmures, tíbias e húmeros por serem os mais viáveis. Apenas pudemos calcular as estaturas prováveis de 12 homens e 12 mulheres. Como o intervalo de variação para as estaturas é simétrico para qualquer dos ossos e não diferirem entre si aproximadamente mais de 4.5 cm, considerámo-los todos iguais. Assim, a média do conjunto dos valores médios encontrados terá tendência a aproximar-se na realidade da média encontrada pelos valores acima e abaixo dos quais se define o intervalo de variação. Como a amostra é muito pequena e para melhor perspectivarmos as estaturas prováveis abstraímos-nos dos intervalos de variação, e apresentamos, no quadro, os valores centrais, sendo o valor mais correcto estatisticamente falando apenas o do valor da média, tanto para homens, como para mulheres. Nestas condições, obviamente não recorremos a nenhuma comparação estatística entre estes valores.

Assim sendo, apresentamos os nossos resultados nos Quadros IV e V.

Quadro IV – Frequência de estaturas em adultos

Estatura/Sexo	H	M
146-150	-	2
151-155	-	4
156-160	-	5
161-165	4	1
166-170	4	-
171-175	3	-
176-180	-	-
181-185	1	-

Quadro V – Resumo de estaturas (valores absolutos encontrados e valor médio obtido por somatório)

Estatura/Sexo	H	M
Mínima	161	149
Média	168	155
Máxima	182	162

Apresentamos seguidamente os dados referentes à densidade de inumações em função das áreas.

Na obtenção de elementos para este quadro, tivemos o problema de não conseguirmos fazer corresponder as referências de alguns sacos às das quadrículas escavadas no corpo da Igreja fornecido pelo Dr. Fernando Rodrigues Ferreira.

No entanto, do que conseguimos ler, temos referências em sacos que não correspondem às das quadrículas sugeridas pelo esquema já citado, bem como alguns sem referência e também alguns dos conjuntos de sacos referentes a quadrículas apresentam maior ou menor número de restos esqueléticos que aquele que, por nós *in loco* foi estimado, por exemplo a referência B₄ não aparece em qualquer saco.

Eventuais estatísticas nas densidades de inumações entre as escavações da nave central e do transepto não são estudadas porque o número de quadrículas abertas em cada uma das áreas é muito reduzido em superfície em relação às áreas totais de cada uma destas componentes do corpo da Igreja e a densidade de inumações nelas também muito variável.

Embora os valores de densidade encontrados no transepto sejam menores (Quadro VI), temos de ter em consideração que o antigo cemitério dos frades foi nele instalado inicialmente tendo sido posteriormente transferido, com remoção de ossadas, para a área do Convento, e eventualmente dele terem sido retiradas ossadas para carneiros nomeadamente à semelhança do existente na Capela de Santo Cristo Cativo, já situada na nave direita, bem como a zona definida por I-1, 2 e 3, e J-1, 2 e 3 serem áreas muito remexidas que sofreram trabalhos de alvenaria posteriores.

Como a determinação do número mínimo de indivíduos eventualmente inumados em todo o corpo da Igreja se faz aqui com base nas quadrículas não consecutivas, tanto da nave central, como do transepto, à partida parece-nos que ele será muito inferior ao número real de inumações (3582), que efectivamente ocorreram num espaço calculado de cerca de 1123 m².

Quadro VI – Densidade de inumação em função das áreas

Local	Áreas aprox. levantadas	N.º de ind. identificados	Densidade média por m ²
Transepto	26 m ²	33	1.27
Nave central	16 m ²	101	6.31
Corpo de Igreja	42 m ²	134	3.19

Referindo-nos seguidamente às Capelas, como se pode observar pelos quadros apresentados (Quadros VII e VIII), o número mínimo de indivíduos, encontrados nos restos esqueléticos resultantes da escavação é de 162 indivíduos, entre adultos e sub-adultos (118-72.84%), e juvenis (crianças e adolescentes) (44-27.16%).

Quadro VII – Número mínimo de indivíduos na amostra exumados das Capelas

Adultos e Sub-adultos			Crianças e Adolescentes	Total
H	M	Indet.	44	162
54	37	27		
33.33%	22.84%	16.67%	27.16%	100%

Quadro VIII – Discriminação das idades e sexos em indivíduos com 21 ou mais anos (Idade provável)

Idade/Sexo	H	M	Indet.	Total
21-30	11	10	-	21
31-40	7	4	1	12
41-50	14	4	2	20
+ de 50	3	8	-	11
Total	35	26	3	64

Também quanto aos juvenis (Quadro IX), como é normal a componente principal refere-se a crianças até aos 5 anos inclusive (46.51%), ou seja quase metade da amostra.

Quadro IX – Discriminação do número de crianças em função das idades (Idades prováveis)

0-5	20 (46.51%)
6-10	10 (23.25%)
11-15	8 (18.05%)
16-20	5 (11.28%)
Total	43 (100%)

Igualmente constata-se, pois, que a grande mortalidade em juvenis ocorria entre os zero e os 10 anos de vida inclusive, visto representarem 69.76% do total da amostra de 43 indivíduos.

Dada a fragilidade dos ossos das crianças e a incúria no tratamento dos restos esqueléticos ao longo dos séculos, provavelmente muitas mais teriam sido inumadas.

Este número constitui 27.16% da população total inumada e discriminada (162), constituindo as crianças até aos 10 anos inclusive 18.52%, ou seja, aproximadamente um quinto desta população, o que perante o por nós, já exposto, significa, muito provavelmente, que esta proporção seria muito maior, o que indica uma mortalidade infantil muito elevada. As discrepân-

cias entre o número de indivíduos encontrado pela soma dos Quadros VIII e IX, em relação ao Quadro VII, resulta de alguns juvenis terem tido tratamento diferente consoante o aspecto que se estudava, nomeadamente o diagnóstico de sexo e de idade, e também os indivíduos adultos cujo sexo e/ou idade não puderam ser determinados.

O número de indetermináveis no presente caso não pode ser estimado com base em nenhum pressuposto teórico devido ao estado fragmentário dos indivíduos.

Se este número for relativamente baixo, o seu efeito, em termos de distorção, será menos evidente, e, no nosso caso, é de apenas 16.46%.

Considerando os números encontrados para homens e mulheres na amostra, o valor de χ^2 encontrado para um grau de liberdade é de 3.176, o que indica uma probabilidade maior que $P = 0,05$, ou seja, aparentemente não há diferenças estatisticamente significativas nas inumações dos adultos dos dois sexos.

Em relação às estaturas, como os valores obtidos vão ser apresentados em função do sexo, temos a considerar que qualquer tabela nos dá essencialmente valores acima ou abaixo dos quais nós podemos diagnosticar se estamos perante um homem ou uma mulher, havendo entre eles todo um conjunto de valores não discriminativo. Assim, ao deixarmos, na nossa amostra, muito indivíduos de fora, ou por não ser possível atribuir alguns ossos longos a conjuntos esqueléticos aos quais houve possibilidade de determinar o sexo, ou por apresentarem valores indefinidos, os conjuntos de valores por nós encontrados, quer para homens, quer para mulheres, estão necessariamente mais afastados entre si do que os traduzíveis em curvas de distribuição de estaturas obtidas com um mesmo critério no vivo.

Os ossos medidos foram fêmures, tíbias, húmeros, rádios, cúbitos e perónios. Apenas pudemos calcular as estaturas prováveis de 44 homens e 9 mulheres. Como o intervalo de variação para as estaturas é simétrico para qualquer dos ossos e não difere entre si aproximadamente mais de 4.5 cm, considerámo-las todos iguais. Assim, a média do conjunto dos valores médios encontrados terá tendência a aproximar-se na realidade da média encontrada pelos valores acima e abaixo dos quais se define o intervalo de variação. Como a amostra é muito pequena e para melhor perspectivarmos as estaturas prováveis abstraímos-nos dos intervalos de variação, e apresentamos, nos quadros, os valores centrais, sendo o valor mais correcto estatisticamente falando apenas o do valor da média, tanto para homens, como para mulheres. Nestas condições obviamente, não recorreremos a nenhuma comparação estatística entre estes valores.

Assim sendo, apresentamos os nossos resultados nos Quadros X e XI.

Quadro X – Frequência de estaturas em adultos

Estatura/Sexo	H	M
141-145	-	1
146-150	-	-
151-155	-	5
156-160	-	2
161-165	7	1
166-170	14	-
171-175	14	-
176-180	9	-

Quadro XI – Resumo de estaturas
(Valores absolutos encontrados e valor médio obtido por somatório)

Estatura/Sexo	H	M
Mínima	161	145
Média	171	154
Máxima	179	161

Temos assim uma população que os seus representantes femininos e masculinos apresenta estatura relativamente elevada. Tal poderá estar eventualmente relacionado com o facto de, nestas Capelas, se inumarem geralmente indivíduos de estatuto sócio-económico elevado, e que, portanto, tiveram, em princípio, condições de desenvolvimento particularmente boas para a época.

Também a percentagem relativamente baixa de crianças (27.16%), no total da população, poderá, eventualmente, apontar nesse sentido.

Iniciaremos, agora uma abordagem conjunta às duas amostras referidas.

Quadro XII – Número mínimo de indivíduos nas amostras (corpo da Igreja e Capelas)

Adultos			Crianças	Total
H	M	Indet.	143	466
140	97	86		
30.04%	20.82%	18.45%	30.69	100%

A junção das amostras provavelmente dará melhores indicações quanto à demografia da população inumada neste local do que as amostras de per si, visto ser socialmente mais abrangente.

Quadro XIII – Discriminação em função das idades e sexos em indivíduos com 21 ou mais anos em toda a Igreja (Idade provável)

Idade/Sexo	H	M	Indet.	Total
21-30	19	10	7	36
31-40	15	10	4	29
41-50	22	12	6	40
+ de 50	10	15	5	30
Total	66	47	22	135

A classe modal é a dos 41-50 anos.

Quadro XIV – Discriminação do número de crianças em função das idades em toda a Igreja (Idade provável)

Classes	Números
0 - 5	89 (59.33%)
6 - 10	35 (23.33%)
11 - 15	14 (9.33%)
16 - 20	12 (8.00%)
Total	150 (100%)

Constata-se, pois, que perto de 60% de população infantil inumada morria até aos 5 anos inclusive, ou seja 19.1% do total da população que nós estudámos. Assim, cerca de 1/5 dos inumados eram crianças até aos 5 anos, e, se adicionarmos as que morrem até aos 10 anos, teremos mais de 80% da população abaixo dos 20 anos, que representam mais de 1/4 da população total inumada (26,61%), o que, e vistas as razões já apontadas, pode significar que perto de 30% da população falecesse antes dos 10 anos, ou seja uma criança em cada três ou eventualmente mais, como é sugerido pelas inumações no corpo da Igreja em que a percentagem encontrada é de 30.92, o que nos faz pensar que o provérbio que diz que “quem tem dois filhos tem um, e quem tem um não tem nenhum” poderá ter um forte fundamento na realidade que então, ou em tempos mais remotos, se vivia, o que está perfeitamente de acordo com Teresa Rodrigues, quando afirma que antes da transição demográfica cerca de 1/4 das crianças morria até ao ano de vida e pouco mais de metade transpunha os 10 anos.

Dada a fragilidade dos ossos das crianças muito novas, é certamente nas idades mais baixas que se terá dado a degradação óssea que nos impede constatar valores mais elevados.

Quadro XV – Frequências de indivíduos por classes de idade (por estimativa)

Classes	Números	Percentagens
0-5	89	31.23
6-10	35	12.28
11-15	14	4.91
16-20	12	4.21
21-30	36	12.63
31-40	29	10.17
41-50	40	14.03
+ 50	30	10.52
Total de indiv. com idade estimada	285	100

Quadro XVI – Frequência de estaturas em toda a Igreja em adultos

Estatura/Sexo	H	M
141-145	-	1
146-150	-	2
151-155	-	9
156-160	-	7
161-165	11	2
166-170	18	-
171-175	17	-
176-180	9	-
181-185	1	-

Quadro XVII – Resumo de estaturas em adultos
(valores absolutos encontrados e valor médio obtido por somatório)

Estatura/Sexo	H	M
Minima	161	145
Média	170.4	154.7
Máxima	182	162

O teste de *t* de *Student* não foi aplicado ao estudo de diferenças de distribuição das idades das crianças entre as inumadas nas Capelas e as inumadas na Igreja, porque ambas não representam distribuição normal. Assim, optou-se por um χ^2 entre as classes de idade mais representadas em número de falecimentos.

Igualmente não se aplicou o teste de *t* de *Student* ao estudo das diferenças entre médias de estatura, quer para homens, quer para mulheres, porque, não obstante a robustez deste teste, os números de indivíduos encontrados, quer nas Capelas, quer no corpo da Igreja, são muito pequenos (10 mulheres no corpo da Igreja contra 9 nas Capelas, e 12 homens na Igreja contra 44 nas Capelas). Este último número era já razoável, embora o primeiro seja francamente insuficiente. E o próprio método de determinação de estaturas já introduz algum erro, que, em certos casos, pode ser de quase 4 cm em torno de valor médio.

Em relação ao número de indivíduos que foram exumados, quer no corpo da Igreja, quer nas Capelas, e estudando a sua distribuição pelas classes de idades por nós consideradas, podemos constatar (Quadro XVIII), que apresentam diferenças estatisticamente significativas nas classes dos 0 - 5 anos, dos 21 - 30 e dos 41 - 50.

Os números proporcionalmente maiores serão os da classe 0 - 5 anos para os inumados no corpo da Igreja e 21 - 30 e 41 - 50 para os das Capelas. Estes factos sugerem-nos que:

1.º As amostras são diferentes quanto aos períodos de vida em que morriam mais.

2.º A eventual explicação para esta discrepância pode residir na grande mortalidade infantil, sugerida pelos números encontrados entre 0 e os 5 anos, na população inumada no corpo da Igreja, e que podem significar eventualmente, uma maior selecção aos factores de morbilidade mais frequentes na época, e que se traduziria também por uma maior resistência constitucional da população sobrevivente.

Quadro XVIII – População exumada por classes de idades e respectiva comparação pelo χ^2

Classes de Idades	Corpo da Igreja	Capelas	Valores de χ^2	P
0-5	69	20	7.33	<0.05
6-10	25	10	0.81	>0.05
11-15	6	8	3.164	>0.05
16-20	7	5	0.286	>0.05
21-30	15	21	8.977	<0.05
31-40	17	12	0.561	>0.05
41-50	20	20	4.101	<0.05
+ de 50	19	11	0.043	>0.05
Total	304	162		
Total geral	466			

No caso de amostra das Capelas, tal pressão para ter sido menor na primeira infância, logo uma possível explicação será a de que o início da vida adulta se traduziria por uma maior pressão sobre população mais resguardada, que, mesmo sendo identificada na população do corpo da Igreja, iria nesta ser menos sentida.

A morbilidade diferencial voltaria a ser maior na população das Capelas entre os 41 e os 50 anos, altura em que novamente qualquer desvantagem física consentida por um melhor ambiente social, começaria de novo a se evidenciar.

Assim, não é de estranhar que os idosos (de acordo com Teresa Rodrigues, só a partir de 1890, a barreira entre a idade adulta e a idosa se estabelece não a partir dos 50, mas dos 60 anos), com mais de 51 anos tivessem idêntica esperança de vida, visto as discrepâncias inicialmente causadas pela diferença de morbilidade até aos 5 anos já se teriam atenuado quase totalmente.

Um melhor estatuto social de uma das populações em relação à outra (Capelas *versus* corpo da Igreja), poderia explicar as diferenças encontradas nos números obtidos para a primeira classe de idades, e que ir-se-iam esbatendo ao longo da vida, mostrando, no entanto, que a morbilidade geral se mantinha, o que explicará as diferenças encontradas, quer no início da idade adulta, quer na classe dos 41-50 anos, após vinte anos de desgaste físico em relação ao início de uma vida socialmente mais cheia de factores de maior sobrecarga biológica e psíquica.

Não tentámos uma estimativa da esperança média de vida, na população que estudámos, por dois motivos – o número de crianças provavelmente é inferior ao real, e também porque as estimativas de idades não são cem por cento precisas, em indivíduos adultos.

Assim, mesmo recorrendo a cálculos estatísticos para tentar equilibrar, em função de conjunto, a nossa amostra, os resultados seriam sempre pouco fiáveis. Preferimos, pois, dizer que o grosso da população com idade estimada se situa abaixo dos 40 anos (186 contra 99), ou seja quase dois terços do total, o que está perfeitamente de acordo com a esperança média de vida apresentada por Teresa Rodrigues, para o ano de 1803, que era de apenas 27,3 anos para os dois sexos.

Conclusão final

Pensamos, através deste trabalho, ter evidenciado a utilidade da osteologia no estudo de populações humanas antigas, quer de um ponto de vista de características físicas (por exemplo estaturas, sexos, ausência ou presença de elementos provenientes de populações não caucasóides), quer nos aspectos demográficos e sociais.

Assim a investigação arqueológica poderá beneficiar destes tipo de elementos para um melhor conhecimento das populações que estuda.

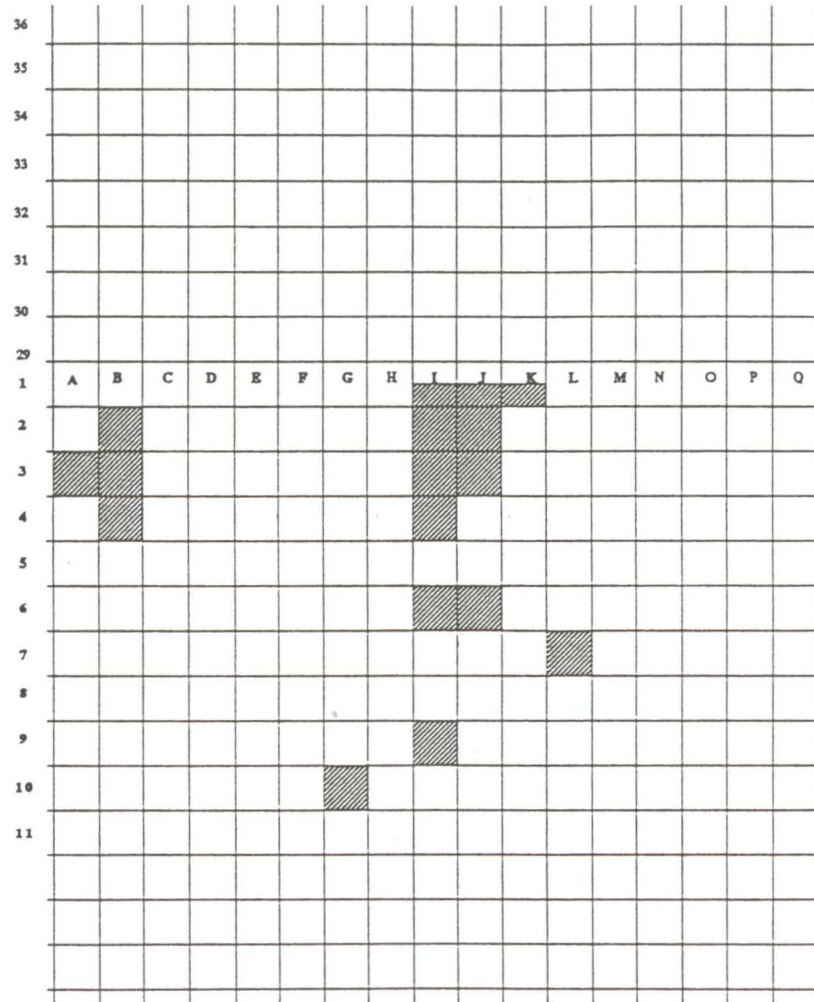
AGRADECIMENTOS


Em primeiro lugar, cumpre-nos agradecer à Secção de História da A. A. P., pela proposta de escavações feita à Direcção da mesma, a esta pela confiança em nós depositada para o estudo antropológico do material que viria a ser exumado, ao METRO pelo apoio financeiro e em pessoal que deu, ao Presidente do IICT, Professor Doutor Joaquim Cruz e Silva pela autorização concedida a um de nós (MCN), a fim de poder integrar a Equipa de Antropologia, ao Director do Museu e Laboratório – Museu Bocage, Professor Doutor Carlos Almaça, por ter aceite, não só receber em depósito o material ósseo recolhido, mas também ter facultado instalações para o seu estudo, ao Dr. Fernando Rodrigues Ferreira pelo envio do “desenho elucidativo acerca da quadrícula estabelecida para as escavações arqueológicas da Igreja do Carmo”, e que constitue o Anexo 1, já mencionado, deste trabalho, e, por fim, a todos os funcionários da A. A. P. e ligados ao METRO, pela sua cooperação e simpatia.

BIBLIOGRAFIA

- ADAMS, John Crawford, *Outline of Orthopaedics*. 8th ed., Churchill Livingstone, 1976.
- ADAMS, John Crawford, *Outline of Fractures*. 7th ed., Churchill Livingstone, 1978.
- ATHAYDE, Alfredo, CASTRO-E-ALMEIDA, M.^a Emília & CORRÊA, A. A. Mendes, *Introdução à Antropologia Tropical. Estudos, Ensaios e Documentos*, 95, Lisboa, 1962, 238 p.
- BASS, W. M., *Human Osteology. A Laboratory and Field Manual*, 3rd ed., Colombia, 1987.
- BORGES, Emília Salvado, *Crises de mortalidade no Alentejo interior. Cuba (1586 - 1799)*. Lisboa, Edições Colibri, Col. Estudos de História Regional, 8, 1996.
- BROTHWELL, D. R., *Digging up bones*. London, British Museum. 1975, 195 p.
- COMA, J. M. R., *Antropología Forense*. Madrid, Ministério de Justiça, Secretaria General Técnica, Centro de Publicaciones, 1991.
- COMAS, Juan – *Manual de Antropología*. México – Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 1957.
- FRANÇA, Genival Veloso de, *Medicina Legal*. 3.^a Edição. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 1991.
- HELLER, René, *Manuel de Statistique Biologique*. Paris, Gauthier – Villars, Editeur, 1968.
- HENRY GRAY, F. R. S., *Gray's Anatomy. Anatomy of Human Body*. 29th American Ed., 1975.
- LOPES, Luís, *Reflexão sobre a importância dos estudos osteológicos como complemento dos estudos históricos*. Comunicação apresentada à Secção de História da Associação dos Arqueólogos Portugueses em 2 de Abril de 1996.
- LOPES, Luís, *Aspectos antropológicos das inumações do Carmo*. Comunicação apresentada à Secção de Antropologia da Sociedade de Geografia de Lisboa em 26 de Junho de 1996.
- LOPES, Luís, *Relatório sobre o material osteológico recolhido na Igreja do Carmo (2.^a fase)* apresentado ao IPA. 1997.
- NETO, Maria Cristina, *Os enterramentos na Igreja do Carmo através das Crónicas dos Carmelitas*. Comunicação apresentada à Secção de História da Sociedade de Geografia de Lisboa em 2 de Maio de 1996.
- NETO, Maria Cristina, *Os enterramentos no Convento do Carmo em Lisboa*. Comunicação apresentada à Secção de História da Sociedade de Geografia de Lisboa em 4 de Novembro de 1996.
- NETO, Maria Cristina & LOPES, Luís, «Algumas considerações sobre os achados ósseos da 2.^a Capela da Epístola da Igreja do Convento do Carmo de Lisboa». *Actas do Colóquio Comemorativo dos 600 anos da fundação do Convento do Carmo em Lisboa*, Lisboa, 1989, pp. 149-153.
- NETO, Maria Cristina & LOPES, Luís, *Contribuição para a história demográfica da Freguesia da Charneca – Lisboa, entre 1921 e 1954*. Associação dos Arqueólogos Portugueses, 1995 (no prelo).
- NETO, Maria Cristina & LOPES, Luís, *Relatório sobre o material osteológico recolhido na Igreja do Carmo (1.^a fase)*, apresentado ao IPPAR. 1997.
- NETO, Maria Cristina, SERRÃO, Eduardo da Cunha & SANTANA, Francisco, «Escavações de dois carneiros nas ruínas da Igreja de Nossa Senhora do Vencimento do Monte do Carmo». Lisboa, *Arqueologia e História*, Série X, Vol. III, 1993, pp. 223-228.
- OLIVIER, Georges, *Pratique Anthropologique*. Paris, Vigot Frères Editeurs, 1960, 291 p.
- OLIVIER, Georges, *Anatomie Anthropologique*. Paris, Vigot Frères Editeurs, 1965, 498 p.
- PEREIRA DE ST.^a ANNA, Fr. Joseph, *Chronica dos Carmelitas da Antiga, e Regular Observancia nestes Reynos de Portugal, Algarves, e seus Dominios*, Tomo Primeiro, Lisboa, 1745.
- RODRIGUES, Teresa, *Crises de Mortalidade em Lisboa. Séculos XVI e XVII*. Lisboa, Livros Horizonte, Col. Cidade de Lisboa, 9, 1990.
- RODRIGUES, Teresa, *Nascer e morrer na Lisboa oitocentista. Migrações, mortalidade e desenvolvimento*. Lisboa, Edições Cosmos, Col. História, 10, 1995.
- SÁ, Mestre Fr. Manoel de, *Memorias Historicas da Ordem de Nossa Senhora do Carmo da Provincia de Portugal. Parte Primeira*. Lisboa, 1727.
- SOKAL, Robert R. & ROHLF, F. James, *Biometry. The principles and practice of statistics in biological research*. San Francisco, W. H. Freeman and Company, 1969.
- STANLEY, L. & ROBBINS, M. D., *Pathologic basis of Disease*. Philadelphia, W. B. Saunders Company, 1974.
- SOUNIS, Emilio, *Bio Estatística (Princípios Fundamentais, Metodologia Estatística, Aplicação às Ciências Biológicas)*. S. Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Editora McGraw-Hill do Brasil, Ltda, 1979, 230 p.
- TOBIAS, Phillip V. & ARNOLD, M., *Man's Anatomy*, 3 Vols., 4th edition, Witwatersrand University Press, Johannesburg, 1988.
- WEELS, Calvin, *Ossos, Corpos e Doenças*. Lisboa, Editorial Verbo, Col. Historia Mundi, 1969, 283 p.

Anexo I



IGREJA DO CARMO		
QUADRÍCULA	ESCALA	ORIENTAÇÃO
QUADRÍCULA GERAL	1 : 339	N 

F.E. Rodrigues Ferreira

Histórico das cédulas de Portugal e respectivo inventário da colecção da Associação dos Arqueólogos Portugueses

NESTOR FATIA VITAL

Permitam-me começar por umas breves considerações introdutórias.

1. Desde os tempos mais remotos que a Humanidade sentiu a necessidade de efectuar trocas, isto é, a permuta directa de bens, usando os seus excedentes e satisfazendo as carências. Para tanto, aferia essas operações pela noção de “valor” e, aos poucos, criando “padrões ponderais”.

Nesta última fase, a que chamamos da “mercadoria-moeda”, os bens utilizados foram os mais diversos: cereais, gado e outros animais, incluindo as peles, sal, semente do cacauero, cauris, conchas, panos, etc., com destaque para os metais inicialmente na forma rude de pequenos lingotes ou pastilhas, braceletes, handas e cruzetas.

Desde já se diga que a evolução dependeu, a nível mundial, do maior ou menor grau de civilização, chegando até próximo do nosso século em certas regiões de vários continentes. É comum localizar-se na Lídia, situada na Ásia Menor, o aparecimento, nos princípios do século VII a. C., dos primeiros numismas ovóides, marcados com o selo régio, nóvel instrumento de padrão de trocas, e de acumulação de riqueza quando de ouro, que algumas ilhas do Mar Egeu, desde logo, seguiram o exemplo, como no caso da Ilha de Egina.

Segundo Jean Babelon, desde o século sétimo a meados do III antes da nossa era, cerca de 1400 cidades e de 500 chefes de “Estado” emitiram moeda.

Entretanto, já no século VI a. C. a Grécia clássica lança a moeda de forma circular, de dupla face, vindo a introduzir nela o retrato coevo, a que se seguiu a numária romana, documentos históricos fundamentais para o nosso conhecimento actual.

Quanto à amoedação, a sua evolução passou por inúmeras vicissitudes quer na utilização das mais variadas ligas metálicas, quer nos processos de fabrico: fundição, batimento a martelo e, finalmente, cunhagem mecânica.

2. A maior ou menor escassez de moeda circulante dependeu, ciclicamente, das disponibilidades financeiras das entidades estatais para a aquisição dos metais, bem como da disponibilidade de acesso às fontes de mineração e, ainda, do crescimento demográfico e da aceleração das práticas de comércio interno e internacional.

Por outro lado, as transacções à distância já tinham introduzido na área comercial a “letra de câmbio”, para mim, o primeiro papel fiduciário desde o século XIV, as “*letterae cambiales*”.

O esgotamento das minas, pela intensiva actividade extractiva, que ocorreu em certas épocas, na Europa, a partir de meados de Seiscentos, e a progressiva alta dos preços dos metais amoeáveis, forçaram a imaginação do Homem ocidental na procura de soluções sucedâneas da moeda metálica, o que a China já experimentara desde o século VII, o conhecido “dinheiro voador”, pela sua leveza, e que nos é confirmado nos finais do século XIV por Marco Polo.

Somente, em 1661, surge na Europa a primeira nota bancária, isto é, o papel-moeda, emitida pelo recém fundado Banco de Estocolmo.

Essa solução não resolveu, porém, a existente “fome monetária” a todos os níveis do comum dos utentes. De facto, a carência de meios circulantes continuava a ser mais premente ao nível dos pequenos trocos, o “dinheiro miúdo” que é a circulação de uso mais acelerado nas mãos do grande público.

Assim, e desde o século XVII, a Inglaterra encontrou uma solução original. Municipalidades, comerciantes e, depois, industriais emitiram fichas metálicas, os tokens, entradas em circulação sem prévia autorização legal.

Só de 1648 a 1672 foram lançados, naquele país, mais de vinte mil tipos diferentes dessa “moeda de emergência” e espúria, de baixo valor facial, normalmente de cobre.

Nesse aspecto, Portugal não fugiria à regra, existindo bibliografia de investigação publicada, referente às emissões na metrópole, Madeira e Ultramar desde o último quartel do século passado.

Mas uma outra solução viria a mitigar a “fome monetária”, espalhando-se já no nosso século por vários países europeus, tendo a Rússia czarista chegado a emitir moeda de cartão e a Alemanha, ao eclodir a 1.^a Grande Guerra emitindo, aos milhões esses pequenos títulos de papel, marginais, as *notgeld*, durante mais de trinta e quatro anos até à reforma financeira de 1948.

Eram as cédulas, recurso que, em Portugal, igualmente se utilizou e com antecedentes mais profundos, como veremos.

3. A palavra cédula deriva do vocábulo latino *schedula* e, nesta língua, significa pedacinho de papel.

De facto, elas, quer sejam quadradas, redondas, ovais ou rectangulares, apresentam dimensões ou diâmetros pequenos, i. e., não ultrapassando, salvo raras excepções, o decímetro. Essas “senhas” ou “vales” com baixos valores de troca, foram produzidos em papel, muitas vezes de péssima qualidade, cartolina e, até cartão, com inscrições, manuscritas ou impressas, as mais diversas, uniface ou em ambas as faces.

Como elemento essencial o quanto “vale”, i. e., o seu valor facial e, desde já se diga, que nos finais do século passado não ultrapassou os 100 réis e no nosso século só ultrapassando os 20 centavos após a grande inflacção de 1922. O investigador ou, se quiserem, o coleccionador atento, encontrará nas cédulas uma variedade de características que, quando com pequenas anomalias no mesmo tipo – os espécimes “diferentes” –, exige um estudo atento e minucioso.

Além do valor, a cédula pode apresentar ou não assinatura – em chancela ou manuscrita –, n.^o de série ou de cédula, local e data, carimbo de tinta ou em branco, além do nome da entidade emissora, etc.

Mas, desejo chamar particular atenção ao colorido e grafismo das cédulas impressas.

Elas apresentam um aspecto artístico e altamente sugestivo, uma autêntica competição de que até artistas de nomeada foram encarregados da sua execução, em que requintados desenhos ornaram estilizadas cercaduras, para além da tipologia central, normalmente nas duas faces.

Refiro-me ao aspecto iconográfico da maior valia: brasões municipais ou concelhios, vistas panorâmicas de localidades, monumentos e figuras alusivas à história local, trajes e costumes regionais, ilustração de edifícios públicos – câmaras, hospitais, etc. –, estabelecimentos comerciais e industriais, alegorias dedicadas à história e literatura, em geral, e a apelos à beneficência.

Grosso modo, pode estimar-se em cerca de 3 500 os tipos de cédulas portuguesas catalogadas, não estando ainda quantificadas as “variantes” que continuam sendo descobertas, ou pela diferença da medida da mancha (só a parte impressa), da qualidade do material e sua espessura, variedade das cores, alteração do pormenor das cercaduras e muitos outros pormenores por vezes de muito difícil identificação.

Adiante nos referiremos à vasta gama de emissores.

4. Dissemos que o nosso País fora um dos precursores deste dinheiro de papel. Na realidade, a primeira notícia que temos do surgimento de cédulas portuguesas é a do seu lançamento nos Açores, no agitado período do regime liberal de que a Ilha Terceira foi um baluarte. A elas se referem os decretos da Regência insular de 14 de Maio e de 16 de Junho de 1830. Porém, não temos conhecimento da existência actual dessas emissões, cujos valores seriam de 500, 250 e 100 réis.

Num segundo período, as cédulas reapareceram em Portugal continental na grave crise financeira de 1891, já em evolução desde a implantação do sistema constitucional, em 1833, com excepção do passadiço da Regeneração após 1851.

Em 1889 o Imperador do Brasil, Pedro II, é preso, deposto e expulso para a Europa, sendo ali proclamada a República, na sequência de uma revolta militar, vindo a nova constituição a ser decretada pelo Congresso em 1891.

As remessas das economias dos portugueses, sediados no Brasil, para os seus familiares na metrópole lusitana, foi caudal que secou instantaneamente. Além disso, o Ultimato de 1890, que provocara o nosso afastamento à Inglaterra, é seguido pela abortada revolta republicana, no Porto, de 31 de Janeiro de 1891.

À instabilidade financeira, política e de regime, que se instala, decorrem as enormes dificuldades de governação do Estado e, também, das actividades comerciais que vinha sofrendo as consequências da derrocada, em falência de entidades bancárias. Estava criado um mal estar geral prenunciador da bancarrota nacional. Chega-se a legislar que o “franco”, de prata, francês tivesse curso legal de circulação.

De facto, a falência, em princípios de Maio de 1891, do Banco do Povo e do Banco Lusitano é o primeiro aviso do “crack” e dá-se a corrida aos estabelecimentos de crédito, assistindo-se à queda vertical dos fundos públicos, à elevação do ágio do ouro em libra, ao avolumar da desconfiança pública que provoca acelerado aforro, num entesouramento precipitado de todo o numerário em metais nobres e não só. Os credores externos exigiam a imediata quitação dos débitos e o Governo, impotente por falta de recursos, vê-se obrigado a publicar um decreto de moratório de pagamento a três e seis meses, entregando o comércio do tabaco a uma companhia privada, dirigida pelo financeiro Henri Burnay, em troca de um avultado empréstimo ao Estado de 45 000 contos de réis e uma contribuição anual de 900 contos.

Seguem-se as falências, em cadeia, no comércio e na indústria e até a Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses considera-se falida.

Bandos precatórios de desempregados percorrem as ruas das cidades principais implorando a caridade pública e ostentando bandeiras negras onde se inscrevia o grito de “Pão ou Prisão”, evocativa de Jean Valjean, na célebre obra de Victor Hugo.

Pelo Decreto de 6 de Maio de 1891, o Banco de Portugal é autorizado a lançar uma emissão forçada de 5 000 contos de notas substituindo a sua convertibilidade de ouro para a prata, o que representou enorme desvalorização.

O Decreto de 23 de Junho desse mesmo ano, assinado pelo Rei em 30 de Julho e publicado na folha oficial n.º 169 de 1 de Agosto, autoriza, como referido anteriormente, o curso legal da moeda francesa de um franco, de prata, por Ter peso igual à nossa de 200 réis, isto é, cinco gramas, medida inédita e indispensável pois que até as senhas dos transportes públicos já serviam de “moeda” de trocos.

Para prover à falta de dinheiro miúdo, a Casa da Moeda emite, ao abrigo do Decreto de 6 de Agosto, cédulas de 100 e de 50 réis, com equivalência a bronze, mas sem que a quantidade lançada em circulação bastasse para responder à “fome monetária” de trocos que se verificava por todo o País. É, assim, que surge o segundo período histórico das cédulas portuguesas.

O burgo portuense de lídimas tradições de varonilidade faz despoletar, ao nível particular, a referida solução de “papel de emergência”. A Câmara Municipal do Porto, à revelia de qualquer autorização do poder central, emite cédulas de 100 e de 50 réis, datadas de 1 de Agosto de 1891, curiosamente coincidindo com a data da referida legislação oficial. Aqui fica o benefício da dúvida de qual das duas entidades tomara a iniciativa.

O exemplo é, de imediato, seguido por outras entidades, tais como: Câmara Municipal de Aldegalega, de Bouças e de Elvas; Associação Comercial de Braga, de Guimarães, de Penafiel e de Lisboa; Santa Casa da Misericórdia do Porto; Companhia de Carris de Ferro do Porto; Companhia Carris e dos Ascensores do Bom-Jesus de Braga, bem como por diversas entidades comerciais de Campo Maior, Coimbra, Lisboa, Penafiel, Porto, Santo Tirso, Setúbal, Torres Novas e Vila Real. A situação da falta de numerário miúdo normaliza-se, cessando a emissão e uso das cédulas, quando aparecem as novas moedas divisionárias de 100 e de 50 réis de cuproníquel, datadas de 1900, amodação ordenada pela Lei de 21 de Julho de 1899.

De registar o caso pontual da emissão excepcional de cédulas pela Câmara Municipal de Lagoa, com a data tardia de 2 de Janeiro de 1907.

O terceiro período histórico, e o mais importante surto de utilização generalizada das cédulas no Mundo português, com a rara excepção de Timor, dá-se com a 1.ª Grande Guerra e suas

desastrosas consequências financeiras. Mais uma vez se assiste a uma extrema escassez de moeda de médio e baixo valor facial.

A prata, cobre, estanho, zinco e níquel atingiam preços elevados nos mercados internacionais, agravando a falta de capacidade aquisitiva do nosso Estado para a sua compra e, por outro lado, provocaria a drenagem ilícita das respectivas moedas ainda existentes em circulação para fins industriais, sendo derretidas ou, simplesmente, utilizadas como anilhas, etc.

Dê novo a “fome monetária” redundava para o cidadão comum, para o comerciante e para outras entidades num quebra-cabeças. De novo, também, algumas soluções esporádicas aparecem, mas que pouco ou nada resolvem. A Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, por exemplo, lança umas fichas de porcelana. Outro expediente, os invólucros metálicos, com um óculo, contendo um selo novo de 1 centavo do tipo “Ceres”.

As cédulas, porém, seriam novamente o recurso ideal.

Numa primeira fase, de referir as cédulas emitidas pelo Banco Nacional Ultramarino, “emissão de Londres” e datadas de 5 de Novembro de 1914, destinadas a Angola, Luanda; a Cabo Verde, São Tiago; à Guiné, Bolama; a Moçambique, Lourenço Marques e a S. Tomé e Príncipe, São Tomé, sendo as para a Índia, Nova Goa, datadas de 1 de Outubro de 1917. Mas a fase principal deste terceiro período histórico das cédulas decorre do Decreto n.º 3 296, de 15 de Agosto de 1917, que mandou recolher todas as moedas da Monarquia autorizando a Casa da Moeda a emitir cédulas de 10 e 2 centavos e, pelo seu parágrafo único, dando o privilégio à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa de lançar cédulas de 5 centavos, as quais ostentam a data de 20 de Agosto de 1917, apresentando, em marca de água, o brasão dessa instituição de beneficência.

Tem, assim, início a segunda fase deste terceiro período histórico das cédulas portuguesas que se arrastaria até 1925.

De facto, pelo Decreto n.º 9 718, de 26 de Maio de 1924, o Governo intervém energicamente, não só ordenando o fabrico de moeda divisionária de bronze de 20, 10 e 5 centavos, como também, no seu artigo 9.º, ordena ser “(...) absolutamente proibido aos indivíduos ou quaisquer entidades particulares, corpos ou corporações administrativas emitir cédulas, senhas ou quaisquer títulos pagáveis à vista e ao portador, sob pena de desobediência, além das demais responsabilidades legais. “. E no respectivo parágrafo único ordena aos agentes da autoridade fiscal, policial, administrativa e militar que intervenham coactivamente na apreensão das que se encontrarem em circulação.

Ainda, o Decreto n.º 9 719, da mesma data, ordena a amoedação de moedas de bronze de alumínio de 1 escudo e de 50 centavos.

Porém, essas emissões tardaram em entrar em circulação e só depois de 1926 é que a situação de carência de moeda metálica se normaliza com o reforço das moedas de 1 escudo e de 50, 20 e 10 centavos, cunhadas ao abrigo do Decreto n.º 12 390, de 29 de Dezembro de 1926 e, depois, com as de 1 escudo e de 50 centavos, de alpaca, por força do Decreto n.º 13 797, de 21 de Junho de 1927.

Quanto ao Ultramar, a emissão de cédulas foi concedida, em exclusivo, ao Banco Nacional Ultramarino, pelo Decreto n.º 8 384, de 25 de Setembro de 1922, entidade que á época detinha o monopólio da emissão de papel moeda para todas as Províncias Ultramarinas.

5. Em relação a esta segunda fase do último período histórico das cédulas, é de primordial importância destacar a diversidade de entidades emissoras no extenso território nacional: na metrópole, Ilhas Adjacentes, África e Ásia.

No entanto, os limites impostos pela própria noção de comunicação, como esta, obriga-nos a uma breve indicação do que foi a multiplicidade de entidades emissoras e de localidades aos mais variados níveis de densidade populacional.

Em primeiro lugar, as Câmaras Municipais, tendo presente que as edilidades eram as que primeiro sentiam as premências populares. Podemos afirmar que nenhuma se excluiu do processo na metrópole, bem como Calheta, nos Açores; Benguela, Luanda, Moçâmedes e Lubango, em Angola; Inhambane, Lourenço Marques e Quelimane, em Moçambique.

Neste particular desejo destacar o caso inédito, em Portugal, por essa época, do lançamento de “imposto indirecto”, à margem da legislação oficial e através de uma cédula, como nos

mostra o exemplar da C. M. de Barcelos, tendo no verso as casas comerciais privilegiadas no seu rebate.

Além disso emitiam serviços municipalizados.

Mas a proliferação emissora deu-se no vastíssimo campo do comércio mais intimamente ligado ao consumidor comum. Foram mercearias, cafés, pastelarias, padarias, armazéns de secos e molhados, cantinas, bazares, papelarias e tabacarias, restaurantes, celeiros, etc.

De referir, seguidamente, o ramo industrial em que temos uma vasta gama de documentos, metropolitanos e das ex-colónias, grande número deles com a herança da imagem exterior dessas unidades fabris, bem como de alguns dos seus serviços sociais.

Também os hospitais, asilos, creches, misericórdias, associações de socorros mútuos, etc. emitiram “papel de emergência”.

É evidente que só nos referimos a uma ínfima parte das actividades a que a nossa sociedade se dedica, mas desejávamos finalizar com mais dois exemplos bem demonstrativos da profundidade que o surto da vivência das cédulas atingiu. Refiro-me às de 1, 2, 5 e 10 centavos emitidas pela Paróquia Civil de Cabeção, do concelho de Mora, distrito de Évora, de que existem igualmente da respectiva Junta de Freguesia e, também, às emitidas pelo Banco do Minho, sediado em Braga.

6. E estamos chegados à segunda parte desta intervenção: “respectivo inventário da colecção da A.A.P.”.

Essa modesta tarefa foi-nos solicitada pelo Sr. Doutor Francisco Santana a que dei cumprimento em 3 de Março do corrente ano com a listagem classificada de 189 espécimes, conforme cópia que anexo.

O critério de ordenação foi o seguinte: a) número de ordem, b) ordem alfabética por Concelhos, c) entidade emissora, d) valor facial, e) identificação catalogada da referência bibliográfica (Dr. Mário Santos de Almeida, *Cédulas de Portugal*), f) estado de conservação (N-novas, BC-bem conservadas e MC-mal conservadas), g) grau de raridade (R-raras, RR-raríssimas, E-escassas e C-comuns).

O grupo observado é, por certo, espólio parcial pois que somente abrange emissões de Abrantes a Lisboa, num total de 46 concelhos, todos metropolitanos. Outra particularmente a de que, quanto se refere a Lisboa, unicamente se apresentam exemplares emitidos pela Casa da Moeda.

Resta desejar que a parte restante deste bem curioso espólio histórico apareça, declarando-me, desde já, disponível para esse trabalho complementar.

7. Em conclusão, podemos afirmar que as cédulas constituem uma temática, para a investigação e colecionismo, sem dúvida privilegiada ombreando, no vasto ramo dos “papéis de valor”, com as notas bancárias, apólices do Real Erário, acções e obrigações, cheques e letras, etc.

Mas, muito ainda está por investigar neste aliciante campo, não havendo ainda respostas para várias incógnitas.

Num ensaio monográfico que produzi em 1988, limitado ao Distrito de Viana do Castelo que, em 1920, ano médio do principal período de emissão de cédulas, teria uma população de 226 046 habitantes, correspondendo a 57 340 fogos, identifiquei nada menos do que 224 espécimes diferentes emitidos em 26 localidades por 63 entidades. Mas aí, como em outros trabalhos publicados, uma dúvida subsiste: qual o montante de cédulas lançadas por emissor? De facto, se existem exemplares numerados, como no caso da de 2 centavos da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, com o n.º 133 477, a maioria não apresenta esta fonte de informação. Fácil é de admitir que, pelo menos neste terceiro período histórico das cédulas, elas teriam sido lançadas por largos milhões.

BIBLIOGRAFIA

- (1) BABELON, Jean, *La Numismatique Antique*, Paris, P.U.F., 1964, p. 40.
- (2) SALGADO, Jaime, vários artigos na revista "FN-Filatelía e Numismática"; Lisboa, desde 1981.
- (3) SALGADO, Jaime e PASCOAL, Carlos, *Fichas Coloniais Portuguesas*, Lisboa, Numisma, 1990.
- (4) VITAL, Nestor Fatia, *Pecúnias, Têsseras e Cédulas Madeirenses*, Lisboa, separata da revista "Numisma", 1982.
- (5) ALMEIDA, Mário Santos de, *Catálogo Geral de Cédulas de Portugal*, Porto, Sociedade Portuguesa de Numismática, 1980.
- (6) FIGUEIREDO, António, vários artigos no Boletim "Cédulas e Papéis de Valor", Lisboa, desde 1987.

Anexo

Património da Associação dos Arqueólogos Portugueses

Colecção de cédulas de Portugal

N.º de Ordem	Ordem alfabética dos concelhos	Entidade emissora	Valor facial	Numeração da refer.ª bibliográf.	Estado de conservação	Grau de raridade
1	Abrantes	Câmara Municipal 31 de Dezembro 1920	1 Ct.	18	MC	R
2		Idem	3 Cts.	20	MC	R
3		Câmara Municipal Novo tipo 31 de Dezembro 1920	4 "	25	MC	E
4		Câmara Municipal Novo tipo	1 Ct.	26	MC	E
5		Idem	2 Cts.	27	BC	E
6		Idem	3 "	28	N	E
7		Idem	4 "	29	BC	E
8		Associação Comercial e Industrial 1921	5 Cts.	30	MC	C
9		Idem	10 "	31	MC	C
10	Aguiar da Beira	Câmara Municipal	1 Ct.	39	N	E
11		Idem	2 Cts.	40	N	E
12		Idem	4 "	41	N	E
13	Albufeira	Câmara Municipal 2 Fevereiro 1920	1 Ct.	52	N	E
14		Idem	2 Cts.	53	N	E
15		Câmara Municipal 4 Dezembro 1920 2.ª série	2 "	55	N	E
16	Alcácer do Sal	Câmara Municipal 6 de Maio 1920	2 Cts.	60	N	E
17		Idem Variante de tipo	1 Ct.	61	N	E
18		Idem	2 Cts.	62	N	E
19	Alcáçovas (Viana do Alentejo)	Misericórdia <u>das</u>	2 Cts.	2292	MC	RR
20		Misericórdia <u>de</u> Novo tipo	4 "	2296	MC	R
21	Alcobaça	Câmara Municipal	2 Cts.	86	N	E
22		Idem Variante do tipo	3 "	87	N	E
23		Idem Variante do tipo	2 "	89	N	E
24		Idem Variante do tipo	2 "	95	N	E
25		Idem Novo tipo	1 Ct.	97	N	E
26		Idem	2 Cts.	98	N	C
27	Alcochete	Câmara Municipal 1 Agosto 1921	2Cts.	114	MC	R
28		Câmara Municipal 1 Agosto 1921	1 Ct.	115	N	R
29		Idem	2 Cts.	116	N	R

N.º de Ordem	Ordem alfabética dos concelhos	Entidade emissora	Valor facial	Numeração da refer.ª bibliográf.	Estado de conservação	Grau de raridade
30	Aldegalega (Montijo)	Câmara Municipal 9 de Abril 1921	1 Ct.	135	N	E
31		Idem	2 Cts.	136	N	E
32	Alijó	St.ª Casa da Misericórdia	2 Cts.	143	N	C
33		Idem	3 "	144	N	C
34		Idem	10 "	145	N	C
35		Idem 2.ª Emissão - 1922	10 "	149	N	C
36		Idem	20 "	150	N	C
37	Aljezur	Câmara Municipal	5 Cts.	151	N	C
38		Idem	10 "	152	N	E
39	Aljustrel	Câmara Municipal Série A	1 Ct. -	155	N	C
40		Idem	2 Cts.	156	N	C
41		Idem	3 "	157	N	C
42		Idem	4 "	158	N	C
43		Idem	5 "	159	N	C
44	Almada	Câmara Municipal Série A - 1921	1 Ct.	162a	BC	C
45		Idem Série B - 1921	2 Cts.	163	BC	C
46		Idem Variante de côr	2 "	163a	MC	C
47	Almeida	Câmara Municipal Ano de 1921	1 Ct.	169	N	E
48		Idem	4 Cts.	170	BC	E
49	Almeirim	Câmara de 1 Março 1920	1 Ct.	171a	N	E
50		Idem	2 Cts.	172a	N	E
51		Câmara Municipal	5 "	173	N	C
52		Idem	10 "	174	N	C
53	Almodôvar	Câmara Municipal 19 de Outubro 1921	1 Ct.	178	N	C
54		Idem	2 Cts.	179	BC	C
55		Idem	10 "	183	MC	C
56	Alpiarça	Câmara de 1 Junho 1921	1 Ct.	184	N	E
57		Idem	2 Cts.	185	N	E
58		Câmara Municipal Novo tipo 1 Junho 1921	2 "	187	N	E
59	Alter do Chão	Câmara Municipal 3.ª série	1 Ct.	194	N	R
60		Idem	2 Cts.	197	N	RR
61		Idem Novo tipo - 1921	1 Ct.	198	N	C
62		Idem	2 Ct.	199a	N	E
63		Idem	4 "	200.ª	N	C
64	Alvaiazere	Câmara Municipal 1.ª série 15 Novembro 1921	1 Ct.	201	MC	E

N.º de Ordem	Ordem alfabética dos concelhos	Entidade emissora	Valor facial	Numeração da refer. ^a bibliográf.	Estado de conservação	Grau de raridade
65	Anadia	Câmara Municipal 15 Junho 1920	1 Ct.	223	MC	E
66		Idem	2 Cts.	224	MC	E
67	Arcos de Valdevez	Hospital de S. José	3/(50) Cts.	248	BC	E
68		Idem	5 Cts.	249	BC	C
69		Idem	5 "	249	MC	C
70		Idem	10 "	250	BC	C
71		Idem	20 "	251	N	C
72		Câmara Municipal	2 Cts.	226. ^a	N	E
73		Idem	3 "	227	N	E
74		Idem Novo tipo 1 Junho 1920	5 "	228	N	E
75	Arouca	Câmara Municipal 1. ^a série 29 Novembro 1921	1 Ct.	267	N	C
76		Idem	2 Cts.	268	N	C
77		Idem	5 "	269	N	C
78		Idem	10 "	270	N	C
79	Arraiolos	Celeiro Municipal	1 Ct.	273	N	E
80		Idem	2 Cts.	274	N	E
81		Idem Novo tipo	1 Ct.	275	N	E
82		Idem	2 Cts.	276	N	E
83		Idem Novo tipo	5 "	277	MC	C
84		Idem	10 "	278	N	C
85	Arronches	Câmara Municipal (3. ^a série)	1 Ct.	287	BC	E
86		Idem	2 Cts.	288	N	E
87	Arruda dos Vinhos	Misericórdia de	1 Ct.	292	N	R
88		Idem	2 Cts.	293	N	R
89		Idem 3. ^a série	1 Ct.	296	N	R
90		Idem Variante	1 Cts.	296. ^a	N	R
91		Idem	2 Cts.	297. ^a	N	R
92	Aveiro	Câmara Municipal 12 Maio 1921 2. ^a série	1 Ct.	302	MC	C
93		Idem	2 Cts.	303	MC	C
94		Idem	4 "	304	N	C
95		Idem	5 "	305	BC	C
96		Idem	10 "	306	MC	C
97	Azambuja	Câmara Municipal 28 Janeiro 1920 Série A	1 Ct.	323. ^a	N	RR
98		Idem Novo tipo Série D	2 Cts.	327	N	R

N.º de Ordem	Ordem alfabética dos concelhos	Entidade emissora	Valor facial	Numeração da refer. ^a bibliográf.	Estado de conservação	Grau de raridade
99		Idem Novo tipo 14 Outubro 1921	1 Ct.	332	N	E
100		Idem	2 Cts.	333	N	E
101		Idem	3 "	334	N	E
102		Idem	4 "	335	N	E
103		Idem	5 "	336	N	E
104		Idem	10 "	337	N	E
105	Barcelos	Câmara de 1922	5 Cts.	347	MC	C
106		Banco de 30 Setembro 1918	10 "	350	MC	C
107		Idem Novo tipo	5 "	351	MC	E
108		Idem	10 "	352	MC	E
109		Idem Variante	5 "	351. ^a	BC	C
110		Idem	10 "	352. ^a	N	C
111		Idem	20 "	353. ^a	N	C
112	Beja	Câmara M. de	2 Cts.	382	MC	C
113		Idem	4 "	383	N	E
114		Idem Variante	2 "	382. ^a	BC	C
115	Bombarral	Caixa de Crédito Agrícola do 8 Fevereiro 1920	1 Ct.	405	MC	R
116		Idem	2 Cts.	406	N	R
117		Idem	3 "	407	N	R
118	Braga	Banco do Minho Dezembro 1919	5 Cts.	433 a	N	C
119		Idem Variante	2 "	432 b	MC	C
120		Casa do Globo	2 Cts.	445	MC	E
121	Cadaval	Câmara Municipal 1 Agosto 1922 Série C	1 Ct.	518	N	E
122		Idem	2 Cts.	519	N	E
123	Caldas da Rainha	Câmara Municipal do Concelho das Novembro 1920 Tipo III	1 Ct.	524	MC	E
124		Associação Comercial e Industrial	1 Ct.	537	MC	E
125		Idem	1 "	537	MC	E
126		Idem Variante	2 Cts.	538 a	MC	E
127		Idem Variante	2 "	538 b	MC	E
128		Idem	5 "	539 a	MC	E
129		Idem	5 "	539 a	MC	E
130	Castelo Branco	Câmara Municipal	1 Ct.	604	MC	E

N.º de Ordem	Ordem alfabética dos concelhos	Entidade emissora	Valor facial	Numeração da refer. ^a bibliográf.	Estado de conservação	Grau de raridade
131		Idem	1 "	604	N	E
132		Idem	2 Cts.	605	N	E
133	Castelo de Paiva	Câmara Municipal	1 Ct.	613	MC	C
134		Idem	2 Cts.	614	MC	C
135		Idem	4 "	615	MC	C
136	Chamusca	Joaquim Lopes	1 Ct.	703	N	R
137		Idem	2 Cts.	704	N	R
138		Misericórdia da 1 Abril 1920	1 Ct.	705	N	E
139		Idem	3 Cts.	707	N	E
140	Chamusca (Contin.)	Misericórdia da Novo tipo	5 Cts.	708	N	E
141		Idem	10 "	709	N	N
142	Chaves	Hospital da Misericórdia	2 Cts.	725	BC	C
143		Idem	5 "	726	MC	C
144		Idem	10 "	727	MC	C
145		Idem	20 "	728	N	C
146		Idem Novo formato	1\$00	730	BC	E
147	Espinho	Associação Comercial e Industrial Setembro 1920	2 Cts.	822	N	E
148		Idem Sem número	1 Ct.	823	BC	E
149		Idem 3.ª Série	2 Cts.	824	MC	C
150		Idem Novo tipo Janeiro 1921 Série B	4 "	825	MC	C
151		Idem Novo tipo Série FR - A	1 Ct.	826	N	C
152		Idem	2 Cts.	827	N	C
153		Idem	5 "	828	N	C
154	Esposende	Associação Comercial e Industrial	1 Ct.	829	N	C
155		Idem	2 Cts.	830	N	C
156		Idem Novo formato	4 "	831	N	C
157		Idem	5 "	832	N	C
158		Idem	10 "	833	N	C
159	Évora	Misericórdia de	5 Cts.	876	MC	E
160		Idem Variante - Série H	10 "	877b	N	E
161		Idem Variante - Série J	5 "	876c	N	E
162		Idem	10 "	877c	N	E
163	Figueira da Foz	Câmara Municipal 1921 Série A	5 Cts.	920	N	C

N.º de Ordem	Ordem alfabética dos concelhos	Entidade emissora	Valor facial	Numeração da refer.ª bibliográf.	Estado de conservação	Grau de raridade
164		Idem	10 "	921	N	C
165		Associação Comercial e Industrial	1 Ct.	922	N	C
166		Idem	2 Cts.	923	N	E
167	Figueiró dos Vinhos	Associação Comercial	1 Ct.	943	MC	E
168		Idem	2 Cts.	944	MC	E
169		Idem	3 "	945	MC	E
170		Idem	4 "	946	MC	E
171	Golegã	Junta de Freguesia da 6 Julho 1921 Variante - Série D	2 Cts.	1049	MC	E
172		Idem	3 "	1050	MC	E
173		Idem	4 "	1051	N	E
174	Guimarães	Associação Fúnebre Familiar Operária Vimaranesense (Socorros Mútuos) 10 Março 1921 2.ª Série	2 Cts.	1102	MC	E
175	Idanha-a-Nova	Casa das Novidades	10 Ct.	1143	MC	R
176	Leiria	Associação Comercial	1 Ct.	1181	MC	C
177		Idem	2 Cts.	1182	MC	C
178		Idem (Apócrifa?)	1 Ct.	-	N	-
179		Idem	2 Cts.	-	N	-
180	Lisboa	Casa da Moeda 5 Abril 1918 Série DF	5 Cts.	3	BC	C
181		Idem 15 Agosto 1917 Série U - Novo tipo	10 "	4	MC	C
182		Idem 5 Abril 1918 Série BL - Novo tipo	5 "	5c	BC	C
183		Idem Série AD - Novo tipo	10 "	6a	BC	C
184		Idem Série BM	10 "	6c	BC	C
185	Lisboa (Cont.)	Casa da Moeda 15 Agosto 1917 Série CG - Novo tipo	10 Cts.	8b	MC	C
186		Idem 4 Agosto 1922 Série P P - novo tipo	20 "	9	BC	C
187		Idem Série P P - FALSA	20 "	9	-	-
188		Idem Série A C - FALSA	20 "	9	-	-
189		Idem 11 Abril 1925 Série B9 - Novo tipo	20 "	11	MC	C

*
* *

Referência bibliográfica

Mário Santos de Almeida, *Catálogo Geral de Cédulas de Portugal*, Porto, Sociedade Portuguesa de Numismática, 1980.

Anotações de esclarecimento

– Coluna “Entidade emissora”: considera-se “novo tipo” a cédula com desenho diferente; considera-se “variante” a cédula do mesmo tipo mas com diferenças na dimensão, cor do papel ou impressão, pormenores na cercadura, tipo de letra ou de algarismos, no nome da tipografia impressora, presença ou ausência de carimbos, chancelas ou numeração, letras de série, etc., cédulas às quais são atribuídas pequenas letras sucessivas do alfabeto, acostadas à numeração da referência bibliográfica, como indicado na coluna “Numeração da refer.^a bibliográf.”.

– Coluna “Estado de conservação”: entendem-se por MC as cédulas “mal conservadas”, isto é, manchadas, vincadas, rotas, com colagens e faltas de papel; entendem-se por BC as cédulas “bem conservadas” e por N as que se devem considerar como “novas” ou belas.

– Coluna “Grau de raridade”: entendem-se por C as cédulas “comuns” que quase todos colecionadores possuem e muitos as têm repetidas; entendem-se por E as cédulas “escassas” que muitos colecionadores possuem, mas que já faltam a bastantes; entendem-se por R as cédulas “raras” que faltam à maior parte dos colecionadores, podendo esse grau de raridade intensificar-se até RR, isto é, “raríssimas” para as cédulas que muito poucos colecionadores possuem. Até agora ainda não foi publicado qualquer preço, variando a cotação conforme a lei da oferta e da procura no mercado.

Lisboa, 1997.V.23

Deambulando com Possidónio

FRANCISCO SANTANA

Passaram cem anos sobre a morte de Joaquim Possidónio Narciso da Silva. A evocação que dele venho fazer na Comissão de Estudos Orlisiponenses justifica-se, obviamente, numa reunião desta Associação que ele fundou, como gesto grato e devoto da criatura que lembra e louva o seu criador. Justifica-se também pelo facto de que grande parte da sua multímoda e fecunda actividade em Lisboa e em proveito de Lisboa foi exercida. Proponho-vos uma deambulação por Lisboa que, seguindo aproximadamente ordem cronológica, nos vai permitir aflorar quase todos os aspectos dessa actividade, levando-nos aos locais a que está ligada a sua longa vida.

Pertencente a uma dinastia de servidores da Casa Real, nasceu Possidónio no palácio das Necessidades em 17 de Maio de 1806 e na capela do mesmo foi baptizado em 29 de Junho. Com pouco mais de um ano é levado para o Brasil, em consequência da invasão francesa. Regressando a Portugal com a Corte é admitido em 1822 nas aulas de Desenho e Arquitectura na Aula Régia do Risco que funcionava no convento do Caetanos, no Bairro Alto.

Em 1825 inicia uma ausência de 9 anos. Parte para Paris a completar a sua formação, faz uma viagem de estudo a Itália, regressa a Paris mas já está em Lisboa em Setembro de 1833 quando da entrada de D. Maria II. Tendo-se alistado no 1.º Batalhão de Voluntários do Comércio, aquartelado no convento da Boa-Hora, faz erguer no terreno que defrontava com a Rua de S. Nicolau um apreciado trabalho de arquitectura efémera destinado a celebrar a chegada da rainha.

Em 1834, tendo sido nomeado arquitecto da Casa Real, adapta S. Bento para aí funcionarem as Cortes, dirige as obras e decoração do palácio das Necessidades (onde terá intervenções também em 1842, de 1844 a 1846, em 1849, 1853 e 1858), transforma a tribuna real do Teatro de S. Carlos, restaura e decora um prédio do conde de Castro na Rua do Salitre, renova interior e exteriormente, “no gosto francês”, a decoração de lojas no Chiado, Rua do Ouro e Pote das Almas (que, como sabemos, corresponde aproximadamente ao troço ocidental da Rua de S. Nicolau). Provavelmente neste ano dirige obras no convento da Trindade (antes de decidida a demolição) tendo em vista a instalação da Prefeitura da Província da Estremadura.

Entre 1834 e 1840 encontramos-lo morando na Rua de S. Francisco (a nossa Rua Ivens), n.º 39, 2.º.

Em 1835 adapta o antigo edifício da Inquisição para nele ser instalado o Tesouro Público. Neste mesmo ano a sua intensa actividade vai obrigar-nos a deslocações à Praça das Flores, onde constrói um prédio, à Rua dos Anjos, onde restaura e redecora um prédio do conselheiro Magalhães, à Rua da Horta Seca, para “vermos” as decorações e a sala de baile da Assembleia Lisbonense, no palácio do Manteigueiro, a Belém e ao Centro Cultural para, no local deste, imaginarmos o palácio do marquês de Loulé (o antigo palácio da Praia) e as obras nele efectuadas por Possidónio.

Em 1836 deve-se-lhe o restauro do palácio do duque de Palmela, no Calhariz, no ano seguinte a reforma do palácio do duque da Terceira, em S. João da Praça (o palácio Vila Flor) e em 1838 a construção de uma casa de campo, na Charneca, para Anselmo José Braancamp. Para a imperatriz viúva efectua em 1837, 1838, 1839 e 1844, respectivamente, obras de restauro e adaptação no paço da Bemposta, no “palacio de Santa Martha” (o dos condes do Redondo), no palácio do marquês de Abrantes e no das Janelas Verdes.

Apurei que em 1841 residia na Calçada da Pampilha e entre 1844 e 1848 no n.º 64 da Rua de S. Bernardo, residência que em carta que neste último ano lhe é endereçada se localizaria

“As terras do Cabeço que vai p.^a S.^{ia} Isabel”. Em 1841 constrói prédio na Rua da Mãe d’Água e em 1845, além da renovação de outro, da família, na Rua de S. Bento, constrói também um prédio na Rua de S. Domingos esquinando com a Rua do Prior. O prédio na Rua de S. Bento é, com extrema probabilidade, um que Reinaldo José da Silva adquiriu em 1822 e com o qual garantiu em 1840 um empréstimo hipotecário; situava-se no lado oriental da rua, próximo ao Rato, como se verifica pelas confrontações: “ parte de Norte com prédio do Commendador Vidigal, Sul com a Irmida de Nossa Senhora das Dores; Poente com rua publica, e do Nascente com as Ortas juntas a Real Fabrica da Seda”. Em 1824 nele residiu Possidónio, como se confirma pelo rol de desobriga de S. Mamede respeitante a esse ano, que no-lo indica, juntamente com seus pais, D. Joana Lúcia, sua irmã, e os criados Catarina e Domingos.

Pelo menos entre 1850 e 1855 sabemo-lo proprietário e director de um colégio, o Colégio Português e Brasileiro, na Rua da Boa Morte ou do Senhor Jesus da Boa Morte (actual Rua do Possolo). Em 1855 e 1856 sabemo-lo residente no n.º 4 da Rua de S. Miguel, à Boa Morte (que é hoje o troço da Saraiva de Carvalho entre o pequeno largo onde ela cruza com arruamento hoje com duas denominações, ruas da Estrela e de Silva Carvalho, e o cimo da Domingos Sequeira). Uma outra habitação ou, talvez, uma segunda residência, é-nos dada a conhecer, também em 1856, por carta de um seu correspondente que lhe pede indicação de se está em Sintra “ou na sua casa do Campo Grande”. De qualquer modo, pelo menos no início da década de 60, temo-lo regressado ao sítio da Boa Morte: em 1862 e 1864 no n.º 33 da Rua de Santo António à Estrela, também designada, em endereço de carta de 1874, como “S. António à Boa Morte”. Parece poder afirmar-se que até 1875 ou 1876 aqui reside; talvez, neste último, na Calçada das Necessidades. A partir de 1877 e durante os quase vinte últimos anos da sua vida residirá em Campolide ou, mais cingidamente, no Casal da D. Rosa, em Campolide de Baixo (admito que é o mesmo que, no registo de óbito, é designado como Casal do Brito ou Casal do Sola; variante do que creio ser o mesmo endereço é Estrada de Campolide, n.º 95). As plantas 8K e 8L do levantamento Silva Pinto (datadas de 1909) indicam na Estrada (actual Rua) de Campolide, no lado esquerdo, descendo, depois da Quinta e da Travessa da Rabicha, o Casal do Sola; estendia-se desde a travessa até à linha férrea de cintura.

Um amigo de Possidónio, Francisco José de Almeida, no volume V do seu *Guia de Portugal*, descrevendo um percurso pela Estrada de Campolide, faz menção desta residência depois de a ter feito, sucessivamente, das portas fiscais, da casa do Ginô, de Campolide de Cima, da casa de Estêvão Pinto (que, remodelada, originou o Colégio de Campolide); depois refere-se à casa de Lindenberg (identificada por um mirante) e, por esta ordem, aos sítios de Sete Rios, Convalescença e Laranjeiras. Da casa diz que era num alto, ventosa e com boa vista, e que fora habitada pela marquesa de Angeja. Nas *Memórias de Castilho*, do palacete pertencente à família Lindenberg é afirmado que “foi primitivamente hospício de convalescença dos Frades Dominicanos”; o mesmo é localizado, já em Sete Rios, numa esquina defronte de “um enorme predio banalíssimo de azulejo verde” em que se transformara uma antiga casa dos duques do Cadaval.

Uma outra morada nos é indicada, para data indeterminada entre 1836 e 1852, nas *Memórias de Castilho*: o palácio Sarmento, na Rua dos Navegantes, defronte da Buenos Aires.

Deve-se-lhe o jazigo da família Kol, erecto no cemitério dos Prazeres em 1852, onde tem o n.º 45 e é situado na Rua 25. Em 1855 restaura e aumenta o palácio de Palhavã, do conde de Azambuja (hoje Embaixada de Espanha). Em 1856 constrói na Rampa das Necessidades a escola primária de D. Pedro V e, no mesmo ano, efectua obras de restauro na fachada sul e nos claustros dos Jerónimos. Em 1858 realiza obras no palácio de Belém.

Em 1863 procede à reforma dos aposentos do palácio real da Ajuda onde, em 1865, tornará a ter relevante intervenção, renovando os aposentos de D. Maria Pia; desta obra fará Possidónio da Silva apologética e minuciosa descrição em folheto com cerca de 40 páginas, republicado em sucessivos números do boletim da Associação dos Arquitectos Civis Portugueses. Esta, fundada em 1863, será sem dúvida, a mais importante das suas obras; passará, em 1872, a chamar-se Real Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólogos Portugueses e, em 1909, Real Associação dos Arqueólogos Portugueses. Nascida nas salas do Grémio Popular, no n.º 127 da Calçada do

Combro, transfere a sua sede em 1865 para as ruínas da Igreja do Carmo que, no ano anterior, haviam sido cedidas à jovem Associação para nelas estabelecer um museu arqueológico, museu que, em 1866, abria as suas portas ao público.

Diz Júlio de Castilho, no belo elogio póstumo que lhe dedica: "Quando hoje contemplamos aquella longa vida, tão laboriosa, tão honesta, duas são as feições principaes que nos apresenta (...): uma é a Sciencia e a Arte; a outra, a Beneficência". E, no que a esta respeita, deve-se-lhe também iniciativa notável: o Albergue dos Inválidos do Trabalho, inaugurado em 1 de Julho de 1864 na rua então chamada da Fonte Santa.

Entre as inúmeras academias e associações culturais que integrou limitemo-nos a recordar a Real Academia de Belas Artes de Lisboa, de que foi sócio de mérito, e o Grémio Literário de que foi um dos fundadores; a primeira sempre funcionou em S. Francisco e o segundo funcionou, quando da fundação, na Rua do Ouro.

Em 1879 estudou uma sepultura pré-histórica encontrada na Tapada da Ajuda.

Até à sua morte, para além do muito esforço que dedicou à Associação dos Arqueólogos e ao Albergue, há só a registar o delineamento de bairro nas terras da quinta real do Calvário.

E terminamos a nossa deambulação com referência a factos ocorridos depois da sua morte: foi sepultado no cemitério dos Prazeres, em jazigo que mandara construir e que é o n.º 2288, na rua 17; em 1897, por edital de 17 de Maio, foi dado o seu nome á Rua da Fonte Santa; em 5 de Julho de 1968 inaugurou-se na Praceta da Rua Possidónio da Silva, uma réplica do busto feito em Novembro de 1882 pelo escultor conde Marquet de Vasselot; e hoje, a cem anos do fim da sua laboriosa vida, presta-se-lhe a homenagem destas descoloridas palavras.

A Praça de Touros da Horta da Cera

FRANCISCO SANTANA

Como de todos é sabido, esta praça nunca existiu. E a todos, inevitavelmente, se porá a questão de se é legítimo abordar um tema cuja principal característica parece ser a sua abissal vacuidade. Embora incorrendo no risco de, ao afirmar que o assunto merece alguma atenção, poder ser acusado de o fazer, com deslumbrante evidência e excessivo impudor, *pro domo mea*, atrevo-me, a pesar de tudo, a ousar tal afirmação. Trará algum acrescento – mínimo, embora – ao que se sabe a respeito dos tauródromos lisboenses. Permitirá abordar um problema toponímico não destituído de interesse. Finalmente, constituirá oportunidade para fazer emergir de um como que limbo, equivalente à inexistência, mais um documento do, ainda que pequeno, polifacético e valioso arquivo da nossa Associação.

António Manuel Morais¹, recordando a necessidade sentida em meados do séc. XIX de se encontrar solução mais satisfatória que a praça do Campo de Santana, enumera os locais em que foi admitido implantar-se o novo recinto e indica qual o escolhido e quais as razões que determinaram a escolha:

“Um terreno que se encontrava nas ruínas do palácio da Quinta de Santa Bárbara, pertencente aos condes de Almada, sito junto ao Largo de Santa Bárbara, no sentido da Igreja dos Anjos para o Largo de Arroios.

“Este último foi o sítio preferido para a construção da nova praça de touros, já que era o mais extenso, tinha uma pedreira anexa de onde se podia extrair material para a construção do recinto, havia dois poços de água no local o que facilitaria a mesma, tinha bons acessos através de serventias, espaço para os trens, área para jardim substituindo a antiga horta e muita facilidade de comunicação com as artérias da cidade por onde vinham os touros, com passagem pelo Arco do Cego”.

Refere ainda o mencionado A. as circunstâncias em que este projecto foi abandonado e publica reproduções da planta bem como dos corte e alçado da praça e planta do terreno em que a mesma esteve para ser construída.

Dado que os documentos iconográficos mencionados eram indicados como pertencentes ao Museu da Casa Pia de Lisboa, a este me dirigi. Em boa hora o fiz. Graças ao generoso acolhimento do Senhor Dr. Pina Navarro foi-me possível apreciar os belos originais que só em reprodução conhecia e consultar mais alguns interessantes documentos.

Dentre eles, é digno de atenção o seguinte ofício, enviado em 05.11.1866 a José Cinatti por Francisco António da Silva Neves:

“De ordem do Exmo Senr José Maria Eugénio de Almeida, Par do reino, e Provedor da Real Casa pia de Lisboa, remetto a V. S^a. com este officio os objectos seguintes:

I. A copia do relatorio do architecto Valentim José Corrêa, encarregado pela Administração da Casa pia de Lisboa de fazer o projecto de uma praça para corridas de touros, com o respectivo orçamento.

II. Uma lithographia representando a praça de touros de Valencia.

III. A planta topographica da horta da cera, largo de Santa Barbara e parte da rua direita de Arroyes, com o projecto de uma praça para corridas de touros.

IV. Projecto de uma praça para corridas de touros. Planta do pavimento terreo. Planta do pavimento dos Camarotes.

V. Projecto de uma praça para corridas, de touros. Corte - Alçado.”²

¹ *A Praça de Touros de Lisboa (Campo Pequeno)*, 1992, p.164.

² Casa Pia, L.º n.º 1 do registo de officios, F. 29.

Tive também oportunidade de consultar o orçamento extraordinário para o ano económico de 1866-1867³ em cujo título único se consignam 20 000\$000 para “Edificação da praça no Largo de Santa Barbara para corridas de touros e outros espectáculos, aprovada pelo decreto de 26 de Junho de 1863”. Numa “Observação preliminar” a este orçamento regista-se: “No Título XVIII (novo) do orçamento suplementar ao orçamento ordinario para o anno economico de 1863-1864, orçou-se em despesa desta praça a quantia de reis 10:350\$400 (...)”; deste total destinavam-se 7:200\$000 “Para a compra das ruínas do palacio e quinta no largo de Santa Barbara” e 2:000\$000 “Para dar principio à edificação da dicta praça”. Todavia, como “não se deu principio à referida edificação (...) da verba total orçada gastaram-se apenas na aquisição dos predios necessarios para a edificação” 8:354\$450.

Temos, então, que planeada estava a construção de uma praça de touros a Santa Bárbara em terrenos da denominada “horta da cera” que incluíam um palácio em ruínas e, conforme consta da planta, uma igualmente arruinada ermida. Um e outra se situavam no lado setentrional do Largo de Santa Bárbara, reedificada a ermida e construído o palácio por um pecunioso desembargador seiscentista, Inácio Lopes de Moura. Sobre eles nos informa, com o pormenor e o encanto habituais, Mestre Júlio de Castilho, que nos dá notícia de em 1885 e 1890, respectivamente, terem de todo desaparecido uma e outro.

A horta estendia-se ao longo da Rua Direita de Arroios e o seu extremo, a Norte, seria por alturas da actual Marques da Silva; para Ocidente iria até onde hoje corre a Rua José Estevão. A designação da horta suscita interrogação: haveria nela algum lagar de cera? E a razão deste topónimo seria a mesma da de outros, talvez não muitos, espalhados por Lisboa? Lembremos que a actual toponímia regista, ao Salitre, uma Travessa da Horta da Cera. Outra assim denominada existiu, antes e depois do terramoto, entre a Rua de Entremuros do Mirante e a actual Leite de Vasconcelos; e ainda no princípio do nosso século idêntico topónimo designava os terrenos, junto à Morais Soares, em que veio a implantar-se a zona sudoeste do Bairro dos Actores.

Deixemos esta problemática toponímica e voltemos atrás. No ofício de 05.11.1866, há pouco lido, lembrar-se-ão que se faz referência a documentos iconográficos posteriormente publicitados e, como referi, por mim consultados e, ainda, a uma litografia da praça de touros valenciana. Mas, em primeiro lugar, é relacionada cópia do relatório de Valentim José Correia e, ainda, “o respectivo orçamento”.

O relatório ou a referida cópia talvez um dia o Senhor Dr. Pina Navarro venha a encontrar na Casa Pia ou talvez possa emergir durante a organização do nosso arquivo que, em boa hora, a actual Direcção intenta empreender. Por provável hipótese será dele mínimo fragmento uma página com duas linhas em que se refere comportar a praça “quase dez mil pessoas”.

Mas não é só esta provável e irrelevante parcela do relatório que trago ao vosso conhecimento. É, também, o orçamento. É um documento com quatro páginas, datado de 23.10.1866 e assinado pelo arquitecto Valentim José Correia (que, também em Outubro, assina a planta do local). Na última página, pelas numerosas rasuras e emendas, torna-se evidente tratar-se de um rascunho. Admito, sem grande convicção, que as considerações que nesta última página o arquitecto tece constituam, com alguma modéstia, o mencionado relatório. Não espanta a presença deste documento no nosso arquivo, dado que Valentim José Correia foi, em 1863, um dos fundadores da Associação. Trazer esta peça documental ao vosso conhecimento, para além do modesto mérito de vos informar com minúcia sobre a natureza e os preços dos materiais utilizados na construção de uma praça de touros, terá os de acrescentar peça que faltava num como que *puzzle* incompleto e de dar um novo contributo para a revelação da importância do nosso arquivo. Terminei levando o documento ao vosso conhecimento.

³ Casa Pia de Lisboa, L.º I do Registo dos Orçamentos, F. 131.

«Orçamento de quanto, aproximadamente, poderá importar a construção da praça para corridas de touros no local da horta denominada da cera a St^a. Barbara, segundo o projecto apresentado:

19.986 metros cubicos de excavação em caboucos, e em terraplenagem do terreno a 150 rs. o m.	2:997\$900
14.836 ditos ditos provenientes do dito conduzido e lançado em aterro no local da construcção da praça a 110 reis o metro	1:631\$960
6.294 ditos ditos de idem conduzido para fora do local a 400 reis o metro	2:517\$600
9.867 ditos ditos d'alvenaria construída em caboucos e em muralhas de sôpporte a 2\$800 rs.	27:627\$600
7.912 ditos ditos de dita de tijolo em paredes, arcos, cimalha e pilastras a 3 750 reis	29:670\$000
3.825 ditos quadrados de vigamento de casquinha, abobedilha no mesmo, e ladrilho por cima a 3\$100 reis	11:857\$500
1.920 ditos ditos de madeiramento composto de varedo de castanho, guarda-pó e ripa, e frepaes de casquinha a 1\$800 reis	3:456\$000
1.913 ditos ditos de barrotado, fasquiado e estuque em tecto a 900 reis	1:721\$700
1.920 ditos ditos de telhado mouriscado a 450	864\$000
296 peitoris de cantaria moldurados a 2\$600	769\$600
296 soccos de vão de janella, de cantaria a 1\$400 rs.	414\$400
2.072 balaustres de pedra p ^a . as janellas a 3\$000 rs.	6:216\$000
706 metros quadrados de soccos de cantaria p ^a . os pés direitos dos arcos das frentes a 3\$000 rs.	2:118\$000
1.848 degráos de cantaria de 1, m 7 de compr. ^{to} das 8 escadas principaes a 2\$400 rs.	4:435\$200
144 ditos de dito de 1,m 4 de compr. ^{to} . para as escadas das trancieiras a 1920 reis	276\$480
128 ditos de dito de 1,m 0 de compr. ^{to} para o curro e côretos a 1350 reis	172\$800
1.617 balaustres de barro cozido a 200 reis	323\$400
576 modalhões de dito dito a 120 reis	69\$120
200 mizulas de dito dito a 180 reis	36\$000
234 columnas e arcos de ferro fundido a 26\$000 rs.	6:084\$000
665 metros de grade de ferro fundido de 0,m9 de alto p ^a . as frentes dos camarotes e escadas dos palanques a 2\$700 reis o metro	1:795\$500
116 ditos de dita dito de 2, m 0 de alto em divisões nos palanques a 4\$900 reis	568\$400
361 ditos de dita dito de 2,m 0 de alto com respectivas portas do mesmo metal, na frente da entrada para a praça e sobre o muro de sopporte externo servindo de guardas e vedação a 5\$600 reis o metro	2:021\$600
229 ditos de ornamento de zinco firmado em prumos de ferros no corôamento da praça pelo lado interno a 2\$500 reis	572\$500
579 metros de calha de ferro fundido p ^a . conduzir para fora da praça as aguas pluviaes que cahirem nos telhados a 500 reis	2:895\$000
Tapumes de madeira nas divisões dos camarotes	1:364\$000
Portas dos camarotes das galarias e escadas	2:180\$000
331 metros de soccos de cantaria de 0,m5 de alto e 0,m44 de espessura para apoio da grade de ferro da frente e de sobre os muros de sopporte a 3\$300 reis o metro	1:092\$300
Bancada de madeira nas galarias do lado do sol no seguimento dos camarotes	2:100\$000
Maçame d'alvenaria, dita de tijolo, e lageamento nos lugares dos palanques	4:638\$000
Cobertura portatel de madeira para os ditos lugares	965\$600
Prumos e taipaes da trancheira falsa	735\$000
Portas dos curros, ditas das gaiolas ou jalas dos touros, e corredeças	211\$200
Construcção da каза para a venda dos bilhetes de admissão, na extremidade do terreno p ^a . o lado da Rua direita de Arroyos	1:800\$000
Canalisação para a rega da praça, e para conduzir aos canos geraes as aguas pluviaes	1:400\$000
Somma	127:598\$360
Para estatuas, relogo e mais despezas impervistas	1:401\$640
Total reis	129:000\$000

O presente orçamento foi elaborado na hypothese de ser construida a praça do nivel do terreno para cima d'alvenaria de tijolo todas as paredes levando de cantaria só os soccos geraes nos pés direitos dos arcos exteriores, os peitoris soccos e balaustres das janellas; ser os pizos dos pavimentos, de ladrilho sobre abobedilha construida entalada em vigamento de casquinha; e os assentos dos palanques, de alvenaria com lagedo por cima para serem cobertos com madeira só na occazião de funcionar a praça.

Pode haver na execução diminuição em algumas verbas, se for explorada a pedreira que existe em pequena profundidade em quaze todo o terreno que a praça hade occupar, cazo seja a pedra de boa qualidade e de facil exploração como supponho ser, porque então a pedra exthraida será empregada na alvenaria dos caboucos e muros de soppote e custará menos do que aquella que fora venha comprada resultando egualmente econemisar-se a despeza com a condução do excesso do entulho proveniente da excavação porque elle pode ser lançado no vaco que deixar a pedra exthraida; alem da receita que pode haver de alguma que se venda p^a. fora.

Tambem adoptando-se empreitadas parciaes ou tarefas em alguns trabalhos resultará economia, e por conseguinte deminuição da verba do presente orçamento que é de cento e vinte nove contos de reis.

Lisboa 23 de Outubro de 1866

Valentim Joze Corrêa
Architecto»

Lembrando o P.^o Domingos Maurício Gomes dos Santos, S. J. (1896-1978)

FRANCISCO SANTANA

Lembrar o centenário do nascimento do P.^o Domingos Maurício é, para mim, um acto de justiça, um gesto de gratidão e a expressão de um fundo e multifacetado sentimento de saudade, saudade de um Homem, saudade de um tempo, saudade de mim.

Acto de justiça devido a uma figura exemplar de Sacerdote e Homem de Fé, atento também às exigências sociais dessa Fé e às formas de proselitismo mais adequadas ao seu tempo. Destaque-se, nestes domínios, a sua intervenção, desde que ela foi criada, na esperançosa obra de apostolado dos leigos, a Acção Católica Portuguesa, também a sua actuação nas cadeias, nomeadamente na das Mónicas, e o seu empenhamento apostólico junto dos habitantes do Bairro da Liberdade. Este empenhamento bem justifica que ostente o seu nome a rua principal do bairro e será melhor avaliado mediante palavras de outro notável Homem de Fé e Homem de Cultura, o Prof. Francisco da Gama Caeiro:

“Nota importante, o empenho pela situação dos reclusos e outros segregados socialmente não se circunscreveu à exclusiva assistência religiosa, mas pretendeu facultar a esses desprotegidos apoio e acompanhamento, mesmo para além da prisão, ou para além da irradiação circunscrita à capela instalada em modesta barraca do Bairro da Liberdade. Interessava a Domingos Maurício a promoção global do Homem, a sua recuperação social e familiar. Daí, a criação das escolas primárias, da escola infantil, da creche, do posto médico, da colónia de repouso ou balnear para crianças, uma série de iniciativas depois confiadas às Irmãs do Amor de Deus, e por estas mantidas desde 1945”.

O Homem de Cultura que brilhantemente foi é inseparável do Homem de Fé. Inseparável mas sem que isso de modo algum prejudicasse o modo como fazia História, servido por notável erudição, perseguindo o maior rigor metodológico, conciliando o pendor polemizante do apologeta apaixonado com o culto da objectividade, virtude da inteligência e a maior do historiador. São três as suas obras capitais: *Cancioneiro chamado de D. Maria Henriques, D. Duarte e as responsabilidades de Tânger* e *O Mosteiro de Jesus de Aveiro*. Mas eu creio que, tanto ou mais que estas e outras suas obras, é de salientar o esforço ciclópico que, durante anos, lhe merecem a *Brotéria* e a *Enciclopédia Verbo*. Representam elas os dois mais destacados empreendimentos do pensamento católico português deste nosso século e em ambos teve o P.^o Maurício papel do maior relevo. Na *Brotéria*, que dirigiu entre 1936 e 1949, publicou, ao longo de 50 anos, entre 1927 e 1977, mais de 300 artigos e alguns milhares de recensões críticas. Na *Verbo*, de cujo Secretariado-Geral foi membro, sendo também um dos directores, colaborou com 640 entradas, notáveis pela cuidada investigação subjacente, muitas vezes com dados inéditos, e abordando extrema variedade de temas. Mas estes e outros dados respeitantes à sua obra e, também, à sua biografia, estão já, e de inexcedível forma, elaborados pelo P.^o António Leite e pelo Prof. Gama Caeiro.

Afirmar que lembrar o P.^o Domingos Maurício era também um acto de gratidão. Não hesito em afirmar que, como portugueses, a devemos a Alguém que não só muito valorizou a Cultura Portuguesa como foi persistente e entusiástico defensor dos melhores valores da Portugalidade. Como membros desta Associação cumpre-nos não esquecer quem, ao longo de décadas, foi nela uma presença frequente e interveniente. E eu não esqueço o muito que aprendi com o P.^o Maurício, com quem, mais de uma vez, integrei a Mesa da Secção de História. Recordo como, quando falhava comunicante, ele “fazia” a reunião, recorrendo a alguns dos temas que trazia entre mãos. Lembro com saudade aquele homem de olhar penetrante e, simultaneamente, quase infantil, combinação feliz de bondade e firmeza, aquele associado que, já na casa dos 80, assiduamente

nos trazia a sua presença afável e a contribuição do seu Saber. Recordo também os acesos mas, obviamente, sempre correctos debates, debates já com o seu quê de catureira, entre o P.^o Maurício, ferrenho antipombalista, e o Dr. Montalvão Machado, incondicional defensor do omnipotente ministro de D. José. Voltando, com culposo egocentrismo, a falar de mim, eu admito que o P.^o Domingos Maurício, em cujos multifacetados interesses o século XVIII avultava de modo significativo, tenha contribuído, sobretudo mediante os seus trabalhos na *Brotéria*, de que durante anos fui leitor atento, para fixar o meu interesse preferencial por esse mesmo período. Peço que não estranhem que tão excelente semente tenha dado tão pouco fruto. E, insistindo neste pedido, peço também licença, para, na minha homenagem ao Rev.^o P.^o Domingos Maurício Gomes dos Santos, poder envolver figuras de outros membros da Companhia de Jesus que muito contribuíram para a minha formação cultural e, mais amplamente, para a da minha personalidade. Dois, que conheci pessoalmente, pertenciam ao grupo da *Brotéria* (que Costa Brochado afirmava ser a melhor gente que conhecera no mundo) e eram o P.^o Manuel Antunes e o P.^o Agostinho Veloso, personalidades admiráveis, embora radicalmente diferentes; a outros dois muito devi também, embora sem os conhecer, e foram eles o notabilíssimo jesuíta brasileiro P.^o Leonel Franca e o fino e esquecido crítico literário P.^o João Mendes.

Mas voltemos, como convém, ao P.^o Maurício. Nasceu em Perafita, concelho de Matosinhos, em 29/3/1896 (e seja-me permitido confidenciar uma, digamos, fraternidade astrológica com o nosso homenageado, pois na mesma data, embora algumas, demasiado poucas, décadas depois, nasceu este vosso maçador). Já se encaminhava para o ingresso na Companhia quando, em medida de duvidosas coerência e democraticidade, esta foi expulsa de Portugal. A formação de Domingos Maurício continua na Holanda, na Bélgica, em Espanha, em Itália. Em 1928 regressa a Portugal e aqui falecerá, meio século volvido, em 22/1/1978. Já muito rapidamente aflorei os vários aspectos da sua fecunda actividade, norteada e unificada por um alto ideal. A sua actuação nos domínios da Cultura exerceu-se em parte no seio de agremiações que se honraram por contá-lo entre os seus membros: a Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências, a Academia Portuguesa da História, o Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia, o Centro Português de Documentação, o Centro de Estudos Demográficos, a Associação dos Arqueólogos Portugueses.

Na nossa Associação foi admitido em 22/3/1934, tendo sido proposto pelos sócios António Machado de Faria de Pina Cabral, conde de São Payo e Afonso do Paço. Logo em 26/4 apresenta, em sessão da Assembleia-Geral, comunicação intitulada "O município de Lisboa e o culto de Santo António no séc. XV à luz de alguns documentos inéditos". E em 23/5 comparece pela primeira vez na Secção de História, tendo lido, conforme relata a acta, reproduções de documentos existentes em Florença "nos preciosos códices do Abade D. Gomes e que constituem subsídios inéditos para a biografia" do Infante Santo. Alguns desses documentos provavam que D. Fernando não aceitara quer a púrpura cardinalícia quer o comando de uma armada contra os Turcos da Moreia, funções essas em que o papa pretendia investi-lo. Essa documentação provava também "que no espírito de D. João I e dos seus filhos a conquista de Ceuta não constituía senão a primeira fase de um plano mais vasto que envolvia a subjugação de Marrocos". Em 20/6 e 7/11, respectivamente, apresenta comunicações respeitantes à participação portuguesa no concílio de Basileia e à presença de Portugal na poesia inglesa do séc. XV. Nas sessões de 21/11 e de 19/12, assim o registam as respectivas actas, tratou do censo que os primeiros reis de Portugal pagavam à Santa Sé e falou "de um cancionero do Museu Britânico, o qual passa por ter sido oferecido por D. Sebastião a D. Paça de Aragão". Em 22/4/1936 referiu-se à presença de Descartes na cultura portuguesa e ao filósofo Álvaro Pais em 10/3/1937. Em 9/6 deste mesmo ano leu duas cartas do Infante Santo e, por cerca de vinte anos, esbateu-se a sua presença. Em 12/4/1961 referiu-se à carta latina do Preste João das Índias, em 29/4/1965 à Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão e, neste ano, em 13/5, às razões do ódio de Pombal aos Jesuítas. Em 1966, respectivamente em 17/2 e 7/7, apresentou comunicações intituladas "Participação de um português – o Padre Tomás Pereira, da Companhia de Jesus – no primeiro tratado diplomático russo-chinês" e "O Ajuntamento, ou Congregação de Braga, impropria-

mente chamado III Sínodo Provincial de Braga, no ano de 1426 e no tempo do Arcebispo D. Fernando da Guerra". Em 29/10/1970 apresentou comunicação sobre "A crise nas Relações entre Portugal e a Santa Sé que se seguiram ao casamento de D. Maria I". Na sessão de 22/2/1973 referiu-se detidamente às personalidades e actuação do *abbé* Platel e em 26/2/1976 fez a que terá sido, formalmente, a última comunicação na Secção de História; intitulava-se "O crucifixo de S. Francisco Xavier". Em sessão de 16/2/1978, algumas semanas depois da sua morte, foram-lhe feitas referências elogiosas pelo também saudoso consócio Francisco de Assis de Oliveira Martins.

Serviço à nossa Associação foi também o exercício de cargos sociais. Eleito vice-presidente da Secção de História em 15/1/1937, voltou a sê-lo em 6/1/1958 e 30/11/1963. Em 27/10/1966 foi chamado à presidência da Secção e voltou a sê-lo em 20/11/1969, 11/11/1972 e 27/11/1975.

Terminei, como é natural, particularizando os aspectos que mais ligados nos estão, de uma vida que sempre visou, em coerência com as suas vocação e regra, *Ad Maiorem Dei Gloriam*.

Um exemplar raro e talvez único do *D. Quixote de La Mancha*

GUILHERME G. DE OLIVEIRA SANTOS

Senhor Presidente,
Prezados consócios,
Senhoras e Senhores

Vou dividir a minha comunicação em três partes. A primeira trata da difusão do *D. Quixote*; a segunda intitula-se “Censura” e a última “O Problema Bibliográfico”.

1.^a – Difusão do *D. Quixote*

A célebre novela teve um êxito espantoso; foi como diríamos hoje, um verdadeiro *best-seller*. Dentre as obras profanas, é a mais traduzida e espalhada no mundo e a mais opulenta do ponto de vista iconográfico. E também das mais copiosamente glosadas e comentadas. Mesmo entre nós, e não obstante ser o castelhano um idioma acessível para lusitanos, teve muitas versões e edições. Há um extenso leque: vai desde uma tiragem, em 1913, em folhetins no jornal *A Luta* até uma edição de luxo, com versão de Aquilino Ribeiro e ilustrações de Lima Freitas.

Agora, uma anotação introdutória e que vem a propósito.

Tenho na minha mesa de trabalho um livro recentíssimo, o *Ensayo de una guía de Bibliografía Cervantina*, t. v, Maiorca, 1995, por José M.^a Casasayas. Ensina que só em 1605, no ano em que surgiu a famosa novela, sinalam-se onze edições, sendo cinco em Madrid, três em Lisboa e três em Valência. No tocante às tiragens lisboas, duas saíram da tipografia de Jorge Rodriguez e outra da de Pedro Crasbeeck.

Repisando, embora, a tecla da extraordinária e rapidíssima divulgação da obra, passo a apresentar alguns testemunhos convincentes e indubitáveis.

A) A 14 de agosto de 1604, Lope de Vega escreveu uma carta a um amigo em que dizia: “De poetas no digo: buen siglo es éste; muchos están en cierne para el año que viene, pero ninguno hay tan malo como Cervantes ni tan necio que alabe a Don Quijote”.

Aceitável se afigura que o dramaturgo, o *monstro da natureza*, não houvesse gostado de duas ou três alusões que o podiam atingir (mormente a crítica ao teatro no cap.^o 48) e daí o azedume com que se referiu ao novelista.

Por conseguinte, se a epístola é realmente de 1604, como parece provável e sem embargo de ter Astrana Marín sustentado a data de 1605, segue-se que meses antes da sua publicação já era a novela badalada nos círculos literários e para-literários.

B) Em 1605, no ano em que apareceu o *D. Quixote*, foi editada em Medina del Campo *La Picara Justina* e já se nos depara nesta novela uma curiosa alusão ao enamorado de Dulcineia.

C) Ocorre citar neste momento a *Fastigima*, de Tomé Pinheiro da Veiga, e permito-me transcrever este trecho do meu livro *Ao Redor de Duas Edições do “Dom Quixote de la Mancha”*, p.28, n. 37:

“O *quixote* referido na p.119 do livro era o português Jorge de Lima Barreto. Note-se que a personagem em questão não vestia, não imitava o campeão de Dulcineia, como se tem afirmado. Pinheiro, com sua veia cómica, é que o meteu a ridículo, chamando-lhe depreciativamente *hum D. Quixóte*. V. também pp.204-205 de *Fastigima*.

“Observe-se que as duas referências ao herói manchego enquadram-se no relato das festas que ocorreram em Valhadolid, em 1605, por ocasião do nascimento do futuro Filipe IV, mas é verosímil que o documento, com base embora em apontamentos da época, houvesse sido redigido muito mais tarde, talvez cerca de mil seiscentos e trinta e tantos (cf. *Fastigima*, preâmbulo), ou, de qualquer maneira, depois de 1620 (v. p.

53). Nesta obra, p. 120, encontra-se uma alusão à dama dos pensamentos de D. Quixote, aí denominada *Dulcenia del Tobozo*”.

D) A popularidade de *D. Quixote* foi proclamada mais de uma vez e com alguma ênfase pelo próprio Cervantes e confirmada, ainda que um pouco depreciativamente pelo D. Quixote espúrio do enigmático Avellaneda, insuspeitíssimo testemunho, visto afirmar no cap.^o 12 o gigante Bramidão, rei de Chipre, que “por doquiera que he pasado no se trata ni se habla otra cosa en las plazas, templos, calles, hornos, tabernas y cabellerizas, hoy, sino de Don Quijote de la Mancha”.

O falso D. Quixote gozou, outrossim, de apreciável embora efémera popularidade, reconheceu Miguel de Cervantes ao enfabular subtilmente o encontro do paladino de Dulcinea com D. Álvaro Tarfe, personagem engendrada por Avellaneda. Nesse episódio se descortina bem o sentido da novela. D. Quixote, em vez de desafiar D. Álvaro, conversa e acaba por o convencer de que laborava em erro ao supor que o D. Quixote de contrabando e que conhecia é que era o autêntico herói da Mancha. O cavaleiro intemerato, como se vê, está pronto para exorcismar a ilusão e o sonho (mas como vivermos sem um fio de loucura?) e regressa tristonho à sua pacata aldeia e ao convívio emoliente da ama e da sobrinha.

E) em Fevereiro de 1615, alguns franceses de distinção., que viajavam na companhia de um embaixador, visitaram a capital espanhola e dirigiram os mais rasgados encômios ao glorioso autor de *D. Quixote* e das *Novelas Exemplares*. O facto é atestado pelo licenciado Márquez Torres, que subscreveu a aprovação da 2.^a parte de *D. Quixote*. O amável Márquez Torres é o avôzinho de todos nós, os que admiramos e amamos Cervantes.

F) Para acabar esta fastidiosa enumeração, reproduzo o seguinte passo do meu livro *Sobre “Dom Quixote” e outros Escritos*, pp. 351-352:

“Existe um pequenino episódio, sem importância, mas sensibilizante.

“Em 1632, endereçou o padre Francisco de Azevedo, da Companhia de Jesus, uma carta ao procurador das Missões indianas em Portugal. Narra a sua viagem de Agra ao Tibete e certifica que o presentearam a ele e ao seu camarada Manuel Marques, entre outras cousas, com um cavalo ‘muito parecido com o de D. Quixote’ (cf. E. Maclagan, *Os Jesuítas e o Grão Mogol*, trad. port., 421).

“O P.^o Azevedo, note-se, missionava há bastantes anos, entrara para a missão do Mogor em 1627, mas já antes demorara em Moçambique e na costa ocidental da Índia. Pois, apesar de afastado do convívio literário, não deixou o intrépido eclesiástico de consignar em documento digamos oficial e expedito de tão longínquas paragens apropriada e gentil referência a Rocinante!!

“Tanto mais simpático quanto é certo que, falando por intermédio de Mercúrio, associou Cervantes (“Viagem del Parnaso”, cap.^o I) a sua glória à de Rocinante. Nestes termos, onde não se deve ver jactância mas tocante bonomia levemente irónica:

*Tus obras los rincones de la Tierra,
llevándolas en grupa Rocinante,
descubren, y a la envidia mueven guerra.”*

Qual o segredo do êxito de *D. Quixote*?

Cervantes descobriu um tema riquíssimo e soube explorá-lo, literariamente, de uma forma magistral.

Nada mais simples, não é verdade?

2.^a – Censura

O *D. Quixote* figura, assim como as *Novelas Exemplares* e o *Persiles*, no *Index Autorum Danatae memoriae*, de 1624.

Possuo um exemplar da edição lisbonina, de 1605, de Pedro Crasbeeck, e que foi censurado.

Verificam-se os seguintes cortes: cap.^o XIII, fl. 73; cap.^o XVI, fls. 94-97; cap.^o XVII, fls. 101 e 105 v; cap.^o XX, fl. 132; cap.^o XXVI, fl. 190 v.; cap.^o XXVIII, fls. 219 v.-223; e abrangem quer uma palavra, quer uma frase, quer um trecho mais extenso. Remeto quem estiver interessado para o meu livro *Sobre “Dom Quixote” e Outros Escritos*, pp. 361-363.

De um ponto de vista literário e bibliográfico, estas “correções” representam autênticas amputações do texto. Não, porém, do ponto de vista histórico, pois durante a vigência do rol das

obras defesas, só os livros expurgados é que podiam ser possuídos e circular livremente. Ou, por palavras diferentes, os cortes foram feitos legitimamente do ponto de mira jurídico, pelo que não traduzem, formalmente uma excisão do original.

(E, com sua lógica, não podiam os inquisidores argumentar que defendiam a sanidade do espírito e a salvação da alma com o mesmo ou superior direito com que, hoje, organismos oficiais apreendem géneros impróprios para o consumo ou retiram do mercado fármacos perigosos? Poder podiam; o valor da lógica é instrumental.)

Observo no meu citado *Sobre "Dom Quixote e Outros Escritos*, p.-364:

"A Inquisição espanhola, muito mais benévola do que a portuguesa, apenas mandou trancar na 2.^a parte, cap.^o XXXVI, estas palavras da duquesa: "[y aduierta Sancho, que] las obras de caridad que se hazen tibia y floxamente, no tienen merito, ni valen nada"; proibição infeliz porque escapou ao zelador a ironia da fidalga, que lançava em rosto ao escudeiro a sua frouxidão em penitenciar-se". Em penitenciar-se ou antes, acrescento, em fingir que se penitenciava.

Ajunto, por curiosidade, que o ilustre cervantista Francisco Rodríguez Marín, na sua edição crítica do *D. Quixote*, de 1916-1917, tentou justificar a desastrada "correção", mas o reparo a favor da censura não aparece na 2.^a edição, de 1935.

A censura inquisitorial causou óbvios prejuízos à nossa cultura, mas, como, tive ensejo de frisar noutra comunicação que em tempos proferi nesta Casa, os danos foram menos graves do que julgam muitos historiógrafos.

Ao contrário do que parece para quem não conhece ou folheou a correr o catálogo proibitório, numerosos livros não são condenados *in totum*. Conforme escrevi algures, "ao lado de autores inteiramente proibidos ou com obras excluídas por completo ou que não podiam andar em vulgar, como acontecia com Erasmo, existem muitíssimos outros que não foram passíveis de reprovação ou cujas obras sofreram correções insignificantes: por exemplo, esta ou aquela frase expurgada ou algumas palavras riscadas". Além disso, não poucas "emendas" foram efectuadas ao de leve, de sorte que se podem ler perfeitamente os vocábulos riscados.

Depois, a censura real foi menos rigorosa do que a censura virtual, porque, por motivos vários, muitas obras fulminadas no *Index* escaparam à tesoura inquisitorial.

Vou tentar demonstrá-lo e reconhecendo, embora, que só um exame mais abrangente e cuidadoso pode confirmar ou infirmar a minha opinião.

Guardo na minha pequena biblioteca várias edições seiscentistas e setecentistas de produções cervantinas e a edição do *D. Quixote*, de Pedro Crasbeeck, é a única que foi expurgada.

Acontece também que há vinte e tantos anos percorri muitas bibliotecas públicas à procura de edições dos séculos XVI e XVII de obras de Cervantes, e, tendo inventariado, no meu citado livro *Sobre "Dom Quixote" e Outros Escritos*, 34 exemplares sujeitos a censura, somente encontrei na Biblioteca Nacional um *D. Quixote* da edição de Antuérpia de 1673 (Var., 1977-78) e na Biblioteca Municipal do Porto um *Persiles* da edição madrilena de 1617 (L., 12-33) que haviam sido "emendados".

Com os meus, temos 42 exemplares examinados. Admitindo-se, por hipótese, (e dentro de uma estimativa muito exagerada), que 20 entraram no país após a revogação do *Index*, em 1768, teríamos 3 exemplares integralmente saneados num total de 22.

Média fraquinha, graças a Deus!

3.^a – O Problema Bibliográfico

Em fins de 1995 ou princípios do corrente ano, recebi um exemplar do *Ensayo* do Prof. Casasayas, grande autoridade na matéria, e que o A. tivera a gentileza de me oferecer.

Agradei, em Carta de 12 de Janeiro último, e escrevi referindo-me à minha edição de Pedro Crasbeeck do *D. Quixote*:

"Possuo outro exemplar que, embora com o frontispício em fac-simile, está mais completo, porquanto, se bem entendi as suas siglas, além das inciais 12 folhas inumeradas + 448 numeradas, tem 4 folhas no fim e que encerra e índice, sendo de vincar que Suñé Benages e Rio y Rico também não o indicam".

O Prof. Casasayas respondeu em 7 de Maio e notava:

“Si he entendido, Vd posee esta edición (número 007 de mi Ensayo...), pero con la portada en facsímil (seguramente por pérdida de la original), y, además, y este es lo raro, com 4 hojas de índice al final. En los 10 catálogos que yo he consultado no aparece ningún ejemplar com estas 4 hojas finales. Puedo preguntarle dos cosas?:

“1.ª El tipo de letra es el mismo que el resto de la obra?

“2.ª Las indicaciones de las páginas de cada capítulo, se corresponden realmente con la paginación real?”

Em carta de 20 do mesmo mês e que reproduzo, prestei da seguinte forma os solicitados esclarecimentos:

Exm.ª Sr. Prof. José M.ª Casasayas

Venho responder à carta com data de 7 do corrente e em que V. Ex.ª levantou algumas dúvidas acerca do meu exemplar do *D. Quixote*, edição lisbonina de 1605, de Pedro Crasbeeck.

A) Considerações gerais.

O exemplar que posso encontra-se razoavelmente conservado e bem encadernado. O frontispício está em fac-símile. Tem um rasgão, a fls.289, que apanha parcialmente 17 linhas a contar de cima e outro, a fls. 99, que não ofende o texto. Algumas folhas apresentam ligeiros restauros. Percalços vulgares em livros antigos e muito manuseada.

O exemplar em questão foi outrora censurado, de acordo com o preceituado no *Index Avtorvm Danatae memoriae*, de 1624. No meu livro *Sobre “Dom Quixote” e outros Escritos*, estudei o assunto, e é com muito prazer que lhe ofereço e envio um exemplar e que segue pelo correio ao mesmo tempo que a presente carta.

B) Considerações específicas.

O meu exemplar do *D. Quixote* tem no fim 4 fls. inumeradas com o índice; índice que, ao que parece, V.Ex.ª e outros bibliógrafos desconhecem.

No que concerne ao índice, eis o que posso afirmar.

1. Não sou perito na matéria mas acho que o tipo de letra e o papel são os mesmos do corpo do livro – e embora haja na obra mais do que uma espécie de papel (há um muito fino e outro mais encorpado).

2.Existe coincidência entre a paginação real e a indicada no index, sucedendo até que o capítulo 34 tem uma numeração de fls errada no corpo do livro e essa numeração encontra-se repetida no índice.

3. As particularidades mais significativas que notei são as seguintes:

– Os capítulos 17 e 18 aparecem, com a numeração trocada, pois segundo o índice o cap.º 17 começa na fl. 106 e o 18 na fl. 98, quando o que acontece é, evidentemente, o contrário.

– O cap.º 27 consta do índice que principia a fls. 169 mas é fls 196, tendo havido portanto troca dos dois últimos algarismos.

– O cap.º 29 figura erradamente a fls. 229, porquanto devia ler-se 227.

– O cap.º 43 está apontado no índice, e bem, a fls. 372. Falta, porém, no corpo da obra, sendo curioso que outro tanto se passa com a ed. de Jorge Rodriguez de 1605 (pelo menos com o ex. que me pertence e que tenho à minha frente).

– O cap.º 52 encontra-se a fls. 438 e não 483, como se vê no index. (Troca dos últimos algarismos).

Estas deficiências não se revestem, contudo, de verdadeira importância, porque as edições de Jorge Rodriguez e de Pedro Crasbeeck (sobretudo a de Crasbeeck) foram feitas de afogadilho, em papel mau ou medíocre e mal impressas, pelo que estão os respectivos exemplares cheios de imperfeições.

Pode V. Ex.ª fazer desta carta o uso que entender.

Queira aceitar os meus cumprimentos
e creia-me seu amigo e admirador

[Data e assinatura]

O prof. Casasayas reconheceu em 1 de Junho que eu possuía uma “rara edición”, e autorizou-me, por carta de 23 de Agosto, a “hacer el uso que mejor le parezca de mis opiciones [opiniones ?] acerca de las ediciones cervantinas, que le he manifestado a través de varias cartas”.

Em conclusão:

Casasayas mencionou no seu magnífico livro cinco exemplares da edição de Pedro Crasbeeck: um encontra-se na Biblioteca Nacional de Madrid, outro na Biblioteca da Catalunha, um terceiro pertence à coleção de José Maria de Asensio, outro ainda ao Museu Britânico e o último está nos Estados Unidos e é propriedade da Society of America.

Pressupondo, como suponho, que todos estes exemplares estão em bom estado de conservação, não se compreende que nenhum tenha o índice, nem sequer uma folha.

Afigura-se-me, por conseguinte, que existem duas edições de Pedro Crasbeeck, uma sem o índice (como sucede, de resto, com as tiragens de Jorge Rodriguez) e outra com o índice e cujo único exemplar conhecido ou referenciado é o meu.

Se pretenderem ver na tábua dos capítulos a mão dum falsificador, então tratava-se de um falsário habilíssimo – até cometeu erros e foi mais papista que o papa, uma vez que os outros exemplares carecem de índice.

Existem, aliás, edições – mesmo edições modernas – que suprimiram o índice; por exemplo, a tradução de Santos Rodrigues, de 1967, e a de Daniel Augusto Gonçalves, de 1978. E porque não forjou o falsário o frontispício que faltava e as folhas tesouradas pelos censores para consumir a impostura?

Estando certas as induções, são duas as tiragens de Pedro Crasbeeck e doze e não onze as edições do *D. Quixote* em 1605.

Antes de pôr ponto final, uma palavra dirigida aos bibliófilos. Não me pronunciei acerca do valor crematístico das edições, mas não resta dúvida de que os exemplares saneados são mais invulgares do que os não-censurados. E tudo é relativo. Imaginemos alguém que possuísse um exemplar de 1605 e achasse que a obra estava truncada por carecer da continuação só publicada em... 1615!

Estou à disposição de VV.Ex.^{as} para quaisquer elucidações e confesso-me grato pela atenção que me dispensaram.

Dixi.

Algumas palavras sobre os brasões da província de Timor e da cidade de Dili¹

FRANCISCO DE SIMAS ALVES DE AZEVEDO

A mais antiga atribuição de brasão de armas à província ultramarina portuguesa de Timor, que conheço, é um desenho colorido, fazendo parte da série dos atribuídos aos outros territórios portugueses de Além-Mar, publicada no *Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro*, n.ºs 1 a 8, 1931-34.

Creio não se poder considerar uma atribuição de armas a Timor, a representação das armas reais portuguesas, acompanhadas pela inscrição «GOVERNO DE TIMOR», em louça chinesa fabricada em 1878-82 (Castro, Nuno de, *A porcelana chinesa e os brasões do império*, p. 245). O governador, como delegado do poder central, usa as armas reais tal como os governos civis metropolitanos.

(Igualmente apenas por descargo de consciência deixo aqui registado o carimbo apostado pela autoridade portuguesa, em 1886-96, à moeda de prata mexicana para circular oficialmente em Timor: uma cruz pateia, segundo informam J. Ferraro Vaz e Javier Salgado, *Livro das moedas de Portugal*, Braga 1984-5, p. 595).

Poderá parecer estranho que verificando-se presença portuguesa na ilha desde o século XVI, não me tenha sido possível encontrar fontes mais antigas de armas de Timor. Realmente só muito tarde as teve.

Seria por se ter considerado, durante muito tempo, Portugal e as diversas partes do Ultramar como um todo simbolizado apenas pelas armas do rei?

Recorde-se que a subdivisão do antigo vice-reino da Índia em províncias “independentes de quaisquer outras” (art.º 1.º do Decreto de 17 de Setembro de 1863), é processo que se verifica desde a 2.ª metade do século XVIII à 2.ª metade do século XIX, dando origem a Moçambique, Índia portuguesa, Macau e Timor. Esta última recebendo o referido estatuto por decreto de 17 de Setembro de 1863.

A representação de Portugal e dos seus territórios ultramarinos nas exposições internacionais realizadas em cidades estrangeiras cerca de 1930 teriam feito sentir a falta de símbolo heráldico de cada uma, na afirmação de Afonso de Dornelas no seu artigo “Armas de soberania no império português de Além Mar”, publicado no n.º 7-8 de Julho-Agosto de 1934 da revista *O Mundo Português*.

Seja como for, o que o *Boletim* citado atribue a Timor não é individualizante, pois são... as armas da república portuguesa, omitida a esfera armilar. Igual brasão é atribuído, na mesma série, à Guiné.

Explicação para tais atribuições – que são a negação da função identificativa da Heráldica – poderá ser o facto de haver Timor português e Timor holandês, tal como havia Guiné portuguesa, Guiné francesa e Guiné espanhola.

Em Junho de 1932 a pedido da Agência Geral das Colónias, Afonso de Dornelas elaborou o seu parecer sobre o que é textualmente chamado a “Ordenação simbólica das províncias do império português de Além-Mar”; a este parecer chamarei o 1.º projecto de Dornelas. Vieram a ser publicados os respectivos desenhos, coloridos, no n.º 9, de Abril-Junho de 1934, do *Boletim da Sociedade Luso-Africana*, do Rio de Janeiro. (Tanto quanto sei, pelo menos também o de Timor, integrado em bandeira, em n.º, de que não foi possível averiguar a data, do jornal *Diário de*

¹ Comunicação apresentada em Maio de 1994, no Seminário sobre Timor - Antropologia e História, organizado pela Secção de História da Associação dos Arqueólogos Portugueses.

Notícias, donde o reproduziu Faria de Moraes,, na capa do seu livro *Subsídios para a história de Timor*, publicado em Bastorá (Índia portuguesa) nesse mesmo ano de 1934.

Para Timor, lembrando dever-se a sua integração no domínio português a religiosos de S. Domingos, propõe a adopção das armas desta Ordem, levando uma quina sobreposta para ficar “uma peça heráldica portuguesa”, no dizer de Dornelas. Sendo a descrição completa: girado de 8 peças de prata e negro com uma cruz florenciada, entrecambada dos mesmos esmaltes, com uma das quinas brocante sobre o cruzamento da cruz.

As armas de todas as províncias recebem idêntica bordadura: de ouro, com cruzes da Ordem de Cristo, alternando com as 5 quinas.

Desta bordadura não tenho, de momento, presente, texto de Dornelas explicando-lhe o simbolismo.

Parece, porém, evidente que deve significar – pelas quinas – que todos os territórios são parcelas de Portugal e – pelas cruzes de Cristo – que todos são descoberta de navegadores portugueses.

Para encimar as armas de todas as províncias inventou Dornelas uma muito ornamental coroa mural, de ouro, simbolizando o domínio.

É semelhante às que ele próprio propusera para todos os municípios, mas visivelmente influenciada pela arquitectura manuelina – especialmente pela da torre de Belém – pois é constituída por 5 torres ligadas por 4 panos de muralha, as torres carregadas, sobre as portas, de esferas armilares de vermelho, e os panos de muralha cada um com uma ameia formada por um escudete de prata com a cruz de Cristo. Lembro que as armas atribuídas às províncias ultramarinas, antes de Dornelas, não eram encimadas por qualquer coroa.

É a altura de referir o que chamo o 2.º projecto de Dornelas.

Motivos que não conheço, por ora, em pormenor, mas que creio filiareem-se em discordância com o 1.º projecto por parte de Armindo Monteiro, ministro das Colónias de 1931 a 1935, levariam a modificações. Segundo a alusão, há muitos anos feita, em conversa comigo, pelo meu mestre e amigo marquês de São Payo, que muito privou com Afonso de Dornelas, o referido ministro de Salazar pretendia que às armas das províncias ultramarinas fossem juntas as de Portugal, de maneira que “Se não pudessem separar”!

Como procurou Dornelas concretizar o desejo ministerial? Imaginando atribuir a todas as colónias um escudo terciado em mantel, em que no 1.º quartel, todas ostentam as 5 quinas; no 2.º o que se chama, no projecto de decreto que redigiu, “o símbolo característico da colónia respectiva”, e que serão os conteúdos do 1.º projecto, suprimindo a bordadura, considerada já não necessária (as quinas estão no 1.º, as cruzes de Cristo, na coroa); no 3.º uma excelente representação heráldica do mar, dada por, em fundo de prata, 5 faixas ondatas de verde.

A presença das quinas é, segundo o mesmo texto, para marcar permanentemente, em cada colónia, uma referência concreta à origem do domínio a que pertencem; o mar, esse, em feliz simbolismo, liga Portugal a cada colónia, afirma-se ainda.

A utilização do terciado em mantel, sendo o 1.º quartel com as armas de Portugal, talvez tenha sido sugerida pelo partido Portugal-elefante e zebra, atribuído a Angola, antes de Dornelas.

A divisão do escudo a que os heraldistas chamam terciado em mantel tem a sua origem na família real castelhana, no princípio do século XIV, para evitar o uso, por quem não era o rei, do esquartelado Castelo-Leão, que tende a ser considerado privativo da dignidade real; daí a sua presença nas armas das famílias portuguesas Henriques e Noronha, dos reis de Castela-Leão descendentes...

Por analogia com o que se passa nas armas nacionais, cada escudo assentará na esfera armilar.

A oficialização verificou-se com a portaria nº 8098 de 6 de Maio de 1935, integrando a reforma e regulamentação do brasonário ultramarino no plano de Reforma Administrativa de 1933, de Armindo Monteiro.

Como se viu, Dornelas, em perspectiva historicista e nacionalista, só introduziu no seu projecto elementos ligados às relações de Timor com o Catolicismo e com Portugal, não entendendo dever acrescentar algo que lembrasse a civilização local.

Estranhamente, o brasão de armas de Timor só aparecerá em 1958 pela primeira vez em moeda cunhada para circular na província (Vaz, J. Ferraro e Salgado, Javier, *obra cit.*, pp. 595-597), figurando em toda a posterior numaria timorense até à cunhada em 1970, última da soberania portuguesa *de facto*.

*

* *

Pelo já citado decreto de 17 de Setembro de 1863, a “povoação de Dilly é elevada a cidade”. Lembro que em 1769, a sede do governo (então subalterno) de Timor fora transferida de Lifão para Dili.

A mais antiga fonte das armas de Dili que conheço não está infelizmente datada, mas tenho visto atribuí-la a cerca de 1860. É uma colecção de litografias coloridas, de autor anónimo representando brasões de armas de cidades portuguesas (reproduzidas em *fac-simile*, as ultramarinas no *Armorial do Ultramar Português*, por F. P. de Almeida Langhans, Lisboa 1966); inclui o que se chama “Villa de Dilly”.

É acompanhada a dita gravura por legenda dizendo: “A vila de Dilly na ilha de timor tem por brasão 6 alabardas atadas com uma fita azul clara tudo em fundo de prata”.

Descrição heráldicamente correcta e completa, será “de prata com uma lança do mesmo, hasteada de sua cor, guarnecida de franjas de ouro, com cordão e borlas de vermelho, posta em pala e cruzada, em aspa, por 4 alabardas de prata, hasteadas de sua cor, duas a apontar para o cantão superior da sinistra e as outras duas para o da dextra, tudo atado de azul”.

Creio poder interpretar como sendo uma alusão europeia ao armamento indígena ou à aliança de indígenas e europeus. O azul terá mensagem monárquica portuguesa.

Produto de época de arte heráldica decadente, as ditas armas apresentam o absurdo de terem as pontas da lança e das alabardas, *de prata* em fundo *branco*, o que é, pelo menos, uma incoerência, face às leis heráldicas.

A data de adopção destas armas não me foi possível averiguar, terá, porém de ser posterior à aquisição da qualidade municipal, só obtida em Setembro de 1863, pois parece que Dili não chegou a ser vila, mau grado a legenda da estampa referida.

De qualquer modo anteriores a 1769 não são, de certeza.

Creio que estas armas terão estado em vigor perto de um século.

Em 31 de Maio de 1952, porém, o ministro do Ultramar, Sarmento Rodrigues – nesse momento com o gabinete precisamente em Dili – assina o seguinte “Diploma legislativo ministerial”:

“... Considerando que a cidade de Dili, pela sua categoria de capital de província do Ultramar e pelos seus sofrimentos e lealdade durante a ocupação estrangeira, bem merece que lhe seja atribuída a distinção de usar escudo de armas;

Recordando que, em épocas recuadas, foi o sândalo branco o principal motivo da nomeada da ilha de Timor e que o café representa hoje a sua mais característica e importante exportação por intermédio do porto de Dili;

Tendo em conta que se trata da cidade portuguesa situada mais ao Oriente, facto este que foi objecto de especial referência em “Os Lusíadas”;

O Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Ultramar, decreta o seguinte:

Artigo único. É concedido à cidade de Dili o direito de usar escudo de armas como se segue:

– Em campo vermelho uma árvore de sândalo, de prata, acompanhada de dois ramos de cafeeiro folhados, troncados e frutados de verde e floridos de prata, atados em ponta com uma corrente de ouro de extremidades quebradas.

Coroa mural de ouro de cinco torres.

Listel branco com os dizeres: “O Sol logo em nascendo vê primeiro”...”

Como se vê, estranhamente, não é feita qualquer referência ao facto de a cidade já ter armas. Não conheço representação gráfica das armas de 1952, o que se explicará, pelo menos em parte, pela sua curta vigência.

Antes de prosseguir devo dizer que a frase de *Os Lusíadas*, incorporada nestas armas, faz parte da estância 8, do Canto I, da dedicatória a D. Sebastião, não se refere a Timor mas sim aos dilatados domínios do rei de Portugal.

Teria sido preferível: “Ali também Timor, que o lenho manda/Sândalo, salúífero e cheiroso”, da estância 134 do Canto X, dado incluir o nome do território.

(As referências concretas a territórios e localidades em *Os Lusíadas* sugeriu alguém que deveriam ser motivo de orgulho para os referidos, os quais deveriam monumentalmente assinalar ter sido o seu nome escrito pelo grande poeta).

Como acima disse, as armas concedidas em 1952 tiveram curta vigência.

Por portaria n.º 19.409, de 1 de Outubro de 1962, o ministro do Ultramar, Adriano Moreira, considerando ser “oportuno ratificar alguns escudos de armas de povoações do ultramar ou introduzir alterações na sua descrição heráldica, bem como rever ou definir a ordenação de outros brasões e indicar a coroa mural e os dizeres do listel que a cada um deve caber”, manda que sejam “concedidos, confirmados ou modificados, pela forma que vai descrita, os escudos de armas das povoações adiante mencionadas”.

Pelo que diz respeito à cidade de Dili, dispõe que “O escudo de armas a que se refere o artigo único do diploma Legislativo Ministerial n.º 1, publicado em Dili em 31 de Maio de 1952, passa a ser descrito nos termos seguintes: em campo vermelho uma árvore de sândalo de prata, entre dois troféus atados por fita azul, debruada de prata e constituídos por quatro alabardas de prata, hasteadas de ouro, e um venábulo com manga de azul realçada a ouro. Listel branco com os dizeres “O Sol logo em nascendo vê primeiro”.

Como se vê, a alteração – que reputo feliz – é a substituição dos ramos de cafeeiro por aquilo que constituiria o único elemento das primitivas armas de Dili, apenas com a pouco significativa substituição da lança por venábulo com a sua manga.

Esta ordenação figura, quatro anos depois, na obra de Almeida Langhans, *Heráldica ciência de temas vivos*, publicada em 1966, mas sem indicação de cores, nem descrição heráldica, nem texto explicativo (Langhans, 1.º vol., pp. 470 e 472).

Em data que não foi possível averiguar, mas entre 1962 e 1966, a legenda camoniana é substituída por “Cidade de Dili”.

Seja como for, o selo do correio comemorativo do 2.º centenário de Dili, como capital de Timor, editado em 1969, inclui a representação, a cores, das armas da cidade, com o listel ostentando a frase de *Os Lusíadas*.

Diz Almeida Langhans, a propósito das armas atribuídas por Adriano Moreira a Dili, que “Embora se respeitasse o ordenamento das “armas”, deu-se-lhes nova descrição, mais conforme com a sequência das figuras heráldicas e com a clareza do seu entendimento”. (Langhans, 1.º vol., p. 33, nota 6).

Não é só isso. Retomou-se algo que fora abandonado e cujo conteúdo civilizacional é superior ao dos ramos de cafeeiro.

Sensata foi a manutenção da árvore do sândalo, como o fora a sua introdução, quer numa perspectiva estética, quer emblemática, quer inspirando-se o ordenador de frase (não aproveitada) de *Os Lusíadas*.

Meditando sobre a história das armas heráldicas da cidade de Dili, dos anos 60 do século XIX aos anos 60 do século XX, a partir de elementos que neste modesto trabalho foram compilados, verificamos que a preferência foi, primeiro, para elemento de carácter civilizacional, depois para dois elementos de flora local (de interesse económico), e, por fim, para uma feliz solução de compromisso, equilibrada, artística e rica simbolicamente.

Termino fazendo votos que não tenha vos enfastiado esta comunicação que terá apenas o mérito de – julgo pela primeira vez – tentar historiar as armas desse município do Extremo-Oriente, durante mais de duzentos anos a sede duma presença portuguesa na Oceânia.

BIBLIOGRAFIA

CASTRO, Nuno de, *A porcelana chinesa e os brasões do império*. Porto, 1987.

DORNELAS, Afonso de, "Armas de soberania do Império português de Além-Mar". *O Mundo Português*, n.º 7-8, Julho-Agosto. Lisboa, 1934.

LANGHANS, F. P. de Almeida, *Armorial do Ultramar Português*. Lisboa, 1966.

VAZ, J. Ferraro & Salgado, Javier, *Livro das moedas de Portugal*. Braga, 1984-1985.

AGRADECIMENTO

Agradeço à prezada colega no Ensino, Dr.ª D.ª Graciette Cabaço Ribeiro, o interesse que manifestou por este estudo.

Boletim

Relatório da Direcção da Associação dos Arqueólogos Portugueses

Ano associativo de 1995/1996

No ano associativo de 1995/96 um dos objectivos principais da Direcção foi contribuir para a campanha de salvaguarda das gravuras do Côa; no período a que se refere este relatório a acção da Direcção teve como objectivos principais:

1. Garantir a segurança da Ruínas da Igreja do Carmo, face à degradação verificada após a escavação do primeiro túnel do Metropolitano de Lisboa;
2. Iniciar um projecto de remodelação do Museu do Carmo;
3. Preparar as comemorações do centenário do fundador da Associação, Joaquim Narciso Possidónio da Silva;

No que respeita à segurança das ruínas do Carmo, após prolongadas negociações com a administração do Metropolitano de Lisboa, acompanhadas de uma campanha lançada pela Associação, sob o lema "Salve-se o Carmo!", a qual teve grande receptividade junto da opinião pública e dos principais órgãos de comunicação social, e culminou com a visita às ruínas de Sua Excelência o Primeiro Ministro, Eng. António Guterres, do Ministro das Obras Públicas e do Planeamento e Administração do Território, Eng. João Cravinho, do Ministro da Cultura, Prof. Manuel Carrilho, de vários Secretários de Estado e outras individualidades, foi assinado em Fevereiro um contrato com aquela empresa. Nos termos desse contrato o Metropolitano de Lisboa comprometeu-se, nomeadamente, a:

1. Promover e financiar obras de consolidação e limpeza de todo o monumento;
2. Responsabilizar-se por quaisquer danos eventualmente resultantes das obras de construção e exploração dos dois túneis;
3. Compensar a Associação por perda de receitas durante o período de encerramento do Museu para obras;
4. Custear as escavações arqueológicas das áreas em que será necessário realizar perfurações para colocação de instrumentação, as quais decorreram de Fevereiro a Abril;
5. Custear o empacotamento e protecção *in loco* do espólio do Museu;
6. Aceitar um representante desta Associação na Comissão Técnica de Acompanhamento das Obras, tarefa de que foi incumbido o Eng. Monge Soares.

Aproveitando o facto de o Museu encerrar para obras durante alguns meses, a Direcção decidiu tomar medidas no sentido de se concretizar uma primeira fase do processo de renovação do mesmo. Na realidade, o Museu do Carmo, que constitui o principal património e fonte de rendimento da Associação, encontra-se, há já longos anos, num estado muito deficiente, no que respeita ao inventário, segurança, estado de conservação, apresentação e divulgação do seu abundante e variado acervo, apesar dos esforços feitos pelos anteriores presidentes no sentido de por cobro a esta situação. Nesse sentido, o Presidente da Direcção cessante solicitou à Dr.^a Maria Luisa Abreu Nunes a elaboração de um plano para esse efeito, à semelhança do que já acontecera logo no início do mandato anterior, em Outubro de 1990, quando exercia as funções de Vice-Presidente, e no início do mandato ora interrompido, em Outubro de 1994. Porém, apesar do compromisso formal que a referida consócia havia assumido ao aceitar integrar a

Direcção cessante de o fazer apenas com o objectivo de assegurar a renovação do Museu, tal plano nunca viria a ser apresentado.

Entretanto, havia também sido solicitado à Dr.^a Luisa Abreu Nunes que contactasse um arquitecto com experiência de projecto em museus, no sentido de apresentar uma proposta de renovação do Museu do Carmo, orientada no sentido de valorizar as suas colecções, sem lhe retirar o seu carácter de museu romântico, que lhe confere a sua especificidade.

Passado quase um ano sobre o início do seu mandato, em Outubro de 1995 a Dr.^a Luísa Abreu Nunes informou a Direcção que, apesar de se ter deslocado ao Museu como arquitecto que havia feito o projecto de renovação do Museu de Arte Popular, não conseguiu que este apresentasse uma proposta de intervenção no Museu do Carmo. Nestas circunstâncias, foi decidido solicitar uma proposta de intervenção ao gabinete "Recupere", constituído por arquitectos com larga experiência de intervenção em monumentos classificados e em projectos museológicos. O referido gabinete, após várias visitas ao Museu do Carmo, e uma reunião de trabalho com a Dr.^a Luísa Abreu Nunes no Museu de Arte Popular, em que participou também o Presidente da Direcção, apresentou uma proposta, a qual foi aprovada pela Direcção e submetida à apreciação do Conselho Fiscal.

Tendo em consideração o reduzido tempo disponível, foi decidido confinar a renovação do Museu do Carmo aos seguintes aspectos:

1. Alteração da zona de entrada do Museu, de modo a torná-la mais funcional e atraente para os visitantes;

2. Alteração das instalações sanitárias, de modo a torná-las mais higiénicas e funcionais, e a permitirem a separação das zonas destinadas respectivamente ao pessoal do Museu, ao público masculino e ao público feminino;

3. Substituição das vitrinas, que são pouco atractivas e funcionais, e não dispõem de segurança, nem de iluminação;

4. Substituição da iluminação das Capelas e da nave, de modo a permitir uma melhor valorização do edifício e do acervo museológico;

Dado que o Museu do Carmo não dispõe actualmente de um inventário actualizado das peças que constituem o seu abundante e variado acervo, nem ficheiro fotográfico das mesmas, foi solicitada a colaboração do IPM (Instituto Português de Museus) no sentido de colmatar essas lacunas, numa acção prontamente realizada, sem qualquer dispêndio para a Associação, integrada no programa de inventário do património cultural móvel.

Como entretanto se tivesse verificado a necessidade de proceder à limpeza e ao restauro de algumas peças mais importantes do acervo do Museu, com especial destaque para o túmulo de D. Fernando I, que se encontra coberto com um produto de coloração acastanhada, resultante de uma moldagem deficiente, feita há cerca de 50 anos; para o busto atribuído a D. Afonso Henriques, enegrecido e ainda coberto de látex, resultante também de uma moldagem deficiente, feita para a *Europália*, em 1992; para as estátuas de madeira de S. Roque e de Santo António, cobertas de excrementos de pombo, para as estátuas de pedra de Santa Catarina e da Virgem Maria e para o conjunto escultórico que pertenceu ao túmulo de D. Mariana de Áustria, da autoria de Machado de Castro, peças muito enegrecidas pelo pó, solicitaram-se propostas a vários técnicos de conservação e restauro, com larga experiência de trabalho no Instituto José de Figueiredo e noutras instituições idóneas, nacionais e estrangeiras, as quais foram oportunamente aprovadas em reunião de Direcção e submetidas à apreciação do Conselho Fiscal.

Dado que os postais que estavam à venda no Museu antes do seu encerramento para obras, eram escassos e de má qualidade, a Direcção decidiu mandar fotografar as peças mais importantes do Museu, bem como o próprio edifício, e encarregar um designer de editar uma colecção de postais de qualidade, a fim de estarem disponíveis aquando da reabertura do Museu. O respectivo orçamento foi também enviado ao Conselho Fiscal.

No que respeita à Biblioteca, além da actualização do ficheiro das obras recebidas por oferta ou permuta, foram ainda adquiridas algumas obras do século XVIII, referentes à vida e obra do fundador do Convento do Carmo, D. Nuno Álvares Pereira.

Tendo em consideração a necessidade de, por um lado, se avaliar o estado de conservação das obras mais antigas e valiosas que a integram e a melhor forma de as proteger durante o período em que decorrerem as obras de consolidação e limpeza do edifício, e por outro de a dotar de meios informáticos que permitam a sua dinamização e integração na base nacional de dados bibliográfico, foi decidido solicitar um parecer à Dr.^a Luísa Cabral, Assessora Principal e antiga Vice-Directora da Biblioteca Nacional de Lisboa, o qual se anexa ao presente relatório.

No que respeita às comemorações do centenário da morte do fundador da Associação, Arq. Joaquim Narciso Possidónio da Silva, prosseguiram os trabalhos da Comissão nomeada para o efeito em 1995. Devido às obras que actualmente decorrem nas Ruínas do Carmo, não foi possível realizar a Sessão solene inicialmente prevista para o passado dia 24 de Março. Quanto ao colóquio previsto para o início do mês de Novembro, para o qual se conta já com a participação de cerca de uma dezena de investigadores, nomeadamente dos Profs. José Augusto França e A. H. de Oliveira Marques, prevê-se que a sua realização tenha lugar na Sede da Associação dos Arquitectos Portugueses, em Lisboa. No que respeita à exposição bio-bibliográfica, após várias tentativas no sentido de se encontrarem locais apropriados e disponíveis, está-se actualmente a estudar a hipótese de a mesma vir a ter lugar na Galeria D. Luís, no Palácio Nacional da Ajuda.

Durante este período foram ainda aprovados, depois de ouvidas as respectivas secções dois novos sócios, a quem se dão as boas vindas.

A terminar, só nos resta lamentar que, mais uma vez, o esforço realizado pela maior parte da direcção, no sentido de re-dignificar o Museu do Carmo, procurando assim corresponder ao anseio manifestado pela maior parte dos nossos associados, não tenha sido compreendido, precisamente pelos elementos dos corpos gerentes com maior responsabilidades profissionais no âmbito da museologia.

Lisboa, 6 de Maio de 1996

O Presidente

O Tesoureiro

O Secretário

(J. Morais Arnaud)

(A. Monge Soares)

(João Muralha)

Relatório da Secção de Pré-História da Associação dos Arqueólogos Portugueses

Ano associativo de 1995/1996

Visto que esta Direcção apenas tomou posse em 11 de Abril de 1996, este Relatório irá reportar-se apenas aos meses de Abril a Julho de 1996.

Assim, foi decidido, em face das alterações verificadas ao nível da Direcção da Associação e das obras que ocorrem na nossa sede, cancelar a realização das VI Jornadas Arqueológicas.

No dia 23 de Maio realizou-se uma conferência pelos Drs. Amílcar Guerra e Carlos Fabião com o título "Mesas do Castelinho – Almodôvar" e no dia 20 de Junho uma conferência do Dr. João Pedro Ribeiro denominada "Aspectos metodológicos da indústria Acheulense do Casal do Azemel".

Em virtude da substituição verificada na Direcção da Associação, e segundo os estatutos, esta Direcção da Secção está igualmente demissionária pelo que foram marcadas novas eleições para o dia 25 de Julho de 1996 pelas 18.30horas.

A Mesa da Secção

Relatório da Secção de História da Associação dos Arqueólogos Portugueses

Ano associativo de 1995/1996

Entre 26 de Outubro de 1995 e 7 de Maio de 1996, a Secção de História reuniu nove vezes, a saber:

26 de Outubro – “Um Cruzeiro fálico na região de Vilar de Perdizes” e A sepultura mista páleo-cristã da Carapeta-Avis, ambas pelo Dr. Fernando Rodrigues Ferreira.

Nesse mesmo dia decorreu uma sessão comemorativa do 8.º Centenário do Nascimento de Santo António, com a apresentação dos seguintes trabalhos “Santo António, Doutor Evangélico” pelo Padre Henrique Rema, “Santo António, o milagreiro popular. Alguns exemplos de orações em Portugal e na Urubanda brasileira” pelo Dr. Luís Lopes, e “Algumas palavras sobre o uso das armas heráldicas dos Bulhões no culto religioso de Santo António” pelo Dr. Francisco Simas Alves de Azevedo.

17 de Novembro – Apresentação de um vídeo sobre a Invasão Japonesa em Timor pelo Padre Dr. Apolinário Guterres.

7 de Dezembro – “D. João de Cândia e os conventos de Telheiras e do Carmo”, pelo Dr. Fernando Andrade Lemos.

17 de Janeiro – “O Chiado de José Maria”, pelo Dr. Vítor Vladimiro Ferreira.

5 de Março – Visita às escavações na Igreja do Carmo.

2 de Abril – Reflexão sobre a importância dos estudos osteológicos como complemento dos estudos históricos”, pelo Dr. Luís Lopes.

16 de Abril – “A Lisboa de Eça de Queirós” pelo Dr. Francisco Santana.

7 de Maio – “A Geração Coimbrã de Eça de Queirós – Mestres, Estudantes, Revoluções”, pelo Dr. Joaquim Parro.

Lisboa, 17 de Junho de 1996

Relatório da Comissão de Estudos Olisiponenses da Associação dos Arqueólogos Portugueses

Ano associativo de 1995/1996

Entre 14 de Novembro de 1995 e 21 de Maio de 1996, a Comissão de Estudos Olisiponenses reuniu cinco vezes, a saber:

14 de Novembro – Não foi apresentada a comunicação agendada por ausência do orador.

7 de Dezembro – “Apontamentos avulsos sobre o Cemitério do Alto de S. João” pela Dr.^a Maria Cristina Neto.

13 de Fevereiro – “Os Alves de Azevedo, uma família na história de Lisboa” pelo Dr. Francisco Simas Alves de Azevedo.

19 de Março – Visita às escavações na Igreja do Carmo.

21 de Maio – “Arqueologia Industrial na Toponímia Lisbonense” pelo Dr Francisco Santana.

Não obstante a sensibilização junto dos vogais, continua uma frequência baixíssima às reuniões, muito pouco motivadora de novas colaborações.

Lisboa, 18 de Junho de 1996.

Relatório da Comissão de Heráldica da Associação dos Arqueólogos Portugueses

Ano associativo de 1995/1996

Relatório de Actividades da Comissão de Heráldica, ano académico de 1.10.1995 a 31.07.96.

- 1- Realizaram-se 13 sessões, mensais ou bimensais, com a duração média de 2 horas.
- 2- Nos termos estatutários, foram efectuadas eleições, com reeleição da Mesa.
- 3- Foram analisados 182 processos, com média de 14 processos por sessão.
- 4- Foram emitidos 254 Pareceres e escritas 380 cartas.
- 5- Pessoalmente, por telefone, por carta, por circular e pelo belinógrafo foram prestadas informações pelo secretariado quanto aos trâmites dos processos e seus pontos de situação.
- 6- Além da apreciação de processos de autarquias (Câmaras e Juntas) nos termos da Lei n.º 53/91 de 7 de Julho, foram apresentados e discutidos vários outros assuntos relacionados com Heráldica, tanto nacional como internacional. Foram feitas várias ofertas de postais, selos, desenhos, galhardetes, medalhas, para a Comissão, nomeadamente pelo seu Vice-Presidente.
- 7- No período a receita foi de 6,560 contos. A maior vertente das despesas foi da parte administrativa e de remuneração dos relatores dos processos.
- 8- Para todas as reuniões foram enviadas convocatórias com conhecimento prévio à Secretaria-Geral.

O secretário administrativo

Relatório da Direcção da Associação dos Arqueólogos Portugueses

Ano associativo de 1996/1997

No período a que se refere este relatório a acção da Direcção teve como objectivos principais:

1 – Garantir a segurança das ruínas da Igreja do Convento do Carmo e do espólio do Museu face à degradação verificada nos últimos dois anos;

2 – Desenvolver uma primeira fase do projecto de remodelação do Museu do Carmo e das instalações de apoio da Associação;

3 – Comemorar o centenário da morte do fundador da Associação, Joaquim Narciso Possidónio da Silva.

No que respeita à segurança das ruínas e do espólio do Museu do Carmo, prosseguiram os contactos com a Administração do Metropolitano de Lisboa, e com a Comissão de Acompanhamento das obras, através do representante da Associação, Eng. António Monge Soares. Desses contactos, resultou a consolidação dos alicerces das capelas com dezenas de microestacas de aço e cimento, e a limpeza e preenchimento da numerosas fissuras existentes nas paredes das capelas e do transepto, decorrendo neste momento contactos ao mais alto nível no sentido de se conseguir também a limpeza e consolidação da totalidade do edifício.

Devido a necessidade de se proceder à realização de sondagens para colocação de instrumentação e para consolidação das fundações de vários locais da antiga Igreja do Carmo, as quais iriam afectar as sepulturas e outros vestígios arqueológicos existentes no subsolo, a Direcção, correspondendo à disponibilidade manifestada por vários consócios da Secção de História, convidou o Dr. Rodrigues Ferreira, arqueólogo com vasta experiência de escavação em contextos semelhantes, na Igreja de S. Vicente de Fora, a dirigir as escavações arqueológicas de todas as áreas que viriam a ser afectadas pelas obras de consolidação da antiga Igreja do Carmo. Dada a previsível abundância de ossos humanos, foram também agregados à equipa a Dr.^a Maria Cristina Santos, Vice-Presidente da Secção de História, que já havia participado na escavação do carneiro de uma das capelas, realizada pelo Dr.^o Cunha Serrão nos anos 70, bem como o biólogo Dr. Luís Lopes, entretanto admitido como sócio. Dessas escavações, que depois se estenderam a todas as capelas que ainda não haviam sido escavadas, resultaram importantes achados, entre os quais se destaca a presumível sepultura de D. Nuno Alvares Pereira, e numerosos objectos, que muito valorizaram o já riquíssimo acervo do Museu do Carmo.

Aproveitando o facto de o Museu encerrar para obras durante mais de um ano, a Direcção encarregou o gabinete "Recupero", constituído por arquitectos com larga experiência de intervenção em monumentos classificados e em projectos museológicos, a apresentar um estudo prévio da remodelação da entrada, das torres e das instalações sanitárias. O referido gabinete, após várias visitas ao Museu do Carmo, e trocas de impressões com os membros da Direcção, apresentou o referido estudo prévio no passado mês de Maio, o qual foi submetido à aprovação da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, que por sua vez o submeteu à apreciação do Instituto Português do Património Arquitectónico, que emitiu um parecer favorável. Passou-se assim à fase de projecto de execução, que se concluiu no corrente mês de Outubro. Espera-se assim poder iniciar as obras ainda antes do final do corrente ano civil.

Tendo em consideração o reduzido tempo disponível, foi decidido confinar a renovação do Museu do Carmo aos seguintes aspectos:

1 – Remodelação da zona de entrada do Museu, de modo a torná-la mais funcional e atraiente para os visitantes;

2 – Remodelação das instalações sanitárias, de modo a torná-las mais higiénicas e funcionais, e a permitirem a separação das zonas destinadas, respectivamente, ao pessoal do Museu, ao público masculino e ao público feminino;

3 – Remodelação com vista a um melhor aproveitamento das duas torres que ladeiam a entrada, os únicos espaços actualmente disponíveis para apoio às actividades da Associação.

A remodelação do resto do Museu, dada a sua maior complexidade, e dependência da entrega pela GNR do espaço subjacente à actual sala de sessões foi deixada para uma segunda fase, a iniciar dentro em breve, quando o acesso ao acervo do Museu estiver restabelecido.

A fim de preparar a limpeza e o restauro de algumas das peças mais importantes do acervo do Museu, para a sua reabertura, prevista para 1998, a Direcção solicitou um orçamento a uma equipa de técnicos de conservação e restauro, com larga experiência de trabalho no Instituto José de Figueiredo e noutras instituições idóneas, nacionais e estrangeiras, o qual será submetido dentro em breve à apreciação do Conselho Fiscal.

No que respeita à Biblioteca, a qual se encontra temporariamente empacotada e inacessível, na sala de sessões, devido às obras de consolidação e restauro do resto do edifício, não foi possível desenvolver qualquer actividade no ano académico ora findo. Devido à falta de espaço, também não se promoveram novas permutas, nem se julgou oportuno proceder à aquisição de novas obras.

Em relação ao Arquivo, procedeu-se à primeira fase da sua organização, a qual consistiu na identificação do espólio existente, tendo-se verificado que existem grandes lacunas e perdas, devido a muitos anos de desinteresse e abandono. Deve-se salientar que esta meritória tarefa foi desempenhada a título gracioso, com a maior competência e zelo, pelo nosso estimado consócio José Joaquim Fernandes Gomes, a quem a Direcção propõe um voto de louvor.

No que respeita às comemorações do centenário da morte do fundador da Associação, Arquitecto Joaquim Possidónio Narciso da Silva, prosseguiram os trabalhos da Comissão nomeada para o efeito em 1995, presidida pelo nosso estimado consócio Dr. Francisco Santana, os quais culminaram num Colóquio que teve lugar no dia 23 de Novembro de 1996, no auditório da Associação dos Arquitectos Portugueses, tendo contado com a participação de cerca de uma dezena de investigadores.

A Direcção ouviu o Conselho Fiscal, deu também apoio à realização do Colóquio Internacional sobre Cerâmica Campaniforme, organizado pela Secção de Pré-História, com a participação de numerosos investigadores nacionais e estrangeiros.

Em 1996/97 foi solicitado o parecer da Direcção por parte de várias entidades, nomeadamente pelo Senhor Ministro da Cultura, em relação à instalação do Instituto Português de Arqueologia e ao decreto-lei sobre Carreiras Específicas da Arqueologia, e pela Comissão Instaladora do Instituto Português de Arqueologia, em relação à respectiva lei orgânica, e a outros documentos relacionados com a actividade arqueológica.

Nesse mesmo período, a Direcção estabeleceu também contactos com outras entidades oficiais, nomeadamente com os Gabinetes do Senhor Primeiro Ministro e dos Senhores Ministros da Economia, Planeamento e da Administração do Território, Administração Interna, e da Cultura, e ainda da Direcção do Instituto Português do Património Arquitectónico e do Instituto Português de Museus, no sentido de conseguir apoios para a consolidação e valorização das Ruínas e do Museu do Carmo.

Durante este período foram ainda aprovados, depois de ouvidas as respectivas secções, sete novos sócios. A quem se dão as boas vindas.

Cumprе finalmente informar que, em Maio de 1997, o vice-presidente da Direcção, Eng. Monge Soares, solicitou dispensa das funções que vinha desempenhando com a maior dedicação e zelo, por Ter sido nomeado subdirector do recém criado Instituto Português de Arqueologia, funções que considerou incompatíveis com o cargo que exercia nesta Associação, não

tendo tido qualquer êxito os esforços desenvolvidos no sentido de o demover dessa intenção. Continuou, porém, a pedido da Direcção a assegurar a representação da Associação junto da Comissão Técnica de Acompanhamento das Obras do Metropolitano de Lisboa na área do Carmo.

Lisboa 13 de Outubro de 1997

O Presidente

O Tesoureiro

O Secretário

(J. Morais Arnaud)

(J. Baptista Domingos)

(J. Bugalhão)

Relatório da Secção de Pré-História da Associação dos Arqueólogos Portugueses

Ano associativo de 1996/1997

A secção de Pré-História da Associação dos Arqueólogos Portugueses teve imensa dificuldade em desenvolver este ano uma actividade constante e regular, apesar das facilidades que as instalações do auditório do «Metro» nos oferecem, mas o facto de se situarem muito distantes do local de reunião habitual e os acessos, que uma travessia de Lisboa complica, talvez estejam na base da reduzida actividade deste ano.

Tivemos ainda vários contratemplos, como a chuva torrencial que se abateu sobre Lisboa no dia da reunião agendada para Dezembro, com o Prof. Sena Martinez, que inclusivamente avariou a instalação eléctrica, tendo a estação do Alto dos Moinhos sido fechada, e o auditório também ficado sem luz. Caso idêntico se verificou hoje, dia 2 de Junho, pelo nos encontramos aqui, nesta sala do Museu Nacional de Arqueologia, gentilmente oferecida para esta reunião pelo seu Director, e Sócio desta Secção, Dr. Luís Raposo, a quem expressamos o nosso agradecimento.

A actividade que mais se salienta nesta Secção foi a realização da Mesa Redonda sobre o Campaniforme, que se revestiu do maior interesse científico e social, por iniciativa da signatária, do Engenheiro António Monge Soares e Professor Doutor João Luís Cardoso, que passo a relatar:

O colóquio ou Mesa Redonda sobre «O Campaniforme – novos contributos para a sua reinterpretação» realizou-se nos dias 9 e 10 de Maio de 1997, contando com a colaboração da Câmara Municipal de Oeiras e da Universidade do Algarve, a quem expressamos os nossos agradecimentos. A Secção de Pré-História teve a honra de convidar os professores estrangeiros Christian Strahm, Julie Roussot-Laroque, Victor Hurtado e Michael Kunst, respectivamente da Universidade de Freiburg, da Universidade de Bordéus, da Universidade de Sevilha e do Instituto Arqueológico Alemão, especialistas mundiais do campaniforme, e os professores e investigadores portugueses que tem contribuído com dados novos e recentes para o problema em causa, nomeadamente Susana Oliveira Jorge, Maria de Jesus Sanches, Sena Martinez, Raquel Vilaça, Domingos da Cruz, José Morais Arnaud, António Monge Soares, João Luís Cardoso.

A Presidente da Secção, Teresa Júdice Gamito, abriu o colóquio com um apanhado geral sobre o ponto da situação, referindo a investigação sobre o Campaniforme e os diferentes posicionamentos dos investigadores internacionais bem como o papel desempenhado pela Universidade de Freiburg, introduzindo, simultaneamente, os oradores e situando os seus contributos neste tema de investigação. Seguiu-se uma sequência lógica de comunicações de Norte para Sul de Portugal. De salientar o contributo e a novidade da comunicação de Susana Oliveira Jorge e Maria de Jesus Sanches sobre o Campaniforme no Norte de Portugal, onde se julgava não existirem vestígios deste fenómeno; o interesse da comunicação de Christian Strahm, sobre o posicionamento actual dos diversos investigadores europeus; as escavações recentes na Beira Interior por Sena Martinez; a importância do Zambujal e os novos contributos que as recentes escavações de Michael Kunst, neste importantíssimo sítio arqueológico, nos trouxeram; as recentes escavações nos povoados da Extremadura espanhola e a sua problemática, por Victor Hurtado; o importante povoado aberto de Porto Torrão, por José Morais Arnaud, a sua importância e semelhança com os povoados da Extremadura; as escavações do Castro de Leceia, com a localização específica das habitações campaniformes que ali se encontram e as novas datações absolutas obtidas, foram objecto da comunicação de António Monge Soares e João Luís Cardoso; e finalmente a transição do Campaniforme para a Idade do Bronze Inicial, desenvolvida por Julie Roussot-Laroque. A sessão terminou com animada discussão sobre os diversos problemas abor-

dados e as conclusões gerais da reunião, apresentadas por Teresa Júdice Gamito, foram aprovadas por unanimidade, esperando-se, com o maior interesse a publicação desta reunião pela Associação dos Arqueólogos Portugueses. No dia seguinte realizou-se uma visita de estudo ao Castro de Leceia e Museu de Castro Guimarães, terminando com um almoço em Cascais, que todos apreciaram.

Não foi possível realizar as VI Jornadas, como inicialmente nos propusemos no nosso plano de actividades, pelas mesmas razões acima apresentadas, mas esperamos que o próximo ano académico nos permita regressar à actividade normal da Secção, na sede da Associação.

Lisboa, 2 de Junho de 1997

Teresa Júdice Gamito

Artur Martins

Relatório da Secção de História da Associação dos Arqueólogos Portugueses

Ano associativo de 1996/1997

Entre 17 de Junho de 1996 e 20 de Maio de 1997, a Secção de História reuniu seis vezes com as seguintes ordens de trabalhos:

17 de Junho de 1996 – Três temas. Os Cristãos-Novos, o Infante D. Henrique e as “Cartas Portuguesas” – Dr. Guilherme d’Oliveira Santos.

2 de Julho de 1996 – Nota sobre alguns aspectos osteológicos da Capela dos Ossos de Alcantarilha – Drs. Maria Cristina Neto e Luís Lopes.

19 de Novembro de 1996 – Um exemplar raro e talvez único de D. Quixote de La Mancha – Guilherme d’Oliveira Santos.

28 de Janeiro de 1997 – Os antigos povos do Algarve – Coronel Mário Mendonça Frazão.

27 de Fevereiro de 1997 – Lembrando o P^o Domingos Maurício Gomes dos Santos, S.J. (1896-1978) – Dr. Francisco Santana.

20 de Maio de 1997 – Historial das Cédulas de Portugal e respectivo Inventário da Colecção da A.A.P. – Dr. Nestor Fatia Vital, e leitura do relatório.

No dia 17 de Junho de 1996 foi eleita a mesa da Secção, como segue:

Presidente – Dr. Francisco Simas Alves de Azevedo.

Vice-Presidente – Dr.^a Maria Cristina Neto.

Secretária – Dr.^a Maria Filomena Lopes Barros.

Lisboa, 20 de Maio de 1997

Maria Cristina Neto

Relatório da Comissão de Estudos Olisiponenses da Associação dos Arqueólogos Portugueses

Ano associativo de 1996/1997

Entre 18 de Junho de 1996 e 7 de Abril de 1997, a Comissão de Estudos Olisiponenses reuniu cinco vezes, com as seguintes ordens de trabalhos:

18 de Junho de 1996 – Deambulando com Possidónio da Silva – Dr. Francisco Santana.

5 de Novembro de 1996 – A Praça de Touros da Horta da Cera – Dr. Francisco Santana.

4 de Fevereiro de 1997 – Algumas pedras de armas de Lisboa omissas em obras da especialidade – Dr. Francisco de Simas Alves de Azevedo.

3 de Abril de 1997 – Casas dos Templários e dos Hospitalários em Lisboa – Sr Eduardo Sucena.

7 de Abril de 1997 – Do Bronze Final à Idade do Ferro na Região de Lisboa – a síntese possível – Dr. João Luís Cardoso.

20 de Maio de 1997 – Leitura do relatório.

No dia 18 de Junho de 1996 foi eleita a Mesa da Comissão, como segue:

Presidente – Dr. António Manuel Dias Diogo.

Vice-Presidente – Dr. Joaquim Parro.

Secretária – Dr.^a Maria Cristina Neto.

Lisboa, 20 de Maio de 1997

Maria Cristina Neto

Relatório da Comissão de Heráldica da Associação dos Arqueólogos Portugueses

Ano associativo de 1996/1997

A Comissão prosseguiu os seus trabalhos com normalidade durante o ano académico de 1996/1997, com a presença dos oito membros que a constituem.

Foram realizadas 12 sessões, em que foram analisados processos referentes a Municípios, Freguesias e pessoas colectivas de utilidade pública administrativa.

Destacam-se os estudos efectuados para a bandeira da Associação dos Arqueólogos Portugueses e para a bandeira da Academia Portuguesa de História.

Durante o ano foram emitidos 400 Pareceres e a receita-se cifrou-se em 8 140 contos

Além da apreciação de processos, foram considerados e discutidos outros assuntos: apresentação, apreciação e críticas de obras sobre Heráldica, publicadas em Portugal e no estrangeiro; oferta de selos, postais e mini-estandartes para a colecção da Comissão; estudo de pedras de armas a pedidos de museus, autarquias e outras entidades; prestação de assistência e informação sobre Heráldica a entidades nacionais e estrangeiras.

Continuou a registar-se a boa colaboração da Direcção Geral da Administração Autárquica, do Ministério do Equipamento, Planeamento e Administração do Território.

Lisboa, 10 de Julho de 1997

O secretário administrativo

Lisboa, Outubro de 1999
Colibri – Artes Gráficas
Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
Alameda da Universidade
1699 LISBOA CODEX
Tel/Fax 796 40 38
Internet: www.edi-colibri.pt — *E-Mail:* colibri@edi-colibri.pt

